UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

VINÍCIUS MELQUÍADES DOS SANTOS

**Pedras artesãs: materialidade, tecnologias e mobilidades das panelas de pedra-sabão em
Minas Gerais**

São Paulo
2017

VINÍCIUS MELQUÍADES DOS SANTOS

**Pedras artesãs: materialidade, tecnologias e mobilidades das panelas de pedra-sabão em
Minas Gerais**

Versão Corrigida

A Versão Original encontra-se na biblioteca do MAE

Tese apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora
em Arqueologia.

Área de Concentração: Arqueologia e Sociedade

Orientadora: Maria Cristina Oliveira Bruno (MAE-USP)

Co-orientador: Andrés Zarankin (FAFICH-UFMG)

São Paulo

2017

MELQUÍADES, Vinicius. **Pedras artesanais: materialidade, tecnologias e mobilidades das
panelas de pedra-sabão em Minas Gerais**. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) –
Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

“As coisas tem vida própria” – apregoava o cigano com sotaque áspero –, “é só questão de despertar suas almas”.

Cem anos de solidão – Gabriel García Márquez, 1967.

AGRADECIMENTOS

Em minha primeira visita ao Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte, além da coleção e expografia que me fascinaram, também me chamou atenção o túnel subterrâneo que liga os dois prédios da instituição. Nele há, em ambas as paredes, listas dos nomes das pessoas que trabalharam na criação do museu e seus respectivos ofícios. O painel leva o título *Com quantos ofícios se faz um museu*. Na época, inspirado por isso, comecei a fazer uma lista de nomes de pessoas que participaram da tese e denominei *Com quantas pessoas se faz uma tese*. No entanto, depois de pouco tempo inserindo os nomes das pessoas, percebi que era impossível, para mim, fazer tal lista, porque ficaria absurdamente extensa. Assim, desisti da ideia e optei por fazer um agradecimento geral. Absolutamente todas pessoas e momentos da minha vida e jornada pela academia fazem parte do material aqui presente. A grande maioria têm minha sincera e imensa gratidão pela atenção e ajuda durante os percursos e percalços da pesquisa.

Agradeço diária e eternamente à minha família: Tida, Nilson, Maura, Filipe, Grabis, Lili, Tio Chico. Dedico a tese a vocês e ao nosso bebe que esta por vir. Sou grato por ter vocês na minha vida, pelo apoio e amor compreensivo e atencioso. Vocês são fonte de força e inspiração para minha vida. Aos amigos e às amigas que, de perto ou de longe, ontem, hoje e enquanto nos permitir a vida, compartilham experiências, momentos e sentimentos que carrego sempre comigo. Sem as quais eu certamente não teria chegado até aqui. Tem muito de vocês em mim e neste texto! À Profa. Cristina Bruno e ao Prof. Andres Zarankin pelas orientações essenciais em meu constante aprendizado, além da atenção, paciência e compreensão durante os anos de pesquisa. Aos demais professores e professoras de diversas instituições com os quais tive o privilégio de conviver, mesmo que momentânea e academicamente, e que também foram essenciais estabelecendo diálogos, tecendo críticas e sugestões incorporadas à pesquisa. Em especial à Profa. Fabíola Silva, à Profa. Camilla Agostini, à Profa. Mariana Cabral e ao Prof. Marcos Torres, pelos diálogos e sugestões. Aos colegas de profissão que muito contribuíram – algumas vezes sem saber e não intencionalmente – com esta tese e com minha transformação e crescimento enquanto pessoa e arqueólogo.

Agradeço imensa e eternamente aos coautores desta tese, os artesãos paneleiros e os moradores e as moradoras de Cachoeira do Brumado (Mariana), os artesãos e artesãs expositoras da Feira de artesanato do largo de Coimbra (Ouro Preto) e à ADELC (Associação de Expositores do Largo de Coimbra). Sou grato pela confiança e atenção. Agradeço a dona

Lurdinha, ao Preto, Sr. Mário (em memória), Juraci, Janaina, Gegê, Bilu, Joelma, Mônica, Jaime, Karine, Sr. Geraldo, Dona Sônia, entre tantas outras pessoas que vivem em torno dos artesanatos e panelas de pedra-sabão e com as quais tive o privilégio de conviver durante a pesquisa. É impossível mensurar o quanto vivi, aprendi e cresci, me inspirei e me transformei!

Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos concedida e sem a qual não seria possível o desenvolvimento da pesquisa. Aos membros das bancas de examinação pelas quais passou este projeto e as publicações a ele vinculadas, tais como artigos e apresentações em congressos e seminários. Agradeço ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) e a todas as pessoas que o compõem. Da mesma maneira, agradeço aos demais Museus nos quais desenvolvi a pesquisa e as instituições de pesquisa com as quais dialoguei, em diferentes momentos e com gradações nas relações.

Para não me delongar, termino estes agradecimentos com as palavras de um tio meu, Marin Toledo Melquiades, que era jornalista, escritor e pescador, além de amado, sábio e exímio jogador de cartas! As palavras que seguem foram publicadas em seu livro póstumo (2011), organizado por amigos de profissão em homenagem a essa pessoa incrível e inspiradora. As lembranças são as melhores possíveis e desde que li pela primeira vez, suas palavras me tocaram profundamente. Não apenas pelo carinho e admiração que eu tenho pelo autor, como por serem representativas de uma maneira linda de se viver.

Para Refletir

Você está vivo, assim como eu. Isso já basta para sermos heróis da resistência aos males que vêm de todos os lados e a toda hora.

O grande segredo é ter fé e que tudo de bom ainda vai acontecer, desde que façamos nossa parte, com sinceridade e lealdade, desejando sempre o bem, sempre vendo a vida pelo lado bom, mesmo que a gente sinta as ingratidões dos outros.

Importante também deixar de olhar pro nosso umbigo e as vantagens que levaremos, no presente e no futuro.

Conquistar pessoas, fazer e manter amizades, sair do eu e sermos nós, em todas as situações.

Ninguém erra por acaso. Situações do passado, do presente e do futuro nos levam a fazer uma leitura errônea do momento e, por isso, nem sempre tomamos a decisão acertada. O equilíbrio entre o coletivo e o individual é que fortalece e engrandece e faz cada um construir sua história que ficará ou não como exemplo de busca de felicidade, ou, então, um terrível engano de termos pensado só em nós mesmos.

Agradecimentos

*A todos que acreditaram e participaram deste projeto, que pode ter continuidade.
Depende de cada um de nós.*

RESUMO

MELQUÍADES, Vinícius. **Pedras artesãs: materialidade, tecnologias e mobilidades das panelas de pedra-sabão em Minas Gerais**. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A ampla utilização da pedra-sabão na arquitetura em Minas Gerais no período colonial relegou às panelas pedra-sabão um lugar marginal, vistos como objetos mundanos e comuns, oriundos dos trabalhos manuais e ofícios banais que existiam e, no caso dos artesãos paneleiros, permanecem até hoje. Atualmente, além da produção e comércio, esses artefatos se encontram em museus, coleções particulares e sítios arqueológicos da região. De uma maneira geral, as panelas, sua produção e seus produtores são associados a uma identidade regional e nacional, vinculada às artes, ao Barroco mineiro e a Aleijadinho. As panelas são consideradas majoritariamente como contentoras de significados porem, não recebem a devida atenção no que se refere às agências, nuances e gradações de suas relações. Essas associações diretas acabam por desconsiderar ou reduzir a participação de outros agentes ou seres, como é o caso dos artesãos paneleiros e das próprias panelas. O exercício central consiste na construção da história de vida dessa população de artefatos, partindo de suas materialidades e abordando a permuta de propriedades entre pessoas humanas e coisas. Assim, surgiram apontamentos sobre as maneiras como elas ressoam e compõem o coletivo, entendido como alargamento do termo social e aplicado aos diferentes contextos e situações espaço-temporais. Partindo da confluência de etnografias, que envolvem a análise de coleções arqueológicas, a vivência e acompanhamento na comunidade de artesãos de Cachoeira do Brumado (Mariana) e na Feira de pedra-sabão de Ouro Preto, os processos de musealização e patrimonialização, entre outros, foi possível redefinir de maneira equânime os lugares e as participações desses agentes (artesãos e artefatos). Também vieram à tona relações de constituição mútua vividas no cotidiano, das quais as materialidades são tessituras associadas às tecnologias e mobilidades compartilhadas entre pessoas e coisas. Os modos de vida e existência e os gestos e técnicas presentes nos eventos e processos de constituição desses artefatos se manifestam coletivamente e sugerem dinâmicas das quais participam seres humanos diversos. Percebida dessa maneira, a abordagem construída segue na contramão das informações oficializadas e difundidas sobre esses artefatos, as quais historicamente vêm contribuindo com a institucionalização e naturalização de perspectivas simplistas e excludentes que têm impacto direto na vida dos seres e coletivos nas múltiplas temporalidades. A partir de perspectivas simétricas criticamente aplicadas à Arqueologia, apontamos para um abandono ontológico destes objetos – panelas de pedra-sabão – que transpassam os seres e coletivos, justificados e percebidos por meio de uma série de estigmas, tais como a desabilidade dos gestos e a inferioridade do trabalho manual. Por fim, torna-se possível refletir sobre o potencial de posições teóricas que se opõem à ditadura das ontologias binárias, além de uma aproximação da dinâmica das relações artesãos-artefatos para o contexto de produção do conhecimento científico, colocando as oficinas em patamar análogo aos laboratórios, museus e instituições de pesquisa.

Palavras-chave: Materialidade. Panelas de pedra-sabão. Artesãos. Arqueologia. História de Minas Gerais.

ABSTRACT

MELQUÍADES, Vinícius. **Artisan stones: materiality, technologies and mobilities of soapstone pans in Minas Gerais**. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The widespread use of soapstone in the Minas Gerais architecture during the colonial period relegated the soapstone pots to a marginal spot. Seen as mundane and common objects, they were handmade and trivially crafted workpieces that remain until the present day, such as the case of artisans. Nowadays, besides the production and trade, these artifacts are found in museums, private collections, and archeological sites of the region. In general, the pots, their production and makers are associated to a national and local identity linked to the arts, to the Minas Gerais Baroque, and to Aleijadinho. The pots are mostly considered holders of meaning, but they do not receive the due attention regarding the agencies, nuances and gradations of their relations. These direct associations end up disregarding or reducing the participation of other agents or beings, such as the case of artisans and pots. The central exercise consists on constructing the life history of this population of artifacts, starting from their materialities up to the exchange of properties between human beings and things. Thus, notes have emerged on the ways in which they resonate and compose the collective, seen as extensors of the social term and applied to different contexts and space-time situations. Starting from a confluence of ethnographies, which involve the analysis of archaeological collections, the experience and accompaniment in the artisan community of Cachoeira do Brumado (Mariana) and in the soapstone fair of Ouro Preto, the processes of musealization and patrimonialization, among others, it was possible to redefine in an equitable way the places and the participation of these agents (artisans and artifacts). Also, relationships of mutual constitution experienced in everyday life emerged, in which materialities are tessituras associated with technologies and mobilities shared between people and things. The ways of life and existence, and the gestures and techniques present in the events and processes of elaboration of these artifacts are manifested collectively and suggest dynamics in which a diversity of human beings participates. In this sense, the approach built goes against the official and disseminated information surrounding these artifacts, which have been historically contributing to the institutionalization and naturalization of simplistic and exclusive perspectives that have a direct impact on the lives of beings and collective in the multiple temporalities. From the symmetrical perspectives critically applied to Archaeology, it leads to an ontological abandonment of these objects – soapstone pots – that transcend beings and collectives, justified and seen through a series of stigmas, such as the disability of gestures and the inferiority of handicraft. Lastly, it is possible to reflect on the potential of theoretical positions that oppose the dictatorship of binary ontologies, as well as an approximation of the dynamics of artisan-artifact relations to the context of the production of scientific knowledge, placing workshops at a similar level than laboratories, museums, and research institutions.

Keywords: Materiality; Soapstone pots; Artisans; Archeology; History of Minas Gerais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desenho do gesto do artesão tocando a face interna da panela durante o torneamento	47
Figura 2 – Imagem do vídeo documentário sobre Cacehoeira do Brumado, Mariana – MG. .	65
Figura 3 – Frigideira, Fragmento MI1328, Indivíduo 17	91
Figura 4 – Caldeirão, Fragmento PF1981-1, Indivíduo 4.....	91
Figura 5 – Panela, Fragmento PF1125, Indivíduo 7.....	91
Figura 6 – Esquema da decoração localizada na carena.....	92
Figura 7 – Indivíduo 5 (corte e projeções de forma)	94
Figura 8 – Desenho da peça visualizada na Fotografia 35	98
Figura 9 – A transição no conhecimento e dispositivos do pessoal para o impessoal, associado com a substituição da moderna dicotomia de tecnologia/máquina para a clássica dicotomia de <i>tekhne</i> / <i>mêkhanê</i>	116
Figura 10 – Desenho da <i>ventaneira</i>	134
Figura 11 – Desenhos da <i>ventaneira</i> feitos para confecção de animação	136
Figura 12 – Desenhos do artesão amolando sua ferramenta com a <i>ventaneira</i>	136
Figura 13 – Desenho feito a partir de imagem de vídeo documentário feito em Cachoeira do Brumado (TOURINHO, [197- ou 198-]). Oficinas de panelas de pedra situadas nas margens do canal que as abasteciam.....	167
Figura 14 – Fachada frontal da SACP	170
Figura 15 – Caminhos que ligam a SACP de Amarantina (em verde) a Ouro Preto (em vermelho).....	170
Figura 16 – Cenas urbanas (Aquarela de Debret 1834-1839)	177
Figura 17 – Carregadores de água (Rugendas, 1835).....	177
Figura 18 – Recorte e aproximação do Mapa da Estrada Real com indicação de Amarantina em vermelho	208
Figura 19 – Mapa da Estrada Real com indicação em amarelo do recorte mostrado na Figura 16	208
Figura 20 – Desenho do naturalista Hermann Burmeister, representando a “casa de Câmara e cadeia”, em Ouro Preto – MG, entre 1850 e 1852	215
Figura 21 – “Largo do Coimbra, Ouro Preto, início da década de 1940”, pouco antes de sua demolição	232
Figura 22 – Largo do Coimbra, Ouro Preto, Anteprojeto para aproveitamento da área resultante da demolição do mercado, Ouro Preto – SPHAN.....	233
Figura 23 – Linha do tempo do largo de Coimbra, centro histórico de Ouro Preto. Lugar onde atualmente existe a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra, também conhecida como <i>Feirinha de pedra-sabão</i> . As partes claras representam períodos de transição e as datas foram selecionadas e definidas com base na bibliografia consultada nesta pesquisa.	248
Figura 24 – Momentos do largo de Coimbra – centro histórico de Ouro Preto – ao longo dos séculos XIX a XXI. Da esquerda para a direita: Mercado de Tropeiros, Mercado Municipal (Edifício) e Feira de Artesanato.....	248

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – <i>Gegê</i> me ensinando a tornear panela de pedra-sabão no torno hidráulico.....	21
Fotografia 2 – Eu torneando panela de pedra-sabão.....	21
Fotografia 3 – <i>Gegê</i> em frente ao torno hidráulico em sua oficina	46
Fotografia 4 – <i>Gegê</i> torneando uma panela de pedra em sua oficina.....	46
Fotografia 5 – <i>Bilu</i> torneando uma panela de pedra-sabão no torno elétrico	46
Fotografia 6 – <i>Bilu</i> torneando uma panela de pedra-sabão no torno elétrico (detalhe do gesto para retirada da poeira e percepção de estrias e espessura)	46
Fotografia 7 – Sr. Mario, pai de <i>Preto</i> . Ao fundo, o cômodo que está sendo reformado para ser um museu.....	56
Fotografia 8 – Artefatos expostos no muro da loja e oficina do <i>Preto</i>	56
Fotografia 9 – Panela em trempe exposta no muro da loja e oficina do <i>Preto</i>	56
Fotografia 10 – Pré-forma encontrada pelos moradores de CB e me mostrada por <i>Preto</i>	56
Fotografia 11 – Rua que segue margeando o Ribeirão do Brumado em CB.....	62
Fotografia 12 – Mesma rua da Fotografia 9, agora asfaltada	62
Fotografia 13 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra	68
Fotografia 14 – Painéis de pedra-sabão expostos e vendidos na Feira de Artesanato	68
Fotografia 15 – Museu da Inconfidência (MI), Ouro Preto – MG	73
Fotografia 16 – Museu de Artes e Ofício (MAO), Belo Horizonte – MG	75
Fotografias 17 e 18 – Museu do Ouro (MO), Sabará – MG.....	77
Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Instituto Libertas de Educação e Cultura (2004, p. 51).....	80
Fotografia 19 – Indivíduo 68: panela da coleção arqueológica do MO	92
Fotografia 20 – Indivíduo 68 (detalhe da decoração).....	92
Fotografia 21 – Indivíduo 28 (MI): frigideira que apresenta decoração incisa na carena.....	92
Fotografia 22 – Indivíduo 34 (MAO): caldeirão com decoração em incisões contínuas dando o aspecto de superfície ondulada	93
Fotografia 23 – Indivíduo 32 (MAO): caldeirão decorado com 3 seções de faixas na face externa	93
Fotografia 24 – Indivíduo 72: pote em exposição no MO.....	94
Fotografia 25 – Indivíduo 72 (detalhe do orifício redondo na transição do bojo inferior para a base).....	94
Fotografia 26 – Indivíduo 5: vaso carenado com decoração em frisos	94
Fotografia 27 – Indivíduo 18: barril com decoração de frisos duplos, exposto no MI	95
Fotografia 28 – Indivíduo 20: barril com decoração em faixas únicas, exposto no MI	95
Fotografia 29 – Indivíduo 22 (MI): Panela.....	96
Fotografia 30 – Indivíduo 22 (MI): Alambique.....	96
Fotografia 31 – Indivíduo 35 (MAO): Alambique	96
Fotografia 32 – Indivíduo 35 (MAO) (detalhe carena decorada).....	96
Fotografia 33 – Indivíduo 24 (MAO): taça apresentando cilindro com friso transversal no centro	97
Fotografia 34 – Indivíduo 24 (MAO) (detalhe da face interna com marca da retirada da torre que seguia o cilindro com friso)	97
Fotografia 35 – Indivíduo 23: garrafa torneada.....	98
Fotografia 36 – Indivíduo 23 (detalhe de base composta por disco colado)	98
Fotografia 37 – Indivíduo 2: fragmento de base de possível copo/caneca.....	98
Fotografia 38 – Alavanca ou <i>Ferro de torno</i>	107
Fotografia 39 – detalhe de ponta de <i>vidia</i> colada na Alavanca ou <i>Ferro de torno</i>	107

Fotografias 40 a 43 – Conjunto de <i>Ferros de torno</i> , ferramenta mais utilizada pelos artesãos, com diferentes tipos de pontas.....	107
Fotografia 44 – <i>Gegê</i> desbastando o bloco para a obtenção da pré-forma.....	108
Fotografia 45 – Pré-forma já elaborada (em vermelho, o cilindro central deixado para ser confeccionado o umbigo, “torre” para os artesãos).....	108
Fotografia 46 – <i>Gegê</i> desbastando o bloco para a obtenção da pré-forma.....	108
Fotografia 47 – Pré-forma já elaborada (em vermelho, detalhe do orifício causado pela ação da puá que é chamado “umbigo” pelos artesãos)	109
Fotografia 48 – Bucha de madeira que será inserida no umbigo para a posterior fixação da pré-forma ao torno	109
Fotografia 49 – Fundo da pré-forma e polia de metal, fixos devido à força de atrito entre as duas superfícies rugosas	109
Fotografia 50 – Pré-forma presa ao torno através do atrito (detalhe do finco de ferro preso à bucha que foi acoplada ao umbigo confeccionado pelo artesão na superfície da torre)	109
Fotografia 51 – Peça colocada à pré-forma para fixação no torno elétrico.....	110
Fotografia 52 – Panela de pedra fixada no torno elétrico.....	110
Fotografia 53 – Panela de pedra fixada no torno elétrico (destaca-se a ausência da torre)....	111
Fotografia 54 – Reunião em CB (Mariana, MG)	112
Fotografia 55 – Reunião em CB (Mariana, MG)	112
Fotografia 56 – Barragem do torno hidráulico	112
Fotografia 57 – Roda d’água em atividade.....	112
Fotografia 58 – <i>Gegê</i> torneando uma panela de pedra-sabão em seu torno hidráulico (detalhe do gesto e sua situação, na lateral do torno).....	113
Fotografia 59 – <i>Gegê</i> torneando (detalhe do gesto ao torneiar a face externa da panela).....	113
Fotografia 60 – Puá confeccionada com corda de náilon, madeira e metal	129
Fotografia 61 – Puá confeccionada com couro, madeira, pedra-sabão e uma pequena ponta de metal	129
Fotografia 62 – Imagem de artesão utilizando o compasso ligado ao trabalho da madeira, exposta no MAO, Belo Horizonte – MG.....	130
Fotografia 63 – Artesão agindo com o compasso.....	130
Fotografia 64 – Artesão agindo com o compasso.....	131
Fotografia 65 – Torno de pedal utilizado na marcenaria exposto no MAO.....	131
Fotografia 66 – Torno de pedal exposto no MAO.....	131
Fotografia 67 – Torno de pedal exposto no MAO (detalhe da fixação da peça na extremidade esquerda do torno, com um mecanismo móvel para adaptar ao tamanho da peça).....	132
Fotografia 68 – Torno de pedal exposto no MAO (detalhe da fixação da peça na extremidade direita do torno, com um mecanismo fixo)	132
Fotografia 69 – <i>Ventaneira</i>	134
Fotografia 70 – Interior da <i>ventaneira</i> (detalhe das marcas de desbaste)	135
Fotografia 71 – Orifício na base da <i>ventaneira</i>	135
Fotografia 72 – Indivíduo 22 (capelo do alambique presente no MI).....	141
Fotografia 73 – Indivíduo 24 (detalhe da face interna com marca da retirada da torre que seguia o cilindro com friso).....	141
Fotografia 74 – Trecho do canal contenção de pedra que segue pela margem esquerda do ribeirão do Brumado – CB	162
Fotografia 75 – Oficina do <i>Gegê</i> e oficina do <i>Ari</i> adjacente, as únicas levantadas pela pesquisa com torno hidráulico em CB	162
Fotografia 76 – Ruínas de antigo moinho que era abastecido pelo canal que segue pela margem esquerda do ribeirão do Brumado – CB	163

Fotografia 77 – Ruínas de antigo engenho que era abastecido pelo canal que segue pela margem esquerda do ribeirão do Brumado – CB	163
Fotografia 78 – Reforma em andamento nas ruínas do antigo moinho que era abastecido pelo canal que segue pela margem esquerda do ribeirão do Brumado (CB).....	163
Fotografia 79 – Detalhe da nova roda d’água modificada com a reforma em andamento nas ruínas do antigo moinho	163
Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.....	163
Fotografia 80 – Oficina do <i>Preto</i> , aberta em todos os lados, com tornos elétricos e em mesmo terreno que sua moradia.....	164
Fotografia 81 – Oficina do Ditimar, aberta em todos os lados, com torno elétrico e em mesmo terreno que sua moradia.....	164
Fotografia 82 – Oficina do <i>Gegê</i> , fechada em todos os lados, torno hidráulico e fora do terreno de sua moradia.....	165
Fotografia 83 – Oficina do <i>Ari</i> adjacente à do <i>Gegê</i> , fechada em todos os lados, torno hidráulico e fora do terreno de sua moradia	165
Fotografia 84 – Oficina do <i>Gegê</i> , em amarelo à esquerda, e oficina do <i>Ari</i> , em vermelho à direita. Em verde porta de acesso à oficina do <i>Gegê</i>	165
Fotografia 85 – Oficina do <i>Gegê</i> , à esquerda, e ausência dos muros que delimitavam a oficina do <i>Ari</i> , à direita. Em verde porta de acesso à oficina do <i>Gegê</i>	165
Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.....	165
Fotografia 86 – Vista frontal da área da antiga oficina do <i>Ari</i>	166
Fotografia 87 – Vista superior da antiga oficina do <i>Ari</i>	166
<i>i</i>	166
Fotografia 88 – Vestígios da peça de encaixe da roda do eixo do torno hidráulico do <i>Ari</i>	166
Fotografia 89 – Concentração de <i>torres</i> na área da antiga oficina do <i>Ari</i>	166
Fotografia 90 – Frigideira (Ind. 45) oriunda das escavações do SACP	171
Fotografia 91 – Fundo da frigideira (Ind. 45) oriunda das escavações do SACP	171
Fotografia 92 – Fragmento de tampa (Ind. 61) procedente de escavações arqueológicas desenvolvidas no MO	172
Fotografia 93 – Fragmento de tigela rasa (Ind. 62) procedente de escavações arqueológicas desenvolvidas no MO	172
Fotografia 94 – Panela de pedra-sabão com mais de 1,5m de altura exposta na frente da oficina do <i>Preto</i>	179
Fotografia 95 – Panela de pedra-sabão com mais de 1,5m de altura exposta na frente da oficina do <i>Preto</i>	179
Fotografia 96 – Situação dos artefatos de pedra-sabão expostos na sala Vida Social do MI. À frente mesa com tacho de madeira. À esquerda o alambique e ao fundo dois barris e uma frigideira de pedra-sabão	182
Fotografia 97 – Detalhes dos dois barris com suas tampas (Ind. 18 e 21) e a frigideira de pedra-sabão (Ind.16) expostas no MI	182
Fotografia 98 – Frigideira (Ind. 16) exposta no MI (detalhes das marcas de fuligem)	185
Fotografia 99 – Frigideira (Ind. 16) exposta no MI (detalhes das marcas de fuligem)	185
Fotografia 100 – Sala na qual está exposta uma panela de pedra-sabão no MO, Sabará – MG	187
Fotografia 101 – Panela de pedra-sabão exposta no MO, Sabará – MG.....	187
Fotografia 102 – Parte do acervo arqueológico de pedra-sabão analisado na pesquisa (parte da coleção do MO)	188
Fotografia 103 – Análise do acervo arqueológico de pedra-sabão feita no MO	188
Fotografia 104 – Reserva técnica do MO, Sabará – MG.....	188

Fotografia 105 – Reserva técnica e organização do material arqueológico oriundo das escavações no MO, Sabará – MG.....	188
Fotografia 106 – Torno, “Ofícios da Cerâmica”, no MAO	189
Fotografia 107 – Artefatos expostos nos “Ofícios da Cerâmica”, no MAO	189
Fotografia 108 – “Canoeiro”, “Ofício do transporte”, no MAO	189
Fotografia 109 – “Ferreiros, fundidores e funileiros”, “Ofício do fogo”, no MAO.....	189
Fotografia 110 – Carrancas de pedra-sabão expostas no Ofício de “Carranqueiro”, “Proteção do viajante”, no MAO	189
Fotografia 111 – Carrancas de pedra-sabão expostas no Ofício de “Carranqueiro”, “Proteção do viajante”, no MAO	189
Fotografia 112 – Foto: Marc Ferrez (1880). Largo do Coimbra, centro histórico de Ouro Preto, pouco antes dos inícios da obra para a construção do edifício do Mercado Municipal. A inserção das cores foi feita pelo projeto História em Cores e a versão preta e branca se encontra no Apêndice 16.	231
Fotografia 113 – Artesã expositora decorando uma peça na Feira.....	236
Fotografia 114 – Detalhe da artesã expositora decorando uma peça na Feira	236
Fotografia 115 – Artesã expositora decorando uma peça na Feira.....	236
Fotografia 116 – Artesão expositor decorando uma peça na Feira	236
Fotografia 117 – Artesão expositor decorando uma peça na Feira	236
Fotografia 118 – Artesã expositora decorando uma peça na Feira.....	236
Fotografia 119 – Feirante carregando baldes de água retirados da fonte para limpeza de parte da feira durante a manhã.....	239
Fotografia 120 – Grupo de turistas se refrescando na fonte durante uma tarde de sol.....	239
Fotografia 121 – Turistas e locais descansando no gramado adjacente à fonte	239
Fotografia 122 – Feirante comprando frutas após o almoço em sua barraca	239
Fotografia 123 – Possível cocho de pedra utilizado na antiga feira (Estrutura-Artefato 1 do Croqui).....	241
Fotografia 124 – Possível bica de pedra utilizado na antiga feira (Estrutura-Artefato 5 do Croqui).....	241
Fotografia 125 – Possível cocho de pedra utilizado na antiga feira (Estrutura-Artefato 3 do Croqui).....	241
Fotografia 126 – Estrutura-Artefato 4 do Croqui (sem uso identificado)	241
Fotografia 127 – Feirante-expositora (barraca G3) acendendo o fogareiro de pedra-sabão ..	242
Fotografia 128 – Fogareiro aquecendo o almoço (Barraca G3)	242
Fotografia 129 – Barraca C4, entalhe de peça de pedra-sabão com a representação da igreja São Francisco de Assis	245
Fotografia 130 – Barraca C4, miniatura em pedra-sabão da igreja São Francisco de Assis ..	245
Fotografia 131 – Barraca A1, miniaturas dos profetas de Aleijadinho	246
Fotografia 132 – Barraca F3, miniaturas dos 12 profetas de Aleijadinho	246
Fotografia 133 – Barraca C3, painéis de pedra-sabão expostos junto a painéis de barro vindas de Goiás	246
Fotografia 134 – Barraca A1, bonecas vindas da Bahia.....	246
Fotografia 135 – “Descrição: Praça Tiradentes e Museu da Inconfidência”	268
Fotografia 136 – “Descrição: Igreja de São Francisco de Assis”	268
Fotografia 137 – Sessão na Câmara dos Vereadores de Ouro Preto que teve como pauta a feira enquanto patrimônio cultural.....	274
Fotografia 138 – Joelma, Secretária da ADELCO, em fala na sessão da Câmara dos Vereadores de Ouro Preto.....	274
Fotografia 139 – Camisetas do movimento #FeirinhaFica expostas e vendidas na Feira.....	274
Fotografia 140 – Concentração dos artesãos expositores antes da reunião na CMOP.....	274

Fotografia 141 – Museu particular criado por Sr. Maria e que leva o nome de seu pai: “Rancho do Tropeiro: Antônio Pedro Eleutério”	282
Fotografia 142 – Interior do museu. Área direita, onde se encontram referências aos tropeiros de CB.	282
Fotografia 143 – Interior do museu. Área esquerda, onde se encontram referências aos artesãos paneleiros de CB.....	283
Fotografia 144 – Panela de pedra-sabão exposta na área esquerda do “Rancho do Tropeiro: Antônio Pedro Eleutério”.	283
Fotografia 145 – “Carpinteiro de Roda”– MAO	287
Fotografia 146 – Cenografia do ofício “Carpinteiro de Roda”– MAO	287
Fotografia 147 – Detalhe gestos. Cenografia do ofício “Carpinteiro de Roda”– MAO.....	287
Fotografia 148 – “Torno de pedal” exposto na sala da “Energia hidráulica” no MAO. Acima do torno, na parede, telas nas quais passam videos de ofícios diversos.	287

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantificação dos fragmentos de materiais oriundos das escavações arqueológicas no pátio anexo do MO	80
Gráfico 1 – Aplicação do Gráfico South às louças do sítio Fazenda do Padre Fraga	85
Gráfico 2 – Relação de quantidade de indivíduos-artefatos-objetos por coleção.....	88
Gráfico 4 – Categorizações gerais dos tipos de artefatos	90
Gráfico 5 – Subgrupos de panelas	91
Gráfico 6 – Ocupação e condição social dos oficiais com mais ocorrência na Derrama do termo de Vila Rica (1764)	138
Gráfico 7 – Relação dos tipos de artefatos por setores do sítio arqueológico Fazenda do Padre Fraga.	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocupação e condição social dos oficiais com mais ocorrência na Derrama do termo de Vila Rica (1764)	139
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 – BUSCA DE MATÉRIA-PRIMA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	40
1.1 O nascimento da pesquisa	42
1.2 (Des)encontros com lugares	61
1.3 Personagens.....	87
CAPÍTULO 2 – OFICINAS DE SERES E COLETIVOS: TÉCNICAS E TECNOLOGIAS COMPARTILHADAS.....	100
2.1 Vida das e nas oficinas: dinâmicas de elementos, materiais e materialidades	104
2.2 Arqueologia dos gestos e ofícios.....	119
2.3 Entre extremos: dinâmicas de identidades e identificações.....	143
CAPÍTULO 3 – EM TERRITÓRIO VIVO: ESPACIALIDADES E MOBILIDADES COMPARTILHADAS.....	158
3.1 Fora das oficinas?.....	159
3.2 Museus, laboratórios e oficinas	180
3.3 Territorialidades e temporalidades compartilhadas.....	198
CAPÍTULO 4 – UMA FEIRA NO MEIO DO CAMINHO.....	226
4.1 Encontro: materialidades do lugar.....	228
4.2 Reencontro: patrimônio em pauta	253
4.3 Matérias-primas para a confecção de programas e planos de gestão coletivos e/ou colaborativos	278
CONCLUSÕES	292
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	302
Apêndice 1 – Tabela coleções mapeadas	318
Apêndice 2 – Mapas território.....	320
Apêndice 3 – Mapas Cachoeira do Brumado (CB), Mariana.....	321
Apêndice 4 – Pedreiras em CB	322
Apêndice 5 – Estruturas hídricas em CB, barragem e canais.....	323
Apêndice 6 – Estruturas hídricas em CB, Croqui tanque.....	324
Apêndice 7 – Ventaneira	325
Apêndice 8 – Torno hidráulico em CB	326
Apêndice 9 – Desenhos gestos	327
Apêndice 10 – Pré-forma e fixação no torno	328

Apêndice 11 – Ângulos de torneamento	329
Apêndice 12 – Cartazes da “Festa da panela de pedra de Cachoeira do Brumado”	330
Apêndice 13 – Tropeiros e o transporte das panelas de pedra.	331
Apêndice 14 – Croqui geral do sítio arqueológico Fazenda do Padre Fraga (SAFPF), Mariana.....	332
Apêndice 15 – Panfleto da Feira de artesanato do largo de Coimbra, Ouro Preto.....	333
Apêndice 16 – Fotos dos Mercados no largo de Coimbra (séculos XIX e XX).....	334
Apêndice 17 – Croqui Geral da Feira de artesanato do largo de Coimbra.....	335
Apêndice 18 – Desenhos feitos pelos artesãos expositores da Feira (1)	336
Apêndice 19 – Desenhos feitos pelos artesãos expositores da Feira (2)	337
Apêndice 20 – Museu da Inconfidência, croqui da sala vida social.....	338
Apêndice 21 – Textos presentes nos auxílios didáticos da sala vida social do MI	339
Apêndice 22 – Museu de Artes e Ofício, sala ofício do comércio – Farmácia	340
Apêndice 23 – Sala ofício da transformação do alimento, cozinha, no MAO	341
Apêndice 24 – Museu do Ouro, edificação e escavações arqueológicas no pátio anexo	342
Apêndice 25 – Material de divulgação do histórico de preservação, revitalização e escavações arqueológicas no MO	343
Apêndice 26 – Desenho feito por um discente do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Janeiro – UFRJ (1)	344
Apêndice 27 – Desenho feito por um discente do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Janeiro – UFRJ (2)	345
Apêndice 28 – Desenho feito por uma discente do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Janeiro – UFRJ (3)	346

INTRODUÇÃO

Meu primeiro contato com as panelas de pedra-sabão mineiras foi no final da minha graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mais especificamente em 2006, quando, ao analisar coleções arqueológicas provenientes de fazendas históricas em Minas Gerais para o desenvolvimento de minha monografia de bacharelado, me deparei com alguns fragmentos de vasilhas de pedra-sabão. Eles eram minoria esmagada frente aos demais materiais históricos – tais como faianças finas, vidros, metais, entre muitos outros – e, portanto, apenas uma pequena parte do material analisado (MELQUIÁDES, 2007).

Inicialmente, uma questão básica se colocava. Como parte dos métodos de estudo e análise de materiais arqueológicos, é feito um banco de dados que é alimentado por meio do preenchimento de fichas de atributos contendo características e qualidades que devem ser percebidas nos fragmentos e artefatos arqueológicos e etnográficos, tais como marcas e técnicas de confecção e uso, formas (projetadas e/ou percebidas), funções (atribuídas e/ou desempenhadas), medidas, descrição de coloração, composição, entre muitas outras. Enquanto para os demais materiais existentes nas coleções arqueológicas se encontra facilmente em manuais e publicações de arqueologia essas planilhas e listas de atributos, além de descrição de métodos e possibilidades de abordagens, nada havia sobre as vasilhas de pedra-sabão.

A partir disso, me vi em uma busca inicial por informações básicas para a confecção dessa planilha de análise dos fragmentos de vasilhas de pedra-sabão. Foi quando iniciei um levantamento de informações e bibliografia sobre a presença desses objetos em outros lugares e contextos. Na ocasião, buscava uma caracterização mínima dos contextos de produção e usos de uma maneira geral, além da descrição das técnicas e tecnologias de confecção, possíveis (re)usos, etc., especificamente para o material analisado no trabalho de conclusão da graduação (MELQUIÁDES, 2007).

Iniciada essa jornada, os relatos, informações e reflexões apresentadas no texto que segue são resultados de minha pesquisa de doutoramento que, por sua vez, é um desdobramento da pesquisa de mestrado, para as quais, portanto, somam oito anos de pesquisa. As descrições densas e detalhadas dos materiais e de situações, eventos e relações associadas a ele têm como intuito não apenas o registro dos conhecimentos, técnicas e gestos despendidos dos artesãos, como também demonstrar a manifestação de conjunturas mais amplas e de outros planos, através de gestos e eventos comuns e cotidianos. Elegendo as panelas de pedra-sabão como objetos centrais das abordagens e construções, foi perceptível uma rede ou malha de relações e fluxos de vida vinculados à materialidades e fisicalidades dessas coisas. É necessário destacar que houveram descrições densas dos materiais através de

fichas de análises, desenhos, anotações em caderno de campo, além da experimentação e participação na confecção de painéis de pedra-sabão.

Fotografia 1 – *Gegê* me ensinando a tornear panela de pedra-sabão no torno hidráulico

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 2 – Eu torneando panela de pedra-sabão

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

O objetivo geral e inicial do projeto – talvez melhor definido como o objetivo tronco da pesquisa ao qual estão associados os estudos supracitados – é a construção de uma longa história de vida¹ da população de vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais que, por sua vez, indica que esses seres (coisas-artefatos) e os coletivos definidos por sua associação a seres humanos (produtores e usuários) participaram e participam como entidades exteriorizadas, à margem, ou completamente desconsiderados nas realidades presentes e passadas e nos debates que envolvem construção de conhecimento sobre o passado e gestão desses conhecimentos e dos patrimônios no presente e no futuro.

Desconsidera, portanto, a participação dos objetos, de uma maneira geral, e as painéis de pedra, especificamente, nos processos e eventos históricos e culturais que compõem a(s) sociedade(s), particularmente Minas Gerais e o Brasil. Desconsidera também a sua participação no andamento do mundo contemporâneo, contribuindo com a manutenção e

¹ Destaca-se que o conceito de história de vida que nasce com essa Arqueologia Comportamental, ligada inicialmente a essa escola processual (SCHIFFER, 1987; LA MOTTA e SCHIFFER, 2002; SCHIFFER et al., 2010), tem sido amplamente utilizado na Arqueologia, atualmente revisitado e aplicado a fragmentos, documentos, artefatos, edifícios, lugares, territórios e paisagens (ZEDENO, 1997; HOLTORF, 2002; THOMAS, 2002; GALLOWAY, 2006; SCHIFFER et al., 2010). Já foi dito por pesquisadores que hoje utilizam esses conceitos que por vida se entende as diferentes relações com os artefatos (SCHIFFER, 2010, p. 13). Além disso, foi proposto o alargamento conceitual que passou a entender as etapas de escavação, descoberta, curadoria, estudo e exposição também como parte da vida das coisas (HOLTORF, 2002), bem como a consideração de um futuro das coisas, incluindo as teorias e conceitos (HOLTORF e HÖGBERG, 2014; HOLTORF, 2015). Mesmo que tais perspectivas perpassem a quebra dos dualismos ontológicos no que toca às temporalidades, para sua utilização há necessidade de desconstruir o caráter inicialmente sistêmico das abordagens, fundamentalmente compreendendo as relações coletivas – que abarcam pessoas e coisas – como orgânicas e de constituição mútua.

reprodução de impercepções e violências ontológicas e epistêmicas que atualmente atingem os seres e coletivos associados, tais como os artesãos paneleiros e as comunidades de artesãos.

Essas relações, no caso da presente pesquisa, serão abordadas a partir das materialidades das placas de pedra-sabão e nos remetem inicialmente a colonialismos, definidos como projetos e práticas de controle empacotados nas interações entre coletivos ligados por relações assimétricas de poder, e os processos de transformação social e cultural resultantes dessas práticas que, não necessariamente, envolvem o controle coercitivo e político (DIETLER, 2005). Dessa maneira, as relações variam em contexto, indo desde questões como a colonização sendo solidificada ou mantida pelo colonialismo até o colonialismo que atua sem a subjugação política da colonização (DIETLER, 2005).

No caso dessa pesquisa, para constatar tais relações, foi essencial o estudo e engajamento com a matéria-prima (pedra-sabão) e com as placas de pedra, junto ao exercício de desconstrução da “Ciência”, através principalmente das perspectivas simétricas aplicadas às ciências. Assim, foram considerados os debates que vêm sendo desenvolvidos em torno destes estudos, bem como o diálogo entre Arqueologia, Estudos de Cultura Material, Estudos de Ciência e Tecnologia, Museologia, Antropologia e Gestão dos patrimônios. O que é chamado aqui de perspectivas simétricas, neste momento, seriam estudos que partem da proposta de quebra dos binarismos ontológicos (natureza/cultura, sujeito/objeto, passado/presente, por exemplo) e se propõem a ontologias alternativas às predominantes na Ciência (LATOUR e WOOLGAR, 1997; INGOLD, 2000, 2010, 2011, 2014; LATOUR, 2004, 2007).

Assim, essa introdução tem o objetivo de apresentar parte destas reflexões teóricas imbricadas na pesquisa e que embasam as construções e abordagens apresentadas no decorrer tese. Mesmo havendo referências e inserção do material em questão (as placas de pedra-sabão) e dos coletivos associados (comunidades de artesãos), a inserção de fato desses participantes nas abordagens será feita a partir do primeiro capítulo, junto a uma descrição do nascimento da pesquisa, dos (des)encontros com os lugares e a posterior apresentação desses seres e coletivos.

Latour e Woolgar (1997) fazem uma releitura e discussão do “princípio da simetria”, proposto pelo filósofo e sociólogo da ciência David Bloor² (1976), destacando que simetria implica, para eles, “algo mais do que para Bloor: cumpre não somente tratar nos mesmos

² As perspectivas simétricas nascem com o “princípio da simetria”, proposto por David Bloor (1976), que partia da relativização dos estudos da ciência de filósofos, historiadores e sociólogos que deveriam ser imparciais com relação à verdade e falsidade, à racionalidade e irracionalidade, ao êxito ou fracasso das teorias científicas cujo conteúdo trata de explicar (LATOUR e WOOLGAR, 1997).

termos os vencedores e os vencidos da história das ciências, mas também tratar igualmente em mesmos termos a natureza e a sociedade” (LATOUR e WOOLGAR, 1997, p. 24). Assim, além de se inserirem nos programas de descolonização das ciências, esses autores já indicam a necessidade de simetrizar não só os discursos, mas também os agentes e as relações, apontando no sentido de alternativas ontológicas e epistemológicas para as ciências modernas.

Uma das maneiras de se iniciar as críticas e visualizar exercícios de giros e viradas ontológicas é através da constatação de Bruno Latour de que há modos de existência ocidentais modernos predominantes no mundo contemporâneo guiados por ontologias duais, que reproduzem relações assimétricas e acabam por compor seres e coletivos por permuta de características e propriedades (LATOUR, 2004, 2012). Constatada essas redes de relações, e na busca de ciências mais democráticas, o mesmo autor aborda uma nova constituição, ou ecologia, na qual não há mais a segregação dos seres em duas câmaras ontológicas distintas (Natureza e Cultura). Os seres são libertados e vistos enquanto participantes de um mundo comum, chamado pelo autor de coletivo³ (LATOUR, 2004, p. 23). O autor propõe, no bojo de sua teoria, o nivelamento analítico de conceitos, perspectivas e linguagens, que têm sido bastante pertinentes a estudos e perspectivas de diferentes áreas do conhecimento, incluindo a Arqueologia.

Tim Ingold contribui com as propostas de quebra dos dualismos no qual se baseia “todo o edifício do pensamento ocidental” que “separa os ‘dois mundos’ de humanidade e natureza” (INGOLD, 2000, p. 1). Há, no entanto, alguns ou muitos pontos de divergência entre as propostas destes dois autores, Bruno Latour e Tim Ingold⁴. Um primeiro ponto de relativização das teorias de Bruno Latour que pode ser feito com base nas abordagens de Tim Ingold (2000, 2008, 2010) consiste no uso dos conceitos de “ocidental” e “moderno”. Ao explicar sua relativização, o autor afirma que:

³ “O Coletivo significa tudo, e não dois separados” (LATOUR, 2004, p. 117). “Embora empregado no singular, o termo não nos remete a uma unidade já feita, mas a um procedimento para coligar as associações de humanos e não-humanos” (LATOUR, 2004, p. 373).

⁴ É necessário destacar, de antemão, que a relação entre as teorias desses dois grandes cientistas contemporâneos é bastante densa, complexa e em plena atividade. Há diferentes áreas de contato, divergências, convergências, impasses e lugares comuns. No entanto, se as críticas são consideradas e as perspectivas agregadas, há a possibilidade de utilização das perspectivas como complementares – conforme proposta nesta pesquisa –, e não excludentes. Para tal, será dada ênfase aos pontos de atrito selecionados que, por relação de forças, dão movimento aos debates e construções propostos na pesquisa. O primeiro, e talvez principal, ponto de divergência das abordagens dos autores consiste no fato de que Tim Ingold simetriza as relações através de um viés fenomenológico, rompendo com a dicotomia entre natureza e humanidade através de uma aproximação entre a antropologia sociocultural e biofísica (INGOLD, 2010, 1). Já, por um viés diferente, Bruno Latour (2004, 2005, 2007) propõe esquemas para análise do coletivo, suas organizações, construções, propostas e instituições, ou seja, as dinâmicas coletivas que dão andamento ao mundo comum.

Uma vez que conhecemos realmente as pessoas – até mesmo os habitantes dos países do Ocidente – nenhum deles se revela ser um Ocidental puro-sangue, ou até mesmo ser particularmente moderno na sua abordagem da vida; e que a tradição ocidental de pensamento, cuidadosamente examinada, é tão rica, historicamente variável e contestada como qualquer outra⁵ (INGOLD, 2000, p. 6).

Assim, o autor chama atenção para o fato de que “moderno” e “ocidental” não podem abarcar um todo homogêneo. Além disso, mostra que coletivos que vivem no “ocidente moderno” podem não compartilhar do “pensamento ocidental moderno” (INGOLD, 2000) ou da “cosmologia moderna” (LATOUR, 2007) ou, até mesmo, que se relacionam com essa “constituição moderna” de diferentes maneiras e com diferentes gradações e intensidades, se aproximando de modos de existência ocidentais modernos, predominantes na contemporaneidade (LATOUR, 2012).

Por outro lado, o ponto central de convergência das perspectivas desses cientistas está no fato de ambos constatarem que há uma constituição de mundo ocidental moderno que perpassa os modos de existência e de vida, os quais são chave para o movimento e andamento do mundo contemporâneo. Visto que essa conjuntura está imbricada no fazer científico, há uma necessidade prerrogativa “de que nós acadêmicos também não compartilhemos essa perspectiva ocidental moderna” (INGOLD, 2000, p. 6). Aceitar que parte fundamental dos objetivos das ciências tem que ser o de “proteger o pluralismo ontológico contra seu aniquilamento pelo esquema sujeito/objeto” (LATOUR, 2012, p. 22).

Outro ponto importante de divergência das teorias dos autores orbita a Teoria Ator Rede (*Actor Network Theory – ANT*), cujo autor é Bruno Latour (2005), que traz a ideia de “relação de relações” ou “rede de relações” (LATOUR, 2005, 2007). Segundo Tim Ingold, essa reapropriação tem como ponto positivo o fato de não concentrar a agência⁶ ou agentividade em mãos humanas, porém, a *ANT* “não pensa no ambiente, mas no estudo sociológico da ciência e tecnologia” (INGOLD, 2008, p. 20). Propondo uma reformulação do termo, o autor publica um texto no qual faz uma analogia entre formigas (em inglês, *ant*) e aranhas, apontando para a teia, trama ou malha como alternativa à rede (INGOLD, 2008, 2011). Afirma ele que as linhas da teia da aranha não são uma rede de comunicação, mas extensões vivas das aranhas que deixam rastro no ambiente. “Como as aranhas, a vida das

⁵ “That once we get to know people well – even the inhabitants of nominally Western countries – not one of them turns out to be a full-blooded Westerner or even to be particularly modern in their approach of life; and that the Western tradition of thought, closely examined, is as rich various, multivocal, historically changeable and contest-riven as any other” (INGOLD, 2000, p. 6).

⁶ O conceito de agência ou agentividade, a partir do qual é atribuída agência social aos artefatos, foi cunhado pela Antropologia e vem sendo utilizado na construção de abordagens Arqueológicas (GELL, 1998; DOBRES, 2000; GAMBLE, 2004; INGOLD, 2008b). Na presente pesquisa, no entanto, agências são capacidades implícitas às materialidades.

coisas se estende não por uma, mas múltiplas linhas” (INGOLD, 2008, p. 21)⁷, destacando também que as linhas são compostas por fluxos de materiais e movimentos contínuos que contam histórias (INGOLD, 2007c). Além disso, na crítica de Ingold também está implícita novamente a ideia de que, para além de simetrizar os discursos e construções científicas, conforme enfatiza Latour (2004, 2005, 2007), devemos simetrizar também os eventos e relações, como proposto em sua teoria da vida (INGOLD, 2010, 2011).

Ao abordar a passagem de “uma ideia de *network* para a proposta de *meshwork*”, Potyguara Alencar dos Santos aponta que:

A imagem dessa *meshwork*, pensada como modelo analítico em resposta de uma *network* (Latour, 2005), corresponde à construção de um ‘*interweaving of lines*’ (Ingold, 2011: 64), situação onde ‘*every such line describes a flow of material substance in a space that is topologically fluid*’ (Op. cit.: 64). Como imagem e conceito, a *meshwork* realiza o rompimento do que se concebe como sendo as estruturas nodais das *networks*, modelos em cuja vida está a depender das relações estritas, discretas e semiotizantes. A *meshwork*, diferentemente, seria um conceito do aberto, do generalizante e englobante, refere a sua imagem ao movimento das formas, aos contatos próximos e não permanentes; as suas linhas são feitas de movimentos em fluxo no espaço, contínuos de vida que fazem interagir entes relacionais (SANTOS, 2013, p. 62).

Além da ruptura com a atual ditadura das ontologias duais nas ciências, que se aproximam das propostas de Bruno Latour, conforme visto anteriormente, a perspectiva de Tim Ingold indica que artesanato e artefato só existem enquanto associativos e que tecnologia trata de sociabilidade (INGOLD, 2000, 2007) ou de coletividade, caso escolha-se abdicar do termo social (LATOUR, 2005). Nesse sentido, passou a me interessar diretamente os conceitos de tecnologia, mobilidade, ritmos e temporalidade a partir das colocações de Tim Ingold e dos debates em torno deles.

Segundo Tim Ingold, o habitar e a perspectiva da vivência (*dwelling perspective*) estão associados a atividades (*task*), tecnologias, mobilidades e a um engajamento criativo e orgânico, pois traz para si um fluxo de vida que alimenta capacidades de interação e aprendizados, mnemônicas, de sentidos e sentimentos diversos (INGOLD, 2000). Bruno Latour também pode contribuir ao apontar para a compreensão de que “humanos e não-humanos podem permutar suas propriedades, a fim de compor em comum a matéria-prima do coletivo” (LATOUR, 2004, p. 119). Nesse sentido, é possível atentar para as capacidades mnemônicas, de aprendizado, de tecnologias e mobilidades dos artefatos, bem como o

⁷ Em contraposição à “*network*” (LATOUR, 1994, 2005), Ingold (2010; 2011) propõe uma “*meshwork*”.

dualismo artesão (sujeito) e artefato (objeto) torna-se limitador de algumas análises e abordagens.

Com um olhar menos assimétrico, é necessário atentar para o fato de que, se a oposição sujeito/objeto proibia a permuta de propriedades, a dupla humano e não-humano torna essa troca necessária, pois elas “permitirão preencher o coletivo de seres dotados de vontade, de liberdade, de palavra e de existência reais” (LATOUR, 2004, p. 120). Com isso em mente seria possível perceber, além da maneira como os artesãos confeccionavam os artefatos, como os artefatos participam da confecção dos artesãos e como a pesquisa, analogamente, participava na minha formação de arqueólogo e nos rumos e caminhos tomados por ela, conforme pretendo demonstrar no decorrer da tese.

Já com experiência de algumas etapas de campo com as comunidades de artesãos atuais e já percebido o mutualismo constituinte de seres humanos (artesãos) e não humanos (materiais, objetos, artefatos) a partir de uma matéria prima (pedra-sabão) comum ao coletivo (englobante do social), me vi como objeto no sentido também de canalizar e permitir o fluxo de vida que emana através das panelas de pedra-sabão. Atentei-me para o fato de que, talvez, quanto menores sejam as assimetrias na Ciência, maiores e em maior quantidade serão os fluxos de vida por elas percebidos e registrados. Através também de um engajamento material e criativo meu com as panelas de pedra-sabão, os artesãos e a pesquisa, me vi como um dos porta-vozes desses seres e coletivos associados. Lembrando que devemos sempre duvidar de todos os porta-vozes (LATOUR e WOOLGAR, 2004; LATOUR, 2004).

Ciente da minha função social enquanto pesquisador, foi necessário um esforço em compreender um pouco mais a legislação sobre patrimônio cultural brasileiro e o contexto contemporâneo no qual eu me inseria, me atentando inicialmente para a situação museológica e patrimonial que envolvia esses artefatos e as comunidades de artesãos (MELQUÍADES, 2011).

Com esse intuito, foram propostas reflexões e ações que podem ser caracterizadas como processos de patrimonialização, que abarcam o debate sobre as possibilidades de gestão, registros ou políticas públicas que envolvam os saberes, os lugares, as pessoas e as coisas envolvidas na vida das panelas de pedra-sabão em Minas Gerais, tais como o registro da *Festa da Panela de Pedra de Cachoeira do Brumado* e o registro da *Feirinha de pedra-sabão de Ouro Preto*. Além disso, foi possível o acompanhamento de processos de patrimonialização desenvolvidos por membros da comunidade e a análise do potencial e possibilidade de dar mais visibilidade às panelas de pedras e aos artesãos paneleiros.

As relações de abandono e desconsideração – conforme já constatado na pesquisa de mestrado e as quais pretendo revisitar e aprofundar – perpassam diferentes eventos e processos, tais como a ausência de estudos arqueológicos e a pouca documentação existente sobre esses artefatos; as poucas referências e a pequena documentação histórica que citam as painéis de pedra; a maneira como os artefatos encontram-se expostos nos museus; a marginalidade das comunidades de artesãos; a situação das grandes mineradoras que hoje têm direito de exploração das pedreiras anteriormente utilizada pelos artesãos; o abismo entre população, programas de construção e gestão do conhecimento e patrimônio; o mesmo abismo entre comunidades e museus; entre muitos outros.

No caso das painéis de pedra-sabão em Minas Gerais, e conforme pretendo demonstrar e abordar mais detalhadamente no decorrer da tese, há claramente um projeto colonialista que forja uma identidade mineira e nacional do qual participam os materiais e as painéis de pedra-sabão. Assim, nascem símbolos representativos de identidades estáticas, homogeneizadoras e exclusivistas – tais como o Barroco mineiro e Aleijadinho, a Inconfidência mineira e Tiradentes – que não dão conta da variabilidade e dinâmica das relações vividas no passado e presente. Esses personagens, fatos e ideais – muitas vezes monumentalizados e expostos nos museus – tradicionalmente recebem o peso das atenções, deixando outros seres e atores, como as comunidades de artesãos que ainda persistem fazendo painéis de pedra nos arredores de Ouro Preto e Mariana, de fora das construções. As situações aparentemente se sustentam em relações de extrema assimetria e desconsideração, que podem levar a violências, opressões e real extinção dos seres e coletivos associados.

O exercício de tratamento simétrico das fontes históricas, arqueológicas e etnográficas, adotado nos estudos técnicos e tecnológicos das coleções de fragmentos e artefatos, junto ao acompanhamento e vivência das relações e cotidianos de produção das painéis e ao estudo de documentação histórica, mostrou que a produção de vasilhas de pedra-sabão foi e continua sendo um ofício não oficial. Tal produção é, então, histórica e contemporaneamente informal e marginalizada (MELQUÍADES, 2011).

Mais a fundo nas relações, a mesma pesquisa mostrou a participação de uma multiplicidade de seres (humanos e não-humanos), elementos, materiais e materialidades durante a confecção desses artefatos (gestos, técnicas, habilidades, mobilidades e conhecimentos), que apontam para a participação de humanos com experiências e habilidades associados a diferentes ofícios (canteiro, pedreiro, marceneiro, torneiro, oleiro, ferreiros, entre outros), de origens e procedências igualmente diversas (europeus, africanos, brasileiros, etc.), em diferentes condições e situações sociais (escravizados, forros, livres, etc.) e com

mobilidades diversas (oficinas, comunidades, comércio, roças, trabalho em outros ofícios, obras públicas, entre outros). Essa multiplicidade de seres, por sua vez, é multiplicadora das relações, estabelecendo linhas e agregando dinâmicas, eventos e ritmos ao cotidiano e experiência humana passada em Minas Gerais. Com isso, contribui-se com uma visão de identidades mineiras vividas nas relações cotidianas e percebidas em sua variedade de participantes, não apenas nos “vencedores da história”. Uma identidade mineira dinâmica, associativa, multicultural e viva, da qual certamente participam os artesãos paneleiros de pedra-sabão.

Constatada essa malha de relações assimétricas associada à história de vida das vasilhas de pedra-sabão, a pesquisa de mestrado apontou como saída alternativa a proposta de desenvolvimento de ciências mais democráticas e de práticas colaborativas, atentando para questões dos patrimônios culturais e arqueológicos. Entre os objetivos propostos, portanto, estavam a construção de conhecimento coletivo sobre o passado, em um exercício de simetrizar os discursos e as participações, e a proposta de debates e possível experimentação de Programas de Gestão Coletivos, que partam das vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais e envolvam os demais seres e coletivos associados (MELQUÍADES, 2011).

Com base nesses apontamentos finais apresentados no mestrado, a pesquisa de doutorado surge com o objetivo geral de partir de perspectivas simétricas de construção e gestão dos conhecimentos e patrimônios, vislumbrando abordagens coletivas, multiculturais, multivocais e alternativas. Trata-se de um exercício constante de agregar agentes e ritmos tanto na interpretação do passado quanto na ação sobre o presente e futuro. Além disso, e conforme a proposta geral da pesquisa, interessava compreender como a(s) materialidade(s) das painéis de pedra-sabão participava(m) dessas relações das quais, a partir da perspectiva adotada na pesquisa, elas eram existencialmente essenciais e ao mesmo tempo completamente desconsideradas.

Em termos de volume de informações, seres e coletivos participantes da pesquisa, houve uma ampliação. Ao passo que, no mestrado, foram analisadas três coleções (Museu de Artes e Ofícios – MAO, Museu da Inconfidência – MI e sítio arqueológico fazenda do Padre Fraga – SAFPF), no doutorado foram analisadas mais duas coleções (sítio arqueológico Casa de Pedra de Amarantina – SACP e Museu do Ouro – MO). Sobre as análises dos fragmentos e artefatos que compõem as coleções, elas foram feitas seguindo basicamente os mesmos critérios da pesquisa de mestrado, naquela ocasião apresentado em forma de Anexo da dissertação, intitulado “Relatório técnico: Elaboração de ficha analítica; Descrição dos

indivíduos/artefatos”⁸ (MELQUIÁDES, 2011). Destaca-se, no entanto, que foram utilizadas duas fichas de análise, sendo uma para o universo dos fragmentos e outra para os artefatos-indivíduos que, por sua vez, também foram descritos individualmente. Essa descrição densa e cuidadosa das coisas pode ser compreendida como uma maneira de seguir os materiais, conforme colocado por Tim Ingold (2007 apud Alberti, 2016, p. 13), e caracteriza procedimentos essenciais para a pesquisa em questão.

Finalizando os coletivos colaboradores, temos a “Associação de expositores do Largo do Coimbra” (ADELC), que representa legalmente a Feira de artesanato do Largo de Coimbra, conhecida como *Feirinha de pedra-sabão*, situada no centro histórico de Ouro Preto. A inserção de mais um coletivo (Feira) visa diminuir a ausência de informações sobre os coletivos associados à vida das panelas de pedra-sabão em Minas Gerais. Enfatizando as características relacionais que compõem as realidades e vidas, percebe-se que a desconsideração desses coletivos está relacionada, talvez por extensão de movimento, a das vasilhas em si, e de impercepções com relação às materialidades de uma maneira geral. É preciso ficar atento, no entanto, para o fato de que a agentividade, subjetivação/objetivação e potência dos objetos também tem gradações que necessitam ser entendidas a partir das relações entre as coisas e delas com seres humanos e extra-humanos.

A ampliação dos participantes na pesquisa é um dos principais pontos de expansão do doutorado. Somam-se a ela a ampliação dos métodos (incluindo colaborativos), o aprofundamento da abordagem e a proposta de experimentação de atividades que se aproximam de processos de patrimonialização e da discussão sobre possíveis Programas de Gestão participativos e colaborativos. Este último envolvendo as vasilhas de pedra-sabão enquanto população de artefatos e suas histórias de vida, juntamente com os demais seres e coletivos associados (comunidades de artesãos e feira, por exemplo).

O título “Pedras artesãs” é uma provocação – aliás, como outras partes das construções e reflexões apresentadas nesta tese – que objetiva mais levantar questionamentos, reflexões e propor alternativas e possibilidades do que responder a perguntas e indicar caminhos bem marcados e seguros. É extremamente importante compreender, no entanto, que não se trata de defender um determinismo das coisas ou uma objetificação generalizada no sentido “mais literal – sujeitos tornados em objetos” (MILLER, 2013, p. 93), ou qualquer outra associação que leve a perceber os seres humanos como desprovidos de capacidades críticas e de ação. A agência e/ou agentividade humana, tal qual a das coisas, também é um princípio básico deste

⁸ Para consulta a tal material, ver Melquiades, 2011.

estudo. No entanto, ela não é atribuída (cf. Gell, 1998), mas inerente aos seres. A ideia é elevar a participação de outras coisas e entidades em equidade com outros atores, destacando que atores são “exatamente o que não é substituível” (LATOUR, 2005, p. 152 apud OLSEN, 2013, p. 156) e que se manifestam e participam no andamento do mundo comum no estabelecimento de teias de relações.

Nesse sentido, as abordagens que definem Arqueologia de uma maneira ampla como “disciplina das coisas” (OLSEN et al., 2012; OLSEN, 2013) e defendem a consideração e o respeito à ontologia dos objetos, sublinham um dever, uma obrigação, uma necessidade de que os praticantes da Arqueologia também se engajem e envolvam com as coisas, sendo essa parte essencial da disciplina (OLSEN et al., 2012). Assim, e conforme será retomado e desenvolvido com base nos exemplos apresentados nos capítulos, para as reflexões e construções que perpassam esta tese serão consideradas e exercitadas essas questões, junto às discussões sobre a virada ontológica e o retorno aos materiais, com atenção especial às materialidades dos materiais (OLSEN et al., 2012; OLSEN, 2013; WITMORE, 2014; ALBERTI, 2016; TILLEY, 2007; INGOLD, 2007; KNAPPETT, 2007).

Um exemplo dos fluxos de materiais e permuta de propriedades que, na minha concepção, caracterizam as materialidades, no caso das panelas, é seu envolvimento com o preparo de alimentos e com a culinária mineira. As panelas de pedra-sabão são comumente utilizadas para fazer arroz, feijão, angu, caldos, entre muitos outros pratos considerados típicos mineiros. É bastante comum ouvir que o preparo dos alimentos na panela de pedra “*dá um gosto diferente na comida*” e que têm propriedades de cura e prevenção de alguns malefícios, como a anemia e outros. Estudos indicam que durante a cocção de alimentos em panelas de pedra há um fluxo e transferência de ferro e outros elementos para a comida que, por sua vez, chega ao ser humano que a consome, auxiliando no combate da anemia (QUINTAES, 2006). Materialidades, para esta pesquisa são, portanto, inerentes aos materiais e são esses fluxos e permutas de características, propriedades e qualidades entre os seres que compõem o coletivo, conforme o evento aqui relatado. Essas propriedades e qualidades, por sua vez, estão relacionadas às subjetivações e às relações sociais-coletivas. Como no caso no qual o envolvimento das panelas de pedra-sabão com o sabor dos pratos coopera na instituição de significância identitária e patrimonial.

Com essa concepção de materialidade, ou talvez materialidades, pode-se perceber que as mesmas relações estudadas pela Arqueologia (pessoas-coisas) também dão vida às diferentes arqueologias. Essas relações passíveis de envolvimento que dão vida a outros seres e coletivos igualmente estudados pelas arqueologias, coletivos humanos e artefatos, por

exemplo. Mais especificamente, estou falando da relação arqueólogo (humano) com artefatos e registros arqueológicos (coisas, não-humanos). Então, ao considerar que todos são arqueólogos (CABRAL, 2013), conforme problematizado pelas Arqueologias indígenas (WOBST, 2010; SILVA, 2012; CABRAL, 2013, 2014), nasceria a grande variedade de Arqueologias existentes tanto no histórico de formação da disciplina moderna quanto atualmente, ou seja, durante toda a história vida da Arqueologia. No extremo, tais diferenças podem ser consideradas inerentes a todos os seres enquanto individuais, sendo inclusive necessárias e, em alguns casos, evidentes nas Arqueologias contemporâneas.

Através da abordagem proposta, e exercitando a aplicação dos conteúdos e reflexões das leituras à pesquisa, há de se considerar a multidisciplinariedade da Arqueologia e as diferentes áreas do conhecimento com as quais se propõem a dialogar, bem como as técnicas e os métodos, as *expertises* e muitos outros aspectos. Assim, me pareceu mais produtivo não adjetivar *a priori* o termo Arqueologia, mas abordar as possibilidades de adjetivação para o estudo aqui apresentado junto com as reflexões finais e conclusões.

Nesse ponto, um relato que pode esclarecer a dinâmica dessas adjetivações é, no caso da presente pesquisa e conforme será narrado no primeiro Capítulo, a passagem de uma Etnoarqueologia para as Arqueologias do presente e do passado recente, bem como, posteriormente, uma etnografia arqueológica e, por fim, simplesmente Arqueologia, sem adjetivação. Assim, enquanto nesta introdução e no Capítulo 1 o termo Etnoarqueologia é amplamente utilizado, a partir do Capítulo 2 restringirei seu uso por acreditar que a abordagem se aproxima mais de um exercício de confluência de etnografias arqueológicas, das ciências, das técnicas e tecnologias, dos materiais, das espacialidades e mobilidades, patrimonial e mesmo museológica, conforme será apresentado no decorrer da tese.

Dentro das abordagens da Teoria das coisas, as arqueólogas e os arqueólogos engajados com os materiais se aproximam de bricoleiros⁹ (OLSEN, 2013, p. 4), tanto no que se refere as suas atividades e habilidades de coletar, juntar, montar e colar cacos e pedaços de coisas, quanto ao lidarem com as teorias e as abordagens na construção de conhecimentos arqueológicos a partir dessas mesmas coisas fragmentadas, além de dar-lhes possibilidades de sentidos e usos no presente.

Ao abordar essa bricolagem, Bjørn Olsen (2013) propõe questões que ultrapassam “obstáculos filosóficos”, passando pela Teoria Ator-Rede (*ANT*), pós-estruturalismo e fenomenologia, abordando autores como Bergson, Walter Benjamin, Merleau-Ponty,

⁹ *Bricoleurs* (OLSEN et al., 2013, p. 4).

Foucault, Serres, Latour, entre outros, para afirmar que “as próprias coisas têm repetidamente se mostrado complexas, diferentes e indisciplinadas para serem capturadas por qualquer filosofia ou teoria social única”¹⁰ (OLSEN, 2013, p. 14). Nas palavras do autor:

[...] gostaria de enfatizar a afinidade entre bricolagem e Arqueologia, além do óbvio e comum trabalho de coleta. O *bricoleur* e o arqueólogo juntam forças trabalhando no que de fato há - o qual é muitas vezes o fragmentado, o descartado e o abandonado. Ambos também compartilham o destino duvidoso de ter o nome de seu ofício apropriado por antropólogos, filósofos e críticos literários em sua busca de algo suficientemente metaforicamente material para reforçar e concretizar suas concepções abstratas¹¹ (OLSEN, 2013, p. 152).

Importa destacar que não se trata da mesma constatação de que há uma extrema fragmentação teórica, tais quais as críticas já feitas às abordagens pós-processuais (HODDER, 2002; WEBMOOR, 2007). Ao contrário, acredito que esses fragmentos nada mais são do que facetas de manifestação de relações vivas, de constituição mútua entre arqueólogo e materiais arqueológicos e, por isso, enquanto evento e processo são necessariamente diferentes, dão vida a diferentes arqueologias. Fabíola Silva, por exemplo, abordou “o singular e o plural das Arqueologias indígenas” mostrando que as pesquisas nessa vertente, vinculadas às Arqueologias alternativas e colaborativas, variam na:

[...] diversidade de práticas locais, que precisam sempre ser transformadas e adaptadas contextualmente e situacionalmente, considerando que são múltiplas as razões e percepções para investigar, registrar e preservar os testemunhos arqueológicos. O patrimônio cultural pode ter significados distintos para as diferentes pessoas e coletivos (SILVA, 2012, p. 27).

Indícios das limitações dos binarismos modernos, entre os quais Ciência e Política¹², podem ser perceptíveis no fato de que a Arqueologia já considera, principalmente com a escola pós-processual emergente na década de 1980, sua participação e função nos debates sobre questões mais amplas que envolvem gestão e andamento do mundo comum,

¹⁰ “Things themselves have repeatedly proved to be too complex, different, and unruly to be captured by any single philosophy or social theory” (OLSEN, 2013, p. 14).

¹¹ “[...] I would like to emphasize the kinship between bricolage and archaeology, beyond the obvious common toil of collecting. The *bricoleur* and the archaeologist join forces in working on what there actually is—which often is the fragmented, the discarded and abandoned. Both also share the dubious fate of having the name of their craft appropriated by anthropologists, philosophers, and literary critics in their search for something sufficiently metaphorically material to buttress and concretize their abstract conceptions” (OLSEN, 2013, p. 152).

¹² No âmbito da Ecologia política, Bruno Latour idealiza uma nova constituição na qual não há necessidade de segregação entre Ciência e Política, em que todos os seres que compõem o coletivo são plenamente capazes de se representar nos debates sobre as instituições no mundo contemporâneo. Para isso, no entanto, esses seres e coletivos devem ser chamados ao debate. No extremo, o autor afirma que em um mundo ideal não haveria, portanto, necessidade da existência de cientistas ou políticos (LATOUR, 2004), já abrindo, de antemão, a necessidade de estudos multivocais e descolonizadores.

reconhecendo sua capacidade e potencial de agir no mundo contemporâneo (MCGUIRE, 1999; FERREIRA e FUNARI, 2009; SILVA, 2009a; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, 2009)¹³.

Nesse sentido, as premissas da Arqueologia pública e comunitária, de prática colaborativa, já demonstram a necessidade de aproximação com as comunidades locais, buscando a superação do “modelo colonialista tradicional da prática arqueológica, investindo na incorporação de perspectivas culturais plurais na investigação e interpretação do passado” (SILVA, 2009a, p. 208). Da mesma maneira, porém com abordagens diferentes, estudos arqueológicos com perspectivas museológicas e patrimoniais indicam que, na maioria dos casos, as instituições museológicas e de pesquisa também se inserem nesse contexto, sendo, portanto, agentes e produtos nessa mesma teia de relações (BRUNO, 1995, 2000, 2014; WICHES, 2010, 2014).

Outro ponto frágil das relações contemporâneas é o afastamento dos coletivos em relação à legislação, às políticas públicas e às pesquisas científicas sobre patrimônio cultural e arqueológico, que tratam (mas não contemplam) esses coletivos; nesse caso, especificamente a pesquisa arqueológica (MENESES, 2007; FERREIRA, 2013). Um caminho que se apresenta seria desenvolver pesquisas com coletivos contemporâneos através de estudos colaborativos (SILVA, 2009a, 2012; COLWELL-CHANTHAPHON, 2009; FERREIRA, 2013), com etnografia arqueológica embasada em fundamentos simultaneamente político e ideológico (FERREIRA, 2013), aos quais eu acrescentaria os fundamentos técnicos e metodológicos¹⁴.

Em meio aos estudos sobre essas vertentes contemporâneas da Arqueologia e das perspectivas simétricas aplicadas às ciências, junto aos primeiros trabalhos de campo na

¹³ Encontram-se essas referências ao tomar como base estudos que definem a Arqueologia também como prática política (FERREIRA e FUNARI, 2009; MCGUIRE, 1999), ou que têm como “parte de seus objetivos abordar questões ligadas à globalização, à violência política e aos programas de desenvolvimento e interferências estatais” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009, p. 21). Da mesma maneira, se manifesta em estudos de diferentes vertentes arqueológicas que abarcam demarcação de terras indígenas (SILVA, 2009, 2012), de produção e gestão do conhecimento e patrimônio arqueológico (BRUNO, 2000, 2005; WICHES, 2010; MENESES, 2007; SILVA, 2009; FERNANDES, 2008) e de legislação vigente e relação com as instituições governamentais (MIRANDA, 2006; MENESES, 2007; BASTOS e SOUZA, 2008; FERREIRA, 2013), que têm como parte de seus objetivos efetiva melhora na qualidade de vida.

¹⁴ De modo geral, desde o surgimento do termo Etnoarqueologia com o paradigma processual na década de 1970, esses estudos têm como objetivo fornecer um *corpus* etnográfico para interpretação do registro arqueológico e criar modelos interpretativos que possam ser testados (BINFORD, 1983). Os arqueólogos processuais partiram da possibilidade de percepção e registro dos processos culturais de formação do registro arqueológico e de sua relação com comportamento humano (SCHIFFER et al, 2010). O alcance dos debates travados por esses pesquisadores chega às abordagens contemporâneas, tendo em seu histórico debates em torno da “premissa de Pompéia” (SCHIFFER, 1972, 1987; BINFORD, 1981) da consideração de processos não culturais na formação do registro arqueológico, na observação de um fluxo de comportamento associado à história de vida do registro e/ou artefatos arqueológicos, na associação – hoje possível – entre comportamento e a esfera ritual, social e simbólica, entre muitos outros vieses resultantes dessas abordagens, que ainda são excelente base para os estudos etnoarqueológicos contemporâneos (SCHIFFER et al, 2010).

comunidade de artesãos atuais em Cachoeira do Brumado (CB), em Mariana, me parecia cada vez mais claro que os arqueólogos tradicionalmente desconsideravam esses discursos e participações. Além disso, pode-se perceber que o atual estado de abandono – por parte da Ciência e da Política – dos coletivos tradicionalmente produtores das panelas de pedra-sabão e do ofício de paneleiro estava associado a uma série de questões que remetem novamente à (re)produção de assimetrias, tais como o tradicional peso dado às belas artes em detrimento das atividades artesanais e manuais, o estudo sobre arte barroca e da cantaria, entre muitos outros, chegando às Arqueologias contemporâneas que, mesmo buscando as pequenas coisas esquecidas (cf. DEETZ, 1996), mundanas e comuns, não havia ainda se atentado para esses potenciais protagonistas, as panelas de pedra-sabão.

De qualquer maneira, a meu ver, há uma aparente convergência nos estudos contemporâneos em Arqueologia na tentativa de simetrizar os discursos e relações que perpassam a quebra dos dualismos ocidentais modernos e a descolonização da Arqueologia, culminando com o respeito às ontologias alternativas e aos materiais e artefatos (objetos). Mesmo que não direta e assumidamente, a maioria dos estudos contemporâneos parecem apontar no sentido de que, por ser uma Ciência moderna desde seus primórdios, a Arqueologia está impregnada de assimetrias, que perpassavam os diferentes paradigmas arqueológicos (GONZALEZ-RUIBAL, 2007; WITMORE, 2007; WEBMOOR, 2007; NEUMANN, 2008).

Alguns exemplos extremos dessas assimetrias estão na utilização de abordagens evolucionistas para justificar dominação sobre pessoas e coletivos, conforme percebido em Arqueologias colonialistas, imperialistas e nacionalistas em diferentes partes do globo, incluindo no Brasil (TRIGGER, 1994; GOSDEN, 2004; DIETLER, 2005; FERREIRA, 2010).

A tomada de consciência de que a Arqueologia está vinculada também a ontologias e epistemologias das Ciências e aos contextos contemporâneos às pesquisas – e que isso influencia nos resultados que podem ser utilizados política e economicamente – se inicia já com a Arqueologia Processual. Em meio à intensa mudança nos métodos arqueológicos e às novas abordagens que se propunham mais científicas que as do paradigma histórico-cultural anterior, a “perda da inocência” e a busca de uma autoconsciência crítica para a Arqueologia já estava associada, segundo David Clarke (1973, p. 7), à necessidade de uma mudança filosófica, metafísica e teórica.

Passados mais de quarenta anos das colocações de Clark, hoje já é aceito que as Ciências Sociais reforçam, muito mais do que combatem, a reprodução da ordem de desigualdade,

injustiça e morte, e aí mora a razão da descolonização (HABER, 2011a, p. 15). Uma Arqueologia indisciplinada, tal qual proposta por Alejandro Haber (2011a, 2011b, 2011c), se difere de uma Arqueologia disciplinada por não pretender construir conhecimento sobre o passado a partir dos restos materiais, mas sim abordar a “inevitável consubstancialidade de outros espaços-tempos, apesar de, e indo contra a repressão moderna/capitalista/disciplinaria/colonial”¹⁵ (HABER, 2011a, p. 31).

Na Arqueologia brasileira contemporânea, uma tendência à descolonização da Arqueologia e, por consequência das ciências, pode ser vislumbrada, seja na construção de conhecimento sobre o passado ou na gestão desses e dos patrimônios no presente (SILVA, 2009, 2012; FERREIRA, 2013). A Musealização da Arqueologia, por exemplo, já aponta para a necessidade de que, nos museus, os passados arqueológicos sejam considerados simetricamente às construções historiográficas tradicionais, denunciando uma estratigrafia do abandono ao patrimônio arqueológico e definindo a museologia como uma “luta pela perseguição do abandono” (BRUNO, 2000, 2005). Ademais, pesquisadores dessa área destacam que a Museologia, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, pode considerar como eixo gerador o “fato museal, o reconhecimento do fenômeno museológico e a valorização dos processos de musealização” (BRUNO, 2014, p. 8).

Estendendo o exercício e as perspectivas simétricas aos museus e à Museologia, é notória uma aproximação com as reflexões sobre a museologia como campo de estudo voltado para a relação entre pessoas humanas e coisas (não-humanos, artefatos, referências patrimoniais, indicadores da memória, etc.) em um cenário (lugar, paisagem, território). Essa definição está ligada ao conceito de fato museal ou fato museológico, conforme definido por Waldisa Rússio Camargo Guanieri (RÚSSIO, 1981) e amplamente utilizado na Museologia brasileira e internacional.

Portanto, a Museologia pode ser vista também como um campo de conhecimento que pode partir de perspectivas simétricas para a percepção das relações entre humanos e não-humanos e da permuta de propriedades entre os seres. Nesse contexto, a Museologia Social ou

¹⁵ Um evento importante associado a esse processo de autocritica pelo qual ainda passa a(s) arqueologia(s), e ao poder das assimetrias historicamente impregnadas, pode ser percebido no cisma ocorrido no *World Archaeological Congress (WAC)*. Em meados da década de 1980, alguns arqueólogos, parte de um comitê organizador local de um encontro da União Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas (*UISPP*), retiraram o convite de pesquisadores sul-africanos e namíbios, alienados com as convocações para sancionar o *apartheid*. Diante de tal acontecimento e da falta de apoio do *UISPP*, esses arqueólogos criam o Congresso Arqueológico Mundial que teve sua primeira reunião Southampton em 1986 (SHEPHERD e HABER, 2011). “Em termos gerais, foram três os elementos do programa do *WAC*: primeiro, um compromisso com a política da vocalidade e a representação; segundo, uma ênfase na inclusão e no multiculturalismo; terceiro, um interesse em questões de prática ética e correta”, recapitulando “o que poderia chamar-se uma concepção moderna-colonial do conhecimento” (SHEPHERD e HABER, 2011 p. 70).

Sociomuseologia é o segmento que se organiza a partir de metodologias colaborativas convergindo para a construção de abordagens e desenvolvimento de propostas de extroversão e gestão dos patrimônios, menos assimétricas também em suas práticas (VARINE, 2000; MOUTINHO, 2007). A Musealização da Arqueologia, que trabalha com a aproximação da Sociomuseologia e das Arqueologias pós-processuais, já tem demonstrado que a convergência de etnografias arqueológicas, da Arqueologia pública e da Sociomuseologia podem levar a programas participativos e colaborativos de gestão e extroversão do conhecimento e patrimônios (WICHES, 2010, 2011, 2014), conforme será visto em capítulo próprio.

Assim, nesta pesquisa, os museus, as comunidades de artesãos, os sítios arqueológicos e os locais de produção e usos são vistos como lugares relacionados à vida das vasilhas de pedra-sabão. Esses lugares são marcados por ritmos que, através das materialidades, ressonam em uma malha viva e remetem, entre outras coisas, às espacialidades e mobilidades das vasilhas de pedra-sabão dentro de um território, como será abordado no Capítulo 3. Conforme já mencionado, o movimento proposto nesta pesquisa é o de debater as diferentes adjetivações que são dadas às Arqueologias contemporâneas, com base em perspectivas simétricas, utilizando os casos que serão apresentados no decorrer da tese, sendo um dos objetivos específicos da pesquisa testar a aplicabilidade de perspectivas simétricas na construção dos conhecimentos e gestão dos patrimônios arqueológicos.

O título da tese, portanto, refere-se a problemáticas e reflexões sobre: como as materialidades das vasilhas de pedra-sabão participam no andamento do mundo comum (“sociabilidades”)? Como o fluxo de materiais e a permuta de propriedades operam na constituição do coletivo? Em defesa das coisas e mantendo um constante exercício e atitude de respeito à sua ontologia, essas perspectivas gerais podem ser colocadas para a pesquisa, junto a uma questão referente às etnografias arqueológicas e das ciências. Sobre estas, aproximações e analogias entre atividades científicas e trabalhos artesanais já vêm sendo feitas pela Arqueologia, pelos Estudos de Cultura Material e pelos Estudos de Ciências e Tecnologia (SHANKS e MCGUIRE, 1996; LATOUR e WOOLGAR, 1997; OLSEN et al., 2012; OLSEN, 2013; WEBMOOR, 2013, CABRAL, 2014). Na medida em que é possível uma etnografia das atividades e relações artesanais de confecção dos artefatos, também é possível uma etnografia do fazer arqueológico e científico. Nesse sentido, esses ofícios estão ligados a atividades promovidas com uma intensa conscientização, formada através do envolvimento interativo com os materiais e a produção das qualidades dos materiais. Assim, “prática não é um mundo compartimentado de atividade selado fora da teoria” (OLSEN et al., 2012, p. 5).

Colocada nesses termos, a construção do conhecimento sobre o passado está associada também aos engajamentos com as coisas (OLSEN et al., 2012), no caso da presente abordagem percebidos tanto nas relações dos produtores e usuários quanto naquelas que se enveredam pesquisadores na construção e desenvolvimento das pesquisas. Nessas abordagens, é possível perceber que os engajamentos estão ligados a atividades práticas e cotidianas, a partir das quais se desenvolvem habilidades e se ampliam e constroem conhecimentos relacionais, coletivos e orgânicos. Conforme será abordado e defendido no decorrer da tese, esses conhecimentos podem ser percebidos através das materialidades e indicativos de mobilidades e tecnologias compartilhadas que dão ritmos, movimentos e vida ao mundo comum. Com tais perspectivas, teorias e métodos também necessitam ser tratados de maneira não dual, pois nos remetem inevitavelmente ao mito da caverna de Platão e à necessidade de purificação, relacionada às bases epistemológicas da Ciência moderna (LATOUR e WOOLGAR, 1997). Ao contrário, na abordagem aqui proposta, as Arqueologias estudam as (e nascem das) relações coletivas e de constituição mútua entre as pessoas e animais, plantas, coisas, ou seja, seres humanos e não-humanos.

Considerando as perspectivas adotadas nesta pesquisa e a confluência de etnografias que compõem a tese, os capítulos tratarão dos diferentes momentos e relações das vidas tanto das painéis de pedra-sabão quanto do estudo. Tal aproximação é possível porque, conforme compreendido nesta pesquisa, ambos (Arqueologias e materiais arqueológicos) são considerados seres e entidades que se emaranham com outros seres e coletivos, dando vida a novos seres e constituindo coletivos mais amplos, conforme pretendo demonstrar no decorrer da tese. Com objetivo de apresentar uma proposta alternativa ao regime de temporalidade moderno, linear e dual, bem como da disciplina imbricada no desenvolvimento, na prática e na escrita tradicional de pesquisas científicas e/ou acadêmicas (HABER, 2011a, 2011b), o texto da tese foi estruturado a partir da mesma proposta aplicada à construção do conhecimento na pesquisa e algumas etapas da vida das painéis de pedra-sabão.

Assim, o primeiro capítulo, “Busca de matéria-prima e construção de conhecimentos”, refere-se tanto à minha busca quanto a dos artesãos. Culmina com relatos e definição das proposições e questionamentos teóricos e as atividades desenvolvidas como métodos, passando pelas diferentes Arqueologias, para uma posterior definição da matéria-prima em questão (pedra-sabão) e dos principais personagens das histórias, narrativas e construções propostas e desenvolvidas no texto. Assim, se inicia com “1.1. O nascimento da pesquisa”, passa pelos “1.2. (Des)encontros com os lugares” e chega à apresentação dos “1.3.

Personagens”, dentre os quais estão a população de artefatos, os museus, os sítios arqueológicos e os coletivos de artesãos em questão.

Os Capítulos 2 e 3, por sua vez, foram divididos de acordo com as propriedades e capacidades das painéis de pedra que me possibilitaram e auxiliaram na construção das abordagens, das quais se destacaram as técnicas e tecnologias e as espacialidades e mobilidades compartilhadas, conforme colocados nesses capítulos.

No “Capítulo 2: Oficinas de seres e coletivos: técnicas e tecnologias compartilhadas” serão abordadas, no primeiro tópico, as relações ou “1.1. Vida *nas* e *das* oficinas”, na qual apresentarei as “dinâmicas de elementos, materiais e materialidades” durante a confecção das painéis de pedra-sabão nestes lugares. No segundo tópico, “2.2. Arqueologia dos gestos e ofícios”, serão abordados gestos, técnicas e tecnologias que remetem a uma dinâmica com novos agentes, eventos e perspectivas, que serão agregados às concepções de História e Cultura de Minas Gerais, relativizando-as e demonstrando a permuta de propriedades entre os seres e a participação dos artefatos em diferentes contextos espaço-temporais, com atenção especial às materialidades dos gestos (MATTHEWS, 2005), passando pelos estigmas de trabalho manual e pela desabilidade dos gestos. No último tópico desse capítulo, a abordagem envolve uma reflexão sobre as “dinâmicas de identidades e identificações” vinculadas às painéis e aos artesãos.

O terceiro capítulo, que tem como título “Em território vivo: espacialidades e mobilidades compartilhadas”, segue o mesmo princípio do anterior, conforme mencionado acima, e trata das espacialidades e mobilidades dentro e fora das oficinas. O questionamento apresentado no primeiro tópico do capítulo, “3.1. Fora das oficinas?”, está associado à problemática de definição de oficina, na medida em que as espacialidades e mobilidades das atividades de produção remetem a espaços externos ao que tradicionalmente se define como oficina. O tópico “3.2. Museus, oficinas e laboratórios” aborda as espacialidades das painéis nos museus, bem como propõe uma reflexão e aproximação entre as oficinas e os laboratórios, conforme percebidos nesta pesquisa e colocados no decorrer no tese e no capítulo em questão. Abordadas as espacialidades nas oficinas, nas comunidades, nos sítios arqueológicos e nos museus, a construção caminha para a definição de um território. Assim, no tópico “3.3. Territorialidades e temporalidades” será apresentada uma abordagem na qual há uma incursão na História de Minas Gerais a partir dessas concepções, das colocações feitas nos capítulos anteriores e considerando as painéis de pedra-sabão e suas materialidades.

O “Capítulo 4: Uma Feira no meio do caminho” corresponde à inserção da Feira de artesanato do largo de Coimbra também como lugar de troca e comércio das painéis e de

outros artesanatos de pedra-sabão. Conforme será descrito no capítulo, essa ramificação da pesquisa surgiu associada a um contexto de tensão política em torno do uso do espaço público que a *Feirinha de pedra-sabão* ocupa e ao questionamento inicial sobre suas possíveis qualidades enquanto patrimônio cultural. Na esteira dessas reflexões desenvolvidas pelos artesãos expositores da *feirinha*, tem início um processo de patrimonialização alternativo a partir do qual foram e estão sendo desenvolvidas atividades que podem caracterizar a gestão do patrimônio cultural, nesse caso desenvolvido pela Associação representativa dos artesãos expositores da Feira e sem qualquer ajuda dos órgãos e instituições públicas. Nesse capítulo também será dada ênfase à descrição das experiências do plano de gestão coletivo alternativo e às atividades a ele vinculadas, bem como uma reflexão sobre as possibilidades de planos e programas que abarquem a pedra-sabão enquanto matéria-prima, considerando sua versatilidade e atentando para os seres e coletivos até então desconsiderados. Assim, o quarto e último capítulo foi dividido em “4.1. Encontro”, para contar minha primeira etapa de pesquisa que levou à construção de uma história de vida do lugar e da feira e do largo de Coimbra; “4.2. Reencontro: patrimônio em pauta”, para colocar em cena as questões patrimoniais que perpassam a feira e “4.3. Matérias-primas para a confecção de programas de gestão colaborativos”, para abarcar as reflexões e possibilidades de gestão dos diferentes patrimônios tratados na pesquisa – artefatos, saberes, fazeres, lugares, manifestações – individuais e/ou coletivamente.

Os apêndices foram construídos para registro e com base nas interpretações e apontamentos feitos na pesquisa. Neles constam imagens, fotografias e desenhos organizados em conjunto e trabalhados para demonstrar as construções e perspectivas colocadas na tese. Assim, constam nos apêndices croquis, desenhos, imagens de satélites, fotos e textos que auxiliam na compreensão da tese e, por motivos já mencionados, alguns são os mesmos apresentados no mestrado (MELQUÍADES, 2011). Por fim, e na tentativa de deixar o texto mais fluido, as citações com recuo em língua estrangeira foram colocadas com a versão traduzida livremente no corpo do texto e com o original em nota de rodapé, conforme perceptível nesta introdução.

CAPÍTULO 1 – BUSCA DE MATÉRIA-PRIMA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A caracterização da atividade científica como trabalho artesanal (Amann e Knorr-Cetina 1990; Revetz 1971; Shanks e McGuire 1996) tem sido influente; afirmando que a habilidade e tegumento material unidos nas atividades práticas trazem reconhecimento de que os arqueólogos não descobrem o passado. Semelhante às considerações dos Estudos de Ciência e Tecnologia, que seguem o esforço coletivo de renderização de resultados textuais e midiáticos a partir de parâmetros científicos, é uma posição que enfraquece a ideia romântica de neutralidade na "descoberta" da realidade (do passado)¹⁶ (WEBMOOR, 2013, p. 109).

A matéria pedra-sabão ocorre de diferentes formas e em contextos espaço-temporais diversos, tais como em jazidas atuais no Alasca e nos Estados Unidos, em peças de arte e utensílios produzidos atualmente na Itália, ou em artefatos arqueológicos coletados em Zimbábwe (FANGAN, 1965, 1988; PHILLIPS, 1999). Além destes contextos, há ocorrência de pedra-sabão no Canadá, na China, na Dinamarca, na Finlândia, na Índia, no Irã, na Noruega, na Rússia, na Suécia e na Ucrânia. (LEONI & GAGGI, 1997; PORTO LEAL, 2013; A.HUHTAL, A. AULIS, E. HANSKI, 2016). No Brasil há referências à existência de artefatos, vasilhas e potes de pedra-sabão marcadamente em Minas Gerais. Estudos na região do Quadrilátero Ferrífero Mineiro indicam a possibilidade de que potes de pedra fossem feitos e utilizados na região desde mais de 2.000 anos atrás (JUNQUEIRA, 1984; WUST, 1990; PROUS E MALTA, 1991; PROUS, 1992; MELQUIÁDES, 2011). Nesta mesma região existem referências a ocorrências de vasilhas em sítios arqueológicos históricos dos períodos colonial e imperial brasileiro, em grandes e pequenas propriedades e rurais e urbanas entre os séculos XVIII e XXI. Nesta mesma região, o surgimento e constituição dos coletivos produtores, comunidades de artesãos, aparentemente se iniciou no século XVIII e algumas dessas comunidades persistem até hoje com a produção de painéis de pedra (VON BURGUER, 1927; MELQUIÁDES, 2011; LOPES DIAS, 2017).

A busca de matéria-prima para a confecção das painéis de pedra-sabão nos casos estudados na região do Quadrilátero Ferrífero Mineiro envolve uma gama ampla de relações e envolvimento com a pedra que, através da materialidade nos indicam diferentes modos de vida e existência. Segundo artesão paineleiro Gegê as pedras são retiradas das pedreiras “nos meses que não tinham a letra ‘R’; a coleta, então, acontecia nos meses de maio, junho, julho,

¹⁶ “The characterization of scientific activity as craft work (Amann and Knorr-Cetina 1990; Revetz 1971; Shanks and McGuire 1996) has been influential; affirming the skill and material integument bound together in practical activities brings the acknowledgement that archaeologists do not discover the past. Similar to STS accounts that follow the collective effort of rendering textual and media outputs from scientific settings, it is a position that undercuts the romantic idea of a neutral ‘discovery’ of (a past) reality” (WEBMOOR, 2013, p. 109).

agosto, sempre feita nas regiões mais altas do terreno e no período das luas minguantes” (LOPES DIAS, 2017, p. 259). Esses processos ou “rituais” eram desempenhados para “que a rocha não tivesse umidade, o que poderia interferir na qualidade da panela”.

Segundo os artesãos mais antigos, as panelas feitas seguindo este princípio eram perfeitas, resistentes e duráveis, e que hoje em dia as pessoas não seguem esses princípios por acreditarem que o tempo e a lua não influem em nada (LOPES DIAS, 2017, p. 259).

Também é bastante comum ouvir dos artesãos que a presença e concentração de algumas “impurezas” na matéria-prima influenciam na escolha dos “blocos” e/ou “pedra de panela”. Por isso, eles optam por determinadas áreas das pedreiras e blocos em que a rocha se apresenta mais “pura”. A referência feita, nesse caso, é à “Pirita” (FeS_2), um mineral opaco de brilho metálico e dureza variando de 6 a 6,5 na escala MOHS (LENIZ e CAMPOS, 1979) que pode ser encontrada na esteatita, nome técnico da pedra-sabão.

Segundo os artesãos a pirita é um elemento importante, pois, tanto o atrito da ferramenta do artesão (alavanca de ferro) durante o processo de torneamento com aglomerados desse mineral, como o contato destes últimos com o fogo, fazem com que os aglomerados de pirita se decomponham e desprendam do restante da panela, causando pequenos buracos que podem chegar a grandes fraturas e até “estourar” a panela durante o processo de torneamento.

Ao passo em que os artesãos, quando têm essa possibilidade, optam por determinadas partes dos afloramentos baseadas em suas experiências cotidianas de relações diretas com a pedra, igualmente se deu o andamento e construção da pesquisa, teorias e métodos. Na relação direta entre teorias, método, fontes, estudos, atividades e práticas cotidianas, junto aos resultados que, paulatinamente, iam dinamizando e apontando os caminhos das abordagens, optei por aqueles que me auxiliassem na construção e desenvolvimento da tese em consonância com as problemáticas, questionamentos e hipóteses levantadas.

Portanto, o movimento do presente capítulo se inicia a partir do meu contato inicial com as panelas de pedra-sabão, as informações levantadas e questionamentos iniciais, os métodos adotados e algumas hipóteses e reflexões em busca de construções mais consistentes, conforme será colocado no primeiro tópico. O segundo tópico apresenta meus encontros e desencontros com os lugares participantes da pesquisa e com as panelas de pedra-sabão e os artesãos.

No último tópico deste primeiro capítulo, será feita a apresentação e descrição dos seres coletivos participantes da pesquisa. É importante destacar que a tese aqui apresentada é uma continuação da pesquisa de mestrado, da qual houve um aumento no número de coleções, museus, sítios arqueológicos e artesãos, além da inserção da Feira de pedra-sabão, entre outros. Assim, ao passo em que no decorrer da tese encontram-se informações e trechos muito parecidos com os apresentados no mestrado¹⁷ (MELQUÍADES, 2011), também foram inseridas informações e construções referentes aos novos participantes, bem como (re)formulações e aprofundamentos nas abordagens.

1.1 O nascimento da pesquisa

Conforme mencionado, meu primeiro contato com fragmentos de painéis de pedra-sabão provenientes de sítios arqueológicos históricos foi em 2006. Na medida em que meu envolvimento com o material aumentava, eu seguia com o levantamento inicial de informações sobre os objetos. Esse primeiro levantamento levou a informações sobre três comunidades e/ou coletivos de artesãos atuais, nos municípios de Ouro Preto e Mariana, além de uma Feira de artesanato situada no centro histórico de Ouro Preto que, atualmente, é popularmente conhecida como *feirinha de pedra-sabão*. Além destes lugares, também me chamou atenção a presença de vasilhas de pedra-sabão expostas em museus, bem como em antiquários e coleções particulares.

Mais tarde definido como território, já no início da pesquisa me parecia ser a região do Quadrilátero Ferrífero Mineiro e mesorregião metropolitana de Belo Horizonte a área de maior ocorrência das vasilhas de pedra-sabão, qualificada principalmente pela presença das comunidades de artesãos atuais, dos sítios arqueológicos históricos, dos museus e da feira. No entanto, poucas referências foram encontradas sobre esses artefatos em pesquisas e publicações acadêmicas e científicas de diferentes áreas, tais como História, Geografia, Antropologia, Artes, Design, entre outras. Na Arqueologia, especificamente, pouquíssimas publicações citavam vasilhas de pedra-sabão, e todas em contextos indígenas e pré-coloniais (JUNQUEIRA, 1984; PROUS, 1992; PROUS e MALTA, 1991; WUST, 1990). As referências encontradas para os períodos históricos – após o contato com o europeu, no qual se situava a pesquisa em função das coleções estudadas – não eram em publicações de

¹⁷ As descrições das coleções já apresentadas no mestrado, por exemplo, não necessitam ser completamente modificadas visto que a ficha de análise permanece a mesma e estes artefatos não foram reanalisados. O mesmo aconteceu com alguns museus, que foram visitados naquela época e contam com descrições e informações presentes em cadernos de campo.

arqueologia e abordavam a pedra-sabão a partir de perspectivas da história e das artes, passando pela vida, obra e arte de Aleijadinho (MENEZES, 2014), além do universo dos fazeres, atividades manuais e artísticas e ofícios mecânicos relacionados a ela, tais como pedreiros, canteiros e escultores (MENESES, 2007a, 2013; PEREIRA, LICCARDO e SILVA, 2007; SILVA, 2003, 2007; SILVA FILHO, 1996).

Nesse momento, surgem as primeiras inquietações e questões que, associadas a minha curiosidade estimulada pelas leituras, estudos e pesquisa, alimentavam meu engajamento com as vasilhas de pedra-sabão: não há de fato recorrência desses objetos em sítios arqueológicos históricos ou eles não são considerados? Por que falar em pedra-sabão relaciona-se diretamente a Aleijadinho e ao Barroco? Quem eram os seres humanos que produziam e usavam tais artefatos? Por mais que hoje me pareçam questões ingênuas e algumas de comum e fácil resposta, elas me permitiram aprofundar nos questionamentos e na construção da abordagem.

Diagnosticadas essas lacunas e levantadas as problemáticas, elaborei uma proposta de estudo para me candidatar ao mestrado em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). O objetivo inicial do estudo foram as análises das coleções arqueológicas e museológicas, junto ao estudo etnoarqueológico em uma das comunidades de artesãos atuais, com o propósito de perceber as continuidades e mudanças nas técnicas e tecnologias de confecção dos artefatos. Além de tentar compreender as aproximações e distanciamentos entre as cadeias operatórias, gestos, técnicas e tecnologias utilizadas na confecção das panelas nos diferentes tempos-espacos, havia também um constante esforço em tentar acessar as pessoas por trás dessa produção, mantendo no horizonte suas possíveis relações com identidades culturais e/ou sociais.

Portanto, o estudo etnoarqueológico, nesse primeiro momento, visava fornecer um corpo etnográfico para interpretação dos materiais arqueológicos (sítios e artefatos) com a finalidade de estudar a relação existente entre pessoas, artefatos e registro arqueológico e as categorizações, como a definição e identificação a partir dos materiais arqueológicos de comportamento humano, de grupos e/ou identidades sociais, étnicas e culturais e de eventos do dia-a-dia e cotidiano (SCHIFFER et al., 2010).

Desde seus primórdios com a Arqueologia Processual, e até hoje, a Etnoarqueologia tem uma forte raiz na teoria de médio alcance (*Middle range theory*) de Lewis Binford (1983), com algumas relativizações, revisões e incorporação de novas perspectivas. Segundo Paul Lane (2006), uma das mudanças ocorridas com o desenvolvimento da Etnoarqueologia foi a necessidade de transformação na maneira como os arqueólogos utilizavam os dados

etnográficos, afetando basicamente duas esferas. A primeira diz respeito à necessidade de que os próprios arqueólogos estivessem ativamente envolvidos na coleta de dados etnográficos, em outras palavras etnografias feitas por arqueólogos. Na segunda esfera, a seleção desestruturada e aleatória de paralelos etnográficos, que tendia a caracterizar os usos anteriores do dado etnográfico na interpretação arqueológica, foi desafiada e, em seu lugar, foram feitos esforços para estabelecer analogias robustas que pudessem se manter de pé ao teste crítico e que tivessem alguma validade em termos de tempo e espaço. Além dessa histórica atenção a modelos interpretativos, atualmente um tipo alternativo de Etnoarqueologia concerne como diferentes sociedades atribuem valores históricos e significados ao mundo físico, usando esses traços materiais na construção e representação de memória individual e coletiva (LANE, 2006, p. 417).

Essas perspectivas contemporâneas chamam atenção para o fato de que as observações etnográficas não são observações arqueológicas (PEARSON e RICHARDS, 2005) e que é impossível fazer uma etnografia do passado, pois etnografia já implica o tempo presente (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009). Ao associar as Etnoarqueologias às Arqueologias do presente e do passado recente (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009; BUCHLI e LUCAS, 2001), percebe-se que a etnografia com olhar arqueológico não pode apenas se ater às relações de determinados grupos e indivíduos com determinada materialidade que permitem pensar em sua projeção para interpretações dessas relações no passado, ou modelos interpretativos que possam ser testados. Para além, deve-se também considerar Arqueologias do mundo contemporâneo e tomar como parte dos objetivos de pesquisa “os programas de desenvolvimento e as interferências estatais na vida das comunidades que estuda” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009, p. 21).

Caso tenham pretensões mais horizontais e democráticas, esses estudos devem ser colaborativos e/ou coletivos, ao se considerar e chamar ao debate todas as partes envolvidas e potencialmente interessadas na pesquisa. No que trata aos coletivos contemporâneos com os quais se desenvolvem esses estudos, é necessário destacar também que “os pontos de vistas nativos são vitais para entender a história não somente porque eles contribuem com fatos, mas também porque dão interpretações alternativas, para complementar aquelas encontradas em fontes documentais” (FERGUSON e COLWELL-CHANTHAPHON, 2006, p. 190). Em um exercício de simetria, no entanto, essas “histórias e pontos de vistas nativos” se fundem com “aquelas encontradas em fontes escritas”. Seja no estudo com coletivos indígenas, rurais, urbanos, modernos ou extra-modernos, a “Arqueologia pode fazer mais que produzir histórias

alternativas: ela pode contar história de uma maneira alternativa” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 249).

Com o ingresso no mestrado e a intensificação do ritmo de pesquisa e vida acadêmica, com algumas idas a campo, congressos, seminários, leituras e participação em disciplinas e cursos, tornou-se constante a reflexão e a revisão crítica do projeto em desenvolvimento, seus métodos, objetivos, interesses, expectativas e potenciais contribuições.

Ao passo em que o acompanhamento das relações e cotidianos de produção para registro das técnicas e tecnologias de produção atuais andava muito bem – e que eu já havia conseguido construir minha lista de atributos e a cadeia de produção básica das vasilhas de pedra-sabão –, comecei a perceber que havia um descompasso ontológico na pesquisa, pois, mesmo que eu percebesse uma agência dos objetos (GELL, 1998) em determinados eventos e relações, eu ainda estava amarrado ao dualismo sujeito/objeto, percebendo-os separadamente e com qualidades e capacidades ontologicamente distintas, ou seja, que não se misturam, não são compartilhadas.

No entanto, no acompanhamento e participação das relações e eventos de produção, junto à vivência cotidiana nas comunidades de artesãos, eu percebia que a agência social dos artefatos não era apenas uma extensão da agência do ser humano (artesão), mas algo além e inerente aos materiais. As relações – em termos de eventos e processos – acompanhadas e vivenciadas por mim entre pessoas (artesãos) e coisas (panelas de pedra-sabão) indicavam algo mais fluido, orgânico e de constituição mútua, além da clara necessidade de “distribuir a capacidade de agir (e também o antropocêntrico termo ‘agente’) para incluir as capacidades dos não-humanos” (WEBMOOR e WITMORE, 2008: 62).

O momento em que me foi apresentada tal realidade remete a um evento do processo de torneamento das panelas de pedra dentro das oficinas. Após a coleta da matéria-prima, conforme mencionado anteriormente, e a confecção de uma pré-forma, esta é colocada no torno. Durante o torneamento, feito com o auxílio de uma alavanca de metal ou *ferro de tornear*, a mesma utilizada na extração dos blocos das pedreiras, os artesãos inúmeras vezes colocam a mão levemente na face interna da vasilha, ainda em movimento no torno. Segundo eles, o gesto é feito tanto para a retirada da poeira ou *pó de pedra* que se deposita no interior da peça durante o torneamento, quanto para percepção, através do tato, das espessuras, estrias e contornos da peça. Além da visão e do tato, outros sentidos também são acionados no interior das oficinas. O ruído constante da alavanca de metal em contato direto com a pedra em movimento no torno também compõe e participa do torneamento. O olfato também estabelece

relação específica, na medida em que lida com a poeira que é expelida durante o torneamento e é extremamente prejudicial à saúde dos artesãos (BEZERRA, 2002).

Fotografia 3 – *Gegê* em frente ao torno hidráulico em sua oficina

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 4 – *Gegê* torneando uma panela de pedra em sua oficina

Fonte: Victoria Lopes Dias, 2016.

Fotografia 5 – *Bilu* torneando uma panela de pedrasabão no torno elétrico

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 6 – *Bilu* torneando uma panela de pedrasabão no torno elétrico (detalhe do gesto para retirada da poeira e percepção de estrias e espessura)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Ao vivenciar e registrar momentos e eventos como esse, cada vez mais minha percepção se abria para a realidade de que, naquele momento, artesão e artefato estavam se tocando. Isso, por sua vez, me possibilitava acessar e refletir sobre a dinâmica da materialidade dos materiais naquele momento e evento específico, e como isso confluía e contribuía com a constituição do artesão enquanto pessoa humana. Parecia-me claro, mesmo que por aquele instante e naquele caso específico, que a matéria-prima para construção do coletivo (social) era a mesma utilizada na confecção das panelas e dos artesãos.

Figura 1 – Desenho do gesto do artesão tocando a face interna da panela durante o torneamento

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017. Desenho: Victória Lopes Dias.

Outra questão que me saltou aos olhos foi o entendimento de que quem toca em um objeto também é tocado por ele (SHANKS e TILLEY, 1992). Aparentemente, isso se aplica tanto à relação artefatos-artesãos, quanto à minha relação com as panelas de pedra-sabão no desenvolvimento da pesquisa, ou seja, pesquisador-objetos de pesquisa. Em ambos os casos, as materialidades são dinâmicas e determinantes para existência da relação.

É necessário relembrar que uma das principais características dos materiais é sua longa duração e persistência, bem como sua materialidade (INGOLD, 2007a; TILLEY, 2007; KNAPPETT, 2007). O conceito de materialidade (*materiality*) é crucial e tem sido apontado por alguns autores (JOHNSON, 2010, p. 224) como tema comum às Arqueologias contemporâneas e à arqueologia simétrica.

Sobre os conceitos, implicação e aplicações da materialidade, um volume do *Cambridge Journal* sobre a temática representa bem a abordagem proposta nesta pesquisa. Novamente Tim Ingold (2007a) abre o volume e afirma que utilizou inicialmente tal conceito, pois percebeu a necessidade de considerar as características materiais das coisas, voltar ao mundo físico-químico experiencial e sua relação orgânica com uma malha viva. Segundo o autor, já há algum tempo as construções científicas que utilizavam tal conceito – principalmente Arqueologia, Antropologia e Estudos de Cultura Material – davam demasiado peso a questões imateriais, esquecendo os aspectos mundanos, eventuais, físico-químicos das relações (INGOLD, 2007a, p. 1).

Na compilação aqui analisada, o termo materialidade parece estar associado também à capacidade das coisas de agirem com as pessoas e outros materiais, sua agentividade (INGOLD, 2007a, 2007b; TILLEY, 2007). Diante da dicotomização constatada por Tim Ingold, Christopher Tilley (2007) aponta para a materialidade presente nos materiais indicando que, se o problema parecia ser o foco de escala da abordagem, ele aparentemente podia ser resolvido. No mesmo texto, Christopher Tilley considera duas questões principais ao abordar o conceito de materialidade. Por um lado, um “mundo processual das pedras” desatento às ações, pensamentos e questões sociais e políticas relacionadas aos seres humanos. “Aqui estamos lidando com materiais ‘brutos’ e suas propriedades”¹⁸ (TILLEY, 2007, p. 17). Por outro lado, há os processos de significação que as pedras têm em relação com as pessoas e com relações sociopolíticas. Assim, para o autor:

O conceito de materialidade é necessário porque tenta considerar e acolher as relações sujeito-objeto que vão além da materialidade bruta das pedras, considerando por que certos tipos de pedra e suas propriedades se tornam importantes para as pessoas. Os processos aqui envolvidos são muito mais complexos e requerem um tipo de trabalho interpretativo bastante diferente do que pode ser fornecido por estudos científicos empíricos, realizados por geólogos que geralmente não levam em consideração o que as pedras significam. Todos os materiais têm suas propriedades que podem ser descritas, mas apenas alguns desses materiais e suas propriedades são significativos para as pessoas. O conceito de materialidade é aquele que precisa abordar as “vidas sociais” das pedras em relação à vida social das pessoas¹⁹ (TILLEY, 2007, p. 17).

Ainda nesse debate, o autor aponta que fez um movimento do material “bruto” para suas significâncias e significações sociais, sendo para ele esse o movimento da materialidade, considerando seus significados sociais, a pedra como conhecimento, “a pedra como significativa”, como implícita em atos e eventos sociais e nas histórias de vida das pessoas, tanto no passado, quanto no presente (TILLEY, 2007, p. 08).

Carl Knappett (2007), nesse mesmo debate, aborda a problemática a partir da pergunta: “materiais com materialidade?”. O autor começa seu texto relatando um debate entre Pierre Lemonnier (1996) e Bruno Latour (1996) em torno da agência e/ou agentividade de humanos e armas, considerando que, para Latour, as duas coisas têm que ser consideradas

¹⁸ “Here we are dealing with ‘brute’ materials and their properties” (TILLEY, 2007, p. 17).

¹⁹ The concept of materiality is required because it tries to consider and embrace subject-object relations going beyond the brute materiality of stones and considering why certain kinds of stone and their properties become important to people. The processes involved here are far more complex and require an altogether different kind of interpretative work than that which can be provided by empirical scientific studies of the type undertaken by geologists who are not usually concerned with what stones mean. All materials have their properties which may be described but only some of these materials and their properties are significant to people. The concept of materiality is one that needfully addresses the ‘social lives’ of stones in relation to the social lives of persons (TILLEY, 2007, p. 17).

juntas, que “os dois se levam adiante”, “que o agente ativo não é nem o humano, nem a arma, mas um humano com a arma” e que “qualquer tentativa de isolar qualquer elemento individual é sem esperança” (KNAPPETT, 2007, p. 20). Por outro lado, e na análise do autor, Lemonnier discorda de Latour, pois considera que uma arma tem suas próprias propriedades que podem ser avaliadas e estudadas independentes do humano e vice-versa. “Uma vez que essas entidades, materiais e sociais, foram ‘independentemente’ avaliadas, então se pode analisar como os dois elementos se juntam”²⁰ (KNAPPETT, 2007, p. 21).

Ao citar o texto de Tim Ingold (2007), que compõe a pauta do debate, Carl Knappett (2007) aponta que ele toma a passagem “materiais sempre e inevitavelmente ganham sobre a materialidade na longa duração” (INGOLD, 2007, p. 10 apud KNAPPETT, 2007, p. 21) como significativa de que os materiais são mais duráveis que o social, sendo essa uma de suas propriedades²¹. Como parte de seus apontamentos finais, o autor afirma que “manter a separação social e material pode fornecer clareza analítica, enquanto a conjunção dos dois implícita no termo ‘materialidade’ é mais realista”²² (KNAPPETT, 2007, p. 22). Nas palavras do autor:

Certamente, precisamos encontrar uma maneira de combinar os dois; em outras palavras, de seguir Latour e Lemonnier. Além disso, talvez ainda mais importante, uma necessidade urgente de metodologias sistemáticas para estudar cultura material do passado e do presente. O desenvolvimento de tais metodologias pode permitir que diferentes disciplinas que relacionam-se entre si e com a cultura material, comunique-se de forma mais eficaz com arqueólogos plenamente engajados com "materialidade" e antropólogos com "materiais". Ingold, que ocupa uma posição única entre várias disciplinas, está bem posicionado para identificar essas discrepâncias, e sua declaração ousada deve servir como um alerta no domínio multi-campo de estudos de cultura-material²³ (KNAPPETT, 2007, p. 23).

²⁰ “[...] the two bring each other forth. The active agent is neither human nor gun, but human-with gun, and any attempt at isolating either individual element is hopeless. This is, I would argue, the perspective endorsed in much of the current work on materiality. Artefacts may have material properties, but it makes little sense to study them in detail as they are secondary to the role of the artefact in social relations. Lemonnier, however, disagrees with Latour. Surely the gun has its own properties that can be assessed independently of the human, and vice versa? Once these entities, material and social, have been ‘independently’ assessed, then one can analyse how the two elements come together (KNAPPETT, 2007, p. 21).

²¹ “A comment of Ingold’s comes to mind in this context – ‘materials always and inevitably win out over materiality in the long term’ (p. 10) – I take this to mean that the material is more durable than the social, and this is one of its ‘properties’” (KNAPPETT, 2007, p. 21).

²² “Keeping the social and material separate may provide analytical clarity, while the conjunction of the two implicit in the term ‘materiality’ is more realistic” (KNAPPETT, 2007, p. 22).

²³ “We need to find a way, surely, of combining the two; or, in other words, of following both Latour and Lemonnier. There is also, perhaps more importantly, a pressing need for systematic methodologies with which to study material culture in the past and the present, and the development of such methodologies might enable the different disciplines concerning themselves with material culture to communicate more effectively, with archaeologists engaging more fully with ‘materiality’ and anthropologists with ‘materials’. Ingold, occupying a unique position between various disciplines, is well placed to identify these discrepancies, and his bold statement should serve as a wake-up call across the multi-field domain of material-culture studies” (KNAPPETT, 2007, p. 23).

Assim sendo, enquanto houver materiais, haverá materialidade? Qualquer que seja a resposta, e na medida em que, nesta pesquisa, os materiais e suas materialidades são as constantes e os outros participantes as variáveis, o potencial para construções que partissem deles (materiais e materialidades) começavam a me parecer mais produtivos, convincentes e próximos das realidades desses objetos.

No que concerne aos estudos de técnicas e tecnologias, mote inicial da pesquisa que posteriormente se expandiu para questões espaciais, de mobilidades e territorialidades, me parecia presente e vívida a experiência de que “tecnologia produz mais que coisas” (DOBRES, 2000, p. 109) e de que “temos que levar em conta que as sociedades consistem em miríades de entidades reais e co-trabalhadoras, compostas de humanos e não-humanos”²⁴ (OLSEN, 2013, p. 6).

Não obstante, para compreender a materialidade dos materiais e das coisas, era apontada como primordial uma descrição sobre o que acontece com os materiais quando são transformados por aqueles que os manipulam (INGOLD, 2007a; OLSEN, 2013), o que implicaria em um retorno à etnografia (OLSEN, 2013).

Ao abordar as possibilidades de diálogo entre a etnografia e a ecologia da vida, de Tim Ingold, Potyguara Alencar dos Santos aponta que “a história se materializa nos organismos em geral, que são adensamentos de contatos, trocas e fluxos” e que “cada contato pressupõe muitos outros contatos em processo de construção pelas unidades em relação”. Assim, “o mundo empírico é o lugar da história a se contar pelos seus organismos em contato, que são materialidades de toda ordem” (SANTOS, 2013, p. 67).

Em tópico intitulado “a etnografia à mão: *dwelling* e o método”, o autor cita a possibilidade de desenvolvimento de *expertises* e incorporação de habilidades etnográficas pelos pesquisadores a partir das perspectivas de habitação. Nesse sentido, ele propõe que a materialidade das coisas seria como uma *story-telling* e que:

O etnógrafo seria aquele que mantém vínculos sensíveis com materialidades e suas histórias, com as tipologias de substâncias, também com os viventes, e participa, como interferente prático, das transformações ocorridas nos mundos da vida (SANTOS, 2013, p. 67).

Ao abordar essas questões relacionadas à vivência do espaço – mas que podem ser aplicadas a outros contextos, como os estudos de técnicas e tecnologia – o autor coloca que:

²⁴ “[...] we have to take into account that societies consist of myriads real and co-working entities composed of both humans and nonhumans” (OLSEN, 2013, p. 6).

Uma “habilidade” (*skill*) etnográfica dependeria, nesse sentido, de uma vivência efetiva com as espacialidades, um conhecimento vivencial dos espaços, das permissividades relacionais articuladas entre os mundos, de um condicionamento da percepção ao fluxo das matérias e das relações entre as suas unidades mais ordinárias. A habilidade etnográfica estaria investida, então, de uma *dwelling perspective* da realidade (SANTOS, 2013, p. 67).

Incorporado dessas novas habilidades que adquiri em eventos e processos de relação direta com a materialidade da pesquisa, seguia com os estudos das coleções e a vivência nas comunidades de artesãos, agora me atentando também para essas novas questões. Minha percepção havia se alargado e se atentado para uma complexidade de eventos sensoriais e de uma diversidade de materiais e elementos que participam dos eventos e processos de confecção das panelas de pedra-sabão nas oficinas. Esses, por sua vez, pareciam apontar para habilidades nascidas, incorporadas e adquiridas através da permuta de qualidades entre os seres (pessoas humanas e coisas) partícipes da relação, como descrito na minha relação com as panelas e conforme será reforçado e aprofundado no decorrer da tese. Por ora, eu estava fazendo um exercício de desconstrução dos dualismos ontológicos imbricados na Ciência moderna, de uma maneira geral, na arqueologia e na minha pesquisa, especificamente, e seguia com os estudos inclinado a perceber os objetos também como sujeitos, em que uma pluralidade de materiais e elementos confluía para e se envolviam na confecção das panelas de pedra.

A partir da desconstrução das ontologias duais, passei a considerar que a recíproca seria necessária, ou seja, perceber os sujeitos também como objetos. Não obstante, todas as questões em torno de conceitos como subjetivação e objetivação e suas dinâmicas e gradações, que não serão aqui aprofundadas, a possibilidade em exercitar a virada ontológica seguiria com as propostas de Latour e Woolgar que defendem que:

Para dar independência às análises da ciência, é necessário, pois, não se basear unicamente no que os pesquisadores e descobridores dizem de si mesmos. Eles devem tornar-se o que os antropólogos chamam de ‘informantes’, certamente informantes privilegiados, mas sempre informantes de quem se duvida (LATOUR e WOOLGAR, 1997, p. 19).

Nesse contexto, me voltei para a necessidade de considerar os artesãos e suas comunidades não como informantes, mas como colaboradores, cujas narrativas, memórias, conhecimentos e engajamentos com as panelas de pedra-sabão não apenas indicavam modos de existência intrínseca e cotidianamente relacionados a elas, como também os elevava ao patamar de pesquisadores.

Na prática, essas questões já suscitaram um dilema primário e inicial: o que é pedra-sabão? O que os geólogos definem como pedra-sabão? O que os artesãos chamam de pedra-sabão? O que os arqueólogos têm chamado de pedra-sabão? Nas narrativas de um dos artesãos, *Ditimar*, em 2011, “*a pedra-sabão é uma pedra mole, boa para tornear e esculpir. Ela é cinza! Parece granito e quanto mais dura, mais granítica e marmorizada*”. É necessário destacar também algo bastante comum nas narrativas: a fala de que a pedra de determinado lugar é melhor para fazer painéis, enquanto a pedra de outro lugar é melhor para escultura, associando o objeto às diferentes qualidades mineralógicas das fontes. Por exemplo, “*quanto mais dura a pedra, pior para fazer painel*”.

Considerando essas definições, compreende-se que a denominação genérica “pedra-sabão” começou a ser utilizada no Brasil no século XVIII para referir-se a qualquer tipo de rocha macia, rica em mineral talco e de coloração entre esverdeada e acinzentada. Portanto, abarca rochas que têm composições mineralógicas e físico-químicas diferentes, das quais a esteatita é aparentemente a principal (INSTITUTO TERRA BRASILIS, 1999).

Suas qualidades, no entanto, vão além da dureza e coloração e relacionam-se a habilidades, memórias e conhecimentos coletivos e compartilhados que, por sua vez, nos remetem a modos de vida e existência, conforme se pretende mostrar no decorrer da tese.

O que mudou, com essa gradual e constante perda da inocência arqueológica e científica, foi um processo de alargamento conceitual que se inicia com a incorporação de um tipo alternativo de etnoarqueologia à perspectiva inicial da pesquisa. Nesse tipo de etnoarqueologia, os pontos de vistas dos seres humanos diretamente envolvidos (nesse caso, produtores, usuários, feirantes, entre outros) são vitais para entender a história e se fundem àquelas encontradas em fontes documentais. A partir de então, comecei a me atentar mais para os artesãos e moradores das comunidades, seus modos de vida e existência, sua relação com as ciências modernas e seus interesses, necessidades e demandas. Isso se mostrou uma qualidade inerente a pesquisas arqueológicas que lidem com coletivos engajados com o patrimônio arqueológico em pauta.

Em meio a esses debates mais contemporâneos, o termo etnografia arqueológica (HAMILAKIS e ANAGNOSTOPOULOS, 2009; HAMILAKIS, 2011), o qual talvez hoje melhor se aplique a esta pesquisa, encontra convergências e aproximações com outras abordagens e vertentes da arqueologia, como as Arqueologias do passado recente e do presente, conforme mencionado anteriormente. A meu ver, um ponto em comum dessas abordagens é uma revisão do lugar que o pesquisador e o passado ocupam na construção de conhecimento e nas ciências arqueológicas. A aceitação da existência da pessoa pesquisadora

e do lugar e contexto de onde se fala, mostra não só a fragilidade de regimes de temporalidades estáticos e das ontologias binárias, como pode ser vista como um novo capítulo sobre a história de vida da arqueologia, nesse caso relacionado à “perda da inocência política” (HAMILAKIS, 2011, p. 403).

Com essas reflexões, mais uma vez as realidades vividas nas comunidades de artesãos me mostravam o caminho. Em uma conversa durante a limpeza para desenho do local da antiga oficina hidráulica de seu pai, o artesão de Cachoeira do Brumado (CB), o artesão conhecido como *Bilu*, na época (2014) com 34 anos, me apontou com o dedo indicador direito um morro distante, atrás da igreja da cidade, e disse: *“você tá vendo aquele morro lá? Eu não posso pegar pedra lá, na mesma pedreira que meu pai e avô buscavam pedra, porque hoje o direito de mineração é de uma dessas grandes empresas”*.

Já constatado um abandono e marginalidade das panelas de pedra sabão na literatura acadêmica e científica, agora isso se materializava na desconsideração dos artesãos em diversas esferas da vida, incluindo a legislativa. A marginalidade com a qual as panelas de pedra-sabão eram tratadas me remetia a uma “pequena coisa esquecida” (DEETZ, 1996) que a arqueologia poderia e, a meu ver, deveria considerar e dar visibilidade.

Nesse sentido, e passando por uma mudança no engajamento com as coisas, vinculado ao labor arqueológico e artesanal, ela assumiria características e qualidades políticas, descolonizadoras e multivocais, através de histórias alternativas ou histórias contadas de maneira alternativa (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008) por arqueólogos a partir das materialidades, além do respeito a ontologias alternativas (HAMILAKIS, 2011).

Alfredo González-Ruibal desenvolve reflexões em torno da questão “Etnoarqueologia ou simplesmente Arqueologia?” e aponta que a “analogia não é exclusiva da etnoarqueologia. Arqueologia, como antropologia e história, é baseada no raciocínio analógico: construção de conhecimento através da comparação”²⁵ (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016, p. 1). No bojo dos debates, o autor cita pesquisadores que definem arqueologia como o estudo da relação entre pessoas e coisas sem associação em um tempo específico (OLSEN et al., 2012; SKIBO e SCHIFFER, 2008; entre outros apud GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016) e aponta que “não vê motivo para não estender a arqueologia do presente para contextos não-Ocidentais”²⁶ (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016, p. 2).

²⁵ “Analogy is not exclusive to ethnoarchaeology, of course. Archaeology, like anthropology and history, is based on analogical reasoning: it builds knowledge through comparison” (González-Ruibal, 2016, p. 1).

²⁶ “But I cannot see the reason for not extending the archaeology of the present to non-Western contexts” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016, p. 2).

Abordando as possibilidades de dar a mesma prioridade a contexto e analogia, o autor coloca que, nesses casos, a analogia é apresentada como “alimento para a imaginação arqueológica” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016, p. 4), e não como uma forma de resolver problemas arqueológicos específicos.

Nesta perspectiva, o papel da etnoarqueologia não é só entender melhor questões arqueológicas específicas (como a forma como o lixo é gerenciado, o significado da decoração ou o ciclo de vida de um pote). Em vez disso, procura-se descobrir como essas questões arqueológicas podem nos permitir entender melhor uma comunidade específica. Eu denominaria essa abordagem ‘etnoarqueologia pós-colonial’²⁷ (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016, p. 4).

Como parte das conclusões, o autor aponta que existem diferentes maneiras pelas quais a arqueologia pode trabalhar no presente, e a etnoarqueologia é uma das opções. Porém, se o interesse está “na relação entre materialidade e pessoas, não é preciso nada além da arqueologia, pura e simples”²⁸ (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016, p. 5). A partir destes debates e das vivências da pesquisa, o que se iniciou como uma etnoarqueologia nos termos clássicos passou a se aproximar de “uma perspectiva arqueológica para os estudos de cultura material” (SILVA, 2009b), de perspectivas da arqueologia do presente (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009) e do passado recente (BUCHLI e LUCAS, 2001), de etnografias arqueológicas e dos materiais (HAMILAKIS e ANAGNOSTOPOULOS, 2009; HAMILAKIS, 2011), das técnicas e tecnologias de produção e das ciências. Mais tarde, foram também agregadas perspectivas de espacialidade, mobilidade, paisagem e território. Atualmente, caso fosse necessário adjetivar e definir esta pesquisa, uma das questões relevantes talvez fosse uma convergência dessas etnografias junto a um estudo das materialidades das panelas de pedra-sabão.

Se inicialmente eu estabeleci relações com os fragmentos de panelas de pedra-sabão existentes nas coleções arqueológicas que eu estudava em laboratório, agora essas relações se expandiam e agregavam mais clara e plenamente os artesãos, moradores das comunidades e feirantes, transformando-as em uma rede ou teia. Um dos pontos iniciais da aproximação e do aprofundamento da questão, além dos aspectos técnicos e tecnológicos da produção, conforme proposto desde o início da pesquisa, foi uma reflexão sobre: quais as implicações das situações e conjunturas atuais das panelas nas vidas dos seres humanos diretamente

²⁷ “From this perspective the role of ethnoarchaeology is not just to better understand specific archaeological questions (such as the way garbage is managed, the meaning of decoration, or the life cycle of a pot). Instead, it strives to find how these archaeological questions can allow us to understand a specific community better. I would denominate this approach ‘postcolonial ethnoarchaeology’” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016, p. 4).

²⁸ “But if one is interested in the relationship between materiality and people, one does not need anything more than archaeology, pure and simple” (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2016, p. 5).

envolvidos (artesãos, usuários, comerciantes)? Por que e como se dão essas relações que afetam diretamente a vida das e nas comunidades? Não há nenhum tipo de política pública que chegue até elas? Quais as habilidades, conhecimentos e memórias relacionados a esses objetos? E os museus, como ficam nessa história? Quais suas relações com os artefatos, artesãos e comunidade? Como a materialidade das panelas participava e participa das relações coletivas?

Ao conversar com as pessoas das comunidades sobre algumas dessas questões, um dos pontos destacados era a escassez de tornos hidráulicos e a possibilidade de perda das técnicas, tecnologias e conhecimentos tradicionais sobre os modos de fazer panelas de pedra em torno hidráulico. Lembrando que, atualmente, os tornos são majoritariamente elétricos e que a contribuição desta pesquisa consiste em registrar parte dessas relações, técnicas, gestos e conhecimentos²⁹. Também foi perceptível que, na maioria dos casos, os artesãos e moradores não sabiam da existência de vasilhas de pedra-sabão expostas nos museus ou de procedência arqueológica. Por outro lado, a grande maioria também citava o valor cultural das panelas de pedra-sabão mineiras e a necessidade de valorização desse fazer enquanto patrimônio.

Um evento que me remete a essas questões aconteceu em minha ida a CB em janeiro de 2014. Na ocasião, levei cópias impressas da dissertação de mestrado para alguns colaboradores e para o artesão *Gegê*, cujo acompanhamento do cotidiano de confecção das panelas foi primordial para a pesquisa.

Além das coleções apresentadas nesta pesquisa, uma ainda não analisada é a dos vasilhames presentes na comunidade de CB, nas coleções particulares e em uso. A coleção de um dos donos de oficinas (nesse caso, indústria), o Sr. Mário, conta com 18 panelas e 1 pré-forma, todas ditas por ele antigas e expostas no muro de entrada da sua loja, ao lado da oficina elétrica que conta com alguns tornos, outras máquinas (policorte, por exemplo) e alguns trabalhadores.

A coleção já existia desde meu primeiro contato com a comunidade e com Sr. Mario, seu filho *Preto* e sua família; porém, os moradores da comunidade haviam achado uma pré-forma enquanto faziam pequenas obras de infraestrutura nos arredores de CB. *Preto* me mostrou a peça na ocasião em que eu fui entregar a seu pai – mas para toda a família – uma cópia da dissertação de mestrado e lembro-me do pai de *Preto*, Sr. Mario, comentando: “*tá tudo aqui, documentado, com desenho e tudo*”. *Preto* havia me falado da peça que eles acharam antes mesmo de eu fazer qualquer comentário. A primeira coisa que ele me disse foi

²⁹ É necessário pontuar, conforme será abordado e reforçado no decorrer da tese, que não se trata de uma busca de salvação para os patrimônios que podem ser extintos.

que eles haviam achado uma pré-forma e que ele havia colocado junto com as outras, expostas na entrada da oficina e loja.

Sr. Mário é de família tradicional em CB. Sua indústria com alguns tornos elétricos, outros maquinários e loja – eu arriscaria dizer uma das maiores da comunidade – são juntas, próximas à queda d’água e rodeada por casas e estabelecimentos de outros familiares. Seu hábito de colecionar já é antigo, e o interesse em criar um pequeno museu junto com a loja agora está se concretizando. Seu interesse maior é, no entanto, pelo tropeirismo, o qual ele associa à produção e, principalmente, à circulação das panelas de pedra-sabão, e ao qual ele dedicará o quarto transformando-o em museu. As panelas de pedra-sabão expostas no muro da loja estão na verdade sob os cuidados de *Preto*, seu filho, e aparentemente também serão expostas no quarto-museu.

Fotografia 7 – Sr. Mario, pai de *Preto*. Ao fundo, o cômodo que está sendo reformado para ser um museu.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 8 – Artefatos expostos no muro da loja e oficina do *Preto*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 9 – Panela em trempe exposta no muro da loja e oficina do *Preto*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 10 – Pré-forma encontrada pelos moradores de CB e me mostrada por *Preto*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Esse aprofundamento na relação com o colecionismo, com a iniciativa de criar um museu particular ou uma sala na qual artefatos da coleção da família possam ser expostos, nos remete a processos e relações com as panelas de pedra-sabão referentes à patrimonialização, e

mostram formas através das quais as materialidades compõem e participam das memórias individuais e coletivas.

Conforme será visto em capítulo próprio e aplicado à pesquisa em desenvolvimento, com aumento do engajamento da pesquisa com questões museológicas e de gestão dos patrimônios, tornou-se latente a necessidade de um diagnóstico patrimonial e museológico sobre as panelas de pedra-sabão. É necessário destacar que, de início, os museus participariam da pesquisa apenas por seus objetos. Assim, seria necessário um estudo de documentação relacionada à formação das coleções e a esses artefatos; porém, não necessariamente dos museus propriamente. Em outras palavras, os museus não seriam por si um “objeto de pesquisa”.

Uma aproximação inicial da arqueologia com as reflexões sobre a Museologia como campo de estudo das relações entre os seres humanos (pessoas, grupos, público, comunidade) e os objetos (artefatos, coleção, acervo, referências patrimoniais, indicadores da memória) em um cenário (museu, edifício, instituição, espaço aberto, múltiplos espaços, lugar, paisagem, território) – baseados na definição de fato museológico de Waldisa Rússio Camargo Guanieri³⁰ (1981, 1990) – me mostrou ser possível colocar as relações e vida dos artefatos nos museus em mesmo lugar que as oficinas (GUANIERI, 1990; BRUNO, 2000; 2014; WICHES, 2010, 2014). Assim, tornava-se possível fazer a mesma vivência e acompanhamento que estava sendo feito com os demais, através do desenvolvimento de etnografias museológicas e patrimoniais, conforme será visto em tópico próprio. É necessário adiantar, no entanto, que a museologia enquanto ciência moderna compartilha do mesmo dilema dos dualismos ontológicos.

Em consonância com as perspectivas gerais e iniciais da pesquisa, a sociomuseologia se mostrou o segmento organizado a partir de metodologias colaborativas, convergindo para a construção de abordagens e desenvolvimento de propostas de gestão e extroversão dos conhecimentos e patrimônios (MOUTINHO, 2007). Juntaram-se a sociomuseologia os debates em torno da gestão das vasilhas de pedra-sabão, da formação das coleções, dos fluxos de informação, dos discursos expográficos e da maneira como alguns visitantes perceberam esses objetos nas exposições dos museus.

Na medida em que resultados e novos problemas iam aparecendo, vinham junto possibilidades alternativas, como a aproximação dos museus com os coletivos interessados, programas de extroversão que considerem as narrativas e histórias das comunidades,

³⁰ “Waldisa Rússio passou a assinar Waldisa Rússio Camargo Guanieri em 1984” (BRUNO, 2014, p. 8).

programa de gestão coletiva e/ou processo de patrimonialização desses artefatos, modos de fazer e lugares, entre muitas outras questões que foram surgindo no caminho e desde então vêm sendo consideradas. Quaisquer que sejam as propostas levadas adiante, no entanto, é preciso haver consulta, anuência e/ou participação dos coletivos das quais ela trata diretamente.

A pesquisa, que nasceu com um caráter marcadamente de estudo das coleções e acompanhamento das relações técnicas e tecnológicas no presente, conforme visto anteriormente, passa a abranger também outros contextos e relações, tendo como fio condutor as materialidades das painéis de pedra-sabão. Transita, portanto, em lugares como oficinas, sítios arqueológicos, feiras, museus, estradas, caminhos, entre outros. A definição das coleções, lugares e coletivos com os quais a pesquisa dialoga é, portanto, um importante componente a ser adicionado à matéria-prima. Assim, em tópico subsequente, apresentarei os lugares envolvidos com as painéis de pedra-sabão, seus encontros e desencontros, tanto com as painéis quanto comigo.

Em primeiro lugar, como arqueólogo, me baseio principalmente nas aplicações, definições e debates sobre esses conceitos dentro da arqueologia e das áreas afins, priorizando as que dialogam diretamente com as perspectivas adotadas. Em segundo, os conceitos de território e territorialidade serão tratados especificamente no Capítulo 3, definido a partir das mobilidades das painéis de pedra sabão que são compartilhadas entre pessoas e coisas.

Portanto, neste momento, constarão apenas as definições de espaço e lugar que serão utilizados para acessar espacialidades e mobilidades que se apresentam também em forma de estudos da paisagem. Na pesquisa de mestrado, eu havia abordado essas questões a partir das Arqueologias espaciais e regionais para chegar a abordagens territoriais³¹. Já nesta nova etapa, eu havia me envolvido mais com questões acerca das paisagens, muito associado às novas habilidades etnográficas adquiridas na oficina do *Gegê*, conforme mencionado anteriormente, bem como com o início da pesquisa com a Feira, conforme será visto no último Capítulo desta tese.

Atualmente é impossível fechar em um único conceito de paisagem, pois se trata de um conceito instável, podendo se relacionar com estratégia metodológica ou ser resultado de pesquisa empírica, ou mesmo relacionar as duas coisas (KNAPP e ASHMORE, 1999). Esse conceito perpassa, assim, a definição de paisagem conforme surgida no renascimento europeu do século XVI (KNAPP e ASHMORE, 1999) chegando a abordagens contemporâneas que

³¹ Para detalhamento, ver tópico “2.4. O cenário: problematizando sobre Arqueologia Regional e Território Patrimonial” da dissertação de mestrado (MELQUÍADES, 2011, p. 74).

optam por transitar entre as diferentes perspectivas, tais como paisagem natural, paisagem social, percebida, edificada, construída, política, entre muitas outras, e relacioná-las, relativizá-las ou perceber novas qualidades e adjetivações (DAVID e THOMAS, 2008, p. 27). A grande diferença, no entanto, “é que o que já foi teorizado como pano de fundo passivo ou determinante forçada da cultura é agora visto como uma entidade ativa e muito mais complexa em vidas humanas” (KNAPP e ASHMORE, 1999, p. 2).

Tim Ingold, ao chamar atenção para o que não é paisagem, afirma que “não é solo nem terra”, “não é natureza” e “não é espaço” (INGOLD, 2000, p. 190). Rompendo com as dicotomias modernas – já mencionadas –, ele afirma que, por meio de um processo de vivência, habitar (*dwelling*) “a paisagem se torna parte de nós, assim como somos parte dela” (INGOLD, 2000, p. 191). Além disso, para o autor, tal qual organismo e ambiente, corpo e paisagem são termos complementares (INGOLD, 2000, p. 193), passíveis de “personificação” (*embodiment*), visto como “um movimento de incorporação, em vez de inscrição, não uma transcrição de forma em material, mas um movimento, no qual formas, por elas mesmas são geradas” (INGOLD, 2000, p. 193).

Partindo da crítica de que um dos grandes mal-entendidos da antropologia recente tem sido o de insistir na separação entre o domínio tecnológico e atividade social, o autor adota o termo “paisagem de atividade” (*taskscape*), afirmando que as tarefas (*tasks*) são atos constitutivos de habitação (*dwelling*). Porém, “assim como a paisagem é uma série de recursos associados [...] o *taskscape* é uma série de atividades relacionadas” (INGOLD, 2000, p. 195) que “existe não apenas como atividade, mas como interatividade” (INGOLD, 2000, p. 197). “Tal qual paisagem não é natureza, *taskscape* não é cultura”, “paisagem e *taskscape* não são opostos como natureza e cultura” (INGOLD, 2000, p. 197).

Sobre temporalidade da paisagem, o autor aponta que ela pode ser percebida através dos ritmos das atividades desenvolvidas no local e das paisagens de atividades (*taskscape*), que são também sociais e que dão movimento à paisagem. Assim, aponta o autor que “habitando o mundo, nós não agimos sobre ele, ou fazemos coisas para ele, em vez disso, nós movemos junto com ele” (INGOLD, 2000, p. 200).

Baseados nessas perspectivas e em outras, arqueólogos e antropólogos têm compreendido a paisagem enquanto coletiva e viva. Ao falar de paisagens do movimento, por exemplo, Erickson indica várias perspectivas de movimento da paisagem ligadas à temporalidade (INGOLD, 2000), podendo haver uma espécie de abdução desse movimento para outros planos, tempos e espaços cósmicos (ERICKSON, 2009), abordando as dimensões cosmológicas dos lugares (KNAPP e ASHMORE, 1999, p. 38).

É também com a emergência de uma arqueologia da paisagem focada em aspectos práticos, significativos e sociopolíticos das relações das pessoas com o ambiente natural e construído, que lugar tem adquirido um senso oposto ao de espaço, nos remetendo à dicotomia natureza/cultura (WHITRIDGE, 2004), pois:

Espaço se refere ao universal, abstrato, qualidade quantificável da extensão espacial, especialmente como concebida e desenvolvida por ciências objetivistas, como a Física, ou Planejamento urbano ou, para este assunto, Arqueologia. Lugar, por outro lado, é tomado para referir a qualitativo, historicamente emergente, modo experimentalmente fundamentado de habitar (*dwelling*) no mundo, que investe determinados locais com significado individual-pessoal e coletivo (WHITRIDGE, 2004, p. 214).

Além disso, e se aproximando do que Ingold (2000) chamou *taskscape* e do movimento da paisagem, “espacialidades humanas são em todos os lugares complexas e heterogêneas, em cada momento histórico articulando atores incorporados (*embodied actors*) com um mundo simultaneamente simbólico, social e biofísico” (WHITRIDGE, 2004, p. 214). Assim,

Uma Arqueologia da paisagem é uma arqueologia do lugar, não apenas como definidor de um conjunto de nós físicos no espaço, mas em todas as dimensões vividas: experiencial, social, ontológica, epistemológica, emocional [...] ³² (DAVID e THOMAS, 2008, p. 38).

Em parte da bibliografia sobre arqueologia do lugar, foi percebida uma vertente que parte do conceito de Keith Basso (KNAPP e ASHMORE, 1999; ZEDEÑO e BOWSER, 2009; WELCH, 2009) e associa lugar ao local onde a história acontece, onde o “conhecimento adquirido/ganhado por história de vida reside” (ZEDEÑO e BOWSER, 2009, p. 1). Porém, lugares não são somente de história, eventos e significados, são também cosmológicos e remetem a eventos míticos que também auxiliam no bem viver, portanto com qualidades que nos remetem a questões de moral e ética (WELCH, 2009). É usual, na Arqueologia, compreender “lugar como um *locus* discreto de comportamento, matérias e memória, um produto da interação de pessoas com a natureza” (WELCH, 2009, p. 6) e que, portanto, lugar se difere de espaço por causa da “interação, ação, memória, significado” (WELCH, 2009, p. 7). Assim, as áreas de atividade da arqueologia processual transformam-se em lugares associados às *taskscape*s (INGOLD, 2000; WHITRIDGE, 2004), e lugares são

³² “A landscape archaeology is na archaeology of place, not just as defined in a set of physical nodes in space but in all its lived dimensions: experiential, social, ontological, epistemological, emoitional [...]” (DAVID e THOMAS, 2008, p. 38).

necessariamente espaços, mas não o contrário. Conceitos de espaço e lugar são, desse modo, mecanismos chave dos estudos de arqueologia da paisagem e do lugar, e são considerados analiticamente circunscritos a momentos de uma complexa espacialidade híbrida humana (WHITRIDGE, 2004).

Assim, nesta pesquisa, os sítios arqueológicos, os museus, as comunidades de artesãos e a feira são vistos como lugares relacionados às espacialidades híbridas ou compartilhadas das panelas de pedra-sabão. Esses lugares são marcados por ritmos que, através das materialidades, ressoam em uma malha viva e que nos remetem, entre outras coisas, a modos de vida e existência das panelas de pedra-sabão.

1.2 (Des)encontros com lugares

Definido o conceito de lugar como o de espaço qualificado, vivido e vivo nas relações coletivas, relatarei meu encontro inicial com os lugares e os descreverei destacando aspectos de interesse neste momento da construção da abordagem que, no entanto, serão retomados e aprofundados no decorrer da tese.

Os lugares neste tópico são a comunidade de artesãos de Cachoeira do Brumado (CB), a Feira de artesanato do largo de Coimbra (Feira), O Museu da Inconfidência (MI), Museu de Artes e Ofícios (MAO), Museu do Ouro (MO) e os sítios arqueológicos Fazenda do Padre Fraga (SAFPF) e Casa de Pedra (SACP). Totalizam, portanto, sete, e estão com seus nomes destacados em negrito no texto a cada mudança de lugar.

Em minha primeira visita técnica à região, em 2007, fiquei aproximadamente quinze dias entre Ouro Preto e Mariana. Em ambas as cidades visitei os museus, os órgãos públicos e as instituições de pesquisa na busca de ocorrências e informações sobre as panelas de pedra-sabão. Em Ouro Preto, visitei a Feira, situada no centro histórico da cidade, que atualmente é conhecida como *Feirinha de pedra-sabão*. Sem me atentar inicialmente para possibilidade da inserção desse lugar na pesquisa (aproximação feita anos mais tarde), nela me disseram sobre a presença de duas comunidades de artesãos atuais nos arredores das cidades. Além disso, me atentaram para a grande quantidade de oficinas espalhadas em diversos municípios e do grande número de barracas que atualmente existem nas beiras das estradas e rodovias da região que vendem esses objetos.

Ciente de que eu não conseguiria mapear todos os artesãos, oficinas e barracas de venda, observei a necessidade de estabelecer um recorte. Nessas conversas iniciais, me diziam que a grande quantidade de oficinas existente hoje se iniciou com a introdução dos tornos

elétricos na produção. Ainda na Feira, me disseram que na comunidade de CB (distrito de Mariana) haviam artesãos que ainda produziam as panelas de pedra com os tornos hidráulicos. No entanto, havia também outras comunidades de artesãos, como em Santa Rita de Ouro Preto (Ouro Preto) e possivelmente também em Congonhas do Campo, Cachoeira do Campo, Ouro Branco e outros lugares. Além desses possíveis coletivos produtores (comunidades de artesãos), também era recorrente a referência ao grande número de oficinas espalhadas na região em áreas urbanas e rurais, domésticas e industriais, de alta tecnologia, entre muitas outras particularidades da produção de panelas de pedra.

Dentro desse universo, defini que iria fazer a pesquisa etnoarqueológica ou acompanhamento e etnografia na comunidade de Cachoeira do Brumado (CB), e que fortuitamente, conforme as possibilidades fossem aparecendo, eu também usaria narrativas, entrevistas e, eventualmente, faria o acompanhamento das relações em outros lugares e situações. Naquele momento, eu entendia como lugares apenas as comunidades de artesãos e as oficinas dispersas em um território. Havia, de certa maneira, um desencontro meu com os outros lugares. Por mais que alguns eu houvesse visitado.

Meu primeiro encontro com **CB**, distrito localizado aproximadamente 20 km leste de Mariana, foi em 2007. O lugar tem uma população estimada de 2.261 habitantes (IBGE, 2010). No centro do distrito, situa-se o ribeirão do Brumado, utilizado como ponto de referência pelos visitantes e moradores que, em determinado ponto, forma uma cachoeira que dá nome ao local. Na ocasião de minha primeira visita, a rua que segue margeando o ribeirão do Brumado, uma das principais do lugar, ainda era de terra (ver Apêndice 3).

Fotografia 11 – Rua que segue margeando o Ribeirão do Brumado em CB

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 12 – Mesma rua da Fotografia 9, agora asfaltada

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Os poucos estudos que citam o lugar apontam que a vila surgiu nos primórdios do século XVIII quando João Pedroso, um dos primeiros descobridores de ouro nas Minas Gerais, juntamente com João Lopes Pereira, iniciaram o arraial e criaram a primeira capela de CB (INSTITUTO TERRA BRASILIS, 1999, p. 9). A memória coletiva e as narrativas locais enfatizam que o povoado era inicialmente “*rio acima*”, fundado no final do século XVII, e que, devido a doenças e fome, os moradores teriam descido o rio, estabelecendo-se próximo à queda d’água, assim sendo nomeado de Cachoeira do Brumado³³. Ainda segundo eles, a produção de panelas de pedra-sabão está vinculada ao surgimento do arraial, na primeira metade do século XVIII e já era praticada no antigo arraial.

Já na entrada da área urbana do distrito, chegando pela estrada que vem de Mariana, chama atenção a quantidade de blocos de pedra-sabão e de pré-formas de panelas que se encontram nas calçadas e em frente às garagens das casas, geralmente perto de oficinas. Atualmente, a produção no lugar é majoritariamente em torno elétrico. A produção em torno hidráulico é feita apenas em uma oficina, pelo artesão Geraldo Teixeira (o *Gegê*³⁴). Num primeiro momento, lembrando que um dos objetivos iniciais era o estudo e registro das técnicas e tecnologias de produção destes artefatos hoje para uma comparação com o material arqueológico, defini ser esse o contexto e lugar ideal para o acompanhamento do cotidiano de produção por diversas questões.

A definição desse lugar se deu, primeiramente, pois, entre as pouquíssimas fontes documentais encontradas no levantamento feito para a pesquisa, há um Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio de Janeiro, publicado pelo químico alemão Oskar von Burguer, em 1927, que toma como base a observação da produção nessa mesma comunidade de CB para abordar o potencial de produção e comércio das panelas de “pedra de sabão” mineiras na primeira metade do século passado (Von Burguer, 1927, ver Apêndice 8). Nele constam desenhos do torno hidráulico e de parte do processo produtivo indicando que, na época da visita do autor, ainda se utilizavam exclusivamente tornos hidráulicos para a confecção das panelas de pedra. Assim, seria possível acompanhar mais de perto e detalhadamente as mudanças tecnológicas que, hoje, compreendo que podem nos remeter a modos de vida e existência. Segundo, pois, já de início, foi possível perceber os ritmos,

³³ Foi feita uma visita técnica à área do antigo arraial no dia 22/07/2009, na qual foram identificadas estruturas arqueológicas e uma área de mata com alto potencial arqueológico para a existência de vestígios do antigo arraial. Na ocasião, estavam sendo feitas obras pelo atual proprietário das terras que seguiriam para dentro da mata. Ver Melquíades (2011, p. 46).

³⁴ Com o qual, então, acordei de fazer o acompanhamento das relações, eventos e processos de confecção das vasilhas em sua oficina, ou seja, viver e registrar o cotidiano de produção para o desenvolvimento de parte das etnografias.

intensidades e maneiras pelas quais as panelas de pedra participaram e participam na vida do lugar. Isso me pareceu claro devido à existência da “*Festa da panela de pedra de Cachoeira do Brumado*”.

Em conversa com a presidente da associação de moradores de CB, Juraci Bezerra Eleutério Machado, ocorrida em julho de 2014, ela informou que a festa acontece todos os anos no mês de julho, desde 1995. Apesar de não ser uma manifestação inventariada e/ou registrada pelos órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio cultural brasileiro, ela paulatinamente foi inserida nas atividades do Festival de Inverno de Ouro Preto em 2008, ligado à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), à prefeitura municipal de Mariana e atendendo às demandas da própria comunidade. Juraci me mostrou o projeto do evento que teve sua 11^a edição no ano de 2015, além de fotos e panfletos das várias edições da festa (ver Apêndice 12).

Entre as atividades desenvolvidas durante o evento, temos a montagem de restaurantes nas ruas (em barracas com cobertura de palha), onde a comida é preparada e servida; exposição e venda de artesanato e iguarias locais; oficinas de trabalho em pedra-sabão; apresentação do transporte das panelas no lombo dos animais; apresentação de músicas de estilos diversos e outras atividades que reúnem cerca de dez mil pessoas todos os anos durante os três dias de evento.

A forte participação das panelas de pedra na vida do lugar também fica evidente em sua espacialidade e no cotidiano local. Os vestígios arqueológicos dos canais d’água que abasteciam os tornos hidráulicos e oficinas situadas no centro do lugar, por exemplo, indicam não apenas um compartilhamento de água entre diferentes oficinas e edificações, como também sugerem ritmos e atividades de ocupação associados a essa malha de canais e ao manejo hídrico compartilhado. Nesse sentido, existem dinâmicas de mobilidades próprias do lugar, pois somente ele canaliza para si as qualidades necessárias para tal.

Retornando ao lugar, atualmente há um imenso esforço por parte da comunidade em buscar construir, registrar e valorizar as memórias, histórias e culturas locais, demonstrando claramente a tradição artesanal e destacando “a vocação para o artesanato que o local tem”³⁵ (BORGES, [199-]), sendo esse artesanato, principalmente, de três tipos: pedra-sabão, madeira e tecelagem³⁶.

³⁵ Há uma pesquisa escolar feita com os alunos da oitava série da Escola Estadual Dona Reparata que pretendeu abordar a “História de Cachoeira do Brumado com ênfase na evolução do artesanato” (Borges, s/id).

³⁶ Os primeiros predominam no fazer panela, os segundos em peças e decoração de inspiração animal e vegetal (tanto aplicado à mobiliária quanto a artigos de decoração e uso doméstico), já a tecelagem é voltada principalmente para a tapeçaria.

Além de uma diferença na maneira como os variados modos de vida e existência se relacionam, no que toca à definição do fazer panela de pedra como um “*trabalho masculino*” e do tecer como um “*fazer feminino*”, também fica claro que a vida artesanal do local já foi muito mais forte e diversa (MELQUÍADES, 2011). Essa vida passada e as atividades e ritmos das oficinas ligadas a diferentes fazeres e ofícios podem ser percebidas em um vídeo-documentário dirigido por Carlos Tourinho (TOURINHO, [197- ou 198-]), que trata a história e o artesanato de CB. Nele aparecem construções em arquitetura vernacular, ruas ainda em terra batida, trabalhos artesanais em uma oficina de panelas de pedra-sabão, ferreiro, atividades ligadas à tapeçaria e couro, artesanatos em madeira, além de engenhocas utilizadas no processo e manufatura de alimentos como o milho e o açúcar.

Figura 2 – Imagem do vídeo documentário sobre Cacehoeira do Brumado, Mariana – MG.

Fonte: Arquivo Público Mineiro – APM.

Acesse o QR CODE acima ou o link abaixo para assistir o documentário.

<https://www.youtube.com/watch?v=SMm9ZyKulew>

A atividade de produção que se sobressai na comunidade, no entanto, é a de panelas de pedra-sabão, com produção estimada no ano de 1999, com cerca de 2.500 peças por mês

(INSTITUTO TERRA BRASILIS, 1999). Essas peças eram destinadas ao abastecimento tanto da população local quanto do comércio e turismo cultural presentes na região, chegando a ser exportadas para outros estados brasileiros e para outros países e continentes.

Atualmente em CB, o acesso às pedreiras é majoritariamente indireto, ou seja, ele se faz através de atravessadores ou terceiros, aparentando um desencontro entre os artesãos e as pedreiras. Na maioria dos casos, os artesãos compram o refugo das grandes empresas de mineração que exploram a região e entregam, com seus caminhões, os blocos brutos aos artesãos (ver Apêndice 4).

Esse desencontro indica que não há possibilidade de seleção prévia da matéria-prima pelo artesão com base em seus critérios e escolhas. O artesão tem, assim, sua gama de possibilidades e opções restringida pela maneira com a qual se dá o acesso à matéria-prima. Ele chega não só a descartar blocos que tenham muita quantidade e concentração de Pirita – principalmente quando organizada em veios –, como tem o trabalho de elaborar a pré-forma dentro da oficina, gerando maior refugo residual na área (MELQUÍADES, 2011).

Em outros casos, o acesso à matéria-prima se faz de maneira direta, ou seja, os próprios artesãos vão às pedreiras e extraem os blocos diretamente da matriz rochosa, seguindo suas escolhas (metragem, coloração, existência e concentração de impurezas, umidade) que, por sua vez, compõem conhecimentos tradicionais orgânicos construídos a partir do engajamento com a pedra-sabão. O que diferencia esse acesso, nesses casos, é a ação individual ou coletiva dos artesãos. Em ambos os casos, no entanto, os artesãos pagam aos proprietários das pedreiras um determinado valor para acessá-las, havendo situações onde o pagamento é feito com as próprias panelas. Quando feita de forma coletiva, uma ou mais pessoas ficam encarregadas da busca e distribuição entre os participantes.

Nos casos em que permanece o encontro dos artesãos com as pedreiras, individual ou coletivamente, as pré-formas chegam às mãos daqueles ou às oficinas faltando apenas o desbaste final e retoques para encaixe no torno. O volume aproximado dos blocos é estipulado pelo artesão que torneará a peça, não sendo entregues blocos aleatórios de refugo da mineração para suas escolhas.

É comum ouvir entre os artesãos de CB comentários referindo-se aos blocos e pré-formas – ambos por eles chamados de *pedra de panela* – tomando por base de codificação da comunicação a *litragem* desejada para a vasilha: um pedido de “*uma pedra para fazer uma panela de cinco litros*”, por exemplo. É comum também a permuta de matéria-prima (*pedra de panela*) entre os artesãos, como no caso onde um recebe uma encomenda e não tem pedra passível de ser trabalhada e transformada na panela encomendada. Em alguns casos, como

solução, esse artesão vai até outro e “*pega emprestado*” ou troca com ele blocos de pedra-sabão (MELQUÍADES, 2011).

É possível, então, apontar pelo menos três diferentes dinâmicas de acesso à matéria-prima. A primeira através da compra do refugo das mineradoras. A segunda por meio do acesso direto às pedreiras por um ou mais artesãos que se encarregam da encomenda e distribuição para os demais. E a terceira, na qual a mesma pessoa (artesão) vai à pedreira e coleta a matéria-prima, segundo suas opções e soluções (MELQUÍADES, 2011).

Esses desencontros com os lugares – no caso dos artesãos com as pedreiras – aparentemente nascem com a chegada das grandes mineradoras na região, nas décadas de 1970 e 1980, e com a substituição das oficinas hidráulicas por elétricas, suposto processo gradual que ocorreu durante a segunda metade do século passado. Hoje, entre os vários atritos e impasses existentes entre a ação e atividades dessas grandes empresas, a participação do Estado e a ausência de consulta às comunidades de artesãos e outras interessadas, destaco as transformações tecnológicas vinculadas às escolhas dos artesãos frente às novas realidades. É necessário também fazer referência ao caso relatado por *Bilu* (citado anteriormente), no qual o artesão foi impossibilitado de acessar a pedreira na qual seu avô tirava pedra, caracterizando novamente um desencontro.

Conforme já mencionado, o primeiro lugar visitado, mas que somente anos depois passou a fazer parte da pesquisa, foi a atual **Feira de artesanato do Largo do Coimbra**, situada em frente à Igreja São Francisco de Assis no centro histórico de Ouro Preto. Não obstante o nome oficial da feira, atualmente é mais comum escutar a população local e os turistas referindo-se a ela como *Feirinha de pedra-sabão*. Essa associação da denominação atual da feira à matéria-prima pedra-sabão parece estar relacionada, entre outras coisas, à grande quantidade e diversidade de objetos artesanais dessa matéria-prima expostos e vendidos na feira.

Fotografia 13 – Feira de Artesanato do Largo de Coimbra

Fonte: Victoria Lopes Dias, 2016.

Fotografia 14 – Painéis de pedra-sabão expostos e vendidos na Feira de Artesanato

Fonte: Victoria Lopes Dias, 2016.

No ano de 2013, em uma das etapas de campo referentes ao acompanhamento e estudo na e da feira, foi feito um croqui no qual constam aproximadamente setenta e cinco barracas. É necessário destacar, no entanto, que os ritmos da feira são intensos e há rotatividade e circulação de expositores, artesãos, barracas e objetos. Assim, o número de barracas, a quantidade de vendedores e artesãos e os tipos e locais dos produtos expostos e vendidos também variam, denotando uma mobilidade relacional entre os artefatos, os espaços e as pessoas nesse lugar específico.

Naquela ocasião, das setenta e cinco barracas – a maioria com souvenirs, esculturas, enfeites, material lúdico, material utilitário doméstico e outros objetos de pedra-sabão –, em sete estavam expostas para venda painéis de pedra. Caracterizando um encontro dos artesãos com a feira, e conforme informado pelos feirantes quando perguntados individualmente sobre a procedência das painéis por eles expostas e vendidas, algumas eram das comunidades de Santa Rita do Ouro Preto (Ouro Preto) e CB (Mariana).

O encontro entre as painéis de pedra-sabão e a atual *Feira de artesanato* pode ter acontecido no início do século XIX, quando o largo do Coimbra, local atualmente ocupado pela Feira, era um mercado de tropeiros (CASTRIOTA, 2009). Essa informação aparece nas conversas com os artesãos e moradores de CB que enfatizam que “*as painéis de pedra-sabão eram colocadas nos lombos dos burros, vendidas de porta em porta, para clientes fixos e na feirinha de pedra-sabão*” (Rosinha, morador CB, 2009). Essas referências também aparecem entre os artesãos expositores da feira, que indicam que já há mais de cinquenta anos circulava esse tipo de material no lugar. Geraldo Raimundo, de 49 anos, em 2013, contou: “*meu avô fazia painela de pedra em Santa Rita e já vendia aqui na feira*”.

No entanto, antes dessa constatação e da proposta de aprofundamento nessas relações entre os diferentes seres e coletivos que as compõem, meu encontro com o lugar da Feira me

proporcionou viver um contexto único, a meu ver tipicamente supermoderno (AUGÉ, 1992; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008) nos ritmos de interação, conflitos e interesses econômicos e políticos latentes no cotidiano e vida do lugar.

Em um dos pontos de autocrítica à pesquisa de mestrado, e aqui descrito enquanto relato da vida da pesquisa, eu mesmo me sinto atingido por essa conjuntura contemporânea na medida em que, naquela ocasião, não dei devida atenção a esse coletivo (Feira). Talvez a falta de informações sobre a Feira levou a minha desatenção inicial para sua riqueza de vida e a dinâmica de seres e coletivos associados, incluindo sua relação com as painéis de pedra-sabão e o artesanato de uma maneira geral.

Na medida em que seguia com as atividades de campo com a comunidade de CB e com as leituras sobre construções científicas mais horizontais e agendas colaborativas, ao reler minha dissertação de mestrado, me chamou atenção uma das únicas passagens sobre a Feira, na qual consta que ela “é organizada todos os domingos em espaço cedido pela prefeitura de Ouro Preto em frente à igreja de São Francisco” (MELQUIADES, 2011, p. 107).

Hoje esse mal-entendido me parece induzido pela pouca informação e estudos sobre a Feira, associada a uma construção de patrimônio estático, elitista e excludente. Por sua vez, esse tipo de construção leva a percepções preconceituosas que se têm sobre a Feira e sobre as atividades artesanais, por permuta de características e propriedades ou extensão entre organismo e ambiente. Nesse sentido, um dos poucos textos sobre a feira encontrado na pesquisa de mestrado foi um que dizia que:

Não se tem registro sobre a data em que a feirinha se formou. O que se sabe é que, durante a segunda metade do século XX, especialmente em meados da década de 1980, Ouro Preto recebeu grande número de *hippies*, que ocupavam o largo de Coimbra para expor trabalhos artesanais. O exemplo foi seguido por artesãos locais e, atualmente, a Feirinha de Pedra Sabão se constitui numa ocupação irregular (COSTA, 2009, p. 11).

Percebida essa desatenção que, de certa maneira, coloca a pesquisa de mestrado à mercê das construções científicas excludentes, eu já havia atentado para a possibilidade e necessidade de fazer um estudo ou um acompanhamento e experimentação das relações naquele lugar. Dentro das perspectivas simétricas, das quais eu já tinha alguma afinidade no início dessa nova frente de pesquisa colaborativa para, com e pelos (SILVA, 2010) feirantes, a tentativa era de construir aspectos da vida daquele lugar e as possíveis relações que ele mantém com outros seres e coletivos no decorrer de sua vida, com atenção especial às painéis de pedra-sabão.

No caso dessa vertente da pesquisa, a consideração de que as práticas colaborativas não podem ser concebidas “como um objetivo que pode ser alcançado plenamente e de maneira definitiva, se não como um mecanismo flexível e aberto a mudanças contínuas” (ENDERE e CURTONI, 2009, p. 291) já se manifestou logo de minha chegada à Feira para a primeira etapa de campo, em junho de 2013. Lembrando que eu havia passado pela feira apenas em 2007-2008, no início da pesquisa de mestrado, para visitas técnicas com intuito de obter informações sobre as painéis de pedra-sabão e as comunidades de artesãos atuais.

Em meu retorno a esse lugar em 2013, ao conversar com os feirantes e explicar que um dos objetivos era o de construir a história da Feira do ponto de vista deles – não dos discursos da história tradicional e oficial que estavam nos documentos e livros – foi me questionado, não poucas vezes e por diferentes artesãos expositores, sobre a possibilidade de salvaguardar o direito deles sobre aquele espaço-lugar em termos de ocupação e uso tradicional. Mais diretamente, em alguns casos, foi me perguntado da possibilidade de registro enquanto patrimônio no Instituto de Patrimônio Histórico e Artísticos Nacional (IPHAN).

Ao que aparenta a situação, a Feira foi e é eventualmente utilizada como objeto de barganha política. Em situação descrita por alguns artesãos expositores, eles teriam ouvido frases que nos remetem à coerção política por meio do uso do espaço: “*se vocês não me apoiarem eu tiro vocês de lá!*”. A resistência dos feirantes e de parte da sociedade se materializa tanto no discurso de que “*não temos o apoio de ninguém, mas continuaremos aqui*” (Tarcísio Moreira Couto, 2013), quanto no manifesto publicado no jornal “Imperial Cidade de Ouro Preto”, no ano de 2011 (Tárcia, 2011, ver Apêndice 15).

Sem que fosse esse o meu objetivo inicial, mas diante da demanda criada pelos feirantes, me comprometi em mudar o objetivo central e imediato dessa vertente da pesquisa das relações painéis-comunidades-feira para as relações feira-lugar-artesãos-expositores-artesanatos-painéis. Também me prontifiquei em sistematizar as informações e apresentar os dados para debate com a Associação dos Expositores do Largo do Coimbra (ADELC), os artesãos não associados e as demais partes envolvidas e potencialmente interessadas na pesquisa, em reunião ocorrida em 11 de fevereiro de 2014³⁷.

³⁷ Não obstante as audiências públicas já terem sido apontadas como caminho para proteção do patrimônio, essa foi particularmente importante, pois nela participaram representantes públicos de órgãos partícipes do atual projeto de transferência da *feirinha de pedra-sabão* do largo do Coimbra para a antiga Santa Casa de Ouro Preto, conforme será visto e devidamente tratado em tópico próprio no Capítulo 4. Por ora, basta destacar a mudança inicial do foco das vasilhas de pedra-sabão para a vida da feira e suas relações com os demais seres e coletivos, destacando o quão produtivo foi (e continua sendo) pesquisas colaborativas e com perspectivas simétricas. Essa vertente da pesquisa ganhou tamanha força e ritmo que, em apenas um ano, foram feitas 6 visitas a campo com tempo de estadia total de aproximadamente 2 meses, além de visitas técnicas diárias em determinados períodos.

Após o início das pesquisas, vivências e experimentações na Feira – e a consequente e inicial construção de sua história de vida –, me pareceu claro que a contingência dos artesãos-expositores em manter seu direto tradicional de usos do espaço estava associada ao fato de que o lugar é marcado por relações de extrema assimetria, jogos de poder e resistência que, junto a outros aspectos, dão significância a esse espaço público dentro do centro histórico e contexto urbano de Ouro Preto, conforme será abordado em Capítulo próprio.

Além dos coletivos produtores e da feira, outros lugares participantes nas vidas das vasilhas de pedras-sabão são os museus. Meu encontro com eles, no entanto, aconteceu de maneira diversa, tal qual o encontro dos museus com as panelas de pedra-sabão. O Museu de Artes e Ofícios (MAO – Belo Horizonte) e o Museu da Inconfidência (MI – Ouro Preto), por exemplo, eu conheci logo no início da pesquisa de mestrado, em 2008, enquanto o Museu do Ouro (MO – Sabará), apenas em 2014. Os três têm em seus acervos panelas de pedra-sabão que, no entanto, são de diferentes procedências (arqueológicas ou não), períodos (séculos XVIII a XX) e se encontram em diferentes situações dentro das instituições (exposição e/ou reserva técnica). Esses artefatos serão específica e detalhadamente tratados junto aos demais em tópico subsequente.

No caso do MAO e MI, eles foram escolhidos durante o mestrado por terem quantidade considerável de vasilhas de pedra-sabão em reserva técnica e exposição e por serem grandes instituições de alcance nacional e internacional. Portanto, esses museus se caracterizam como potenciais indicadores dessas relações mais amplas, nos quais havia a possibilidade também de fazer o acompanhamento e análise do discurso expográfico e percepção sobre a exposição e as peças de pedra-sabão.

Já o meu encontro com o MO ocorreu em função de escavações arqueológicas desenvolvidas na edificação que abriga o museu, nas quais foram coletados fragmentos de panelas de pedra. Ao visitar o museu para análise dessa coleção, me deparei com um pote de pedra-sabão em exposição que determinou sua entrada na pesquisa, bem como a inserção do MO nas análises museológicas.

Na pesquisa de mestrado, no entanto, pareceu claro que, por diferentes motivos – e não necessariamente intencionalmente –, os museus estudados eram sujeitos e objetos nessa mesma malha de relações assimétricas que caracteriza a modernidade e, de maneira mais exaltada, a supermodernidade (cf. AUGÉ, 1992). Isso está vinculado também à natureza epistemológica da Museologia e acaba por manter ou aumentar o abismo tradicionalmente

existente entre os museus e coletivos potencialmente interessados e colaboradores. Refletindo sobre essas relações, a Sociomuseologia ou Museologia Social, a Musealização da Arqueologia e as propostas colaborativas que têm sido aplicadas a planos e programas museológicos e arqueológicos têm colocado peso para um tratamento menos assimétrico dos diferentes agentes, narrativas e discursos. Tem-se, talvez, o mesmo movimento de perda da inocência arqueológica na Museologia ou em termos mais amplos das ciências? Não obstante, uma discussão que envolve essas questões relacionadas às ontologias alternativas para as ciências, faz com que diferentes relações possam ser percebidas e relatadas nos três museus aqui apresentados.

Dos museus, meu primeiro encontro foi com o da Inconfidência. Já em minhas primeiras idas a campo para o desenvolvimento das atividades do mestrado, eu havia visitado essa imponente e importante instituição e me atentado para os artefatos de pedra-sabão expostos.

O **Museu da Inconfidência (MI)**³⁸ situa-se na Praça Tiradentes, no centro histórico de Ouro Preto, aproximadamente há duzentos metros do largo do Coimbra, lugar da Feira. Sua constituição jurídica data de 1938, promulgada pelo então presidente Getúlio Vargas, e sua abertura ao público se deu em 1944, ano em que se comemorava o bicentenário do poeta e inconfidente Tomás Antônio Gonzaga (MOURÃO, 1994, 1999), sendo “o primeiro a instalar-se fora da faixa litorânea do país” (MOURÃO, 1994, p. 11). Trata-se, a meu ver, de um dos museus mais tradicionais de Minas Gerais, tendo como conceito gerador “preservar a memória da inconfidência mineira” (MOURÃO, 1999, p. 135) e, desde seu nascimento, ocupa o monumental edifício da antiga casa de câmara e cadeia da cidade.

Deslocando temporariamente o foco do museu (coletivo) para a edificação, é possível perceber eventos e processos em sua vida que nos remetem a um passado colonial e uma história colonialista em Minas Gerais, associada, por sua vez à territorialidade das coisas e partindo das vasilhas de pedra-sabão. Entre as particularidades da construção da edificação, há de se destacar que a obra levou cerca de 70 anos para ser finalizada. A empreitada colonialista e imperialista de construção do prédio é narrada como “drama da espécie humana que, na Antiguidade, sucumbiu ao trabalho escravo na edificação das pirâmides do Egito” (MOURÃO, 1994, p. 27).

³⁸ Na pesquisa de doutorado, não foram feitas novas etnografias no MI. As informações e textos apresentados neste tópico, portanto, são muito próximos e algumas vezes os mesmos apresentados na dissertação (MELQUÍADES, 2011).

O edifício (Casa de Câmara e Cadeia), que posteriormente abrigaria o MI, foi erguido em pedra e cal, em oposição à cadeia de pau-a-pique até então existente (MOURÃO, 1999, p. 25). Para atender as necessidades do empreendimento, foi necessária a criação de uma fábrica de cal nos arredores da cidade, além do apelo aos proprietários de terras no tocante à madeira. Foi imposto aos presos o trabalho forçado – “com mera remuneração de sustento de boca” (MOURÃO, 1999, p. 26) – juntamente com a intensificação da caça aos negros fugidos e o mandato de recolhimento às celas da capital de todos os vadios que se achassem nas ruas. Cunha de Menezes chegou a arregimentar, com esses meios, mais de 500 indivíduos como mão de obra.

Fotografia 15 – Museu da Inconfidência (MI), Ouro Preto – MG

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Retornando ao museu, quando foi aberto ao público em 1944, se encontravam documentos da Inconfidência, como o relógio de Tiradentes e o último volume dos autos da devassa no “mausoléu” situado no térreo (MOURÃO, 1994). Também no piso térreo, outra sala foi “dedicada inteiramente a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho” (MOURÃO, 1994, p. 15). Entre os objetivos da instituição está o de:

[...] colecionar as coisas de várias naturezas, relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e seus protagonistas e bem como as obras de arte ou de valor histórico que constituam documentos expressivos da formação de Minas Gerais (GUIA BRASILEIRO DE MUSEUS, 2000, p. 147).

Sobre as vasilhas de pedra-sabão existentes no museu, totalizando sete, estavam expostas em situação que as associa ao Barroco mineiro e a Aleijadinho na época da pesquisa,

contribuindo com uma visão simplista, elitista, exclusivista e estática das manifestações culturais ou artísticas e de uma identidade mineira. Isso perpassa a maneira como as vasilhas de pedra-sabão estão expostas, o conceito gerador do museu, os textos utilizados nas referências a esses materiais no museu e a própria história de vida da edificação, conforme será visto em capítulo próprio.

Dentro da perspectiva adotada na pesquisa, talvez aí esteja um dos cerne embrionários de um distanciamento, afastamento ou desencontro que há, nesse caso, entre museus, comunidades de artesãos e Feira de pedra-sabão. Portanto, contribuindo com a manutenção de modos de vida e existência extremamente assimétricos no que concerne à produção e gestão dos conhecimentos e patrimônios no mundo contemporâneo. Para além, em muitos casos, essas questões chegam a contribuir e justificar dominação sobre seres e coletivos, bem como exploração de organismos e ambientes.

Apesar das inúmeras visitas, meu encontro de fato com o **Museu de Artes e Ofícios (MAO)**³⁹ aconteceu em 2009, quando fiquei algum tempo desenvolvendo atividades de campo que consistiam na análise dos artefatos e acompanhamento das visitas no lugar. O museu se situa na Praça da Estação, em Belo Horizonte, instalado no antigo edifício-sede da Estação Central do Brasil, composto por dois prédios acabados entre 1920 e 1922 por mão de obra majoritariamente italiana (RAMOS, 2004).

Sua instituição enquanto espaço museológico ocorreu através de uma série de seminários realizados no decorrer de 2002, que tinham como objetivo expor experiências e propostas de programas para a definição das características e diretrizes da nova instituição museológica⁴⁰. O nascimento do museu se deu através da institucionalização de aproximadamente dois mil artefatos, ligados ao fazer humano, e de um espaço museológico, para o qual houve requalificação arquitetônica das edificações, estruturas e área adjacente – Praça da Estação (FRANCO, 2004).

³⁹ A mesma observação feita para o MI na nota anterior vale o MAO nesta nota.

⁴⁰ A proposição dos seminários e a implantação da nova unidade museológica foram iniciativas do Instituto Cultural Flávio Gutierrez que se tornaram possíveis por meio da doação da coleção de artefatos da família Gutierrez, feita por Ângela Gutierrez (FRANCO, 2004).

Fotografia 16 – Museu de Artes e Ofício (MAO), Belo Horizonte – MG

Fonte: Página do MAO⁴¹.

Seus pressupostos estão ligados aos museus de sociedade, ecomuseus e museus de técnica (FRANCO, 2004). A partir do conceito de *fato museal*, os ecomuseus e museus de sociedade derrubam os muros das edificações e passam a envolver lugares, paisagens e territórios. Relação essa também percebida nos programas museológicos com proposta de contato com o público.

O conceito gerador do museu trata de questões centrais que também o aproximam da abordagem proposta na pesquisa. Segundo texto publicado nos anais dos Seminários mencionados anteriormente, o objetivo principal do programa a ser instituído é:

[...] abordar o trabalho como herança patrimonial, no que se refere aos gestos, às técnicas, à multiplicidade dos ofícios e das artes, às formas de subsistência e de organização sociocultural, à apropriação e transformação do território e da natureza. A partir desse parâmetro, e com base nesse conceito, será possível explorar os enfoques temáticos relativos às referências materiais e imateriais, às questões de gênero e ao perfil dos lugares da memória do trabalho. Tal proposição está delimitada nas características dos ofícios vinculados à história cultural do país (FRANCO, 2004, p. 40).

A opção pelo fazer (conhecimentos, habilidades, cotidianos, técnicas, ofícios, tecnologias) como objetivo principal do museu aproxima-o da proposta interpretativa desta pesquisa. Essa pesquisa nos permite, por exemplo, acompanhar as relações mundanas, cotidianas, de constituição mútua, entre pessoas e coisas em contextos presentes e passados através do estudo das tecnologias, processos, eventos e relações de produção. O MAO

⁴¹ Disponível em: <<http://www.mao.org.br/sobre/>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

igualmente estuda, vive e divulga essa relação, o que o torna de alto potencial para programas de extroversão de conhecimento construído a partir de enfoques arqueológicos e de estudos de cultura material.

Percebida na materialidade do MAO, os dois prédios (cada um de dois andares – térreo e primeiro andar) comportam estruturas (galerias, mezaninos e salas, um jardim, duas salas de exposições temporárias, uma loja, espaço educativo, reserva técnica, e um Apêndice onde está instalado o setor administrativo) cuja finalidade é, através da relação estabelecida no *fato museal*, levar o visitante a experimentações que se convertam em melhorias na qualidade de vida coletiva (conscientização patrimonial, valorização das narrativas, histórias e identidades em diferentes escalas, valorização das artes e dos ofícios, ações sociais, entre outras).

Como já visto, o processo de musealização é definido na pesquisa como uma etapa na longa história de vida desses artefatos que chega até a atualidade, cuja dinâmica coletiva pode ser percebida simetrizando os conceitos e relações. A realização de seminários visando uma efetiva interdisciplinaridade na instituição MAO é certamente seu ponto alto.

Aliar as perspectivas de discussão pública sobre as propostas institucionais representa a ampliação dos desafios, pois captar as opiniões de outros profissionais ao longo do processo de implantação das estruturas museológicas significa assumir em conjunto, e publicamente, as opções conceituais e metodológicas (BRUNO, 2004, p. 52).

O caráter público e participativo do processo que envolveu a instituição do museu, somado à passagem de uma coleção, voluntariamente, da esfera pessoal e privada para a institucional e pública, mostra que essa nova instituição propõe-se (e parte do princípio de aceitar, mesmo que parcialmente) “o desafio de expor-se a uma lógica coletiva e partilhada, e de obedecer a uma nova ótica sociocultural” (FRANCO, 2004, p. 39).

No acervo do MAO, foram levantados 35 artefatos de pedra-sabão dos mais variados tipos, períodos e lugares, tanto em reserva técnica quanto expostos em diferentes salas. Há, por exemplo, carrancas expostas no “Ofício dos Transportes” e na sala “Proteção do Viajante”, bem como estruturas hidráulicas de encanamento expostas junto aos “Ofícios da Conservação e Transformação dos Alimentos”. Desses, treze artefatos foram analisados mediante a ficha técnica, dos quais três encontram-se expostos na sala “Cozinha Brasileira” (painéis) e uma garrafa junto a um par de taças, expostos na sala “Farmácia e Manipulação”.

O **Museu do Ouro (MO)** situa-se no centro de Sabará, mais especificamente na Rua da Intendência. Sua criação está associada à solicitação feita pelo SPHAN (Serviço de

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN) para a Cia Belgo de doação do imóvel arruinado da antiga Casa de Intendência e Fundição de ouro da Coroa Portuguesa, assim como da residência do intendente local, estabelecido em 1751 (DINNOUTI, 2009; INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2004). A reivindicação era para que o edifício abrigasse “o Museu (Regional) do Ouro, amparado no Decreto-lei nº 7483 de 23/04/1945, mas oficialmente instalado em 1946” (DINNOUTI, 2009, p. 84).

Fotografias 17 e 18 – Museu do Ouro (MO), Sabará – MG

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

A partir de um estudo de documentação primária sobre a o processo de constituição e a história de vida do museu, Tatiana Dinnouti aponta que:

As finalidades do museu, são, portanto, amplas e essencialmente culturais. E por este motivo o Museu está destinado, com o desenvolvimento sempre crescente das suas atividades, a se tornar um centro de pesquisa e estudos relacionados com a história da mineração e suas decisivas influencias na evolução social de Minas e do Brasil⁴² (DINNOUTI, 2009, p. 84).

A partir da aquisição, o SPHAN começou a restaurar e recuperar o imóvel, percebendo-o enquanto representante da arquitetura colonial, exaltada e qualificado pelos modernistas como genuinamente mineiro e nacional. “Vale ressaltar que o processo de tombamento finalizou-se após sua transformação em museu, em 07 de junho de 1950” (DINNOUTI, 2009, p. 84).

O edifício tem dois pavimentos. No térreo, supostamente localizavam-se a senzala e as áreas de fundição e marcação do ouro. Nele, o piso da sala da frente e do pátio de acesso à edificação é em seixos rolados em forma de espinha de peixe para escoamento da água. “Nos demais cômodos têm-se pisos em tijolos maciços a cobrir o antigo piso de terra batida, reforma realizada quando de sua adaptação em museu” (DINNOUTI, 2009, p. 89).

⁴² Arquivo Casa Borba Gato – Caixa: Patrimônio. Pasta: Reforma/Obras, ano 1942 – 1990. Cód.041.4 (apud DINNOUTI, 2009, p. 84).

Atualmente ele conta com sete salas de exposição de dimensões variadas, além de um almoxarifado, salas administrativas e outras estruturas de funcionamento do museu.

O pavimento superior da edificação corresponde à casa do intendente e atualmente conta com nove salas de exposições, além de cômodos administrativos e dois pátios internos. A área deste piso é maior que o inferior-térreo, pois a construção segue o aclave do terreno. “As fundações da casa são em esteios de madeira que foram reformados, constatação captada visualmente pelas marcas deixadas. A fachada frontal é em estilo colonial com cunhais de madeira e vergas retas” (DINNOUTI, 2009, p. 88).

“No caso da museologia, foi norteadora pela constituição de uma casa típica do ciclo do ouro” (DINNOUTI, 2009, p. 91) e, para atingir os objetivos, foram desenvolvidos levantamento de documentação e estudos mais consistentes sobre a história da edificação e da Intendência de Sabará. Além destes documentos e livros que compunham o acervo da instituição, eram procuradas também peças da região do ciclo do ouro para compor a casa. Em documento do SPHAN:

Uma vez concluída as obras de restauração do edifício, iniciou-se a arrumação das diversas peças do Museu. Durante esse trabalho, a preocupação máxima do SPHAN foi de emprestar à esta casa um aspecto de habitada, com o seu mobiliário típico do século XVIII, as suas prensas de cunhar moedas, suas salas e quartos representando uma casa “típica” do ciclo do ouro. Para isto foram recebidas algumas doações e arias aquisições de mobiliários e artes da época. O SPHAN ainda instalou em um dos antigos porões quatro maquetes apresentando o processo de trabalho nos antigos garimpos e lavras de Minas⁴³ (DINNOUTI, 2009, p. 91).

A partir disso, a política de aquisição de acervo foi diversa, tais como peças requeridas em instituições já consolidadas, como o Arquivo Público Mineiro e o MI, e outras que eram consideradas de interesse do museu (DINNOUTI, 2009, p. 108). Atualmente, há apenas uma vasilha de pedra-sabão em exposição no MO exposta junto a outras coisas em uma sala direcionada às atividades e cotidianos da mineração.

Ao analisar o processo de formação do museu vinculado ao movimento modernista através de documentos e fotos do SPHAN e do MO, Dinnouti aponta que a museologia no MO “foi constituída numa trajetória linear, que partia da fundição e chegava a morada do intendente, mas ficaram esquecidos os escravos que ali trabalharam e das possíveis torturas pelo não pagamento dos impostos” (2009, p. 92). Além disso, ainda segundo a autora, “através das fotos vimos que a museografia foi pouco alterada, permanecendo seus traços iniciais” (DINNOUTI, 2009, p. 93).

⁴³ ARQUIVO CASA BORBA GATO. Caixa Patrimônio Pasta: Reforma/Obras, ano: 1942 – 1990. Cód. 041.4 (apud DINNOUTI, 2009, p. 91).

O MO tem como principal objetivo “reunir objetos de valor histórico e artístico relativos à mineração” (DINNOUTI, 2009, p. 115) e seu conceito gerador parece associado ao “resgate dos aspectos principais de sua evolução e técnica, assim como mostrar a influência da mineração no desenvolvimento econômico e na formação de Minas e do Brasil” (DINNOUTI, 2009, p. 116). “É válido lembrar que seus artefatos serviram como documento não só do ciclo do ouro, mas também de suporte simbólico à identidade que se procurava forjar para a construção da nação” (DINNOUTI, 2009, p. 116).

Na composição das coleções que atualmente são de responsabilidade de guarda do MO, além das aquisições feitas durante os anos, conforme colocado anteriormente, ele conta com coleções arqueológicas provenientes de escavações⁴⁴ desenvolvidas no pátio anexo aos edifícios do museu, denominado como sítio arqueológico SBMO01 (INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2004). Desse modo, o MO assume qualidades tanto de museu quanto de sítio arqueológico e, no que toca à sua participação na presente pesquisa, representa a relação mais próxima entre eles, possibilitando a permuta de características e propriedades. Assim, o MO é visto na pesquisa como de altíssimo potencial para o desenvolvimento de atividades voltadas para a arqueologia.

Destaca-se, ainda, que houve um programa de extroversão do conhecimento e divulgação das construções e narrativas arqueológicas a partir dos resultados das escavações arqueológicas no local (educação patrimonial, por exemplo). Esses programas podem agregar futuras propostas de musealização da arqueologia, conforme explicitado no relatório em questão:

Tem-se a intenção de que os elementos chave, expostos durante a escavação, possam ser deixados *in situ* e que a sua exibição seja incorporada ao *design* das construções posteriores, enquanto a coleção de artefatos, de dados interpretados e das imagens das escavações possa formar as bases para uma exibição museológica (INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2004, p. 9).

Como parte da conclusão das duas primeiras etapas de escavação, realizadas em maio/junho e setembro/outubro de 2004, foram apontadas como resultados as visitas escolares, a perspectiva educativa do trabalho voluntário e o resgate do material arqueológico.

⁴⁴ O “Relatório das escavações arqueológicas realizadas em 2004, no pátio anexo ao Museu do Ouro, Sabará, MG [...] tem a finalidade de detalhar intenções, procedimentos, escolhas e resultados interinos das duas etapas de investigações arqueológicas realizadas em maio/junho e setembro/outubro de 2004, na propriedade do Museu do Ouro em Sabará, Minas Gerais, Brasil (sítio arqueológico denominado SBMO01). O projeto foi cumprido por requerimento da 13ª Superintendência do IPHAN (Instituto de Patrimônio histórico e Artístico Nacional) e foi realizado como parte de um processo amplo de renovação, restauração e desenvolvimento do complexo de edifícios do Museu do Ouro, dos seus *displays* e coleções, sob financiamento do IPHAN, do BMG e da *Anglo Gold Ashanti*” (INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2004, p. 6).

Além disso, também foram identificados o alto potencial do sítio e a excelente preservação da estratigrafia (pouco perturbada) e dos materiais. Nesse sentido:

O envolvimento da comunidade, em seu sentido mais amplo, enriqueceu as experiências de todos os envolvidos, enquanto uma coleção de dados e materiais foi criada e já serve como um banco de dados educacional e investigatório (INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2004, p. 76).

Também, como resultado, foram definidos seis complexos de estruturas arqueológicas: “um complexo de pisos de pedra (área 4), uma estrutura semi-circular de adobe (área 3), uma estrutura arredondada de pedras (área 3), um complexo de alicerces (área 5), um complexo de muros de arrimo (área 3) e um complexo de muros ou alicerces de pedra (área 1)” (INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2004, p. 34).

Os materiais recuperados na escavação somam 43.632, dos quais os mais recorrentes são vidro, cerâmica e ossos, conforme o Gráfico 1. Os materiais foram limpos, quantificados, pesados, ensacados e armazenados em um total de 58 caixas de papelão duro que se encontram na reserva técnica do MO (INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2004).

Gráfico 1 – Quantificação dos fragmentos de materiais oriundos das escavações arqueológicas no pátio anexo do MO

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Instituto Libertas de Educação e Cultura (2004, p. 51).

Os fragmentos de vasilhas de pedra-sabão provenientes das escavações totalizam 56, e suas análises indicaram um número mínimo de 14 peças (Número Mínimo de Peças – NMP) que, junto à vasilha não arqueológica presente na coleção do MO, serão descritos em item subsequente.

Outro lugar que apresenta qualidades semelhantes às do MO é o **sítio arqueológico Casa de Pedra (SACP)** de Amarantina, distrito de Ouro Preto. As escavações, levadas a cabo na edificação do século XVIII, aconteceram em função da necessidade de reformas e intervenções para que ela pudesse abrigar um Centro Comunitário e um escritório do IPHAN que, a partir de sua fundação, torna-se responsável por tal coleção.

A implantação de um Centro Comunitário em Amarantina, que integrasse o sítio Casa de Pedra, foi uma demanda da população do distrito. O projeto formulado pela Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano contemplou a construção de um edifício novo, em área adjacente às ruínas; projeto paisagístico para a área externa; e, sobretudo, a restauração das ruínas da Casa de Pedra (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a, p. 11).

Outro ponto de aproximação entre estes lugares (SACP e MO) é a ação dos órgãos públicos de gestão do patrimônio cultural brasileiro. Isso porque o imóvel do SACP caracteriza-se por uma casa bandeirista, “denominação dada a uma tipologia da arquitetura colonial paulista, criado dentro do então SPHAN, atual IPHAN” (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a, p. 13). Esse tipo de arquitetura teria chegado a Minas Gerais junto com os bandeirantes ou paulistas e com a intensificação da ocupação colonial na região.

O grande diferencial da Casa Bandeirista de Amarantina, no entanto, é o uso de matéria-prima local (pedra) em sua construção. Além disso:

O partido arquitetônico mantinha as mesmas características das casas paulistas com o espaço retangular, com telhado quatro águas e telhas de canal. A planta distinguiu-se pela demarcação de três faixas. A primeira, parte frontal, compunha-se do quarto de hóspedes e de uma possível capela, nas duas extremidades, e de um alpendre, ao centro. A segunda faixa conformava-se pelo interior, com uma sala central e os quartos dispostos lateralmente. Posteriormente, compunha-se a área serviço, que talvez pudesse dar acesso ao pavimento superior (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a, p. 17).

Segundo relatório da pesquisa arqueológica desenvolvida no local, existem poucas informações sobre a vida da edificação durante o século XIX; porém, foi apontado que, durante esse período, ela foi uma estalagem que abrigava os viajantes.

A localização a qual se encontrava, constituía a fronteira entre o meio rural e o urbano, levando tropas e mercadorias à Vila Rica. Um universo cultural ali se encontrava, como fazendeiros, mineradores, militares e simples viajantes. Não são conhecidos os nomes dos moradores que vieram a residir na casa de pedra, durante os séculos XVIII e XIX. Algumas famílias locais, detentores de razoável plantel de mão de obra escrava, podem ser apontadas como as possíveis proprietárias do imóvel no século XVIII (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a, p. 17).

Ainda segundo mesmo relatório, a edificação encontrava-se em boas condições de conservação na primeira metade do século XX, porém não estava sendo utilizada. Em 1959, Sylvio de Vasconcelos, na tentativa de recuperar a casa bandeirista de Amarantina, propôs ao prefeito de Ouro Preto, Benedito Xavier, a desapropriação do imóvel e sua adaptação para um “Museu dos Tropeiros”. Nesse período, portanto, a casa de pedra foi conhecida pelo SPHAN, sendo tombada em 1963 (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a).

As escavações arqueológicas foram feitas em pontos estratégicos no interior da edificação, como em soleiras e na base das paredes, com intuito de verificar se existia algum vestígio do piso. Algumas áreas foram identificadas e definidas como prioritárias para escavação, seja por estarem relacionadas à demanda da obra, seja por apresentarem estruturas a serem evidenciadas, seja por serem áreas sobre as quais havia informações sobre a existência de alguma outra estrutura de interesse arqueológico (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a).

Visando a melhor localização espacial das intervenções e achados, foi feita uma divisão do sítio. “Para a parte interna da casa, considerou-se a divisão dos cômodos como: Cozinha, Sala, Alpendre” (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a, p. 29). Já na parte externa, foram escavadas: a área entre a edificação e o muro da Casa Paroquial (Sudoeste); o pátio que dá acesso à área interna da edificação, tanto pela cozinha quanto pela sala (Central); a área entre a edificação e o novo Centro Comunitário (Noroeste) e a área que contemplava um parque (e que deverá receber um jardim), que equivale à lateral esquerda da casa (Nordeste).

No relatório arqueológico de curadoria dos materiais (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014b), não consta um gráfico ou referência a uma quantificação geral dos fragmentos por tipo de materiais encontrados. Isso gera uma série de questões que serão devidamente colocadas e discutidas ao abordar as especificidades dos estudos de coleções arqueológicas associados às questões de gestão dessas coleções e do patrimônio cultural. O descompasso entre curadoria, gestão e estudo-análise de coleções reverbera em ruídos no fluxo de informação que não ajudam, ou mesmo dificultam, as atividades de gestão e extroversão dessas coleções (RIBEIRO, 2012).

É possível adiantar que as análises dos materiais arqueológicos provenientes das escavações no SACP não foram feitas através de metodologia que parte da e para a definição de um NMP. Sobre esse aspecto, o próprio IPHAN-MG já se pronunciou diversas vezes sobre

a necessidade de que os arqueólogos utilizem o NMP, facilitando a construção de conhecimentos e narrativas sobre os objetos e o fluxo de informação e gestão através do auxílio no acondicionamento, na seleção de peças a serem expostas e em estudos posteriores, por exemplo. A Portaria IPHAN nº196 de 18 de maio de 2016 versa sobre essas questões e recomenda uma série de procedimentos relativos à conservação e gestão do acervo arqueológico, vinculados à metodologia de análise em questão.

Retornando aos materiais arqueológicos do SACP, conforme apresentado no relatório, o estudo da coleção e as análises dos materiais arqueológico foram feitas apenas no universo dos fragmentos, ou seja, não há conhecimento sobre a quantidade de artefatos que compõem a coleção. No relatório, também não consta uma planilha geral de análise de materiais, com fragmento por fragmento, apenas uma descrição dos grupos com base em características guia, tais como tipos de materiais, vestígios de produção, decoração, procedência, entre outros. Aparentemente, não há também um inventário com a quantidade total de fragmentos e amostras coletadas na escavação e em reserva técnica.

Não há como apresentar, com base no relatório da pesquisa arqueológica (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014b), um gráfico mostrando que a recorrência dos fragmentos de pedra-sabão é bastante pequena se comparada a outros materiais mais comuns e recorrentes em sítios históricos. Mesmo assim, percebe-se que a maior ocorrência é de cerâmicas, faianças finas, vidro e metal, em que, no meio, existem 55 fragmentos de vasilhas de pedra-sabão, para os quais foi possível a definição de um número mínimo de 22 artefatos.

No que concerne às qualidades dos lugares em questão e de uma maneira geral, o MO é um museu e sítio arqueológico cujas escavações foram feitas já depois de consolidada a instituição, enquanto o SACP é um sítio arqueológico que foi escavado como parte das solicitações para a criação de um Centro Comunitário. Na outra ponta, encontra-se o **sítio arqueológico Fazenda do Padre Fraga (SAFPF)**, que não apresenta qualidades, ritmos e/ou atividades que o aproxime dos museus.

A localização é outro aspecto a ser considerado, pois, enquanto os outros se encontram em áreas urbanas e/ou beira de estradas e rodovias de fácil acesso, o SAFPf situa-se na zona rural do município de Mariana, Minas Gerais (Coordenadas UTM: 23K 664070/7764112). Trata-se de um conjunto de ruínas que indica a presença de uma grande unidade produtiva rural ligada a atividades distintas e complementares, como a mineração e a pecuária (COOPERATIVA CULTURA, 2008, p. 12).

Tomando a edificação principal como área de escavação central, foram também escavados os setores norte, sul, leste e oeste (COOPERATIVA CULTURA, 2008; 2010) (ver Apêndice 14). Envolvendo o setor central da escavação expandido para o norte, foi delimitada a edificação principal, medindo 100 metros de comprimento por 40 metros de largura máxima. “Quatro paredes de pedra e barro instaladas nos extremos da planta, com cerca de 4 metros de altura cada uma, sugerem sólidos alicerces de uma construção de dois andares” (COOPERATIVA CULTURA, 2008, p. 15).

No extremo nordeste do setor central, há uma área que “parece ter sido de grande importância na edificação”, denominada “zona de cantaria”, com grande possibilidade de ter comportado uma pequena capela (COOPERATIVA CULTURA, 2008, p. 18). Ainda compondo tal conjunto de estruturas, no setor norte, na extremidade da edificação principal, há uma área de difícil interpretação que foi apontada como um possível jardim ou horta. Na direção oeste dessas, encontram-se ruínas de um engenho/moinho.

O setor sul corresponde a uma área de acesso a casa, parcialmente cercada por um muro semicircular de arrimo. Já as áreas laterais da casa (setores oeste e leste) parecem estar ligadas a espaços de circulação e uso pelos serviços da fazenda.

No lado oeste, um longo pátio murado em pedra seca percorre toda a extensão do edifício principal, ligando os extremos norte (engenho/moinho) e sul (estrada?) da planta das ruínas. A presença de calçamento na entrada do pátio evoca a permanência de animais no local, para descanso de animais de carga ou transporte humano (COOPERATIVA CULTURA, 2010, p. 326).

No setor leste, foram identificados patamares escalonados onde estariam situadas as senzalas.

Toda a área ocupada pelos patamares arrimados foi tratada, revelando vestígios de materiais construtivos (telhas, cravos e fragmentos de blocos de barro de preenchimento de paredes de pau-a-pique) e tralha doméstica (em esteatita, louça e cerâmica); materiais que sugerem fortemente a presença de casa no local (COOPERATIVA CULTURA, 2010, p. 329).

Os setores sul e oeste correspondem aos locais de carga e descarga, com calçamento de pedra cujos fragmentos de material utilitário (pedra-sabão, cerâmica e louça) resgatados “podem ser, em parte, resultante de quebras ocorridas ou percebidas e descartadas neste momento de descarga de mercadorias” (COOPERATIVA CULTURA, 2010, p. 356).

O material arqueológico oriundo das escavações soma 299 fragmentos de cerâmica esmaltada, 128 de cerâmica não esmaltada, 228 fragmentos de vidro, 439 fragmentos de metal

e 73 fragmentos de pedra-sabão. Para estes, foi possível a identificação de um número mínimo de quinze peças.

Nas faianças finas, foi aplicado método proposto por Stanley South (LIMA et al., 1989), resultando em um gráfico de datação relativa que aponta para a ocupação mais intensa do sítio arqueológico de 1775 a 1860 (COOPERATIVA CULTURA, 2008).

Gráfico 1 – Aplicação do Gráfico South às louças do sítio Fazenda do Padre Fraga

Fonte: Cooperativa Cultura (2008, p. 38).

De acordo com os dados da pesquisa histórica (COOPERATIVA CULTURA, 2008; 2010), o Padre Domingos Pereira Fraga recebeu, em 1776, aos 21 anos de idade, uma sesmaria e dois escravos homens, doação de seu tio, o Coronel Estevão Gonçalves Fraga, para compor seu dote de ordenação no Seminário de Mariana⁴⁵. Consta no processo de ordenação sacerdotal que, à época, a sesmaria doada já possuía casas de vivenda, paiol, engenhos e moinhos. O Coronel Estevão Gonçalves Fraga estava na região há pelo menos 20 anos, com

⁴⁵ Procuração de Estevão Gonçalves Fraga, 21 de agosto de 1776 in De genere et moribus. (processo de habilitação sacerdotal). Domingos Pereira Fraga, 1774. AEAM, arm 3, pasta 450.

sesmaria registrada em seu nome em 1756⁴⁶, o que nos faz crer que a fazenda tenha sido erguida entre as décadas de 50 e 60 do século XVIII.

No que concerne à minha relação com os lugares da pesquisa, há desencontros com os dois sítios arqueológicos (SACP e SAFPF) na medida em que nunca os visitei. As caracterizações, então, foram feitas com base em relatórios dos estudos arqueológicos e bibliografia de apoio. As coleções foram analisadas por mim, através do preenchimento de ficha de atributos, conforme feito com todos os artefatos envolvidos na pesquisa.

Quanto aos artesãos, enquanto em alguns casos há um encontro direto desses com as pedreiras, em outros há um desencontro, na medida em que o artesão compra o refugo das empresas de extração e, por isso, têm seu repertório de escolhas modificado, senão diminuído. Isso também associado a mudanças tecnológicas que envolvem a utilização do torno elétrico e uma industrialização e aumento nos ritmos das atividades. Outro caso extremo de desencontro entre artesão e pedreira pode ser percebido no relato já citado de *Bilu* que, por questões de legislação, é impossibilitado de coletar matéria-prima na mesma pedreira que seu avô o fazia, atualmente sob direito de mineração de uma dessas empresas.

No que toca aos (des)encontros das vasilhas de pedra-sabão com esses lugares, a documentação sobre a formação das coleções (museológicas e arqueológicas) e as histórias de vida dos lugares são essenciais para tecer apontamentos. Em todos os casos, ao material arqueológico é possível atribuir um local e situação de coleta precisa. A presença do material em contexto arqueológico pode ser indicativa de que o encontro entre artefatos e lugares ocorreu em períodos em que as edificações estavam vivas, ocupadas e/ou em atividade. Por outro lado, as peças que chegaram às coleções dos museus através de aquisições e doações, aparentemente, encontram o lugar somente quando este se torna instituição museológica.

Na perspectiva adotada pela pesquisa, os sítios arqueológicos, as comunidades de artesãos, os museus e os lugares de circulação e comércio (feiras, mercados, etc.) são vistos como lugares relacionados à vida das vasilhas de pedra-sabão. Esses lugares, por sua vez, são marcados por ritmos das atividades desenvolvidas no local que, através das materialidades, ressoam em uma malha viva e que nos remetem, entre outras coisas, às mobilidades das vasilhas de pedra-sabão dentro de um território e em diferentes contextos espaço-temporais.

Definidos e descritos os lugares participantes da pesquisa, passarei à descrição dos objetos, protagonistas da abordagem. Aliás, e de fato, não fui eu, mas as painéis de pedra-sabão que encontraram todos esses lugares.

⁴⁶ Carta de Sesmaria de Estevão Gonçalves Fraga, 1756. Arquivo Público Mineiro, Códice 112. P. 147. Filme 15. Gaveta E1. Fotogramas – 883, 884 e 885.

1.3 Personagens

Um dualismo alimentado por ontologias binárias pode ser percebido na separação entre Ciência e Literatura que, na arqueologia, já vem sendo contestada pelas abordagens que qualificam as arqueólogas e os arqueólogos também como contadores de histórias (*storyteller*) (ZARANKIN e SENATORE, 2013). Pesquisadores dessa perspectiva arqueológica apontam que no “senso comum a literatura está associada ao mundo das emoções e a ciência ao da razão, o escritor nos comove com as criações fantásticas de sua imaginação enquanto o cientista decifra o mundo real” (ZARANKIN e SENATORE, 2013, p. 283). Constatando, ainda, que foi precisamente a modernidade que estabeleceu essa oposição entre Literatura (ficção) e Ciência (realidade).

Ainda segundo esses autores, um *storyteller* transforma em narrativas e palavras fatos ou acontecimentos reais e/ou fictícios, “muitas vezes improvisando ou embelezando” (ZARANKIN e SENATORE, 2013, p. 285). Suas histórias geram em quem as escuta interesse, entretenimento e reflexão, chegando até a valores morais, (auto)estima, empatia, tolerância, cidadania e ação social e política, além de outras reflexões filosóficas que podem levar a uma postura crítica em relação ao mundo em que se vive. Dentro dessa perspectiva:

O arqueólogo constrói histórias, introduz novos personagens às já conhecidas. Isso significa que o arqueólogo produz histórias que podem ser reapropriadas e modificadas pelas pessoas. Também pode fornecer matéria-prima a partir das quais diferentes grupos podem nutrir-se para produzir suas próprias histórias (ZARANKIN e SENATORE, 2013, p. 285).

Na presente construção, fundem-se as etnografias arqueológicas e das ciências, já mencionadas, à perspectiva do arqueólogo também como contador de histórias, atribuídas de caráter narrativo e marcadas pela presença de personagens. No caso específico da pesquisa em questão, ela versa sobre a(s) história(s) de vida das panelas de pedra-sabão em Minas Gerais, sendo elas as principais protagonistas.

A partir dessa população de artefatos e de suas materialidades, pretendo acessar as relações das quais elas participaram e participam com outros materiais, com demais seres (humanos e não-humanos), com coletivos e com o mundo comum, respeitando suas ontologias e seus modos de vida e existência. Assim, passo a uma apresentação dos protagonistas da construção arqueológica que me proponho⁴⁷.

⁴⁷ Não será feita uma descrição detalhada por indivíduos-artefatos de modo a manter o texto fluido.

A população de artefatos em questão é formada por seis coleções que juntas somam 72 artefatos – que chamarei de indivíduos por suas qualidades enquanto individuais e únicos – procedentes de lugares e contextos diversos e, atualmente, em diferentes situações nos museus e instituições de pesquisa, conforme visto anteriormente.

Gráfico 2 – Relação de quantidade de indivíduos-artefatos-objetos por coleção

Fonte: elaborado pelo autor.

As coleções arqueológicas do SAFPF, do SACP e do MO são de procedência de escavações desenvolvidas nos locais. Portanto, contam com informações precisas sobre o local e situação de coleta, materiais e estruturas associadas e com uma documentação, como mapas, croquis, fotos, entre outros, comuns aos métodos arqueológicos. Em se tratando das coleções arqueológicas, não é possível estabelecer, no entanto, o local de nascimento ou produção desses artefatos, tais como a área de extração de matéria-prima, a pedreira, a oficina e/ou a localidade. No entanto, muito provavelmente são da região do Quadrilátero Ferrífero Mineiro e podem ser de CB.

Se, por um lado, as coleções arqueológicas têm qualidades e limitações de pesquisa inerentes a esses materiais enquanto arqueológicos, por outro, as coleções do MI, do MAO e um artefato (Indivíduo 72) do MO, incorporadas aos acervos institucionais através de doações, apresentam qualidades diferentes. Nesse caso, para averiguação de procedência das peças, foram consultadas as fichas de catalogação dos museus e documentos relativos ao processo de formação da instituição e de suas coleções.

Nas fichas de catalogação do MI, os artefatos foram associados ao século XIX e, em alguns casos, há referência à procedência. Segundo essas fichas, tanto o alambique (Indivíduo

22) quanto um dos barris e sua respectiva tampa (Indivíduos 20 e 21) foram recolhidos do Dr. Vicente de Andrade Racioppi do Instituto Histórico de Ouro Preto, conforme requisição de 18 de março de 1942. Sobre esse último conjunto (Indivíduos 20 e 21), há referências à procedência de CB⁴⁸ na ficha catalográfica.

Outras duas peças da mesma coleção, uma panela (Indivíduo 16) e um barril com sua respectiva tampa (Indivíduos 18 e 19), foram aquisições da “Antiguidades Toledo”, de José Lucas Toledo, no ano de 1986. Ambas são referenciadas como de procedência da Fazenda do Mato Dentro – Barra Longa, Minas Gerais. Uma última panela (Indivíduo 17) é de origem da Casa dos Barões de Camargos, em Ouro Preto⁴⁹.

Nesse ponto, há necessidade de destacar que o processo de formação das coleções tem implicações em seu estudo e gestão, que estão relacionados, inicialmente, às qualidades dos materiais e, posteriormente, às dos registros existentes sobre eles. Por exemplo, não obstante a variedade de possíveis lugares de procedência dos artefatos em questão, todos são torneados, indicando que independente do local específico de seu nascimento, eles vieram de oficinas de paneleiros e foram feitos com tecnologia com participação do torno. Isso, por si, nos remete à vida nas oficinas, conforme será visto em capítulo próprio, e às tecnologias de produção. As formas e funções identificadas, atribuídas e/ou projetadas junto às marcas de produção e uso também apontam para uma variedade de contextos vividos por esses indivíduos.

A maioria dos artefatos-indivíduos são panelas (48), seguidas por tampas (9), vasos (4), tigelas rasas (3), além de taças, barris, alambiques, garrafa e copo, conforme gráfico abaixo. As categorizações e denominações, apresentadas no Gráfico 4, foram definidas com base no estudo de bibliografia sobre análise de materiais arqueológicos, no acompanhamento da produção com os artesãos atuais e, principalmente, nos conhecimentos e na nomenclatura atualmente utilizada pelos artesãos e usuários participantes da pesquisa.

⁴⁸ Ficha de Catalogação Museu da Inconfidência – SCAM *Sistema de Controle do Acervo Museológico* – Impressa em 2008.

⁴⁹ Em pesquisa com inventários no Arquivo Histórico da Casa do Pilar, foram arrolados inventários referentes a Manuel Teixeira de Sousa, “O Barão de Camargos”, datado de 1878 (Códice 28, 1º ofício, auto 312) e dois familiares; porém, nenhuma citação é feita a tais artefatos.

Gráfico 4 – Categorizações gerais dos tipos de artefatos

Fonte: elaborado pelo autor.

Durante minhas estadias em CB, eu costumava almoçar diariamente na casa de Dona Lurdinha (Maria de Lourdes). Em seu fogão, sempre havia panelas de alumínio e de pedra-sabão, com as quais cozinhava constantemente para alguns poucos não moradores da comunidade (funcionários do posto de saúde e da prefeitura de Mariana, equipes de pesquisa, entre outros). Em um desses almoços, enquanto ela terminava de cozinhar, ela me explicou sobre os nomes dados às panelas de pedra-sabão, dizendo que que “as mais abertas são com o fundo mais largo, boas para fritar. As mais fundas para feijão e angu⁵⁰. E as panelas de arroz, que são as panelas mesmo”.

Dividindo as panelas nos três subgrupos propostos pela moradora de CB, apresentados no Gráfico 5, as panelas continuam sendo maioria (31), seguidas pelas frigideiras (13) e caldeirões (4).

⁵⁰ As vasilhas mais fundas, citadas por dona Lurdinha como para feijão e angu, são chamadas por alguns artesãos de “caldeirão”.

Gráfico 5 – Subgrupos de panelas

Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 3 – Frigideira, Fragmento MI1328, Indivíduo 17

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Figura 4 – Caldeirão, Fragmento PF1981-1, Indivíduo 4

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Figura 5 – Panela, Fragmento PF1125, Indivíduo 7

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

De uma maneira geral, essas panelas apresentam forma fechada, contorno simples, bojo em seção cilíndrica convexa, por vezes com flange mesial⁵¹, e suas alturas são menores ou iguais à metade do maior dos diâmetros.

As frigideiras (13) apresentam seu corpo dividido em duas seções (bojo superior e inferior), cilíndricas côncava normal (bojo superior) e convexa invertida (bojo inferior), caracterizando uma carena⁵². A carena é particularmente importante, pois é um ponto de inflexão abrupto (menor que 90°) no corpo das vasilhas que, no caso das frigideiras, age como barreira na contenção do óleo espirrado durante a fritura.

Os caldeirões têm corpo em única seção, cilíndrica convexa ou reta. Sobre suas medidas, os três indivíduos têm altura maior que a metade do maior de seus diâmetros, o que os torna os mais fundos/altos entre os três subtipos de panelas, apresentando média de altura de 22,5 cm, contra 12 cm das panelas e 13,5 cm das frigideiras.

⁵¹ Termo adaptado da nomenclatura sobre cerâmica arqueológica. Flange: “apêndice semelhante a uma borda horizontal adicionado à parte externa da vasilha. Quanto à sua posição pode ser: labial (abaixo da borda), mesial (no bojo) e basal (na base)” (CHYMZ, 1976, p. 132). Para imagem, remeter-se ao Anexo 1.

⁵² Carenado (*carinated*) se refere à “forma de bojo que apresenta um ângulo agudo na parte de maior diâmetro” (CHYMZ, 1976, p. 126). Para visualização esquemática das seções às quais se dividem os artefatos, remeter-se ao Anexo 1.

Alguns indivíduos apresentam decoração, como é o caso de duas panelas (Ind. 40 e 68), uma frigideira (Ind. 28) e dois caldeirões (Ind. 32 e 34)⁵³. Uma das panelas (ind. 68), por exemplo, apresenta incisão contínua em linha única no lábio. No ponto de menor angulação da inflexão do bojo inferior para o superior, há uma decoração feita com incisão contínua gerando duas linhas.

Fotografia 19 – Indivíduo 68: panela da coleção arqueológica do MO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 20 – Indivíduo 68 (detalhe da decoração)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

A frigideira (Ind. 28) apresenta decoração incisa na carena, parte superior do corpo, que pode ser dividida em quatro seções com linhas transversais paralelas, alternando no sentido de uma seção para outra (espelhado) (Fotografia 18 e Figura 4).

Fotografia 21 – Indivíduo 28 (MI): frigideira que apresenta decoração incisa na carena

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Figura 6 – Esquema da decoração localizada na carena

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

⁵³ Para descrição detalhada das decorações, remeter ao Relatório de confecção de ficha de análise, descrição dos artefatos e Catálogo apresentado em Anexo da dissertação de mestrado (MELQUÍADES, 2011).

Nos dois caldeirões que apresentam decoração, elas são também incisadas contínuas. Deles, o indivíduo 32 tem, ao longo de seu corpo, três seções de decoração: (1) faixas triplas no bojo superior, quase no contato com a borda; (2) linhas duplas na transição do bojo superior para o inferior (meio do pote) e (3) linhas duplas na inflexão do bojo inferior para a base, demarcando a área onde esta última é iniciada. Já o indivíduo 34 apresenta linhas únicas incisadas, profundas, em toda a superfície externa de seu corpo, dando um aspecto de ondulado (Fotografias 20 e 21).

Fotografia 22 – Indivíduo 34 (MAO): caldeirão com decoração em incisões contínuas dando o aspecto de superfície ondulada

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Fotografia 23 – Indivíduo 32 (MAO): caldeirão decorado com 3 seções de faixas na face externa

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Depois das panelas, mais comuns e recorrentes nas coleções em questão, aparecem as tampas (9) e vasos (4), seguidas por tigelas rasas, barris, alambiques, taças, copo, garrafa e prato, representados por apenas um ou dois indivíduos de cada.

As tampas apresentam forma simples, com pegador, e quatro dos nove indivíduos apresentam decoração na face externa, sejam em frisos únicos (Ind. 14 e 15) ou várias seções de incisões contínuas e profundas (Ind. 31), que podem dar aspecto ondulado (Ind. 33).

O que está sendo chamado inicialmente de vaso engloba quatro vasilhas com diferentes características morfológicas e funcionais. O vaso presente em exposição do MO (Ind. 72), por exemplo, caracteriza-se como um pote de forma simples e fechada, medindo 26 cm de diâmetro de borda e 34 cm de altura. Apresenta quatro asas no ponto de inflexão do bojo superior e um orifício arredondado lapidado no ponto de inflexão do bojo inferior para a base. Esse orifício arredondado parece feito intencionalmente, pois notam-se marcas de lapidação.

Fotografia 24 – Indivíduo 72: pote em exposição no MO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Fotografia 25 – Indivíduo 72 (detalhe do orifício redondo na transição do bojo inferior para a base)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Conforme as falas dos funcionários do museu, moradores e artesãos aos quais foram mostradas fotos, trata-se de um pote para água, onde o orifício na parte inferior poderia servir para encaixe de torneira ou algum outro mecanismo, que seria vedado quando necessário. Não há marcas de fuligem ou de algum tipo de desgaste no interior ou exterior do pote que nos remeta a alguma outra possibilidade de uso.

O indivíduo 5, outro vaso, tem forma composta, com bojo superior em sessão côncava normal e bojo inferior convexa invertida, também apresentando uma carena. Na parte de transição do bojo superior para o inferior, área que delimitaria o início da carena, há uma faixa em alto relevo. Entre essa faixa em alto relevo e a borda, a carena apresenta face externa decorada com frisos duplos em alto e baixo relevo.

Fotografia 26 – Indivíduo 5: vaso carenado com decoração em frisos

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Figura 7 – Indivíduo 5 (corte e projeções de forma)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

As tigelas rasas apresentam forma aberta, contorno simples, com seção cilíndrica calota. A altura estimada é menor que a metade do maior dos diâmetros, nesse caso o da boca.

Os dois barris (Ind. 18 e 20) apresentam forma fechada e contorno simples em seção cilíndrica convexa, com altura maior que o maior de seus diâmetros. Foram confeccionados seguindo as mesmas etapas das panelas, porém sua morfologia, medidas (principalmente altura, respectivamente, 33 cm e 46 cm) e peso elevado contribuem para a necessidade de habilidades, técnicas e conhecimentos específicos durante a confecção, indicativos de engajamentos igualmente diferenciados.

Enquanto na face interna de ambos há nítidas estrias do desbaste no torno e negativo da retirada da torre, em suas faces externas há decoração em faixas e frisos. Sobre a decoração, o indivíduo 18 conta com três seções de frisos duplos, duas no bojo superior e uma no bojo inferior. Já o indivíduo 20 apresenta seis seções de faixas únicas, uma na borda, uma na base, duas no bojo inferior e duas no bojo superior.

Fotografia 27 – Indivíduo 18: barril com decoração de frisos duplos, exposto no MI

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Fotografia 28 – Indivíduo 20: barril com decoração em faixas únicas, exposto no MI

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Os alambiques (Ind. 22 e 35) são compostos por três peças presas por encaixe: panela, gola e capelo. Sua panela consiste em uma vasilha composta, com bojo superior em seção reta normal e bojo inferior em seção convexa invertida caracterizando uma carena. O indivíduo 22 tem, entorno de toda a superfície externa do corpo de sua panela, um arame fixado. Tal “amarração” parece sido feita para dar sustentação ao artefato, diminuindo o risco de quebra. Há ainda um enxerto feito em parte da borda, no qual se utilizou uma pedra-sabão de composição diferente, perceptível na coloração, também preso com arame.

Fotografia 29 – Indivíduo 22 (MI): Panela

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Fotografia 30 – Indivíduo 22 (MI): Alambique

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Já a panela do segundo alambique (ind. 35) apresenta decoração corrugada na face externa da carena. Tal artefato, diferente do anterior, foi confeccionado através do entalhe. Isto porque tem grandes medidas (altura de 150 cm) e peso, que aparentemente impediram seu trabalho no torno. Junto às marcas de desbaste/entalhe, na face externa, percebe-se um aspecto ondulado na carena além de uma decoração corrugada.

Sobre a denominação utilizada, segundo Von Burguer (1927), esse tipo de decoração confeccionada durante o torneamento, através de “um ligeiro movimento vibratório e posição inclinada da desbastadeira” (VON BURGUER, 1927, p. 532) tendo, como resultado, “uma superfície corrugada com um efeito distintamente artístico e bonito” (*Ibid.*).

Fotografia 31 – Indivíduo 35 (MAO): Alambique

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Fotografia 32 – Indivíduo 35 (MAO) (detalhe carena decorada)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

A gola é uma peça cônica vazada que serve para ligar a panela ao capelo que, por sua vez, é o principal componente do alambique. O capelo apresenta forma complexa e de difícil confecção, com canais para o escoamento de líquidos e o gotejamento do álcool. O capelo constituinte do indivíduo 22 (MI) foi confeccionado parcialmente no torno e, posteriormente, por entalhe, enquanto o do indivíduo 35 (MAO) foi confeccionado totalmente por entalhe. É importante destacar também que ambos estão expostos em seus respectivos museus, MI e MAO.

O par de taças (Ind. 24 e 25) tem características morfológicas quase idênticas, variando entre 0 e 1 cm na comparação de suas medidas (diâmetros e altura). Apresentam contorno complexo (bojo superior em seção cônica reta normal e bojo inferior em seção cônica convexa invertida), borda direta e lábio plano. Tem base seguida por uma coluna cilíndrica com um friso no centro.

Ambas estão expostas no MO e foram produzidas por torneamento; porém, apresentam características e marcas de produção que indicam um jeito de fazer específico, conforme será visto no próximo capítulo.

Fotografia 33 – Indivíduo 24 (MAO): taça apresentando cilindro com friso transversal no centro

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Fotografia 34 – Indivíduo 24 (MAO) (detalhe da face interna com marca da retirada da torre que seguia o cilindro com friso)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Em situação próxima e com qualidades semelhantes às das taças, está a garrafa (Ind. 23), também exposta também no MAO, com produção diferenciada. Apresenta forma fechada, contorno composto (bojo superior em seção cônica convexa normal e bojo inferior em seção cônica convexa invertida), base plana, borda reforçada externa e lábio plano. Não foi possível a visualização da face interna da garrafa devido à sua forma; porém, há estrias na

face interna do gargalo e da boca, o que indica sua confecção no torno. Sua base consiste em um disco colado⁵⁴ ao fundo do artefato.

Fotografia 35 – Indivíduo 23: garrafa torneada

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Fotografia 36 – Indivíduo 23 (detalhe de base composta por disco colado)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

O fragmento de copo (Ind. 2) foi assim identificado por apresentar base plana com ângulo de inclinação da base para o bojo inferior entre 45° e 90° (fechado). Apresenta contorno simples em sessão cônica reta normal e base plana, com altura estimada em 10 cm e diâmetro de boca entre 4 cm e 10 cm. A forma projetada se assemelha às canecas de metal utilizadas nos períodos colonial e imperial pelas tropas e tropeiros, que apresentam corpo cônico e alça em formato auricular (MAIA e MAIA, 1981). No indivíduo 2, no entanto, não há vestígios de fuligem, indicando que tal artefato não foi ao fogo. Além disso, não há vestígios de uma alça. Tal artefato foi, então, categorizado enquanto copo.

Fotografia 37 – Indivíduo 2: fragmento de base de possível copo/caneca

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Figura 8 – Desenho da peça visualizada na Fotografia 35

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

⁵⁴ A utilização de colagem nas vasilhas de pedra-sabão aparece referenciada – tanto na bibliografia quanto no discurso dos moradores/artesãos – como do século XX.

As características e qualidades da população de artefatos apresentada remetem a materialidades que transpassam uma variedade de eventos, momentos, memórias e histórias vividas por eles, desde sua gestação e nascimento até os dias de hoje. De uma maneira bastante ampla, passando por suas confecções, usos, re(usos), descartes, reciclagens, recuperações, higienizações, restauros, acondicionamento, exposição, venda, não necessariamente nessa ordem, e entre muitos outros, até chegar ao presente. Em meio a uma heterogeneidade de percursos, o primeiro e principal ponto em comum dessa população de artefatos é o lugar de nascimento e as tecnologias de produção em torno. Do total de 72 indivíduos, apenas 2 apresentam técnicas distintas de produção: uma garrafa (Ind. 23), produzida através do torneamento e base colada, e um alambique (Ind. 35) de grandes dimensões e peso, confeccionado através de desbaste e entalhe.

Saindo das oficinas, no entanto, esses indivíduos encontram e passam por uma diversidade de lugares que não pode ser alcançados, pois somente eles conhecem todos. Ainda assim, seguindo a materialidade das painéis de pedra e, nesse caso específico, a população de artefatos e os lugares apresentados, é possível apontar uma diversidade de contextos. Alguns exemplos são grandes e pequenas propriedades rurais (SAFPF e MAO), casarões urbanos (MI e MO), casa de fundição e intendência (MO), pouso (SACP), feira, entre muitos outros. Antes de tratar de questões de mobilidade, serão abordadas questões técnicas e tecnológicas dos artefatos.

Assim, apresentaram-se a maneira como a pesquisa surgiu, com alguns conceitos básicos utilizados, além de questionamentos, direcionamentos e percursos; os lugares – que, de uma maneira geral, caracterizam seu território – e os artefatos. Além disso, constatou-se, entre essa população de artefatos, que as primeiras (e uma das principais) memórias e/ou características compartilhadas são os lugares e as técnicas e tecnologias de produção. Em capítulo subsequente, será tratada da vida das e nas oficinas.

CAPÍTULO 2 – OFICINAS DE SERES E COLETIVOS: TÉCNICAS E TECNOLOGIAS COMPARTILHADAS

O que parecia único era plural, o que é plural sê-lo-á ainda mais. [...] Toda Arqueologia de materiais é uma Arqueologia humana. O que este barro esconde e mostra é o trânsito do ser no tempo e a sua passagem pelos espaços, os sinais dos dedos, as raspaduras das unhas, as cinzas e os tições das fogueiras apagadas, os ossos próprios e alheios, os caminhos que eternamente se bifurcam e se vão distanciando e perdendo uns dos outros. Este grão que aflora a superfície é uma memória, esta depressão a marca que ficou de um corpo deitado (SARAMAGO, 2000, p. 84).

Apresentadas a população de artefatos e a teia de lugares ou território abarcado pela pesquisa, este capítulo abordará especificamente a vida nas oficinas envolvendo a construção de conhecimento e interpretações da pesquisa, ou seja, os trabalhos de campo e laboratório, e as oficinas dos artesãos paneleiros, focando nas relações durante as atividades de produção tanto da pesquisa quanto da confecção de painéis que fazem parte da experiência humana presente, passada e (por que não?) futura.

É necessário citar a analogia entre atividades científicas e artesanais já abordadas e destacar uma aproximação entre essas oficinas e o laboratório, tal qual colocado por Latour e Woolgar (1997). Compreendem-se, nesse caso, as relações artesãos-artefatos analogamente ao contexto de produção do conhecimento científico, isto é, a Arqueologia e “objetos da pesquisa arqueológica” ou mais amplamente pesquisador e seres em estudo. Antes de passar às descrições e construções, no entanto, há necessidade de introduzir e definir inicialmente os estudos e conceitos de técnica e tecnologia, conforme serão utilizados na pesquisa.

A longa história de vida dos estudos de técnicas e tecnologias nos remete ao surgimento da Arqueologia, Museologia, Estudos de Cultura Material e estudos de coleções nos séculos XVI a XIX. Retrocedendo um pouco mais no tempo, Bruce Trigger (2004) cita o interesse de povos “antigos” por artefatos e monumentos ligados à sua história, esteja ou não ela instituída de um valor mítico e religioso. Ainda segundo esse autor, em períodos antes de Cristo, alguns membros ligados às classes mais abastadas já colecionavam tais artefatos, inclusive dando certo sentido a eles, como são os casos de um dos filhos de Ramsés II, que estudou cultos associados a monumentos antigos nas cercarias de Mênfis, e uma das filhas do Rei Babilônico que, no século VI a.C., reuniu uma coleção de artefatos babilônicos antigos. O interesse pela cultura material de grupos que viveram num passado remoto parece, assim, ter despertado há muito a curiosidade e o interesse dos seres humanos.

O ideal Iluminista, principalmente as influências das teorias de Descartes e Francis Bacon, gerou um movimento chamado por Bruce Trigger de “Antiquarianismo Científico”. Esse movimento enfatizava a observação, classificação e experimentação, negando, como todo movimento erudito do período, os pressupostos do Período Medieval, por eles chamado de “Idade das trevas”. Em meados do século XIX, Thomsen, pioneiro no uso da seriação para datação de artefatos, organiza-os de acordo com uma cronologia para expô-los de maneira coerente. Tendo estudado numismática, motivo pelo qual voltou sua atenção para a questão estilística, e dentro do pensamento evolucionista e imperialista, o dinamarquês dividiu tipologicamente artefatos do período pré-histórico e criou “idades” (da pedra, do bronze e do ferro). Assim, ele argumentou que a sociedade evoluiu unilinearmente dos artefatos de pedra aos de bronze.

Durante o século passado, no entanto, na Arqueologia e nas ciências humanas, surgem várias abordagens para estudo das técnicas e tecnologias com diferentes origens, desenvolvimentos e objetivos, se relacionando ora com teorias evolucionistas, comportamentais e de sistemas (HOLLENBACK e SCHIFFER, 2010; LEMONNIER, 2002), ora fazendo um esboço descritivo de diferentes técnicas como exemplos de meios de adaptação extrassomática do homem ao ambiente (VANDERLEEuw, 2002), ou ainda incluindo tecnologia na cultura como adaptação “supra-biológica” (HOLLENBACK e SCHIFFER, 2010, p. 3).

Nos últimos trinta anos, os debates giraram em torno de questões como: o que é técnica e tecnologia, suas definições e relações? Qual sua participação na mudança cultural? Como elas devem ser estudadas? Por diferentes caminhos e de diferentes maneiras, os estudos contemporâneos apontam para a necessidade de quebra e/ou constatação da ausência de binarismos ontológicos modernos nessas relações, e são essas as abordagens que interessam diretamente à pesquisa.

Em alguns desses casos, autores apontam a divisão entre evolucionismo e relativismo (INGOLD, 2000) e entre materialismo e culturalismo (LATOUR, 2002) como divisões visíveis na literatura que lida com técnicas, tanto modernas industrializadas como não-modernas ou não-industrializadas (LATOUR, 2002).

Segundo Pierre Lemonnier (2012), existem muitas maneiras de investigar as relações mútuas entre técnica, cultura e sociedade, mas elas estão associadas principalmente a dois rótulos acadêmicos: “Tecnologia Cultural” e “Estudos de Cultura Material”. Ao abordar essas vertentes, o autor aponta que os estudos de tecnologia cultural, influenciados por Marcel Mauss e Leroi-Gourhan, têm se atentado para a maneira como os objetos são produzidos e

fisicamente utilizados através da documentação e da análise das sequências operacionais ou cadeias operatórias. Já os estudos de cultura material estariam, segundo o autor, mais interessados na “biografia cultural das coisas” e na “vida social das coisas”, enfatizando os consumos e usos mais do que a produção (LEMONNIER, 2012, p. 16).

Dentro dos estudos de tecnologia cultural, as questões do corpo humano aparecem inicialmente associadas às “técnicas do corpo” (MAUSS, 1979), à percepção dos gestos como uma forma de comunicação (LEROI-GOURHAN, 1985) e às técnicas como construções sociais. Ao abordar as técnicas corporais, Marcel Mauss (1979) aponta que atividades simples e cotidianas, como andar, correr, nadar e outras, são específicas de cada sociedade, além de ressaltar que “o corpo é o primeiro instrumento e o mais natural. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo” (MAUSS, 1979, p. 342).

Ao abordar “sociedade, natureza e o conceito de tecnologia”, Tim Ingold (2000) aponta que, associada ao pensamento ocidental moderno, ontologicamente binário, a tecnologia tem sido vista como uma esfera exterior ao domínio social das relações entre as pessoas. Afirmando que são precisamente essas noções que pretende mudar, o autor justifica dizendo que não se pode projetar para o passado a moderna separação entre tecnologia e sociedade (INGOLD, 2000). No entanto, não se pode projetar nem para o passado e nem para o futuro. Além disso, como o próprio autor coloca na introdução do mesmo livro, não parece produtiva a projeção desses binarismos para coletivos que vivem no ocidente moderno, pois existem gradações nos modos de vida e existência ocidentais modernos, conforme defendido nesta tese.

Ao mostrar a emergência moderna do conceito de tecnologia, Tim Ingold aborda uma cosmologia mecânica (*mechanistic cosmology*) que separa projeto de construção e ideia de ação, acabando por reduzir as habilidades de fabricação a “meras execuções técnicas” (INGOLD, 2000, p. 289). Conclui o autor que a transição das ferramentas de mão para as máquinas não se faz do simples para o complexo, mas através do deslocamento da pessoa humana produtora do centro para a periferia do processo de produção. Trata-se, portanto, “mais de uma história de externalização do que de complexificação” (INGOLD, 2000, p. 289). Uma das conclusões relacionadas é que, no curso dessa “evolução”, as relações técnicas foram progressivamente desassociadas das relações sociais, levando eventualmente à moderna separação entre tecnologia e sociedade (INGOLD, 2000).

A diferença entre técnica e tecnologia se dá, portanto, em função dos poderes humanos de percepção e ação, se são imanentes ou desvinculados dos processos como as coisas são

feitas. Assim, o autor relaciona técnicas às habilidades (*skills*), essas consideradas como a capacidade de um determinado sujeito humano, abrindo ligação com os conhecimentos e os gestos. Já tecnologia consiste em conhecimento de princípios objetivos do funcionamento mecânico, na qual a validade é completamente independente da identidade subjetiva dos portadores humanos ou de seus contextos específicos de aplicação. Técnica, portanto, é inseparável da experiência subjetiva do ser humano na confecção de determinadas coisas, enquanto tecnologia afirma a independência entre produção e subjetividade humana (INGOLD, 2010).

Ao abordar as relações sociais e citando as baseadas em parentesco, o autor aponta que, com esse processo, “ao mesmo tempo, os objetivos de produção foram transformados da constituição de pessoas ao fabrico de coisas” (INGOLD, 2010, p. 319). Com relação à corporalidade, o autor aponta para uma extensão entre organismo e ambiente que envolve, portanto, os corpos, além de atentar para a possibilidade de um processo de “incorporação” (*embodiment*) de paisagens e tecnologias.

Ao abordar a Arqueologia do corpo, Rosemary Joyce (2005) coloca que, para compreender o corpo no passado, a Arqueologia tem se engajado com teorias de incorporação (*embodiment*) e materialidade (*materiality*). Sobre a “materialidade do corpo”, Julian Thomas (2007) coloca que o Humanismo ainda domina nossa compreensão do corpo como tendo uma natureza *a priori* que pode ser definida pelas ciências médicas como “um corpo pré-existente cujas capacidades e limites já são conhecidos. Cultura, por sua vez, estaria estampada em sua superfície como matéria secundária” (THOMAS, 2007, p. 214). Ainda segundo esse autor:

Em certo sentido, um corpo fora dos limites da cultura e da linguagem não tem materialidade. O cerne da questão é o seguinte: enquanto aceitamos a natureza do corpo está fixada na biologia, e que a característica da sua materialidade é inquestionável, não temos outra opção se não manter o dualismo mente/corpo. Tal linha de argumentação provou ser problemática para alguns, porque aceitar que a materialidade do corpo é construída parece implicar que nem se torna corpo (Bordo 1990: 145). Contudo, ninguém realmente está sugerindo que os corpos humanos são imateriais ou são produtos de discurso (THOMAS, 2007: 214)⁵⁵.

⁵⁵ In a sense a body outside of culture and language has no materiality. The crux of the matter is this: as long as we accept that the body's nature is fixed in biology, and that the character of its materiality is unquestionable, we have no option but to maintain the mind/body dualism. This line of argument has proven troubling to some, since to concede that the body's materiality is constructed seems to imply that it becomes no body at all (Bordo 1990: 145). However, no one is really suggesting that human bodies are immaterial, or made of discourse (THOMAS, 2007, p. 214).

Rosemary Joyce (2005) aponta que, em contraste com abordagens que assumiram papel uniforme e trans-histórico das marcas corporais, ornamentos e vestimentas, percebidos como sinais, estudos arqueológicos mais recentes buscam situar historicamente as práticas corporais e de representação em relação à produção de diferentes “experiências de incorporação” (*embodied experiences*). Segundo essa autora:

A Arqueologia se desenvolveu a partir da tradição Ocidental que distingue mente, um *site* não-material de identidade, do corpo e tradicionalmente se entende ser restringido ao endereçamento do corpo como um *site* público ou objeto de ação social. Abordagens fenomenológicas adotados pelos arqueólogos oferecem, em vez disso, uma perspectiva sobre o corpo como "o instrumento no qual toda a informação e conhecimento são recebidos e o significado é gerado" (Grosz 1994, p.87, comentando sobre Merleau-Ponty 1962) ⁵⁶ (JOYCE, 2005: 152).

Posto isso, este capítulo apresenta uma etnografia que aborda os elementos, materiais e materialidades participantes da vida das e nas oficinas e, por isso, compõem as técnicas e tecnologias de produção das panelas de pedra-sabão. O capítulo segue com uma abordagem voltada para a Arqueologia dos gestos, na qual se tentará demonstrar essas relações no âmbito dos trabalhos artesanais, manuais e mecânicos em Minas Gerais, com especial atenção aos ofícios mecânicos nos séculos XVIII e XIX e o potencial para estudos de técnicas e tecnologias, incluindo a corporalidade e incorporação das técnicas, nesses contextos. Finalizando este capítulo, as categorizações, identificações e identidades associadas a artesãos e artefatos serão abordadas seguindo essa mesma linha e as construções feitas nos tópicos anteriores.

2.1 *Vida das e nas oficinas: dinâmicas de elementos, materiais e materialidades*

A vida das e nas oficinas de panelas de pedra começa com etapas que envolvem a escolha do lugar e situação espacial, bem como a construção do torno e da própria oficina (preparo do terreno, cercas, muros, coberturas, etc.). Atualmente, e a partir da inserção do torno elétrico, elas ocupam uma variedade maior de lugares, tais como garagens e quintais em centros urbanos e qualquer outro lugar onde haja eletricidade. A produção em torno hidráulico, no entanto, tinha e tem sua mobilidade associada à necessidade da força da água

⁵⁶ Archaeology developed from the Western tradition that separated mind, non-material site of identity, from body and traditionally understood itself to be limited to addressing the body as a public site or object of social action. Phenomenological approaches adopted by archaeologists offer instead a perspective on the body as “the instrument by which all information and knowledge is received and meaning is generated” (Grosz 1994, p. 87, commenting on Merleau-Ponty 1962) (JOYCE, 2005, p. 152)

para girar a roda do torno e à proximidade com as fontes de matéria-prima, na medida em que os blocos de pedra são pesados e chegavam às oficinas levados pelos artesãos ou por intermédio de animais de carga, como burros e mulas.

No início do século passado, os tornos hidráulicos foram descritos por Oskar Von Burguer em pesquisa do Ministério da Agricultura, na qual consta também um croqui explicativo. Segundo ele, esses se encontram no interior de modestas “cabanas”, cobertas de palha e aberta em três lados, e foram construídos com matéria-prima local (madeira, pedra, couro, etc.). Na publicação do autor, consta ainda um desenho e uma descrição do funcionamento do torno (ver Apêndice 8).

A roda d'água (*E*) possui um eixo bastante comprido (*F*), sobre o qual está fixada uma polia de madeira (*G*). (...) Os dois pontos de ferro (aliás as únicas partes feitas de ferro no torno inteiro) são fixados sobre dois suportes verticais bem grossos *C1* e *C2*, um fixo numa viga horizontal pesada de madeira *B* e outro escorregando dentro de uma fenda da mesma viga, de modo que a distâncias dos pontos possa ser adaptada convenientemente conforme o tamanho do bloco. A viga escorrega sobre dois paus horizontais *A C A*, para dar à correia a própria tensão, e fixa-se na posição desejada por meio de uma haste inclinada *D*, que fica enterrada numa extremidade e encostada noutra contra o suporte vertical fixo na viga. Assim o aparelho permite todos os movimentos necessários para o ajustamento da obra (VON BURGUER, 1927, p. 527).

Essas características também foram registradas atualmente em CB. A única diferença percebida entre elas é que, enquanto as descritas no início do século XX são abertas em três lados, as oficinas hidráulicas atuais têm muros e cercas de bambu em um ambiente semiaberto ou totalmente fechado. O cercamento total da oficina pode estar ligado à mudança no local de estabelecimento delas e nas relações de produção e trabalho. Nos casos onde a oficina permanece no quintal das casas, ou onde há uma maior “segurança” – como em casos de oficinas que envolvem trabalho assalariado e/ou industrial ou ocupam áreas mais extensas – prevalece a abertura da maior quantidade de lados, mantendo a circulação do ar para que a poeira fique menos incômoda, já que é prejudicial à saúde do(s) artesão(s) (BEZERRA, 2002). Nas oficinas mais afastadas das moradias dos artesãos, como é o caso dos tornos hidráulicos ainda em atividade, há a tendência de serem fechadas em todos os lados.

As oficinas que contam com tornos hidráulicos têm suas estruturas edificadas compostas por arrimo para auxiliar na sustentação do desnível abrupto que há entre a parte baixa do terreno e a parte mais alta. A partir do patamar superior, chega o fio d'água que, ao cair, gera a força que movimenta a roda d'água. Já no patamar inferior, situam-se as estruturas correspondentes ao torno hidráulico. Destaca-se que a participação da água é fundamental na medida em que há necessidade de confecção de canais para seu manejo até as rodas dos

tornos. Atualmente em CB há oficinas geminadas que compartilham um dos muros e o canal de água que abastece ambas. No caso das oficinas elétricas, conforme já mencionado, elas não mantêm essas mesmas relações de cooperação.

No caso das panelas de pedra-sabão, o deslocamento da subjetividade do artesão do centro para a periferia das atividades de produção dos artefatos, tal como colocado por Ingold (2000), é gradual e relativo. Inicialmente pode ser percebido no desencontro dos artesãos com as pedreiras e nas mudanças tecnológicas ocorridas com a chegada do torno elétrico.

Conforme registrado nas comunidades de artesãos atuais e aplicado a ambas as tecnologias (torno hidráulico e elétrico), após o encontro dos artesãos com os blocos, inicia-se o preparo da pré-forma que consiste na transformação do bloco bruto ou *pedra de panela* na pré-forma que será fixada ao torno. Ela pode ser subdividida em três atividades: (1) coleta de matéria-prima por desbaste e/ou corte com utilização de uma alavanca, serra ou serrote duplo; (2) desbaste ou “desgaiar”, como dizem alguns artesãos de CB; por fim, (3) os retoques de encaixe para a fixação da peça no torno. Conforme análise apresentada no capítulo anterior, a primeira e segunda podem ocorrer tanto nas pedreiras como nas oficinas (Apêndice 4).

O “Manual de Conservação de Cantarias” publicado pelo IPHAN (ALMEIDA, 2005), que aborda principalmente o Nordeste, considera como método manual de extração da rocha quando ela é extraída da mina ou pedreira através de perfurações feitas na pedra com martelo e cunha, que servem para lascar a rocha nos tamanhos desejados. O processo de extração manual observado em CB é diferente. Nele, é utilizada uma alavanca, finco ou *ferro de torno*, com a qual o artesão vai lascando a matriz rochosa até a retirada de um bloco (Apêndice 9 – Imagem 1). A possibilidade de acidentes durante o processo de extração dos blocos das pedreiras é enorme, havendo informações sobre mortes durante a atividade. Segundo relatos dos artesãos e moradores de CB, ao retirar blocos do sopé das pedreiras, as partes superiores como teto ou parede podem desabar sobre os artesãos, conforme já aconteceu no passado (Apêndice 4– Imagens 1).

O *ferro de torno* participa de todo o processo de produção, desde a coleta de matéria-prima até o acabamento. Por isso, o artesão conta com um pequeno arsenal de *ferros de torno* que têm entre um e um metro e meio de comprimento, com diferentes tipos de ponta em ambas as extremidades. Em alguns casos, é colocado um pedaço de *vídia* nas pontas da ferramenta para o menor desgaste quando em atrito com a rocha (MELQUÍADES, 2011).

Fotografia 38 – Alavanca ou *Ferro de torno*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 39 – detalhe de ponta de *vidia* colada na Alavanca ou *Ferro de torno*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografias 40 a 43 – Conjunto de *Ferros de torno*, ferramenta mais utilizada pelos artesãos, com diferentes tipos de pontas

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Ainda na primeira etapa da atividade de confecção das vasilhas de pedra-sabão, que vai da coleta de matéria-prima à fixação no torno, além das duas variáveis nas cadeias operatórias, gestuais e técnicas percebidas e registradas atualmente (hidráulico e elétrico), uma terceira foi identificada a partir do estudo feito em CB em 1927 (VON BURGUER, 1927).

Conforme acompanhamento feito nas comunidades de artesãos atuais, após trabalhar a face externa, o artesão remove, com os mesmos gestos e ferramentas da extração de matéria-prima, quase todo o preenchimento interno, deixando apenas um cilindro central, chamado por eles *poste* ou *torre*, que servirá para a fixação no torno. A espessura ou medida de raio da torre varia de acordo com o tamanho e a curvatura do pote e com a habilidade do artesão. Torres com espessuras menores são mais fáceis de ser quebradas e retiradas após o torneamento, gerando um negativo de torre menor, o que facilita o acabamento final da face interna.

Fotografia 44 – Gegê desbastando o bloco para a obtenção da pré-forma

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 45 – Pré-forma já elaborada (em vermelho, o cilindro central deixado para ser confeccionado o umbigo, “torre” para os artesãos)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 46 – Gegê desbastando o bloco para a obtenção da pré-forma

Fonte: Victória Lopes Dias, 2017.

Posteriormente, segue-se outro retoque de encaixe para a fixação no torno, que é a abertura de um orifício, chamado por eles de *umbigo*, feito com uma *pua*, também chamada *bomba*, ou com a própria alavanca no topo da torre, onde será inserida uma *rolha* ou *pino* para fixação ao torno.

Fotografia 47 – Pré-forma já elaborada (em vermelho, detalhe do orifício causado pela ação da puá que é chamado “umbigo” pelos artesãos)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 48 – Bucha de madeira que será inserida no umbigo para a posterior fixação da pré-forma ao torno

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Na produção hidráulica atual, o artesão fixa a pré-forma ao torno, primeiramente encaixando seu fundo a uma polia de metal através da força de atrito entre as duas superfícies rugosas. Tal força é exercida através do encaixe de uma pequena estaca de metal à rolha, essa última acoplada pelo artesão no umbigo feito no topo da torre. Fixada a pré-forma ao torno, o artesão utiliza-se de uma marreta de madeira com a qual aplica golpes para regular o suporte vertical móvel do torno de acordo com o tamanho da peça e força necessária para a fixação através do atrito (ver Apêndice 10).

Fotografia 49 – Fundo da pré-forma e polia de metal, fixos devido à força de atrito entre as duas superfícies rugosas

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 50 – Pré-forma presa ao torno através do atrito (detalhe do finco de ferro preso à bucha que foi acoplada ao umbigo confeccionado pelo artesão na superfície da torre)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Uma variação nessas atividades foi encontrada em documentação primária, indicando que, em CB, no início do século XX, a pedra crua era trabalhada com talhadeira e deixava-se

“o botão para a correia no fundo e os buracos (umbigos) em cima e em baixo para receber as rolhas de madeira (buchas)” (VON BURGUER, 1927, p. 530). Nesse caso, os gestos para o preparo da pré-forma envolviam a aplicação de golpes na parte externa, deixando o interior do bloco totalmente preenchido.

Os retoques para a fixação no torno são confeccionados na face externa da base e no lado oposto, o qual futuramente será a boca. Na face externa da base, o artesão confecciona uma pequena torre (botão) onde será também feito um orifício (umbigo) para a inserção da “*bucha*” e fixação ao torno. Ainda com a parte interna preenchida, a pré-forma vai ao torno e, com a força hidráulica que movimenta o torno, retira-se o preenchimento interno com a panela em movimento.

Enquanto na produção hidráulica atual o fundo da pré-forma se prende à polia por pressão e a correia entrega força à polia que gira, no passado – segundo documentação primária do início do século XX – a correia era presa à própria pré-forma, no botão confeccionado em sua base (ver Apêndice 10). Nesse caso, a fixação se fazia através da pressão gerada pelo encaixe da *bucha* ou *rolha* nas pontas de ferro em ambas as extremidades (futura base e boca).

A diferença básica é que, na produção hidráulica descrita no início do século passado, a pré-forma gira em seu eixo central através da ação direta da correia, e não por intermédio da polia de metal, como percebido atualmente em CB. No extremo dos casos analisados, encontram-se os tornos elétricos atuais, nos quais as pré-formas têm seus fundos colados em um disco de metal, não havendo a necessidade de confecção nem do botão e nem da torre para a fixação no torno.

Fotografia 51 – Peça colocada à pré-forma para fixação no torno elétrico

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 52 – Panela de pedra fixada no torno elétrico

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 53 – Panela de pedra fixada no torno elétrico (destaca-se a ausência da torre)

Foto: Acervo da pesquisa, 2009.

Assim, a maneira como determinados elementos e materiais (metais, madeira, água, entre outros), por meio de suas materialidades, participam das relações de confecção das painéis de pedra implica nas suas participações nas técnicas de produção. Por sua vez, chegam às habilidades e aos gestos, através dos quais os artesãos preparam os blocos e dão forma aos artefatos no torno. Considerando as relações entre os seres humanos (artesãos) e não-humanos (artefatos-coisas) que compõem o coletivo, nesse caso específico é possível apontar para a permuta de características e propriedades entre os seres participantes e o nascimento de novos seres e coletivos, como é o caso das painéis de pedra-sabão e das comunidades de artesãos.

Uma das abordagens construída e proposta durante a pesquisa de mestrado, apresentada e discutida com os artesãos e moradores de CB em reunião, consiste na percepção de características materiais das painéis de pedra que estivessem associadas diretamente às habilidades dos artesãos produtores, aos gestos e técnicas do corpo. Para a explicação dos ângulos de torneamento, no entanto, retoma-se a descrição da confecção das painéis.

Fotografia 54 – Reunião em CB (Mariana, MG)

Foto: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 55 – Reunião em CB (Mariana, MG)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Conforme percebido e registrado atualmente em CB, após a fixação da pré-forma no torno, inicia-se uma segunda etapa de confecção, o torneamento. No caso das oficinas com tornos hidráulicos, essa etapa começa com a abertura de uma pequena barragem, situada em patamar superior ao da roda d'água que movimenta o eixo central do torno. Aberta a barragem e com a roda d'água em movimento, o artesão encaixa a correia de couro em uma polia que tem um eixo ligando-a a outra polia. A segunda polia está presa, por pressão, ao fundo da pré-forma ou, como é o caso da produção tida como mais antiga, ao pino confeccionado na própria pré-forma (ver Apêndice 10). A partir de então, a peça começa a se movimentar no torno, girando sobre o seu eixo central horizontal.

Fotografia 56 – Barragem do torno hidráulico

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 57 – Roda d'água em atividade

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Durante o torneamento, o artesão se posiciona inicialmente nas laterais da peça em movimento no torno e torneia a face externa. Finalizado, o artesão muda de posição, agora se colocando em frente ao torno, ou seja, de frente ao que se pretende como boca da vasilha.

Ainda com o auxílio do ferro de torno e/ou alavanca, ele inicia o torneamento da face interna (ver Apêndice 9 - Imagem 5).

Fotografia 58 – Gegê torneando uma panela de pedra-sabão em seu torno hidráulico (detalhe do gesto e sua situação, na lateral do torno)

Fonte: Victoria Lopes Dias, 2016.

Fotografia 59 – Gegê torneando (detalhe do gesto ao tornear a face externa da panela)

Fonte: Victoria Lopes Dias, 2016.

Com a parte interna da vasilha previamente trabalhada, o artesão segue afinando as paredes internas e a torre. As técnicas e os gestos tornam-se mais cuidadosos na medida em que a parte interna vai sendo trabalhada. A presença da torre torna-se um diferencial, visto que ela ocupa boa parte do interior da vasilha. Isso diminui a possibilidade de ângulos de ação, com os quais o artesão pode atingir com a alavanca a superfície interna da vasilha que está em processo de torneamento. Ainda nessa equação envolvendo os ângulos de torneamento, quanto menor a boca e maior o volume pretendido, menor o ângulo disponível para que o ferro de torno acesse o interior da vasilha para seu torneamento (ver Apêndice 11).

No torneamento da face interna registrado no início do século passado, ainda sem ter sido retirado o preenchimento interno da pré-forma, a habilidade e esforço são ainda maiores, visto que a torre será não apenas afinada como totalmente trabalhada. Caso não haja um controle dos gestos e força aplicada, o bloco pode se desprender do torno, fraturar-se (principalmente no ponto de inflexão da base para o bojo inferior), ter irregularidades métricas nas espessuras que dificultam sua confecção ou mesmo *estourar* durante o torneamento.

Em ambos os casos, o volume pretendido da vasilha é de suma importância, pois influenciará no peso do bloco trabalhado e, por consequência, na espessura da torre, para que essa não quebre e o artefato se desprenda do torno. Assim, confeccionar uma vasilha fechada, ou seja, com o diâmetro da boca sendo o menor de seus diâmetros de contorno composto e/ou de grandes dimensões, envolve gestos, técnicas e habilidades específicas. Quando a vasilha

fechada for de grandes dimensões, por exemplo, seria necessária uma torre com diâmetro maior, para que sustente o peso da pré-forma presa ao torno. Durante o processo de torneamento, uma torre com o diâmetro maior no interior da peça dificulta o contato do ferro com a superfície interna e diminui bruscamente a área na qual se pode trabalhar a face interna do pote (quanto menor o diâmetro de boca, maior será o diâmetro da torre) (ver Apêndice 11). Com isso, o artesão necessita trabalhar com uma variedade menor de ângulos em relação ao eixo horizontal e aumentar a amplitude dos seus gestos, levantando ou abaixando a mão que segura a parte posterior do ferro durante o torneamento. Ao despendar esses gestos, o artesão tem que lidar com uma maior trepidação do *ferro de tornear* na medida em que ele está segurando na parte posterior.

O mesmo ocorre quando as vasilhas têm um ponto de inflexão abrupto no bojo ou apresentam carena. Caso o artesão, por algum motivo, não tenha controle dos gestos e técnicas, produzirá uma peça com paredes mais grossas e irregulares, principalmente nesses pontos de inflexão mais abruptos, como o da base para o bojo inferior, desse para o superior ou do superior para a borda, dependendo da morfologia do artefato.

É também durante o processo de torneamento que há possibilidade de quebra ou *estouro* da vasilha, caso haja grande concentração de pirita. Para que isso não ocorra, é necessário um trabalho mais cauteloso por parte dos artesãos, adotando soluções como: paredes mais grossas e/ou limpeza constante do interior das vasilhas (onde se acumula parte do *pó de pedra*, poeira ou talco que se desprende da rocha durante o torneamento), para visualização dos locais onde se deve trabalhar com menos força e mais atenção. Se os aglomerados minerais estiverem organizados de maneira dispersa, os resultados serão buracos e irregularidades nos artefatos; caso eles estejam dispostos em veios, resultará em negativos dos veios na panela depois de finalizada ou em *estouro* da peça durante o torneamento.

As habilidades, técnicas e gestos presentes aqui são de suma importância e variam de acordo com a presença e/ou ausência de outros materiais específicos e suas respectivas materialidades. É necessário retomar que, na produção elétrica atual, não há a necessidade do botão e da torre, já que os blocos são colados no torno (possibilitando um ângulo de torneamento livre e aberto e aumentando as possibilidades de variabilidades formais nos artefatos); enquanto isso, há essa necessidade nas duas variações percebidas para a produção em torno hidráulico. Assim, a utilização de um disco de metal ao qual a peça é presa no torno por pressão e atrito gera mudanças tecnológicas significativas em termos de possibilidades de formas. Conforme colocado sobre a produção no início do século passado, “fabrica-se quase

exclusivamente um único tipo com ligeiras variações na forma e no tamanho” (VON BURGUER, 1927, p. 522).

A mudança tecnológica parece, portanto, associada ao afastamento com elementos, materiais e materialidades tradicionalmente participantes nas relações de confecção desses artefatos (como pedra e água) e aproximação com outros (como metais e eletricidade). Visto que há uma permuta e/ou compartilhamento de características e propriedades entre os seres (humanos e não-humanos) que compõem o coletivo (LATOUR, 2004), as qualidades dos materiais e elementos ausentes não são mais compartilhadas, pois participam como realidades exteriorizadas (ver Figura 1 apresentada na Introdução). Por outro lado, os novos materiais passam a participar das realidades de produção dos artefatos. Isso chega às habilidades, às técnicas e ao cotidiano dos seres humanos produtores, agindo também sobre seus modos de vida e existência.

Não obstante a sutileza das mudanças técnicas e tecnológicas descritas, elas nos remetem a gradações nas relações das ontologias mecânicas com os modos de vida e existência dos artesãos e artefatos. Retomando as questões colocadas por Tim Ingold, segue uma passagem na qual o autor apresenta um esquema que mostra o movimento entre técnica e tecnologia, ferramenta e máquina:

Ainda mais, a transição da técnica para à tecnologia, no nível do conhecimento, tem sua contrapartida, no nível dos instrumentos materiais, na transição da ferramenta para a máquina. Lembre-se que na concepção clássica, *tekhnê* se refere a criação de artesanatos especialistas, enquanto *mêkhanê* se refere aos dispositivos operados manualmente que ajudou a sua aplicação. Mas agora, assim como a tecnologia foi removida da esfera do conhecimento e da experiência pessoal dos profissionais, de modo que a máquina chegou a representar independência das operações técnicas a partir da sensibilidade humana. De modo geral, então, a evolução do dualismo clássico de *tekhnê* / *mêkhanê* para o dualismo moderno da *tecnologia* / *máquina* tem sido uma em que o sujeito humano - tanto como agente quanto um repositório de experiência tem sido desenhado desde o centro até a periferia do processo laboral. Em outras palavras, como tentei mostrar esquematicamente na Figura 16.1, tem sido um movimento do pessoal para o impessoal. Agora pretendo demonstrar que esse movimento é equivalente a uma desintegração das relações técnicas de sua matriz na sociabilidade humana, levando à oposição moderna entre tecnologia e sociedade (INGOLD, 2010, p. 316)⁵⁷.

⁵⁷ Moreover the transition from technique to technology, on the level of knowledge, has its precise counterpart, on the level of material instruments, in the transition from the tool to the machine. Recall that in the classical conception, *tekhnê* referred to the skilled making of the craftsman, while *mêkhanê* referred to the manually operated devices that assisted its application. But now, just as technology has been removed from the sphere of practitioners personal knowledge and experience, so the machine has come to signify the independence of technical operations from human sensibility. Overall, then, the evolution from the classical dualism of *tekhnê*/*mêkhanê* to the modern dualism of technology/machine has been one in which the human subject – both as an agent and as a repository of experience – has been drawn from the centre to the periphery of the labour process. In other words, as I have tried to show schematically in Figure 16.1, it has been a movement from the personal to the impersonal. I now intend demonstrate that this movement is tantamount to a dis-embedding of

Figura 9 – A transição no conhecimento e dispositivos do pessoal para o impessoal, associado com a substituição da moderna dicotomia de tecnologia/máquina para a clássica dicotomia de *tekhnē* / *mēkhanē*

Fonte: Ingold, 2010, p. 317.

Enquanto no esquema apresentado pelo autor há uma transição do ser humano produtor (subjetividades, conhecimentos, sensibilidades, etc.) do centro para a periferia das relações, no caso em questão os artesãos aparentemente se mantêm na área central do esquema. Mesmo com as mudanças tecnológicas trazidas pelos tornos elétricos, não há uma transição completa das técnicas para as tecnologias nem das ferramentas para as máquinas. Na comunidade de artesãos de CB elas aparentemente ocorrem e se manifestam simultaneamente e de maneira relacional⁵⁸.

Isso tem três implicações iniciais que serão retomadas e aprofundadas no decorrer e no final da tese. A primeira está relacionada ao fato de que, no caso específico das painéis de pedra, o uso de novas máquinas e tecnologias ainda não excluiu a centralidade dos artesãos, mas certamente modificou sua participação. O segundo questionamento consiste em perceber essa produção como uma atividade não totalmente tecnológica e industrializada, aproximando-a de uma produção e fazer tradicionais, principalmente no que concerne ao uso do torno hidráulico. O terceiro ponto consiste em apontar que o que permanece no centro das relações é a materialidade das painéis de pedra, a partir das quais se desenvolvem técnicas e tecnologias, ferramentas e máquinas. Esse ponto torna-se importante, pois segue em consonância com a virada ontológica e retoma o papel fundamental e central dos materiais e materialidades nos processos de constituição mútua que caracterizam as relações técnicas e

technical relations from their matrix in human sociality, leading to the modern opposition between technology and society” (INGOLD, 2010, p. 316).

⁵⁸ É necessário destacar, no entanto, que existem grandes indústrias que produzem painéis de pedra-sabão através de processos exclusivamente mecânicos e de alta tecnologia.

tecnológicas. Além disso, a partir das colocações, é possível perceber que parte dos resultados da produção volta a ser a constituição mútua de pessoas e coisas (INGOLD, 2000) e habilidades e técnicas aparecem como “propriedades de todo sistema de relação constituído pela presença do agente (seja humano ou não-humano)”⁵⁹ (INGOLD, 1997, p. 111).

Terminado o torneamento, a etapa subsequente é a retirada da torre, na qual o artesão conta com o auxílio da alavanca de metal que tem uma ponta que forma um ângulo aproximado de 90°, com a qual ele consegue alcançar o *pé da torre*, ou seja, a parte mais próxima à base. Após o desgaste dessa região através do atrito com a ferramenta durante o torneamento, o artesão retira a correia – desligando o torno – e separa a peça. Somente com a peça no chão ele utiliza-se de qualquer uma das ferramentas (ferro de torno, um pedaço de bloco ou mesmo da própria mão) para aplicar golpes, quebrá-la e retirá-la.

Aqui também as habilidades dos artesãos são determinantes, pois, ao aplicar uma força maior do que a necessária no desbaste do pé da torre, ele poderá cortá-la. Isso faria com que a vasilha se desprendesse do torno ainda em movimento e fosse arremessada, podendo inclusive atingir o artesão. Havendo um veio de pirita que passe pelo fundo da vasilha, o artesão terá maior dificuldade em desbastar o pé para a retirada da torre, podendo levar à quebra do fundo devido à decomposição do mineral. Nesse caso, o artesão retira o artefato do torno ainda com a torre intacta e a lapida com o ferro até sua quase total desintegração.

Como resultado, tem-se um artefato com o fundo ainda bastante rugoso e irregular em ambas as faces. Na superfície interna, tal irregularidade se dá em função da retirada da torre e, na face externa, devido à superfície deixada para a fixação por atrito no torno e/ou resquícios do pino. Com o auxílio do ferro de ponta trapezoidal e com o pote no chão, o artesão raspa a face interna, amenizando as irregularidades. Na face externa, ele executa movimentos de lapidação, com o pote posto de lado e apoiado no chão (ver Apêndice 9 - Imagem 7). Von Burguer cita que “serra e lima ou raspadeira empregam-se para alisar a superfície do fundo” (1927, p. 531).

Os artefatos são, então, finalizados com polimento, para o qual se utiliza lixa em ambiente seco ou molhado (CASTILHO et al., 2006). Pelo que foi percebido na comunidade de CB e pelo que consta na bibliografia, tanto o acabamento final quanto a fixação das alças podem ser feitos por outros membros do núcleo familiar ou da comunidade, incluindo as mulheres. Nas oficinas, é comum que adolescentes sejam responsáveis por essa etapa do trabalho, certamente vista como secundária frente ao torneamento. Há casos ainda em que as

⁵⁹ “They are rather properties of the whole system of relations constituted by the presence of the agent (whether human or non-human)” (INGOLD, 1997, p. 111).

vasilhas são levadas para suas residências pelos artesãos, onde essas etapas finais do trabalho são realizadas por seus filhos e/ou esposas.

Atualmente tais retoques são de encaixe das alças e apresentam duas técnicas diferentes. O primeiro aqui descrito, e mais comum atualmente, é a utilização de um arame que será acoplado entorno do bojo contendo dois tocos de madeira em lados opostos, funcionando como alças. O ferro utilizado é chamado por eles “de cortar” e contém apenas uma ponta piramidal que, no contato da superfície externa com o torno ainda em movimento e mantendo firmes os braços, resulta em uma incisão contínua que percorre todo o bojo, na qual será acoplado o arame.

A segunda técnica empregada envolve uma faixa em cobre que tem de dois a três centímetros de largura em média, na qual estão presas, em extremidades opostas, duas alças também em cobre. Nesse caso, o artesão utiliza o *ferro de limpar*, o qual contém uma ponta trapezoidal, que, por meio da aplicação do mesmo gesto como no caso anterior, gera uma superfície em baixo relevo onde a alça será acoplada. Em ambos os casos, os gestos despendidos são os mesmos (ver Apêndice 9 - Imagem 5), variando apenas o tipo de ferro utilizado.

Além dessas, uma terceira maneira de confecção das alças foi percebida nas coleções estudadas (Ind. 72). Trata-se da confecção das alças ou asas diretamente no pote, como partes constituintes deste, e não acopladas posteriormente. Nesse caso, aparentemente deixa-se um alto relevo apenas nas partes que serão posteriormente acabadas (lapidadas e polidas) para a confecção das asas.

Conforme mencionado no capítulo anterior, além da visão, o tato é extremamente importante e acionado durante o processo de torneamento. O olfato também participa na medida em que o torneamento da pedra gera uma poeira ou *pó de pedra* que é inalado pelos artesãos durante o processo.

Além desses sentidos, a audição também é bastante utilizada, pois as atividades com a pedra geram sons constantes e diferentes entre si, associados aos diferentes gestos, ritmos e etapas das atividades. Durante o desbaste e lapidação, por exemplo, o som da ferramenta batendo na pedra mantém um ritmo com intervalos relativamente constantes. Já durante o torneamento, o som da ferramenta em contato com a pedra no torno é constante e mais agudo.

Dentro dessa dinâmica de elementos, materiais e materialidades que acontece no interior das oficinas de produção de panelas de pedra-sabão, as técnicas e tecnologias parecem ser mais bem compreendidas em função também da redistribuição de capacidades entre os

seres. Ao abordar uma antropologia simétrica das técnicas, Bruno Latour coloca que tecnologia é:

Uma rede itinerante de ações redistribuindo competências e performances para humanos ou não-humanos, a fim de reunir-se em uma associação mais duradoura e uma associação dos seres humanos e das coisas, e para resistir às múltiplas interpretações de outros atores que tendem a para dissolver essa associação. Técnicas não são algo em torno do qual existe uma sociedade. É considerada a sociedade como obstinada. É uma sociedade dobrada, criada pela sociedade durável, a sociedade tornou-se complicada para resistir mais tensões ao se inscrever mais não-humanos. Parece que temos as técnicas por um lado e as relações sociais por outro lado somente quando acreditamos que as relações sociais ou humanas são suficientes para a sociedade manter-se unificada (LATOURE, 2002a: 379)⁶⁰.

A partir dessas concepções e compreendendo as técnicas, gestos e corporalidades relacionadas à produção de panela de pedra dentro das relações coletivas, portanto também sociais, o subcapítulo seguinte tratará da abordagem sobre os gestos e ofícios em Minas Gerais.

2.2 *Arqueologia dos gestos e ofícios*

Considerando o exercício de aplicação de perspectivas simétricas, a dinâmica de elementos, materiais e materialidades que participam da confecção das panelas de pedrasabão e as técnicas e tecnologias enquanto relacionais e de constituição mútua, portanto, compartilhadas por artesãos e artefatos, propõe-se uma reflexão sobre o potencial de uma Arqueologia dos gestos e ofícios. Inicialmente, essa reflexão é voltada para o registro e estudo das habilidades, técnicas e gestos relacionados à confecção de artefatos no âmbito e contextos dos ofícios e atividades manuais, a fim de acessar, a partir das materialidades, as relações nas quais pessoas e coisas participavam cotidianamente em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

O termo “oficiais mecânicos” surge no final do século XVI para se referir aos seres humanos que se dedicavam ao exercício de atividades manuais (SILVA, 2007). Envolve, portanto, “todas as profissões que dependiam, para seu exercício, do uso das mãos” e seus

⁶⁰ A shifting network of actions redistributing competences and performances either to humans or non-humans in order to assemble into a more durable whole an association of humans and things, and to resist the multiple interpretations of other actors that tend to dissolve this association. Techniques are not something around which there is a society. It is society considered in its obduracy. It is society folded, society made durable, society made complicated in order to resist more tensions by enrolling more non-humans. We seem to get techniques on one side and social relations on the other only when we believe that social or human relations are enough to hold society together (LATOURE, 2002a, p. 379).

praticantes “eram socialmente portadores do defeito mecânico, ou seja, viviam em oposição às leis da nobreza e dela não podiam fazer parte” (RIOS, 2000, p. 1). Segundo Wilson Rios:

O defeito mecânico como marca social negativa decorreu, na sua base, da concepção de sociedade elaborada entre os séculos VIII e XII, durante a Alta Idade Média, por alguns bispos da igreja cristã. [...] Disso decorreu a idealização de uma sociedade tripartida funcional, cuja divisão obedeceu às três necessidades tidas como básicas, dentro plano de salvação: a oração, a defesa e a sustentação (RIOS, 2000, p. 5).

Essas relações com os trabalhos manuais, estigmatizadas através do “defeito mecânico”, chegam a Minas Gerais com a colonização europeia e a crescente exploração mineral. Estudos historiográficos recentes têm demonstrado que, junto à intensificação dos ritmos de colonização da região, há uma diversificação na economia e aumento da demanda por serviços e produtos de uso cotidiano, ligados a trabalhos manuais diversos.

José Newton Coelho Meneses, em livro intitulado “Artes Fabris e Ofícios Banais” (2013), aponta que, ao lado da subalternização política dos oficiais mecânicos, o conceito de “defeito mecânico” é bastante presente nas considerações sobre as ações dos artesãos nesses contextos. Essas considerações correspondem a um “preconceito, que marcaria a atividade manual, e um rol de justificativas culturais para a sua fundamentação na cultura lusa” (MENESES, 2013, p. 21). Ainda segundo o autor:

Nas Minas Gerais ou nas vilas e cidades do Reino os artesãos buscaram participação na vida política de cada lugar, evidenciada por farta documentação, em alguns casos, e presumida, devido à quase ausência documental, em outros. Além disso, foram indivíduos importantes na configuração do tecido social e na sustentação da vida dos aglomerados urbanos e seus entornos rurais (MENESES, 2013, p. 19).

No intuito de manter o controle da produção e circulação desses produtos e serviços junto à manutenção da “ordem social” e “controle de mercado”, surge uma burocracia baseada em documentos necessários para o exercício de tais atividades (SILVA FILHO, 1996; RIOS, 2000; SILVA, 2007; MENESES, 2013, 2007a, 2007b). Um resumo do conjunto de burocracia para a legalidade do trabalho é apresentado por Meneses, que afirma que:

Cada oficial mecânico seguia um processo que se iniciava com o requerimento à Câmara para que se submetesse ao exame do ofício, realizado perante o juiz e o escrivão de cada um deles. Aprovado e com uma certidão elaborada pelo escrivão do ofício, o oficial examinado solicita em petição a Câmara a carta de exame (MENESES, 2007a, p. 381).

Ainda segundo o autor, na certidão ou carta de exame consta “um rol de atividades em que é possível o desempenho do requerente trabalhador artesanal” (MENESES, 2007a, p.

382). Além disso, as licenças e regimentos deviam ficar expostos nas lojas, oficinas e tendas à disposição da fiscalização e dos clientes e usuários dos serviços (MENESES, 2007a, p. 386).

Essas condutas por parte do governo tinham como objetivo normalizar os trabalhos e os produtos dos oficiais mecânicos, assim como seus locais, ferramentas, circulação e preço dos produtos. A possibilidade de vigia e controle cotidiano, nesse caso, está diretamente vinculada às materialidades e aos diferentes modos de fazer (conhecimentos, técnicas e gestos) que passam pela corporalidade e chegam aos modos de vida e existência a eles associados, como é o caso dos artesãos, artífices e/ou oficiais mecânicos. Nesse contexto, toda a atividade praticada e cotidiana nas tendas, lojas e oficinas está sujeita à “fiscalização das corporações de ofícios e das Câmaras, através dos Juizes dos ofícios e dos funcionários da vereança, almotacés e escrivães” (MENESES, 2007b, p. 03).

Diversos ofícios mecânicos na região das Minas Gerais no século XVIII e XIX – alfaiate, barbeiro, cabeleireiro, carpinteiro, canteiro, cuteleiro, cerqueiro, escultor, espadeiro, espingardeiro, ferrador, ferreiro, latoeiro, marceneiro, oleiro, ourives, pedreiro, sangrador, sapateiro, seleiro, serralheiro, torneiro, entre outros (SILVA FILHO, 1996; SILVA, 2007; MARTINS, 1974a, 1974b) – tinham, em diferentes gradações e intensidades, seu ofício disciplinado, controlado e regulado “pela Câmara e por outros instrumentos normalizadores de caráter intragrupal ou associativo” (MENESES, 2007a, p. 378).

Desses instrumentos, as agremiações ou corporações de ofícios europeias têm ascendência medieval nas confrarias de ofícios, que “são um desdobramento da renovação espiritual e incorporação dos leigos urbanos, dentro dos propósitos reformistas da igreja” (RIOS, 2000, p. 31). Assim, após a renovação pela qual passou, a igreja católica começa a considerar as atividades manuais e ofícios mecânicos em seus preceitos de aceitação. Não mais negá-los implicava colocar fim em princípios que alimentavam relações de conflito e resistências com a proliferação de corporações autônomas. Segundo Rios:

Dessa maneira, à semelhança do que já ocorrera entre a nobreza guerreira, a igreja vai moldando o espírito associativo dos ofícios, aos princípios da devoção e da caridade, colocando-os a serviço da fé e não dos seus próprios interesses, fossem mercado ou de auxilia mútuo. Isto ocorre impondo, como condição de reconhecimento, estarem organizados na forma das confrarias religiosas, devotadas ao culto de um santo e a prática da caridade pública (RIOS, 2000, p. 32).

Além da relação próxima com a religiosidade, as agremiações ou corporações de ofícios também eram lugares onde os oficiais definiam “regras de produção, hierarquia, disciplina e acesso ao saber técnico especializado da área por meio de estatutos e regimentos”

(SILVA, 2007, p. 70). Dentro desse esquema herdado do Império português, no entanto, a historiografia aponta para a necessidade de relativização.

A formalidade do controle social e intra-grupal dos ofícios mecânicos nas vilas das Minas Gerais setecentistas não seguia estritamente o padrão lisboeta. Ao se comparar as vilas ‘mineiras’ do setecentos e a organização dos oficiais mecânicos nelas efetivada percebe-se enorme autonomia organizativa em relação a Lisboa, o modelo que as administrações locais tomavam como justificativa. A distinção entre o modelo e a realidade no espaço colonial é fundamental. Um exemplo basilar da sociedade colonial é bastante para marcá-la: o exercício da mão-de-obra escrava que prevalece no espaço americano. Além disso, uma sociedade mestiça e sem a rigidez dos padrões sócio-estamentais das sociedades de Antigo Regime no espaço europeu tende a escapar das regras e disciplinas rigorosas, também no que concerne a regulação do trabalho e, por conseguinte, do seu processo de aprendizagem (MENESES, 2007b, p. 12).

Sobre aprendizagem nas oficinas mineiras do século XVIII, Meneses aponta que “ainda é um problema histórico em busca de investigação” (2007b, p. 11). No entanto, destaca o autor que ela “se apresenta como instrumento ordenador por excelência” (MENESES, 2007b, p. 1) e que:

Se a ordem coletiva é o fundamento dos discursos, a individualidade do Mestre e o seu reconhecimento social é variável considerada essencial para o saber-fazer do futuro oficial mecânico e para o controle corporativo do mercado de trabalho mecânico (MENESES, 2007b, p. 2).

Ainda segundo esse autor, “o tempo de aprendizagem é combinado previamente com o mestre ou, eventualmente, regulamentado pelos regimentos corporativos” (MENESES, 2007b, p. 3). Após um tempo como aprendiz, “o novo profissional passa por um período de exercício como ‘oficial’ no estabelecimento de seu mestre” (MENESES, 2007b, p. 4), que pode ser determinado pelo Regimento e variar entre 2 e 6 anos.

A partir daí, para ter oficina própria, o oficial necessita requerer aos Juizes do seu ofício o exame, apresentando neste ato, “certidões juradas e reconhecidas” pelo seu mestre, dando conta do tempo da aprendizagem e do exercício como oficial (MENESES, 2007b, p. 4).

A examinação é apontada como “momento primordial do processo de intervenção interna da corporação no trabalho dos oficiais”, pois “é um enquadramento preventivo na ordem e no funcionamento do mundo do trabalho” e “normalizada nos regimentos de ofícios” (MENESES, 2007b, p. 3). Os exames consistem na realização de uma ou mais obras que permitam aos juizes avaliarem os processos de aprendizagem, habilidades, capacidades e resultados das atividades dos candidatos e das candidatas.

Além das relações de aprendizagem e do caráter iminente legal, ordenador e urbano dos ofícios mecânicos, também há de se considerar que no Brasil o “defeito de cor” sobrepôs o “defeito mecânico”, conforme colocado por Wilson Rios (2000), além das dinâmicas de habilidades, conhecimentos e sociabilidades. Sobre estas, é necessário destacar que serão abordadas através do conceito de habitar e as perspectivas de habitação (*dwelling perspective*) e incorporação das técnicas, conforme colocado no capítulo anterior. Ademais, ao satisfazerem a demanda local dentro da diversificação da estrutura ocupacional e do dinamismo econômico do contexto, os oficiais mecânicos teriam sido levados a uma:

Busca de eficácia nas atividades, resultando na incorporação pragmática de técnicas e tecnologias, além de estratégias de inserção nas teias sociais e do poder local, respondendo a uma racionalidade instrumental típica dos fazeres tradicionais (MENESES, 2013, p. 28).

Não obstante as relativizações quanto à tentativa de transposição de instituições e modos de vida europeus para a colônia por parte do Império português, bem como suas modificações e dinâmicas de vida locais e regionais, os estudos apontam que, na medida em que o colonizador não superou a ibérica aversão aos trabalhos manuais, é através dessas atividades “que há possibilidades de inserção de determinados grupos no quadro social, inclusive com certa mobilidade” (BOSCHI, 1988, p. 13).

A partir do que foi colocado até o momento, é possível defender a hipótese de que a possibilidade de “inserção e mobilidade” não é característica exclusiva do humano-artesão, sendo também relacionada aos artefatos (através de suas materialidades) e aos modos de fazer e viver. Nesse ponto, e conforme defendido no decorrer da tese, é possível apontar novamente que, tal qual técnicas de produção, as mobilidades também são compartilhadas entre humanos e não-humanos, visto que elas estão dentro das relações sociais. Através das materialidades, se estabelecem vínculos com lugares e pessoas, processos de habitação vinculados a diferentes experiências de vida, incluindo as possíveis experiências de liberdade no contexto escravista brasileiro.

Constatado esse contexto espaço-temporal no qual se insere parte das coleções estudadas e pelo qual passaram as panelas de pedra-sabão já existentes naquela época, e visto que as informações são de que a produção em CB se inicia aparentemente no século XVIII, foi feita a proposta de um estudo de Arqueologia documental (BEAUDRY, 1988; WILKIE, 2006). A partir do estudo de documentação histórica e produção historiográfica sobre ofícios mecânicos – junto às técnicas de confecção percebidas nas coleções – e da vivência e

acompanhamento com as comunidades de artesãos atuais, o potencial desse estudo era uma construção de abordagem que envolva os artífices e artesãos em Minas Gerais nos períodos Colonial e Imperial, trazendo para a cena desse estudo não apenas os sujeitos do presente, mas do passado escravista.

Sobre essa vertente da pesquisa, há necessidade de algumas ressalvas. Primeiro, visto que ela envolve uma fusão das análises de coleções, documentação histórica e do estudo das e com as comunidades de artesãos atuais, é importante destacar que não se trata de analogia direta das relações presentes para as passadas e/ou entre os diferentes contextos espaços-temporais. Ao contrário, consiste em compreender que a pesquisa lida com a história de vida de uma população de artefatos, pois parte de materiais que persistiram na longa duração e chegaram ao presente. Esses artefatos são compostos por temporalidades múltiplas associadas aos ritmos das atividades envolvidas que, na medida em que for possível, a pesquisa abordará e transitará entre as escalas micro e macro. Nesse sentido, a Arqueologia do presente ou do passado recente, além de abarcar as relações presentes, também auxilia nas construções sobre o passado, conforme visto no capítulo anterior. Dentro da perspectiva de uma etnografia arqueológica, utilizada na pesquisa, pretende-se trabalhar na interseção entre materialidades e temporalidades, características definidoras da abordagem multitemporal (HAMILAKIS, 2011, p. 405).

A segunda ressalva consiste em uma atenção especial no caráter urbano e ao período no qual se inserem os ofícios mecânicos no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Na dinâmica entre o rural e o urbano, Meneses aponta que, de maneira geral, as reflexões historiográficas sobre os ofícios mecânicos nas Minas Gerais setecentistas articulam a atividade dos artesãos e artífices como uma “economia paralela aos labores dominantes, como a atividade mineral, o comércio e a agricultura de abastecimento” (MENESES, 2007a, p. 388). Ao abordar os “homens que não mineravam”, aponta que eles “se envolvem em serviços diversificados em um espaço histórico de distintas fronteiras entre o rural e o urbano, entre o tradicionalismo da produção e a adaptabilidade criativa, na emergência de viver do ofício fabril” (MENESES, 2007a, p. 396). Assim, por mais que a dinâmica dos ofícios mecânicos esteja associada a contextos urbanos, na presente pesquisa se consideram as relações (materialidades, sociabilidades, ensino e aprendizagem, entre outras) para partir de uma dinâmica – e não uma oposição – entre o rural e o urbano, na qual participam as panelas de pedra-sabão.

Uma terceira e última observação está associada ao desenvolvimento (ou à tentativa de desenvolvimento) dessa vertente da pesquisa, que envolve sentimento de frustração e a

posterior constatação, mais uma vez, de que a ausência de informações é tão importante quanto a sua presença.

Na busca de documentação histórica sobre as atividades manuais e os ofícios mecânicos na região (Minas Gerais) e períodos estudados (séculos XVIII-XIX) que pudessem fazer referência às vasilhas de pedra, foram feitas prospecções no Arquivo Público Mineiro (APM). Além de uma busca geral por documentos que pudessem conter referências às panelas de pedra-sabão em Minas Gerais, especificamente foram procuradas cartas de exames, licenças e provisões de ofícios, além dos inventários *post mortem* dos possíveis antigos proprietários, tanto dos sítios arqueológicos quanto das coleções, quando há informação de procedência. Também foi feito um levantamento no “Dicionário de Artistas e Artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais” (MARTINS, 1974) e em estudos historiográficos que citam e utilizam tal documentação. Estes, utilizados e citados na construção desta abordagem e na tese.

Visto que não foram encontradas referências na bibliografia ou na documentação histórica consultada sobre a produção de panelas ou vasilhas de pedra-sabão, somada às características das oficinas, uma hipótese defendida na pesquisa de mestrado foi a de que o ofício de artesão paneleiro é um ofício não oficial, não regulamentado e informal (MELQUIADES, 2011). Isso porque, provavelmente, diferente dos ofícios mecânicos regulamentados e formalizados, não houvesse necessidade de licença para a confecção de panelas de pedra e/ou atividade de paneleiro, talvez pela falta de interesse do governo. Segundo Silva Filho, “os documentos de época revelam que as atenções dos oficiais camaristas se centravam sobre um grupo especial de ofícios, nitidamente àqueles que eram mais requisitados” (2006, p. 65).

Inicialmente frustrado, me consolava a ideia de que uma das contribuições da pesquisa seria trazer à tona personagens que não são visíveis na documentação histórica (BEAUDRY, 1988; DEETZ, 1996), tais como os artesãos paneleiros e as panelas de pedra. Mesmo na historiografia, o acesso a determinados aspectos do modo de vida e existência dos artesãos e oficiais mecânicos nos séculos XVIII e XIX é dificultado pela documentação existente. Ao abordar a aprendizagem nas oficinas, Meneses afirma, em seus apontamentos finais, que:

Os documentos que denotam a prática e as relações de mestres e de aprendizes em oficinas de variada ação ocupacional são escassos, mas as entrelinhas de acervos documentais não específicos poderão, ainda, nos clarear práticas, sentidos e significados no processo de educação de um aprendiz de oficial mecânico (MENESES, 2007b, p. 14).

A frustração por não conseguir documentação dos séculos XVIII e XIX citando as panelas de pedra-sabão tornou o único documento escrito ou publicação encontrada extremamente valioso. Além de ser um estudo etnográfico denominado “Estudo das panelas de ‘pedras de sabão’ de Minas Gerais” (VON BURGUER, 1927) que abarca o potencial de comércio e denota uma atenção e interesse do Governo da época (início do século XX), está muito provavelmente vinculado ao movimento modernista brasileiro, que consolidou as políticas de patrimônio cultural no Brasil associadas a uma identidade mineira e nacional, através da criação do SPHAN, atual IPHAN.

A potência e o alcance de ação do movimento modernista brasileiro e do SPHAN perpassam contextos espaço-temporais compartilhados com alguns lugares já citados na pesquisa, tais como os processos de formação do MI e do MO e o tombamento da edificação que compõe o sítio arqueológico Casa de Pedra de Amarantina (SACP). Partindo da materialidade das panelas de pedra e considerando essas translações, muito provavelmente a atenção dada a elas no período estava associada à crescente industrialização e à presença marcante da matéria-prima pedra-sabão nas artes e arquitetura e, obviamente, ao nome de Aleijadinho e à construção de uma identidade mineira e nacional. Mesmo que as panelas tivessem uma presença igualmente forte no cotidiano local e mesmo regional, conforme sugerido a partir das análises aqui apresentadas, elas podem ser definidas como “objetos mundanos” (LEMONNIER, 2012).

Pierre Lemonnier (2012) afirma que os objetos mundanos parecem comuns para o ser humano porque não são considerados “rituais”, “arte” ou construtores de identidade, nem que eles contêm algum tipo de “poder encapsulado”. Apesar da proposta do autor em estudar a materialidade enquanto forma de comunicação desses objetos em contextos rituais (ou não) e dar vida a eles, neste momento da pesquisa o termo será utilizado para se referir aos contextos passados e presentes. Essa decisão também inclui, portanto, a tradicional marginalidade com a qual esses objetos são tratados nas Ciências, mesmo as diretamente responsáveis pelas materialidades, tais como a Arqueologia e os Estudos de Cultura Material.

Ao abordar esses objetos mundanos, o autor mostra a materialidade vinculada a modos de comunicação não proposicionais e não-verbais associados às funções comunicativas dos artefatos que ele chamou “ressonantes perissológicos” (*perissological resonators*). Ao explicar o termo, ele cita a “perissologia” como “uso de mais palavras do que as necessárias” (LEMONNIER, 2012, p. 128), ou seja, pleonasma. Além de relativizar o caráter pejorativo que pode ser dado ao termo, o autor destaca que a palavra em outras línguas (como o francês)

pode ser compreendida também como forma de enfatizar uma ideia ou de reforçar uma mensagem.

Sobre a durabilidade dos significados da materialidade emaranhada, o autor aponta que os artefatos, sua fabricação, recursos mecânicos, ou componentes físicos, assim como seu uso, “concentram e nos dizem de uma maneira material, o que essa coisa em particular tem a expressar e, portanto, fazem em relações sociais específicas” (LEMONNIER, 2012, p. 122). Ainda segundo o autor:

[...] os artefatos em questão são o que sustentam e solidificam idéias e práticas fundamentais que permeiam sua cultura e organização social. Em vez disso, temos razão de pensar que a solidez e a resistência deste tipo de sistema de pensamentos e ações são fatores da habilidade desses artefatos particulares para alertar a convergência de diversas ideias relacionadas a várias relações e práticas sociais (LEMONNIER, 2012, p. 127)⁶¹.

Ao explicar a substituição dos objetos polissêmicos para os objetos ressonantes, o autor afirma que eles não são polissêmicos, pois não significam várias coisas. “O que eles significam é a razão pela qual diferentes coisas, circunstâncias, encontros sociais, ou um conjunto de crenças tem que ser pensados em conjunto” (LEMONNIER, 2012, p. 129).

Algumas ressalvas necessitam ser feitas para a incorporação mais adequada dessa abordagem no âmbito desta tese, visto que se trata de uma abordagem que, vista de longe, diverge completamente das perspectivas simétricas. Primeiro, há de se fazer menção à bricolagem enquanto qualidade básica deste estudo e do amplo e constante debate entre essas perspectivas, conforme colocado na introdução e no primeiro capítulo. Em segundo, as “funções comunicativas não-verbais” são aqui vistas como parte das propriedades e, portanto, capacidades das coisas, amparadas pela permuta de propriedades e qualidades existentes entre os seres que compõem o coletivo. As ressonâncias, da mesma maneira, podem ser vistas como um fluxo dos materiais e dessas mesmas qualidades e propriedades das coisas. Uma terceira ressalva consiste em apontar que:

Em outras palavras, mesmo quando coisas se juntam à linguagem e participam como sinais em um sistema de comunicação, sua forma real ou substância material está

⁶¹ [...] the artefacts in question are what give endurance and solidity to the fundamental ideas and practices that pervade their culture and social organisation. Rather, we have reason to think that the solidity and endurance of this sort of system of thoughts and actions has something to do with the ability of these particular artefacts to prompt the convergence of diverse ideas relating to various social relations and practices (LEMONNIER, 2012, p. 127).

longe de ser uma qualidade arbitrária; sua própria importância depende das suas características intrínsecas. Desta forma, elas também carregam um peso iconográfico ou indexical que torna seu simbólico puro regra muito limitada (OLSEN, 2013, p. 157)⁶².

Por fim, em artigo intitulado “Técnica não significa material”, Bruno Latour (2014) faz um comentário sobre o livro “Objetos mundanos” de Pierre Lemonnier, destacando que a simétrica mistura de materiais tipicamente etnográficos com artefatos mundanos ocidentais é produtiva. Além disso, Latour comenta que “técnico” é um adjetivo capaz de ressoar com qualquer camada de materialidade, visto que “tudo o que for tecido em conjunto com a trajetória altamente específica dos movimentos ‘técnicos’ torna-se ‘material’ como consequência”⁶³ (LATOUR, 2014, p. 508).

O que conta com essa tecelagem de diferentes entidades que Lemonnier designa com a palavra ‘ressonador’ não é seu ordenamento; pelo contrário, é a maneira como eles trocam suas propriedades atravessando diferentes repertórios de especificações⁶⁴ (LATOUR, 2014, p. 508).

Incorporando criticamente essas abordagens, pensando em conjunto e partindo da materialidade das panelas de pedra, é possível acompanhar, mesmo que parcial e pontualmente, aspectos das relações vividas nas quais os gestos e técnicas envolvidos na confecção dos artefatos podem indicar habilidades, conhecimentos e experiências de habitação, bem como engajamentos com os materiais e artefatos que as aproximam dos ofícios mecânicos.

No caso das panelas de pedra-sabão, quando extração da matéria-prima é feita de maneira direta, por exemplo, o artesão segura a alavanca de ferro com as duas mãos e estica e dobra os cotovelos, movimentando também ombros e braços, gerando uma sequência de gestos que lapida o bloco. Em se tratando da confecção de artefatos maiores, é apontada pelos manuais de cantaria a utilização de uma serra ou serrote, como proposto para a região

⁶² “In other words, even when things join language and participate as signs in a system of communication, their actual form or material substance is far from an arbitrary quality; their very significance actually depends on their intrinsic characteristics. In this way, they also carry with them an iconical or indexial weight that makes their pure symbolic rule very limited” (OLSEN, 2013, p. 157).

⁶³ “And this is where the importance of Lemonnier’s new book lies for me: it allows the focusing of attention on techniques without being obsessed by the notion of matter, which corresponds, in effect, to a narrowly ethnocentric definition of what it is to be an object or an organism. This is where the symmetric mixture of typically ethnographic materials with Western mundane artifacts is so productive. “Technical” is an adjective that is able to resonate with any layer of what I hesitate to call materiality: songs as well as wood, noise as well as steel, narratives as well as fences. In effect, whatever is woven together by the highly specific trajectory of “technical” moves becomes “material” as a consequence” (LATOUR, 2014, p. 508).

⁶⁴ “What counts in this weaving of different entities that Lemonnier designates with the word “resonator” is not their ordering; on the contrary, it is the way they exchange their properties by crisscrossing entirely different repertoires of specs” (LATOUR, 2014, p. 508).

Nordeste do Brasil por Almeida (2005) e para as comunidades de Santa Rita de Ouro Preto e CB (CASTILHOS et al., 2006).

Por mais que o produto final e/ou a funcionalidade dos artefatos – panelas de pedra – indiquem uma aproximação com o ofício de oleiro ou ceramista que confecciona potes e panelas de barro, os gestos (desbaste e entalhe), as ferramentas (ferro de torno, alavanca ou serrote), as maneiras como se extrai e a própria a matéria-prima (pedra) sugerem uma aproximação inicial com os ofícios de pedreiros e canteiros.

Os retoques para fixação da pré-forma no torno apontam para o mesmo sentido, na medida em que, no topo da torre, esses acabamentos envolvem gestos precisos com a alavanca para a confecção de um umbigo (pequeno orifício). No umbigo, será acoplada uma rolha que, em cooperação com o artesão e com várias outros elementos e materiais participantes, fazem a fixação da pré-forma no torno hidráulico. Para a confecção desse umbigo, além da utilização da alavanca de ferro, também há utilização de puás que são feitas com material abundante no local, como couro, madeira e a própria pedra-sabão, havendo apenas uma pequena ponta de ferro.

Fotografia 60 – Puá confeccionada com corda de náilon, madeira e metal

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 61 – Puá confeccionada com couro, madeira, pedra-sabão e uma pequena ponta de metal

Foto: Acervo da pesquisa, 2009.

As puas registradas em CB são compostas basicamente por dois eixos centrais perpendiculares, vertical (x) e horizontal (y), que são presos por uma correia de couro (ver Apêndice 10). Na extremidade inferior do eixo vertical, está a ponta de ferro e, em alguns casos, logo acima dela é amarrado um disco de pedra-sabão cujo peso auxilia na força ao movimentar a ferramenta.

A única força despendida pelo artesão é uma força horizontal aplicada pra baixo (f_1). Ela faz com que as correias movimentem o eixo vertical (x), fazendo com que esse eixo gire

em um sentido até o desenrolar total da correia. Por inércia, o pistão (eixo vertical x) tende a continuar girando, enrolando novamente a correia e fazendo com que o eixo horizontal suba novamente e o sistema volte à situação inicial.

Para utilização do artefato, o artesão posiciona cada uma das mãos em uma das laterais do eixo horizontal e entrega força ao sistema com o movimento dos braços, empurrando e soltando o eixo horizontal da ferramenta (fl' e fl''). Durante o movimento, a ponta de metal entra em atrito com a superfície da pedra, gerando o pequeno orifício (“umbigo”) onde a “rolha” será encaixada (ver Apêndice 10).

A participação da puá na confecção das panelas de pedra-sabão traz consigo gestos, técnicas, habilidades e conhecimentos potencialmente compartilhados com outras atividades e ofícios mecânicos. No discurso êmico do século XVIII, por exemplo, ela é um “instrumento de marceneiro e carpinteiro, que fura” (BLUTEAU [1712 – 1728], p. 816).

No processo de constituição mútua que caracteriza essas relações técnicas, é importante perceber que, ao passo em que a puá coopera com as pedras e artesãos para o nascimento das panelas, a pedra-sabão coopera participando da confecção da puá. A dinâmica desses materiais e materialidades, nesse caso específico, parece novamente indicar a permuta de características e propriedades entre os participantes da relação.

Durante o processo de torneamento, é importante que a pré-forma esteja presa no ponto central; caso contrário, a vasilha certamente terá uma diferença na espessura de seu corpo, podendo chegar a se desprender do torno durante o processo de produção e, até mesmo, ser cortada pelo artesão. No intuito de obter medidas mais exatas, o artesão pode utilizar um compasso, também ligado a atividades de cantaria, marcenaria e outras.

Fotografia 62 – Imagem de artesão utilizando o compasso ligado ao trabalho da madeira, exposta no MAO, Belo Horizonte – MG

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 63 – Artesão agindo com o compasso

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 64 – Artesão agindo com o compasso

Fonte: Victoria Lopes Dias, 2016.

Relacionando os gestos e técnicas às habilidades dos artesãos paneleiros, aparentemente a produção esteve ligada a seres humanos que tinham conhecimentos e experiências híbridas e compartilhadas com outras atividades manuais, artesanais ou outros ofícios mecânicos. Somam-se à equação as atividades e habilidades relacionadas à construção e uso da oficina, tais como a escolha do local, a construção dos canais e do torno hidráulico, conforme colocado em tópico anterior. Sobre o torno hidráulico utilizado por *Gegê* na produção de painéis de pedra, destaca-se sua estrutura e funcionamento, que se aproximam de tornos de marcenaria. O torno de pedal usado na marcenaria exposto no MAO, por exemplo, apesar de não ser hidráulico, tem encaixe parecido com o de pedra-sabão, e a peça (madeira e/ou pedra) também é fixada na horizontal (ver Apêndice 10).

Fotografia 65 – Torno de pedal utilizado na marcenaria exposto no MAO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 66 – Torno de pedal exposto no MAO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 67 – Torno de pedal exposto no MAO (detalhe da fixação da peça na extremidade esquerda do torno, com um mecanismo móvel para adaptar ao tamanho da peça)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 68 – Torno de pedal exposto no MAO (detalhe da fixação da peça na extremidade direita do torno, com um mecanismo fixo)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

A perspectiva aqui levantada com base na materialidade, qual seja, a hipótese de que a produção de painéis de pedra-sabão envolve uma dinâmica de fazeres e conhecimentos ao mesmo tempo diversos e específicos, ganha força se retomado o caráter extraoficial da produção. Assim, aproximando a produção das relações vividas pelos oficiais mecânicos em contextos passados, na qual é possível o trânsito entre as diferentes ocupações, fazeres ou ofícios (SILVA, 2007; SILVA FILHO, 1996).

Nos séculos XVIII e XIX, por exemplo, além dos oficiais livres – cujo trânsito entre as diferentes atividades e ofícios é citado por historiadoras e historiadores – há também os escravos de aluguel: “circulavam pelas vilas a procura de trabalhos imediatos e temporários, pagos ao jornal, que lhes propiciassem ganhos pecuniários ou mesmo em espécie” (SILVA FILHO, 1996, p. 107). Ganhos esses que iam em parte para seus senhores e em parte para o sustento de suas necessidades diárias, tais como alimentação, vestuário e, às vezes, moradia.

Associado às habilidades, aos conhecimentos e às materialidades dos objetos, não só o prestígio do artesão está em jogo, como o dos donos de tendas⁶⁵, oficinas ou de escravos artesãos (SILVA, 2007; MENESES, 2007; SILVA FILHO, 1996). Há casos em que o escravo, por ser bom artífice ou artesão, tem relação de privilégios com seu senhor(a) e, até mesmo, perante a sociedade e o governo. Em outros casos, um escravo negocia sua alforria e ganha a liberdade por ser um bom artesão, qualidade que afeta seu senhor através de lucro e prestígio (SILVA FILHO, 1996; SILVA, 2007).

⁶⁵ As tendas eram “estabelecimento de comércio coberto de pano ou tabuada, sem balcão, no qual os mestres de ofícios mecânicos prestavam seus ofícios” (BOTELHO e REIS, 2008, p. 195).

Em dissertação de mestrado que trata dos “construtores de Vila Rica no século XVIII”, Fabiano Silva deixa clara a possibilidade de acúmulo de riquezas e títulos e, conseqüentemente, de mobilidade social, ao afirmar que:

Na verdade, as dezenas de obras públicas arrematadas contribuíram para que muitos pedreiros, canteiros, carpinteiros e mestres-de-obras se vissem capitalizados o suficiente para adquirirem escravos, ferramentas e materiais. Alguns desses construtores chegaram a monopolizar parcelas das arrematações e dos gastos com obras públicas na vila (SILVA, 2007, p. 68).

Nesse ponto, é possível apreender melhor o processo de constituição mútua que perpassa as relações entre as pessoas e as coisas. Durante as atividades de produção dos objetos, enquanto constitui o artefato o humano também se constitui (por exemplo, mestre, aprendiz, artesão, livre, escravizado, forro, etc.), se relacionando com questões mundanas (como os lugares que frequenta, com quem, o que come, o que veste, entre outros).

Aprofundando-se na dinâmica de conhecimentos e nas relações técnicas, inserindo também os processos de desenvolvimento e atividades da pesquisa e a incorporação de novas habilidades por ela, relatarei uma atividade de campo que tomou rumos inesperados e acabou por revelar questões tão importantes quanto às inicialmente levantadas.

Como complementação aos estudos desenvolvidos durante o mestrado (MELQUÍADES, 2011), no qual foi feito o registro das ruínas de uma antiga barragem em CB, em julho de 2014 realizou-se uma etapa de campo com intuito de mapear os canais hídricos que partem da barragem para o centro de CB, abastecendo oficinas, casas, moinhos e outras edificações pelo caminho. As atividades envolveram caminhamento sobre os canais e georreferenciamento de seus percursos. Posteriormente, os pontos em coordenadas UTM foram descarregados em imagens de satélite e o material foi apresentado aos colaboradores de CB para correções e indicação de quais e onde as estruturas e oficinas situavam-se. Mesmo havendo como objetivo inicial questões associadas às espacialidades e mobilidades das oficinas, o desenrolar da história trouxe novos elementos e construções bastante produtivas sobre as técnicas e tecnologias de produção das panelas de pedra (ver Apêndice 5).

É importante dizer – no tocante aos processos de construção do conhecimento na pesquisa através da vivência prática e cotidiana, abarcando teoria e método –, que a existência de negativos e vestígios de torno no centro de CB já haviam sido documentados (MELQUÍADES, 2011; 2012), mas não havia ainda sido feito um estudo espacial desses, nem havia sido feita a proposta de estudo das relações nas e das oficinas.

O levantamento feito em CB mostra que, da área da antiga barragem, saem dois canais principais que seguem margeando o ribeirão do Brumado. Enquanto o canal da margem esquerda encontra-se em uso pelo artesão paneleiro *Gegê*, que resiste e permanece com sua produção de painéis de pedra em torno hidráulico, o canal da margem direita encontra-se desativado, assoreado e com trechos desmoronados.

O ponto final do canal que segue pela margem direita do ribeirão são ruínas de um tanque que se encontra no centro de CB, em propriedade do artesão paneleiro *Bilu*. Segundo informações dele, o tanque abastecia um antigo moinho de sua família (atualmente utilizado como depósito) e o torno hidráulico utilizado por seu pai para fazer painéis de pedra. Senhor *Juquinha*, pai de *Bilu*, foi filho de artesão, começou a trabalhar com painel de pedra aos 13 anos e permaneceu até os 75, vindo a falecer há poucos anos, já em idade avançada.

Retornando ao caso, enquanto retirava-se minimamente a vegetação do tanque para registro fotográfico, descrição e confecção de um croqui ou desenho técnico para as análises espaciais, encontrou-se um pote de pedra-sabão aparentemente inacabado e com alguns orifícios, colocado no chão, encostado na parede próxima ao tanque. Quando perguntado sobre o objeto, o artesão respondeu que aquela era uma peça chave utilizada por seu pai para auxiliar e/ou cooperar na confecção das painéis e, imediatamente, ele pegou a vasilha do chão e começou a explicar. Segundo o artesão, quando em uso por seu pai, a peça situava-se adjacente ao torno, na própria parede do tanque, na altura da cintura, e era utilizada emborcada, ou seja, com a boca da peça no solo e o fundo para cima. Ela apresenta três orifícios: o primeiro, no fundo da peça – que, em uso, está virada para cima – tem formato arredondado; o segundo foi feito na borda da peça – que, em uso, está em contato com o solo – e tem marcas de cortes mais retilíneos; o terceiro, no bojo da peça, tem formato retangular.

Figura 10 – Desenho da *ventaneira*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 69 – *Ventaneira*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 70 – Interior da *ventaneira* (detalhe das marcas de desbaste)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 71 – Orifício na base da *ventaneira*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Para o funcionamento do mecanismo, ainda segundo *Bilu*, inicialmente era colocada uma canaleta de bambu captando água de uma das saídas do tanque (ver seta vermelha no croqui Apêndice 6) para o interior da peça. A princípio, a água circula dentro da peça entrando pelo orifício situado na base e saindo pelo orifício da borda, deixando o interior da peça preenchido de ar. Quando o artesão quisesse ativar o sistema, ele colocava uma pedra no orifício que está em contato com o solo, diminuindo o fluxo de saída de água e ar para que houvesse acúmulo de ambos no interior da peça. Com a vazão de água fechada, seu volume aumenta no interior da vasilha emborcada, que vai enchendo de água e diminuindo. Por sua vez, a área ocupada pelo ar, que é comprimido, gera pressão, que é liberada pelo orifício situado no bojo da peça, correspondente à saída de vento. Completando o esquema, adjacente à peça, no centro da corrente de ar que sai do orifício do bojo, havia uma pequena fogueira e/ou braseiro que era alimentado e potencializado pelo ar em alta pressão, como um esquema de fole. Ao lado do fogo ou braseiro, o artesão esquentava a ponta da alavanca de ferro e martelava, fazendo a manutenção da sua principal ferramenta de trabalho (ver Apêndice 7).

Figura 11 – Desenhos da *ventaneira* feitos para confecção de animação

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017. Desenho: Victória Lopes Dias.

Acesse o QR CODE acima ou link abaixo para ver o funcionamento da *ventaneira* através de uma animação.
<https://www.youtube.com/watch?v=7SNwodQnpzw>

Figura 12 – Desenhos do artesão amolando sua ferramenta com a *ventaneira*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2016. Desenho: Erêndira Oliveira.

Na medida em que o volume de água no interior da peça aumenta, ou o sistema entra em equilíbrio (considerando que a pedra colocada para vedar a saída de água não o faz completa e hermeticamente), ou começa a transbordar água pela saída de ar, fazendo com que o mecanismo pare de funcionar. Antes desse ponto ou nele, o artesão tira a pedra que fecha o orifício da borda, liberando a vazão de água e fazendo com que o sistema volte a seu ponto inicial de equilíbrio. Caso o artesão queira manter o mecanismo funcionando, basta reiniciar o ciclo, vedando a saída de água novamente. É no momento entre o ponto inicial de funcionamento (vedação da saída de água) e o ponto de equilíbrio e/ou transbordamento de água que o mecanismo é utilizado. Assim, é nesse intervalo que o artesão trabalha com o ar, a água, o ferro e o fogo para manter e amolar as pontas de suas ferramentas.

O artefato, chamado pelo artesão de *ventaneira*, foi uma peça chave de um esquema de fole utilizado por seu pai para amolar o ferro de torno (alavanca). É necessário lembrar que atualmente os artesãos paneleiros fixam um pedaço de vídia na ponta da alavanca. Por ser um metal mais resistente que o ferro, utilizando a vídia não há necessidade de manutenção constante da ponta da alavanca. No entanto, no passado, tal material não participava da produção, e havia ainda o condicionante da dificuldade de acesso a ferramentas e materiais simples, como a própria alavanca e o ferro do qual é feita. Por isso, o pai de *Bilu*, senhor *Juquinha*, mantinha esse complexo mecanismo, que auxiliava na manutenção das ferramentas de metal para a produção das panelas de pedra-sabão, aproximando-o também dos conhecimentos, habilidades e atividades de ferreiro.

Considerando as relações nas e das oficinas, destaca-se que as materialidades, habilidades e conhecimentos envolvidos na produção de panelas de pedra ontem e hoje, apontam um contexto heterogêneo e dinâmico no que consiste aos gestos e técnicas de confecção e às diferentes gradações e engajamentos com a pedra-sabão. De início, há de se considerar o tempo e as características da aprendizagem aparentemente vinculada a diferentes fazeres. O senhor *Juquinha*, filho de artesãos, teria começado como aprendiz ainda aos 13 anos, conforme mencionado por seu filho *Bilu*.

Ao analisar a documentação sobre os ofícios mecânicos nos séculos XVIII e XIX, Meneses indica uma dinâmica de fazeres ao afirmar que, em um dos casos por ele analisado, “fica evidente a distinção entre práticas que, a princípio, são desempenhadas pelo mesmo oficial, mas que demandam saberes de complexidades diferentes” (2007b, p. 13), por exemplo, Ferradores e Alveitares. No “Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e

XIX em Minas Gerais” (MARTINS, 1974), também constam oficiais com mais de um ofício, tais como carpinteiro e torneiro, pedreiro e carpinteiro, pedreiro e canteiro, ferreiro e serralheiro, entre outros.

Um estudo historiográfico que parte da análise das cartas de registros de exames de ofício em Vila Rica entre os anos de 1722 e 1803 identifica um total de 529 oficiais mecânicos, dos quais 442 (83,55%) são homens livres, 23 (4,34%) escravos, 20 (3,78%) forros e 44 (8,31%) negros livres (Silva Filho, 1996: 81). O historiador ainda destaca que a estimativa para população de Vila Rica no período é de aproximadamente 20 mil pessoas, chegando, assim, a uma proporção de um oficial mecânico para cada quarenta pessoas (MARTINS, 1974a; 1974b).

Outro quadro, apresentado por Fabiano Silva (2007) em dissertação que trata dos pedreiros em Vila Rica, aborda a “ocupação e condição dos oficiais com maior ocorrência na Derrama do termo de Vila Rica em 1764” (SILVA, 2007, p. 87). Nele consta uma divisão quantitativa entre os diferentes ofícios, além de informar se são livres ou forros, dado que não consta tal informação na maior parte da documentação.

Gráfico 6 – Ocupação e condição social dos oficiais com mais ocorrência na Derrama do termo de Vila Rica (1764)

Fonte: Silva, 2007, p. 87.

Tabela 1 – Ocupação e condição social dos oficiais com mais ocorrência na Derrama do termo de Vila Rica (1764)

Ocupação	Forro	Livre	n/c	Total
Sapateiro	30	1	114	145
Alfaiate	41		75	116
Carpinteiro, carapina e marceneiro	15	1	63	
Ferreiro	21	1	46	68
Pedreiro	2		39	41
Ferrador	9		26	35
Barbeiro	14		2	16
Seleiro	4		10	14
Caldeireiro, latoeiro e serralheiro	2		10	12
Cabeleireiro	1		10	11
Total	139	3	395	537

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Silva, 2007, p. 87.

Assim, é possível levantar a hipótese de que, em períodos passados, um artesão paneleiro trabalhasse para um mestre de algum ofício (já que a produção de painéis, em si, não é considerada legalmente um ofício) e, em outros horários, momentos e/ou períodos, manufaturasse painéis de pedra para venda ou troca, por exemplo. Também é possível que um mestre ou oficial de algum ofício (como canteiro, pedreiro, torneiro ou marceneiro, por exemplo) confeccionasse eventualmente e/ou temporariamente vasilhas e artefatos de pedra. A aprendizagem, nesse contexto, pode estar igualmente vinculada a mestres de outros ofícios, produtores ou não dos painéis de pedra, bem como à esfera familiar e de parentesco.

Junto a essa mobilidade urbana compartilhada entre os oficiais mecânicos e na qual se inserem os artesãos paneleiros e os painéis de pedra, é possível uma alusão ao conceito de “homens móveis”, conforme vem sendo colocado pela história (CASTRO, 1995; WISSENBACH, 1998) e Arqueologia histórica brasileira (AGOSTINI, 2010). Esses seriam emigrantes desenraizados, livres e libertos, que tinham, vinculados à mobilidade prática de suas atividades e trabalhos (tais como as atividades agrícolas não especializadas), formas de sociabilidade, criação de vínculos, (des)enraizamentos e experiências práticas de liberdade (CASTRO, 1995).

É necessário, no entanto, relativizar a utilização de tal concepção, na medida em que Hebe Mattos de Castro (1995) a constrói ao analisar o sudeste escravista brasileiro e partes

dos atuais estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, a autora se volta para as experiências de liberdade vividas por esses personagens com o gradual enfraquecimento e fim do sistema escravista, mais especificamente, na segunda metade do século XIX (CASTRO, 1995). Assim, além das diferentes temporalidades, ao passo em que os ofícios mecânicos estão em contexto urbano, a abordagem sobre os “homens móveis” foi construída no contexto rural. Não obstante as panelas circularem entre os dois contextos, levanta-se a hipótese de que suas dinâmicas estivessem entre as duas aqui colocadas, compartilhando características de ambas.

Cabe acrescentar ainda que, no caso das panelas de pedra-sabão, os gestos e técnicas e as habilidades e conhecimentos vinculados a essa atividade são compartilhados com outras atividades e fazeres, dando ritmo e amplitude a essas relações. Ao falar da intermitência e/ou inconstância da produção das panelas de pedra no início do século XX, Von Burguer afirma que “ele [o artesão] interrompe seu trabalho industrial nos tempos da colheita e em qualquer outro tempo, quando há um serviço mais urgente ou mais rendoso” (VON BURGUER, 1927, p. 520).

Assim, uma das hipóteses levantadas é a de que as atividades dos artesãos paneleiros nos séculos XVIII e XIX tinham características particulares que qualificam uma mobilidade e intermitência nas atividades, além da participação de conhecimentos vinculados a diferentes fazeres que só são perceptíveis na materialidade das panelas. Entre o contexto rural e urbano, a produção das e as próprias panelas de pedra-sabão foram mediadoras ou participantes das relações coletivas, portanto também sociais. Na medida em que o domínio de um ofício, atividade especializada e/ou envolvimento com mais de uma atividade é indicativo de experiências próprias de liberdade ou mobilidades vividas no contexto escravista brasileiro, as panelas de pedra podem ser vistas como mediadoras ou colaboradoras dessas experiências, sendo, nesse sentido, pedras artesãs construtoras de experiências de liberdade. Conforme colocado por Meneses:

Todo esse quadro, enfim, ilumina uma realidade em que os ofícios mecânicos, respondendo às necessidades básicas da formação social mineira, teriam gerado sobrevivência, além de possibilidades sociais e econômicas ímpares aos homens e mulheres que a eles se dedicaram, alçando alguns a situações de reconhecimento social, propiciando liberdade e dignidade a outros, promovendo o exercício civil de vários, ordenando e estabelecendo fundamento a setores e a grupos significativos de indivíduos (MENESES, 2013, p. 29).

Sobre essas experiências de liberdade e com base nas coleções estudadas, levanta-se a hipótese de que alguns artefatos fossem produzidos através de encomenda, algumas vezes até

mesmo por mestres e/ou oficiais com habilidades mais amplas, denotando conhecimentos, controle gestual e técnicas corporais indicativos de engajamentos distintos com a pedra. Em tal ressalva, podem ser considerados os alambiques (Ind. 22 e 35), barris (Ind. 18 e 20) e taças (Ind. 24 e 25)⁶⁶.

Os casos mais extremos de artefatos com marcas de gestos e técnicas que indicam diferentes engajamentos é o dos alambiques (Ind. 22 e 35), pois, conforme mencionado no Capítulo 1, ambos são compostos por três peças e apresentam forma complexa. Uma de suas peças, o capelo, conta com orifícios e canais para escoamento e gotejamento de líquidos, além de reentrâncias que remetem a conhecimentos e habilidades específicas na sua confecção. O tamanho do alambique presente no MAO (Ind. 35) também é um diferencial, visto que sua panela tem um metro e meio de altura, o que muito provavelmente impossibilitou a utilização do torno.

Fotografia 72 – Indivíduo 22 (capelo do alambique presente no MI)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 73 – Indivíduo 24 (detalhe da face interna com marca da retirada da torre que seguia o cilindro com friso)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

O par de taças (Ind. 24 e 25) presentes na coleção do MO também pode ser inserido na abordagem. As taças foram produzidas por torneamento, muito provavelmente com técnicas e gestos semelhantes aos das panelas, porém, com a ressalva de haver necessidade de um trabalho mais detalhado na confecção do pedestal e da base, além do polimento fino na face externa. A coluna cilíndrica que compõe o pedestal e a base foi confeccionada seguindo o alinhamento da torre, como uma extensão desta para a parte externa do corpo do artefato. A torre, por sua vez, foi trabalhada minuciosamente, e não cortada, como é mais comum e frequente na produção de panelas. Além disso, os ângulos de torneamento com os quais os

⁶⁶ Para descrição detalhada dos artefatos, ver Capítulo 1 ou remeter-se ao relatório de confecção de ficha de análise e descrição dos indivíduos-artefatos (MELQUÍADES, 2011).

artesãos têm que lidar durante a confecção dessas taças são pequenos em função do tamanho da taça e da presença da torre.

A título de aproximação e não analogia direta, Von Burguer indica uma pequena variabilidade de formas produzidas e a possibilidade de que alguns artefatos fossem feitos através de encomenda no início do século XX ao dizer que:

Raros são os casos em que um fabricante por sua própria iniciativa faz um artigo fora do comum. Nos três anos que estive em Belo Horizonte, vi apenas duas vezes objetos diferentes do tipo comum feitos de pedra de sabão. Eram um barril cilíndrico com tampa, cerca de 30 centímetros de diâmetro e 50 centímetros de altura e uma coluna com pé quadrado de 1 ½ metro de altura, composta de várias peças, aliás infelizmente feita com pouco gosto artístico. Também me foi mostrado, com bastante orgulho, quando, em Santa Rita, perguntei se não havia outra coisa senão panelas, um copo para água feito na forma dos copos comuns de vidro com pé. Mas quando, sem saber do lugar ou da maneira de fabricação, travei conhecimento por acaso com um fabricante de panelas e encomendei-lhe vários artigos segundo desenhos meus (um vaso para flores, diversas caixas com tampa e uns cilindros) para experiências ele executou minhas encomendas, não obstante serem muito fora do comum, com admirável exatidão. Isso prova que aquela gente tem aptidão para fazer artigos diversos e artísticos, mas falta-lhes a iniciativa e o conhecimento das possibilidades do mercado (VON BURGUER, 1927, p. 522).

Na passagem do autor, as habilidades e gestos de produção são o vínculo entre as pessoas e as coisas, qualificando ambas dentro de um contexto no qual as atividades manuais e artesanais, além de sofrerem com o estigma do “defeito mecânico”, também passam por um processo de avaliação, seleção e triagem para serem eleitas como representantes de uma identidade mineira e nacional, conforme o movimento modernista no qual aparentemente o texto do autor se insere.

Ao abordar a materialidade do gesto, Steven Matthews aponta que:

Como artefatos, situados dentro de teias de significado e significação, os gestos também têm conotações simbólicas e materiais em contextos específicos e generalizados de ação social. [...] Os gestos são ambíguos e multifacetados e qualquer técnica gestual particular quase sempre terá uma contrapartida dentro de outro contexto social, material ou espacial⁶⁷ (MATTHEWS, 2005, p. 15).

Uma reflexão sobre o potencial de uma Arqueologia dos gestos e ofícios está pautada em como abordagens com esse tipo de enfoque podem trazer à tona a permuta de características e propriedades entre os artesãos produtores e os artefatos, indicando uma dinâmica coletiva na qual a constituição do humano se faz mutuamente à confecção dos

⁶⁷ “Like artefacts, situated within webs of meaning and signification, gestures too have widespread symbolic and material connotations within both specific and generalised contexts of social action. [...] Gestures are both ambiguous and multifaceted and any particular gestural technique will almost invariably have a counterpart within another social, material or spatial context” (MATTHEWS, 2005, p. 15).

artefatos, caracterizando modos de vida e existência extremamente engajados com as materialidades. Além do completo retorno das técnicas para dentro das relações “sociais” ou coletivas, é possível perceber que há, portanto, uma extensão entre artesão e artefato. Assim, passando por esses aspectos, pretende-se abordar as categorizações e identificações das pessoas e coisas envolvidas.

2.3 *Entre extremos: dinâmicas de identidades e identificações*

Como o título do capítulo sugere, a pesquisa compreende as oficinas como vitais na constituição de seres e coletivos, mais especificamente associadas às pessoas-artesãos (que têm identidades atribuídas em função da relação com os artefatos), às painéis em si e às comunidades de artesãos⁶⁸. Partindo das questões ontológicas colocadas na introdução e no primeiro capítulo, é necessária, para a relativização dessas categorizações, a compreensão da matéria-prima em comum e permuta de propriedades entre os diferentes seres que compõem o coletivo.

O objetivo desse tópico é, portanto, aprofundar a demonstração de que a matéria-prima utilizada na constituição da materialidade é a mesma utilizada na constituição do coletivo como um todo, além de ocorrer de diferentes formas e em diferentes relações também vinculadas às diferentes identificações das painéis de pedra-sabão (científicas, culturais, sociais, étnicas, de gênero, entre muitas outras). Seguindo as perspectivas simétricas, uma vez que se rompe com a dicotomia natureza/cultura, se aceita necessariamente que há possibilidade de permuta de propriedades entre os seres (humanos e não-humanos). É a partir dessa permuta que se pode visualizar um processo de constituição mútua, com qualidades e capacidades híbridas e/ou compartilhadas, bem como agências múltiplas.

Para as reflexões e construções sobre essas identidades (sociais e culturais) vividas pelas vasilhas de pedra-sabão, primeiramente abordarei as questões colocadas por Ulpiano Bezerra de Meneses (1984).

Isto é, não se pode ser humano por si, por representação própria: os valores, significações, papéis que me atribuo necessitam de legitimidade social, de confirmação por parte de meus semelhantes. Pode-se dizer, assim, que é em virtude de definições que existem indivíduos e sociedade. Dentro dessa ótica, é fácil

⁶⁸ Apesar da importância das oficinas para um eixo de análise, a pesquisa aborda também outros espaços e lugares, nos quais os mesmos e/ou outros agentes, materiais e materialidades igualmente atuam na constituição mútua de um mundo comum, como é o caso dos museus e da Feira, conforme será abordado nos próximos capítulos.

entender que o processo de identificação é um processo de construção de imagem, por isso terreno propício a manipulações (MENESES, 1984, p. 33).

As identidades propostas pelo autor estão muito mais próximas de relações “de reconhecimento, do que de conhecimento” (MENESES, 1984, p. 33). Talvez seja possível agregar os dois conceitos através do (re)conhecimento e perceber engajamentos (criativo, material e, por que não, afetivo), histórias e experiências de vida compartilhadas entre artesãos e artefatos, além da autodenominação e/ou definição êmica na consideração dessas dinâmicas de identificações.

Stuart Hall aponta que tem se efetuado uma “desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas disciplinares” que, “de uma forma ou outra, criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada” (2005, p. 103). Assim, o autor enfatiza aspectos práticos e discursivos das identidades e identificações, e aponta para a irreducibilidade do conceito, associado à agência e política.

Em meio a esse processo, o autor aponta que uma “descentralização” do sujeito exige não um abandono ou abolição do conceito, mas uma “reconceitualização”. Segundo ele:

É preciso pensá-lo em sua nova posição – deslocada ou descentrada – no interior do paradigma. Parece que é a tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade – ou melhor, a questão da identificação, caso se prefira enfatizar o processo de subjetivação (em vez das práticas discursivas) e a política de exclusão que essa subjetividade parece implicar – volta a parecer (HALL, 2005, p. 105).

Na abordagem discursiva proposta pelo autor, ele afirma que identidade “não é, nunca, completamente determinada” (HALL, 2005, p. 106). Além disso, constata que:

Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional; ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença. A fusão total entre o ‘mesmo’ e o ‘outro’ que ela sugere é, na verdade, uma fantasia de incorporação (HALL, 2005, p. 106).

Na Arqueologia, diferentes manifestações identitárias podem ser acessadas e estudadas (INSOLL, 2007), tais como de classe, racial, étnica, religiosa, gênero, parentesco, idade, desabilidade, status, nacionalidade, entre muitas outras. Alguns pontos convergentes de uma Arqueologia das identidades, aparentemente, são: a consideração das materialidades como ponto central da abordagem; atenção e cuidado ao transpor para diferentes contextos espaço-temporais essas identificações e categorizações; considerar a autodenominação e o

(re)conhecimento; atentar para questões políticas e de poder. Sobre estes últimos, é possível citar a utilização de abordagens arqueológicas evolucionistas para justificar dominação sobre coletivos, conforme percebido nas Arqueologias Colonialistas, Imperialistas e Nacionalistas, já mencionadas.

Não obstante um crescimento nos estudos que abordam o surgimento e desenvolvimento da Arqueologia associada à formação dos estados-nação modernos, identidades e poder, muitas dessas relações são mais complexas, apresentam nuances e são menos deterministas em sua relação com o passado (MESKELL, 2002). Além disso, incursões sobre nacionalismo e Arqueologia não podem ser separadas de grandes processos globais, como colonialismo e exploração (MESKELL, 2002).

Ao abordar questões vinculadas a “Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na Arqueologia histórica”, Siân Jones (2005) aponta a condição tradicionalmente privilegiada concedida à palavra escrita sobre a cultura material e as atividades da Arqueologia que, através da identificação de “correlatos materiais” percebidos como “marcadores étnicos”, definiu status étnico de sítios arqueológicos e regiões inteiras. A valorização da documentação histórica como principal fonte para construção de abordagens sobre identidades pode indicar resquícios colonialistas, na medida em que se considera principalmente o discurso dos “alfabetizados” e “letrados”. Conforme visto anteriormente, no caso das painéis de pedra-sabão e dos artesãos paineleiros, em se considerando apenas a documentação histórica escrita levantada pela pesquisa, esses personagens são invisíveis e quase imperceptíveis.

Posto isso, para a construção da abordagem pretende-se, além da análise dos discursos, (auto)denominação e (re)conhecimento, um tratamento relacional e horizontal da documentação escrita, das materialidades das painéis de pedra, das práticas cotidianas das quais participam artesãos e artefatos e dos engajamentos dos artesãos com a pedra.

As referências às painéis ou artefatos de pedra-sabão encontradas na bibliografia e nos estudos consultados para a presente pesquisa apontam três caminhos iniciais: a identificação das painéis de pedra associadas a grupos indígenas, a grupos de africanos e aos colonizadores portugueses. No extremo, portanto, tem-se o clássico e vago tripé da constituição histórica da sociedade brasileira.

Sobre os primeiros, Von Burguer inicia seu texto de 1927 fazendo referência a uma possível associação da produção de painéis de pedra aos povos indígenas pré-coloniais, defendendo ser um fazer “antigo”, “original” e “mineiro”.

Uma das indústrias mais antigas e originais do Estado de Minas Geraes, aliás uma das poucas indústrias indígenas, ainda existentes, é sem dúvida a indústria da pedra de sabão, o fabrico de panelas para cozinha desse material. É como um resto ainda persistente dos tempos remotos da idade da pedra e como tal merece interesse especial sob o ponto de vista etnográfico e histórico (VON BURGUER, 1927, p. 519).

É importante destacar que o recorte estabelecido pela pesquisa foi o período após a chegada dos europeus no Brasil, mas o levantamento bibliográfico e de coleções envolveu, de maneira secundária e assistemática, os artefatos pré-coloniais⁶⁹. Assim, na bibliografia consultada, existem referências à presença de vasilhas de pedra-sabão no sítio arqueológico Santana do Riacho, localizado em município homônimo, na região da Serra do Cipó⁷⁰ em Minas Gerais (JUNQUEIRA, 1983; PROUS e MALTA, 1991). Segundo essa bibliografia, os sete fragmentos de pedra-sabão pertenciam a duas tigelas e se encontravam na transição da camada “1” para “2”, datada entre 2.800 e 4.500BP (PROUS e MALTA, 1991), em determinada área do sítio (patamar inferior – SRIII) com presença de sepultamentos, associados a fogueiras e a restos de alimentação que podem evocar a ideia de “rituais funerários”, vinculados a povos caçadores e coletores do Brasil (JUNQUEIRA, 1984; PROUS e MALTA, 1994; PROUS e RODET, 2009).

Também foram encontradas referências a artefatos de pedra-sabão em contextos que remetem à Tradição arqueológica Aratu-Sapucai⁷¹ (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2009). Trata-se de um complexo composto por três sítios arqueológicos: Palmital, Meio I e Vértice⁷², situados no município de Jeceaba, também na Mesorregião metropolitana de Belo Horizonte. Para o sítio Palmital, foram obtidas datas por termoluminescência (TL) de 380±45 AP, 420±70 AP e 900±65 AP; e uma data de C¹⁴ de 500±40 AP, corroborando as datas de TL mais recentes para o sítio (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2009, p. 43).

⁶⁹ As informações e dados utilizados nesta construção são as mesmas apresentadas na pesquisa de mestrado, portanto, para melhor descrição e apontamentos sobre estes artefatos e contextos, ver Melquíades (2011).

⁷⁰ O abrigo Santana do Riacho vem sendo estudado pela equipe do Museu de História Natural da UFMG desde a década de 70. Através de publicações (JUNQUEIRA, 1983; PROUS e MALTA, 1991) sobre esses trabalhos, é possível perceber uma dinâmica particular na qual se inserem os artefatos de pedra-sabão. Eles podem estar associados a “rituais funerários”, contendo marcas de “quebra por uma forte pancada” (PROUS e MALTA, 1991), à distância de matéria-prima e a demais questões tecnológicas e de marcas de uso. Tais informações serão aqui apresentadas somente em forma de Anexo, por não serem objetivo direto da pesquisa, porém salienta-se o alto potencial de tal contexto, havendo necessidade de registro de outros sítios e contextos para uma definição mais detalhada de um panorama.

⁷¹ Tais sítios foram pesquisados no “Programa de Resgate Arqueológico do Distrito Industrial de Jeceaba, Estado de Minas Gerais” (Portaria nº 20, de 24 de junho de 2008-11-14) e desenvolvidos pela equipe da Zanettini Arqueologia. As insinuações museológicas levantadas na mesorregião não têm artefatos de pedra-sabão sob sua salvaguarda. Há, no entanto, a possibilidade de que estes tenham sido registrados em outros estudos arqueológicos, principalmente no âmbito da Arqueologia preventiva dentro de trabalhos de consultoria.

⁷² Os sítios arqueológicos apresentam respectivamente, um, um e dois fragmentos de pedra-sabão, dos quais “dois correspondem a vasilhas possivelmente abertas” (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2010, p. 192).

Apontando a possibilidade da inserção de tais sítios na problemática arqueológica que envolve a definição de grandes “Tradições Arqueológicas”, conforme proposto pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) na década de 1970, é possível perceber o potencial em trazer novos agentes para os debates ao considerar-se os artefatos de pedra-sabão. As abordagens arqueológicas apontam para a possibilidade da percepção de uma dinâmica que agrega grupos situados em outros estados brasileiros, como Goiás e sul da Bahia, por exemplo (WUST, 1990; PROUS, 1992; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2009). Nessa dinâmica, estariam também os grupos indígenas do litoral e, em determinado momento, o movimento de interiorização e “territorialização” que se deu com a chegada do europeu (RESENDE, 2007). É necessário destacar novamente que a presença de fragmentos de vasilhas de pedra-sabão em sítios arqueológicos pré-coloniais não é o foco do presente estudo, mesmo sendo uma temática que aparenta ser bastante produtiva e carente de pesquisas.

Além das referências e ocorrências de vasilhas de pedra-sabão em contextos pré-coloniais, para o período pós-encontro colonial e de aumento no ritmo da colonização de Minas Gerais, a bibliografia aponta para a possibilidade de que as panelas de pedra fossem conhecidas dos portugueses e dos africanos mesmo antes de chegarem ao Brasil. Sobre os primeiros, o memorialista Augusto de Lima Júnior afirma que:

[...] os artistas portugueses, familiarizados com o uso da pedra de Ançã, da região de Coimbra, e afamada em toda a península pelos seus usos múltiplos, não tardaram a descobrir, perto de Ouro Preto e Mariana, um material que lhes pareceu análogo e que foi prontamente empregado em estatuária, construções civis e manufatura de utensílios domésticos (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 158).

Já no continente africano, encontram-se referências a vasilhas de pedra-sabão no sítio arqueológico Grande Zimbábue (FAGAN, 1965, 1988; PHILLIPS, 1999). Escavações arqueológicas no local revelaram que nos “sedimentos do Grande Cercado e estratos superiores da Acrópole continham muitos enfeites de ouro e cobre, além de tigelas e esculturas de fina qualidade feitas em pedra-sabão” (FAGAN, 1988, p. 553).

Camilla Agostini (1998) aponta para a possibilidade de que tal produção tivesse alguma relação com grupos escravizados no Brasil. Ao analisar cachimbos cerâmicos com “motivos” africanos, a arqueóloga afirma que:

Estes parecem os principais exemplos de cultura material de uso cotidiano relacionada diretamente aos escravos. Podemos pensar, ainda, na produção de objetos de ferro ou em matérias-primas locais, como é o caso da pedra-sabão em Minas Gerais (AGOSTINI, 1998, p. 117).

Retomando a importante participação da população de origem africana nos ofícios mecânicos, Meneses aponta que, embora não hegemônica, a participação dessas populações, cativas ou forras, teve “fundamental importância, tanto quantitativamente – em sua expressão numérica na força de trabalho profissional – quanto qualitativamente, na incorporação de saberes, na execução dos ofícios” (MENESES, 2013, p. 28).

No extremo, portanto, têm-se as três populações humanas apontadas tradicionalmente como formadoras da sociedade brasileira: indígenas, europeus e africanos. É entre esses extremos, no entanto, que a pesquisa se propõe a trabalhar, na medida em que não há, nesse momento, com base nos dados levantados (e na opinião do autor deste estudo), possibilidade de associar a produção de panelas de pedra-sabão exclusivamente ou estaticamente a nenhuma delas, bem como nunca foi esse o objetivo da pesquisa. Mesmo que essas referências e identificações sejam indicativas de possíveis relações, é necessário destacar que “a busca de uma identidade se alia mal a conteúdos novos, pois o novo constitui uma ameaça, sempre. [...] Trata-se, em suma, de atitude conservadora, que privilegia o reforça em detrimento da mudança” (MENESES, 1983, p. 33).

Nesse sentido, e conforme colocado por Stuart Hall (2005), no senso comum, a identificação é feita a partir do reconhecimento de alguma origem comum ou de características partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda que compartilhem um mesmo ideal. “É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão.” (HALL, 2005, p. 106). Continua o autor: “em contraste com o naturalismo dessa definição, a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre ‘em processo’” (HALL, 2005, p. 106).

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteira, sem diferenciação interna (HALL, 2005, p. 109).

Atualmente, o senso comum associa a produção de panelas de pedra-sabão a Minas Gerais de uma maneira geral e, mais especificamente, à região do Quadrilátero Ferrífero Mineiro e de Ouro Preto e Mariana. Toda essa relativização relaciona-se com a forte presença da matéria-prima pedra-sabão no estado e a ação do SPHAN na eleição, preservação e divulgação de patrimônios e figuras históricas para qualificar as identidades nacionais e

regionais, visto que é extremamente comum ouvir pessoas de lugares diversos – mesmo de fora da região estudada – dizendo que “fazer panela de pedra é coisa de mineiro”.

Apesar de a colocação ser bastante significativa e condizente com as realidades presentes e passadas, ela parece não considerar de fato e a fundo as panelas e os artesãos, mas apenas uma extensão e reprodução dos discursos oficiais supracitados. Aparentemente não há um (re)conhecimento dos artesãos paneleiros e de seus modos de vida e existência, suas habilidades, conhecimentos, memórias e histórias com a pedra-sabão. Nesse sentido, em resposta à pergunta “Por que panela de pedra é coisa de mineiro?”, muitas vezes seguiam referências à presença marcante da matéria-prima e das panelas na região, ao trabalho com a pedra de uma maneira geral (cantaria, escultura, etc.), ao barroco mineiro e a Aleijadinho.

Lynn Meskell (2007) aponta que a rígida taxonomização, identificação ou categorização ocidental, especialmente no que concerne à identidade, seja raça, classe, gênero ou outra, necessita que todos os indivíduos sejam cuidadosamente escolhidos e categorizados de acordo com um conjunto de rótulos predeterminados. Assim, a autora coloca que as investigações arqueológicas têm que se concentrar em uma única questão de identidade e tentar localizar inicialmente as pessoas dentro dessa taxonomia ocidental, tais como heterossexual/homossexual, homem/mulher, elite/não-elite, etc. O foco em uma categorização, ainda segundo autora, consiste em compreender que propor um estudo dessas variáveis é um projeto vasto e complexo (MESKELL, 2007). Nesse sentido, por mais que o foco deste tópico seja nas identidades dos artesãos paneleiros vinculados às habilidades e gestos, as referências a questões de gênero são necessárias devido a sua presença marcante.

As identificações e categorização dos produtores das panelas de pedra-sabão enquanto *artesãos* – lembrando que essa associação só é possível através da existência dos artefatos – e *paneleiros* são sempre empregados no masculino quando se referem aos *artesãos paneleiros*. Isso acontece porque a produção de panelas de pedra-sabão é uma atividade ou trabalho masculino no qual, conforme mencionado anteriormente, a participação feminina se restringe ao acabamento das peças e à confecção das alças. Além disso, no relato de uma das colaboradoras, a Dona Lourdinha, em 2009, ela afirma ter ouvido várias vezes quando criança que “oficina não é lugar de mulher” indicando uma restrição ao acesso das mulheres àquele lugar.

Ainda sobre as identificações de *artesãos* e *paneleiros*, enquanto a primeira é bastante comum e amplamente utilizada para se referir aos produtores das panelas de pedra, a segunda é muito pouco utilizada em todos os casos (comunidades, população em geral, feira, etc.). Em relação à palavra *paneleiros*, ouvem-se poucas pessoas – inclusive poucos artesãos –

utilizarem-na. Não obstante a situação histórica dos trabalhos manuais em Portugal, a palavra *paneleiro* naquele país é atualmente utilizada para referir-se pejorativamente aos homossexuais. Talvez não só tal associação esteja ligada à ideia de que, na maioria dos coletivos humanos tradicionais, fazer panela de barro foi, e continua sendo, uma atividade e/ou fazer feminino, como também a extensão da carga preconceituosa e pejorativa da conotação atribuída à palavra que pode atingir pessoas (artesãos e homossexuais) e coisas (panelas de todos os tipos e especificamente as de pedra-sabão).

Retornando às identificações fora das questões de gênero, Von Burguer (1927) não aborda diretamente uma identidade social dos artesãos paneleiros, mas deixa claro alguns aspectos da produção que ele considera, em sua identificação, perceptível nas entrelinhas. Conforme já mencionado, ele destaca o caráter industrial da produção – em função da utilização do torno hidráulico e da organização coletiva –, a baixa capacidade e qualidade técnica dos artesãos e artefatos, a precariedade na organização e nas relações com o mercado e a mobilidade e intermitência da produção. Com base nesses aspectos, imerso no contexto de modernização associado às “ontologias mecânicas” (INGOLD, 2000) e com suas experiências de vida e percepções próprias, o químico alemão conclui seu estudo dizendo que as panelas de pedra sabão são de baixo potencial para comércio. Entre os argumentos do autor, está o de que:

A fabricação e o comércio das panelas não obstante sua venerável antiguidade, são muito mal organizados ou para melhor dizer, quase sem organização alguma. Os numerosos pequenos centros da indústria estão situados na maior parte bastante afastados das estradas de ferro e tem meios de comunicação inferiores, com os centros do comércio (VON BURGUER, 1927, p. 520).

A visão simplista, reducionista e, de certa maneira, evolucionista de Oskar Von Burguer fica evidente mesmo quando disserta sobre os aspectos “positivos” da produção. Ao falar sobre a possibilidade das panelas de pedra substituírem artefatos de outros materiais, ele cita “metais e produtos cerâmicos, cuja fabricação exige uma técnica mais desenvolvida e conhecimentos mais aprofundados” (VON BURGUER, 1927, p. 519). Um termômetro do quão mundanas e desconsideradas podem ser as panelas de pedra-sabão, em sua etnografia, o mesmo autor aponta que “poucas são as pessoas que reparam as panelas de pedra colocadas a um canto escuro da venda, em geral cobertas de poeira e que perguntam por curiosidade, para que serve” (VON BURGER, 1927, p. 522).

A desconsideração das capacidades e qualidades desses artefatos e artesãos, enquanto agentes nos diferentes períodos, pode ser percebida através das materialidades que participam

da constituição dos diferentes seres envolvidos. No presente, essa desconsideração pode ser percebida, conforme já mencionado, através da situação atual dos artesãos e das panelas, que permanecem em relativo esquecimento, mas que continuam participando na construção das identidades e dos modos de vida e existência dos artesãos paneleiros.

A “simplicidade” e os conhecimentos e habilidades “rasos” e/ou “menos aprofundados” necessários para a produção de panelas de pedra, tal como percebido e descrito por Von Burguer (1927), não aparentam serem os mesmos observados atualmente e aqui descritos. Conforme vem sendo colocado e defendido nesta tese, além de todas as especificidades da produção – gestos, técnicas e toda a dinâmica de elementos, materiais e materialidades – a própria utilização do torno hidráulico, que também foi descrito por Von Burger no início do século XX, e as características e dinâmicas nas e das oficinas já são indicadores da gama de habilidades e conhecimentos envolvidos que parecem indicar uma atividade bastante engajada com a pedra.

Assim, aparentemente um resquício do “defeito mecânico como demarcador de identidade social” (RIOS, 2000) parece ainda agir na identificação das panelas de pedra-sabão e dos artesãos paneleiros no discurso do autor no início do século passado. Visto que há uma permuta de características e propriedades entre os seres que compõem o coletivo, no caso artesãos paneleiros e panelas de pedra, estas passam a ser também portadoras desse “defeito mecânico”. Ao retomar o conceito de “objetos mundanos” (LEMONNIER, 2012), pode-se apontar que a recíproca também parece verdadeira, ou seja, se as panelas de pedra são “objetos mundanos”, os artesãos paneleiros podem ser vistos também como “homens” ou “artesãos mundanos” vinculados aos “ofícios banais” (MENESES, 2013).

Mais uma vez, é necessário destacar que, nesta tese, defende-se que as categorizações e identificações foram construídas socialmente no passado e mostram uma confluência de qualidades constitutivas da exclusão e marginalização das pessoas e coisas envolvidas e não representam nem as especificidades, variedades e complexidades de habilidades e conhecimento envolvidos nas relações, nem os modos de vida e existência dos artesãos paneleiros e das panelas de pedra. As resiliências e potências de ação dessas perspectivas no mundo contemporâneo podem ser percebidas nas situações em que esses artefatos se encontram nos museus, nos quais não há referências aos artesãos ou à produção de panelas de pedra, bem como nas maneiras como se tem lidado com estes patrimônios no presente, conforme será visto nos capítulos posteriores. As tentativas de perceber essas categorizações como improdutivas e excludentes, com as quais este estudo coaduna, vêm de perspectivas como as dos autores anteriormente citados que entendem os objetos mundanos

(LEMONNIER, 2012) e os ofícios banais (MENESES, 2013) com mesma agentividade, potencial interpretativo e em mesmo patamar dos artistas e objetos de arte, por exemplo. Segundo essas perspectivas, considerar categorias como “objetos mundanos” e “ofícios banais” não é um problema, mas sim as interpretações de que esses objetos tidos como mundanos e ofícios tidos como banais não têm significância, capacidade e potência de ação.

Com as devidas ressalvas, cabe aqui uma aproximação com perspectivas que abordam o conceito de “deficiência”, “incapacidade” e/ou “desabilidade” (*disability*) do corpo humano como demarcador de identidades (CROSS, 2007; INSOLL, 2007). É necessário ressaltar que o termo em inglês é utilizado para se referir a pessoas com algum tipo de “incapacidade” ou “deficiência” física, tais como cadeirantes ou deficientes visuais e auditivos. No contexto da presente pesquisa, não há esse tipo de situação, mas uma aproximação é proposta na medida em que a perspectiva de “construção social da deficiência” segue muito próxima à “construção social do defeito mecânico”, conforme colocado anteriormente. A partir de tal aproximação e conforme será aprofundado a seguir, optou-se pela livre tradução e utilização crítica do termo *disability* como desabilidade.

Ao diferenciar o “modelo médico” do “modelo social”, Morag Cross aponta que o primeiro percebe deficiência ou desabilidade como “condição médica”, “doença” (CROSS, 2007, p. 181). Já o segundo aborda a deficiência ou desabilidade como “socialmente construída” e muda o foco da limitação e prejuízo funcional para o ambiente físico externo (CROSS, 2007, 182).

Ao pontuar a historicidade e contingência da identificação, a autora aponta para a associação de “desabilidade” à palavra “estigma” – originalmente uma marca de escravizados na Grécia antiga –, além da atenção na deficiência como uma criação social das sociedades industrializadas, podendo envolver a falta de habilidade, inaptidão e/ou inadequação aos esquemas e regimes de trabalho modernos, capitalistas e industriais. Aparentemente, essas identificações e construções sociais são compartilhadas com o “estigma do defeito mecânico”.

Ao citar o desenvolvimento do termo percebido através de definições encontradas em verbetes de dicionários de inglês, Timothy Insoll as transcreve:

Incapacidade – coisa ou falta que impede que alguém esteja fazendo algo, incapacidade física causada por lesão ou doença (1986: 237); Coisa que incapacita ou desqualifica (1931: 150); (Nenhuma entrada, 1882) desativar - 'tornar impossível, desqualificar' (1882: 168); Inaptidão, incapacidade (1786: 122); Incapaz ou impróprio (1719: 165)⁷³ (INSOLL, 2007, p. 3).

⁷³ “‘Disability’ – ‘thing or lack that prevents one’s doing something, physical incapacity caused by injury or disease’ (1986: 237); ‘thing that incapacitates or disqualifies’ (1931: 150); (no entry, 1882) ‘disable’ ‘to make

Nos verbetes encontrados em dicionários de língua portuguesa no Brasil – Raphael Bluteau (1728), Antonio de Moraes Silva (1789) e Luiz Maria da Silva Pinto (1832) – “deficiência” refere-se à “falta” (BLUTEAU, 1728, p. 36), à “falta e quebra” (PINTO, 1832, p. 40) e à “Falta: quebra, falha no que se tenha esmado ou orçado” (SILVA, 1789, p. 520).

Já “incapacidade” refere-se à “incapacidade para qualquer coisa” e à “ignorância” (BLUTEAU, 1728, p. 84); à “Falta de capacidade. Falta de habilidade, de talento” (PINTO, 1832, s/id.); e à “Falta de capacidade física. Falta de habilidade, talento, de suficiência. Inhabilidade jurídica” (SILVA, 1789, p. 141).

O termo desabilidade, conforme será adotado criticamente na pesquisa, não consta nos dicionários. No entanto, Inhabilidade⁷⁴ aparece em dois deles como “falta de habilidade. Qualidade que faz uma pessoa inhabil⁷⁵ para alguma coisa”. Já Inhabil é “O que não tem as qualidades e disposições necessárias para fazer, ou para receber alguma coisa” (BLUTEAU, 1728, p. 134).

As habilidades, antônimas das inhabilidades, são citadas nos três dicionários consultados e com maior ocorrência de verbetes. No primeiro, habilidade é definida como “Disposição, Capacidade. Destreza para alguma coisa. Homem, que não necessita da indústria de ninguém, que tem habilidade para tudo” (BLUTEAU, 1728, p. 4). No segundo, habilidade é definida como a “Capacidade para qualquer coisa, falando das pessoas. Também se torna figuradamente pela própria pessoa que tem habilidade” (PINTO, 1832, s/id.). Hábil, por sua vez, aparece como “Capaz, quer no moral, quer no físico” e habilidoso “o que tem habilidade” (PINTO, 1832, s/id.). Em outro dicionário, habilidade refere-se à “Capacidade mental, ou moral, para alguma coisa. Pessoa dotada de bom engenho para as letras” (SILVA, 1789, p. 110). Habilidoso aparece como “que tem habilidade para as letras” e “Hábil, Capaz, sujeito hábil para empregos, por prudencia, costumes” (SILVA, 1789, p. 110).

Os verbetes contêm uma série de identificações e categorizações que devem ser consideradas principalmente no que concerne às habilidades e inhabilidades. Para trabalhar entre estes extremos, novamente opta-se pelo termo desabilidade para, inicialmente, referir-se a habilidades estigmatizadas e marginalizadas, que perpassam a corporalidade e chegam à desabilidade do gesto.

unable, disqualify’ (1882: 168); ‘unfitness, incapacity’ (1786: 122); ‘being unable or unfit’ (1719: 165)” (INSOLL, 2007, P. 3).

⁷⁴ Atualmente, no português brasileiro, “inhabilidade” corresponde à palavra “inabilidade”.

⁷⁵ Atualmente, no português brasileiro, “inhabil” corresponde à palavra “inábil”.

Retornando aos verbetes, em um deles as habilidades aparecem associadas ao “homem que não necessita da indústria de ninguém, que tem habilidade para tudo” (BLUTEAU, 1728, p. 4). A passagem remete ao “modelo de indivíduo autônomo” vinculado ao humanismo e à dicotomia corpo/mente (THOMAS, 2007).

Ao abordar esses aspectos vinculados à materialidade do corpo, Julian Thomas (2007) relativiza a potência de ação da “ordem cósmica” do humanismo e aponta que, mesmo no ocidente moderno, é discutível que as pessoas sejam entidades tão delimitadas e autossuficientes. O autor também afirma que etnografias fornecem evidências abundantes de comunidades para as quais a noção de “individualidade” é incompreensível.

No caso dos artesãos paneleiros e das panelas de pedra, aparentemente a habilidade relacionada a autossuficiência e ao indivíduo autônomo, por mais que possam ter lugar nos modos de vida e existências dos artesãos paneleiros, não os define e não são manifestações extremas. Conforme vem sendo colocado e pretensamente demonstrado neste capítulo, na confecção dos seres (artefatos e artesãos) dentro das oficinas também participam outros seres, elementos e materiais que, através das suas materialidades, agem em cooperação para a constituição e transformação dos corpos e seres. As desabilidades dos artesãos entram como um possível desvio ou alternativa a essa habilidade, não sendo também representada, da mesma maneira, pela inhabilidade.

Nos corpos dos artesãos, as mãos calejadas, os problemas de articulação e outras características remetem às experiências de incorporação das técnicas e tecnologias e aos fluxos de materiais. O artesão paneleiro *Gegê*, por exemplo, faz uso de uma *munhequeira* para proteção do pulso, além de eventualmente ficar com os antebraços inchados. Ele confecciona suas panelas em torno hidráulico cuja a produção se faz “*a seco*”, diferente dos tornos elétricos que muitas vezes esguicham água na peça durante o torneamento para que ela não dissipe talco ou pó de pedra durante esta atividade⁷⁶. Esse pó de pedra contém sílica e outros minerais que atingem o corpo do artesão com uma força considerável, penetrando na pele e gerando o inchaço no antebraço⁷⁷.

Dentro da virada ontológica proposta, além dos artesãos e das pedras, a água, o fogo, o metal, a madeira, as puás, as ventaneiras, os tornos e muitos outros atores cooperam com a

⁷⁶ O torneamento molhado foi proposto como forma de amenizar os impactos do pó na saúde dos artesãos. No entanto, segundo conversa com a pesquisadora Victoria Lopes Dias, que também estuda a produção de panelas de pedra-sabão, a produção molhada também tem causado dano à saúde dos artesãos devido à umidade retida nos materiais e ambiente.

⁷⁷ Sobre os efeitos da exposição e inalação dessas poeiras sobre o aparelho respiratório dos artesãos paneleiros, Olívia Bezerra aponta que esses podem adquirir pneumoconioses, definidas como “toda doença pulmonar decorrente da inalação de poeiras inorgânicas (minerais) ou orgânicas em suspensão nos ambientes de trabalho” (BEZERRA, 2002, p. 18).

confeção das panelas e, por permuta de características e propriedades, as constituem. Refletindo sobre ontologias das misturas, torna-se necessário enfatizar que “não somos limitados pelo que está em nossa cabeça nem pelo que está sob nossa pele. Estamos misturados com as coisas do mundo de tal maneira que somos ontologicamente inseparáveis” (WEBMOOR e WITMORE, 2008: p.59). Mesmo nós, seres humanos, estando envolvidos com outras entidades do mundo, está não é uma mistura de formas puras. Assim, mistura é um estado ontológico anterior ao processo de purificação (WEBMOOR e WITMORE, 2008; Latour, 2007) e é por ela (pela mistura) que devemos começar (WEBMOOR e WITMORE, 2008: p. 59).

Sobre essa mesma ótica, pode ser percebido o verbete no qual consta referências à “habilidade para as letras” (SILVA, 1789, p. 110), à qual se acrescentam questões de diferenciação entre o conhecimento manual prático e através da leitura. Essa dicotomia pode ser vinculada ao letramento, ao surgimento das Universidades e em seu histórico de relações com outros lugares de conhecimento, como as confrarias e congregações de ofícios na Europa (RIOS, 2000) e as próprias oficinas mecânicas em Minas Gerais no século XVIII (MENESES, 2007b).

Outro exemplo é a presença de “figuradamente” na permuta de capacidades entre coisas e pessoas no verbete que diz: “Capacidade para qualquer coisa, falando das pessoas. Também se torna figuradamente pela própria pessoa que tem habilidade” (PINTO, 1832, s/id.), bem como as “capacidades” mentais, morais e/ou físicas e as “habilidades para empregos”.

Nesse ponto, é necessário trazer para debate questões envolvendo habilidades e conhecimentos restritos e específicos como uma variável chave nas manifestações de identidade que necessitam de (re)conhecimento. Ao abordar a participação dos conhecimentos nas identificações e/ou categorizações associados principalmente a questões de idade, Timothy Insoll afirma que:

No entanto, no mundo ocidental moderno isso pode ser facilmente esquecido como um conceito de qualquer importância onde, rotineiramente, acreditamos frequentemente que o conhecimento é uma mercadoria facilmente adquirida e descartada, e, inversamente, a experiência e a idade são subvalorizadas⁷⁸ (INSOLL, 2007, p. 6).

⁷⁸ “However, it can in the modern Western world easily be forgotten as a concept of any importance where, routinely, we frequently believe that knowledge is a commodity easily acquired and discarded, and conversely experience and age are undervalued” (INSOLL, 2007, p. 6).

No caso das panelas de pedra-sabão, os conhecimentos dos artesãos paneleiros nos remetem ao domínio de habilidades vinculadas a diferentes saberes, fazeres e atividades. Essas habilidades, corporalidades e controles gestuais não são facilmente adquiridos, havendo necessidade de um engajamento constante por um tempo relativamente longo do aprendiz com a pedra. Culmina que a produção de panelas de pedra-sabão é um fazer único que representa diferentes fazeres dentro de uma dinâmica de conhecimento compartilhado, perceptíveis através das materialidades.

Ao mesmo tempo, o termo “desabilidade” abarca “estigmas” de inferioridade, incapacidade, ignorância e deficiência dos trabalhos manuais mundanos e mecânicos. Conforme vem sendo colocado neste capítulo, esse termo está presente, com gradações de intensidades e em manifestações diversas, desde o início da colonização de Minas Gerais, associado aos modos de vida e existência de artesãos e artífices, oficiais mecânicos e outros trabalhadores manuais que tinham, e em parte têm, suas capacidades diminuídas e suas histórias e memórias esquecidas. Esse tipo de identificação, violenta e marcadamente política, ainda tem resquícios e grande potência de ação sobre o presente, percebida na desconsideração dos artesãos paneleiros enquanto agentes no processo histórico e nas tomadas de decisão sobre questões públicas que afetam diretamente suas vidas. Assim, categorizações e identificações desse tipo, se não forem (re)vistas com cautela, acabam alimentando um esquema dominação e colonialismo histórico.

Sawicki (1991, apud Lynn Meskell, 2007) explicita que o pluralismo teórico possibilitou a expansão da ontologia social e a (re)definição e (re)descrição da experiência a partir da perspectiva daqueles que são mais frequentemente vistos como simples “objetos da teoria”. Sem essas sensibilidades, corre-se o risco de construir violências interpretativas ao representar as pessoas do passado e, por extensão contínua, as participantes nas lutas atuais.

As experiências de liberdade, ou a relação entre dominação e resistência baseada nessas identificações e na materialidade das panelas de pedra, reside na percepção de que, no passado, elas auxiliaram na construção de experiências de mobilidades dentro do regime escravista vigente na época. Isso se efetivou na medida em que essas experiências participam dos modos de vida e existência dos artesãos paneleiros e influenciam, portanto, nos lugares aonde vão, pessoas com quem vivem, nas relações de engajamento e no estabelecimento de vínculos também afetivos com pessoas, lugares e coisas.

Atualmente, e com as mudanças nas concepções e variedade de manifestações de liberdades em uma sociedade que se pretende “livre”, as mesmas características, tais como a não oficialidade e o estigma da desabilidade do gesto, confluem com a desconsideração e

situação de marginalidade que ocupam artesãos e artefatos, contribuindo com transformações nessas experiências. Em ambos os casos, no entanto, elas parecem estar relacionadas à materialidade e a questões de identidades.

Assim, é possível pontuar mais uma vez que a produção de painéis de pedra-sabão, tal como percebida e registrada na pesquisa, é um modo de fazer específico que aparentemente nasce em Minas Gerais no século XVIII. A existência de vasilhas de pedra-sabão em contextos arqueológicos pré-coloniais no Brasil, ou sua relação com africanos, portugueses ou outros povos ao redor do mundo, não determina uma ancestralidade direta. Os protagonistas humanos, os artesãos paineleiros, têm modos de vida e existência dinâmicos, marcados por conhecimentos e habilidades híbridas e compartilhadas com diferentes saberes e fazeres, além de grande mobilidade e engajamento com as atividades manuais e com a pedra-sabão. Essas características demonstram uma intensa dinâmica relacional na constituição e vivência das identidades mineiras, percebidas, nesse caso, tanto como categorizações e identificações quanto na prática cotidiana do fazer painel de pedra. Conforme colocado por Meneses ao abordar ofícios mecânicos, materialidade e mercado:

Um ferreiro em Sabará, um carpinteiro em Vila Rica, um oleiro na Vila do Príncipe ou uma tecelã em São João d'El Rei; um ourives ou um fundidor de botões em Lisboa ou um luveiro em Paris, a trabalhar no final do século XVIII e início do século XIX, podem compartilhar de características e formas de viver similares (MENESES, 2013, p. 41).

A partir do exposto até o momento, é possível perceber que, ao mesmo tempo em que confecciona o artefato, há uma confecção da pessoa do artesão, marcada também na materialidade do corpo e passível de um processo de incorporação (*embodiment*) da tecnologia. Por organicidade na composição, essas relações mostram tanto uma gama de novos agentes humanos, ou agentes até então desconsiderados, quanto a qualidade e quantidade de vida que flui por esses novos participantes do coletivo. Por extensão, não há como não haver uma relativização (reinvenção) das identidades sociais e mineiras em questão. Nesse último caso, acena-se novamente no sentido de construções nas quais participam uma gama de agentes que compartilharam e compartilham essas experiências históricas em Minas Gerais vinculadas ao fazer painel de pedra. Uma mineiridade que remete mais a identidades próprias do que a uma identidade única.

CAPÍTULO 3 – EM TERRITÓRIO VIVO: ESPACIALIDADES E MOBILIDADES COMPARTILHADAS

Conforme definido ao abordar os (des)encontros com os lugares no primeiro capítulo, lugar, na presente pesquisa é percebido como um espaço qualificado, vivido e experienciado. Portanto, enquanto conceito, ele é aberto e pode ser associado às perspectivas de habitação e aos ritmos das atividades desenvolvidas nesses espaços (INGOLD, 2000). Assim, na perspectiva adotada nesta pesquisa, os espaços de produção, circulação e uso destes artefatos, independente da situação temporal, são considerados lugares participantes da(s) história(s) de vida das panelas de pedra-sabão.

Para o estudo das espacialidades e mobilidades nesses lugares serão citadas as habitações dos artesãos, as oficinas e as pedreiras (principalmente, mas não exclusivamente as de CB), os sítios arqueológicos e os museus. Por serem abordados muitos lugares e na tentativa de auxiliar na leitura, optei por destacar em **negrito** cada um deles na medida em que o texto for prosseguindo e mudando de lugar.

No primeiro tópico, abordarei a espacialidade compartilhada entre coisas e pessoas humanas em escala local e em alguns casos situacional, ou seja, dentro dos lugares de produção, circulação e uso dos artefatos. Posteriormente, abordarei as espacialidades e características específicas dos museus enquanto instituições responsáveis pela gestão dos patrimônios culturais, entre os quais se encontram os arqueológicos, abordando etapas específicas de suas cadeias operatórias (salvaguarda e comunicação), as espacialidades e as possíveis percepções do público no contato com as panelas de pedra nestes contextos.

Por fim, essas espacialidades e mobilidades compartilhadas serão vinculadas a uma perspectiva territorial que, por sua vez (e de uma maneira inicial e ampla), define território como uma teia (INGOLD, 2008, 2011) ou rede de lugares (LATOUR, 2012) relacionados às vidas das panelas de pedra-sabão. Lugares onde esses artefatos compartilharam e/ou compartilham experiências de habitação com outros seres e entes, incluindo produtores e usuários humanos. Dando movimento à paisagem e mobilidade às coisas, territorialidade será inicialmente considerada como a maneira como seres (pessoas humanas, animais, vegetais, coisas, materiais, etc.) e coletividades se movem em determinado território (cf. ZEDEÑO, 1997). Ao abordar as territorialidades associadas às panelas de pedra-sabão nos diferentes contextos espaço-temporais componentes das histórias de Minas Gerais, foi possível perceber também temporalidades, as quais são definidas nesta pesquisa a partir dos ritmos das

atividades desenvolvidas nos locais e pelas paisagens de atividades (*taskscape*) (INGOLD, 2000).

3.1 *Fora das oficinas?*

A interrogação existente no título deste tópico resume a problemática quanto à definição do que seria “dentro” e “fora” das oficinas. Se as oficinas são os lugares onde as atividades de confecção dos artefatos são desenvolvidas, vividas e experienciadas, as pedreiras, por exemplo, não estariam “fora das oficinas”, ao menos nos casos nos quais os artesãos têm acesso a elas. Diferente disso, as pedreiras seriam parte dos nós da rede de lugares ou organismos integrados à teia, pela qual a vida das panelas de pedra não só flui como nasce, compondo novos modos de vida e existência.

Numa perspectiva microespacial, alguns aspectos das mobilidades dos artesãos e das panelas já foram demonstrados em ambos os espaços – “dentro” e “fora” das oficinas –, relacionadas às técnicas e tecnologias de confecção e à vida das e nas oficinas. No entanto, dentro do que foi visto até o momento, há necessidade de destacar alguns aspectos principais.

Primeiro, a mobilidade das oficinas está ligada a um modo de existência e vida específico dos artesãos e das panelas, vinculadas à desabilidade do gesto, ao estigma das atividades manuais e às espacialidades híbridas e/ou compartilhadas entre os diferentes atores. Assim, envolvem espacialidades e mobilidades físicas e sociais que, no caso das panelas de pedra-sabão, existem na forma de uma atividade móvel, relativamente intermitente e “portátil”. Para o início do século XX, por exemplo, Oskar Von Burguer coloca que:

Acabado o veio de onde se extrai a matéria prima ou encontrado qualquer dificuldade, por exemplo uma pedra mais dura ou menos homogênea, o fabricante de panelas desmonta simplesmente sua oficina e move-a para um outro lugar, a pequena distancia, onde acha uma jazida de fácil exploração (VON BURGUER, 1927, p. 520).

Sobre esse mesmo período, os relatos de um dos participantes e colaboradores da pesquisa, Sr. Antônio Guilherme de Lima, nascido em 1929, pode auxiliar na percepção tanto da “portabilidade” dessas oficinas como do território por elas habitado. Sr. Antônio contou sobre uma fazenda, propriedade de seu pai, situada no município de Conceição do Mato Dentro-MG, onde havia uma oficina de panela de pedra-sabão. Segundo ele, devido à existência de fontes de matéria-prima (pedreiras de pedra-sabão) na propriedade, seu pai também comprou uma oficina de panela de pedra e, junto com a oficina, veio um artesão

mestre para “*fazer e ensinar aos outros*”: “*desmontou a fábrica de cá e levou pra lá! E funcionou lá bastante tempo. O funcionário que veio de lá, ensinou uns dois lá e eles continuaram trabalhando*”.

Na fala do colaborador, percebe-se uma mobilidade particular, na qual a oficina teria se movido de um lugar a outro, através do “desmonte” de suas estruturas, o transporte de suas peças e a remontagem em outro local, nesse caso em outra cidade e município. Outro evento parecido, descrito por Von Burguer (1927) em seu estudo etnográfico em CB e já citado anteriormente, remete a essa mesma mobilidade percebida e expressada por ele ao dizer que os artesãos desmontariam suas oficinas e a instalariam em outros lugares com relativa facilidade.

Uma segunda ponderação consiste em retomar a desabilidade do gesto e vinculá-la ao conceito de oficina. Os diferentes lugares de trabalho dos oficiais mecânicos nos séculos XVII e XVIII eram chamados de oficinas, tendas ou barracas. No discurso oficial êmico “oficina é o nome genérico dos lugares em que trabalham oficiais de qualquer ofício” (BLUTEAU, [1712 – 1728], p. 47). No entanto, “o exercício de um ofício dentro de um lugar privado independia da habilitação legal” (SILVA FILHO, 1996, p. 97). O termo oficina refere-se, assim, aos lugares de trabalho desses oficiais mecânicos, estejam ou não inseridos na burocracia governamental.

Inseridos na máquina administrativa temos as *tendas*, *barracas* e *oficinas* relacionadas a determinados ofícios nos centros urbanos e períodos em questão. Diferente dessas, as oficinas ou “cabanas” (VON BURGUER, 1927) dos artesãos paneleiros aparentemente ocupavam as áreas rurais, nos limites dos aglomerados urbanos, conforme sugere a presença de uma comunidade de artesãos com indícios de produção desde a metade do século XVIII (CB), o não reconhecimento da atividade pelo Governo e as particularidades da produção, como a utilização da força hidráulica e a proximidade com as pedreiras. Além disso, as oficinas de painéis de pedra-sabão podiam ocupar espaços em grandes fazendas e outras propriedades rurais com atividades diversas ou pequenas propriedades e habitações rurais, nas áreas adjacentes às moradias. Corroboram essas possibilidades a narrativa de Sr. Antônio Guilherme de Lima, colocada acima, e a existência de um sítio arqueológico histórico escavado no município de Conceição do Mato Dentro no qual constam referências a uma possível oficina hidráulica de painéis de pedra-sabão (SCIENTIA CONSULTORIA, 2012, 2014).

As informações sobre a existência e escavação de sítios arqueológicos com fragmentos de painéis de pedra na região de Conceição do Mato Dentro chegaram até mim através de

colegas que trabalharam nas escavações. Em consulta feita no IPHAN-MG em janeiro de 2017, para a busca dos relatórios referentes a esses projetos e aos sítios arqueológicos com material de interesse da pesquisa, ainda não haviam sido entregues à instituição os relatórios finais de análise das coleções junto aos resultados das escavações da totalidade dos sítios arqueológicos envolvidos nos projetos. No entanto, dos relatórios consultados, dois citam a presença de painéis de pedra-sabão: “Projeto de Salvamento Arqueológico na Área de Conceição do Mato Dentro, MG, e Municípios de Entorno - 4” (SCIENTIA CONSULTORIA, 2012) e “Relatório Final de Resgate Salvamento Arqueológico da Lapa do Fogão, Conceição do Mato Dentro, MG e Municípios do Entorno” (SCIENTIA CONSULTORIA, 2014).

O sítio arqueológico Candeia Mansa III situa-se na localidade de Vale do Córrego Vargem Grande, no município de Conceição do Mato Dentro-MG. Foi classificado como habitação rural, com ruínas de um moinho, de um torno para pedra-sabão e de um forno para telhas, além de vestígios dos caminhos que ligam as áreas e a presença de uma malha de canais de água (SCIENTIA CONSULTORIA, 2014).

Esse sítio apresenta uma particularidade marcante no que tange a estrutura social. Pois além de ser um local de confecção de artefatos em pedra sabão e um moinho de grãos, os materiais encontrados indicam que era também uma residência que por muitos anos fora habitada (SCIENTIA CONSULTORIA, 2014, p. 451).

Outro sítio arqueológico registrado e escavado no âmbito desse mesmo projeto é o Sítio Dukim (SCIENTIA CONSULTORIA, 2012, p. 34), que se encontra entre três colinas suaves e uma área de várzea, nas proximidades dos córregos Conquista e Macuco, dois afluentes do ribeirão Folheta. No sítio, foram identificadas duas estruturas (denominadas 01 e 02), definidas como “pequenos terraços – que podem ter sido utilizadas no passado como locais das estruturas das oficinas de produção ou antigas habitações” (SCIENTIA CONSULTORIA, 2012, p. 34). Além das estruturas, foram registradas duas jazidas de pedra-sabão e grande quantidade de fragmentos de artefatos desse mesmo material, superando quantitativamente as louças de barro e faianças.

Mesmo lidando com dados preliminares apresentados em relatórios e com poucas informações sobre esses sítios e materiais arqueológicos, além da ausência do resultado das análises das coleções, é possível uma aproximação desses lugares com as dinâmicas dos homens móveis, dos ofícios mecânicos e das técnicas e mobilidades compartilhadas, conforme colocado no capítulo anterior. É bastante plausível que uma pequena habitação rural, como o sítio Candeia Mansa III, tenha um torno hidráulico para produção de painéis de

pedra junto a um moinho, com o qual provavelmente compartilha a malha de canais hídricos, estes responsáveis também pelo abastecimento da habitação e outras estruturas. As vivências e experiências de atividades manuais ligadas a diferentes fazeres, ofícios e conhecimentos pode ser percebida também na presença de um forno para tijolo. No caso do sítio Dukim, a presença dos patamares e grande quantidade de fragmentos de pedra-sabão – incluindo o que, pela fotografia presente no relatório, aparenta ser uma “torre” retirada após o processo de torneamento das placas – corroboram a possibilidade de que sejam oficinas.

A possibilidade de escavar e estudar arqueologicamente as oficinas de pedra-sabão tem grande potencial interpretativo, não apenas pelas questões colocadas acima, como pela qualidade das coleções, provavelmente formada por peças inacabadas, pré-formas quebradas, refugos das atividades de produção (lascas e concentração de pó de pedra), ferramentas e artefatos utilizados na produção, entre muitos outros materiais que compõem e participam da vida das e nas oficinas. Avalio ser um trabalho produtivo, portanto, uma possível leitura detalhada e pormenorizada dos relatórios que, na época da consulta, ainda não tinham sido entregues ao IPHAN-MG, bem como a análise das coleções oriundas de tais escavações, tão logo elas estejam na instituição de apoio.

Outro exemplo dessas mobilidades pode ser percebido a partir da materialidade dos canais d’água mapeados em **CB**. Conforme já mencionado, o manejo hídrico em CB envolve a confecção de dois canais centrais que partem paralelos ao ribeirão, um em cada margem, e abastecem tanques, moinhos, oficinas de placas de pedra e demais estruturas, algumas ainda em atividade e outras em ruínas (ver Apêndice 5).

Fotografia 74 – Trecho do canal contenção de pedra que segue pela margem esquerda do ribeirão do Brumado – CB

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 75 – Oficina do *Gegê* e oficina do *Ari* adjacente, as únicas levantadas pela pesquisa com torno hidráulico em CB

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 76 – Ruínas de antigo moinho que era abastecido pelo canal que segue pela margem esquerda do ribeirão do Brumado – CB

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 77 – Ruínas de antigo engenho que era abastecido pelo canal que segue pela margem esquerda do ribeirão do Brumado – CB

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Em minha última visita a CB, em dezembro de 2017, *Gege* informou sobre o falecimento de *Ari* – seu antigo vizinho de torno hidráulico – a menos de dois anos. Após o falecimento do artesão paneleiro, sua oficina foi desmontada e seu torno hidráulico foi vendido para João Bosco, um morador local que o montou em sua propriedade na entrada de CB para ficar exposto à visitação⁷⁹. João Bosco, ainda segundo os moradores de CB, está também reformando o antigo moinho apresentado nas fotos acima.

Fotografia 78 – Reforma em andamento nas ruínas do antigo moinho que era abastecido pelo canal que segue pela margem esquerda do ribeirão do Brumado (CB)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 79 – Detalhe da nova roda d'água modificada com a reforma em andamento nas ruínas do antigo moinho

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

A antiga oficina hidráulica de *Sr. Juquinha*, já mencionada neste texto, situava-se em média encosta, na parte externa da casa, aproximadamente a 20 metros dessa. Segundo informações de seu filho *Bilu*, ela era coberta de palha e aberta em todos os lados.

⁷⁹ Não foi feita visita técnica à propriedade na qual, segundo os moradores de CB, o torno de *Ari* encontra-se exposto, bem como não houve contato ou qualquer tipo de entrevista ou conversa com João Bosco.

Atualmente, a oficina elétrica de *Bilu* ocupa a parte inferior da moradia de sua família e foi edificada com o auxílio do desnível do terreno. A solução arquitetônica foi a utilização de um muro de arrimo e alicerce para sustentação da edificação. Este, somado a duas paredes laterais que têm o intuito também de elevação do piso da moradia, conformam o espaço atual da oficina, que conta somente com um de seus lados abertos. Nesse caso, há uma transição de uma oficina aberta no entorno imediato da moradia (como era a de *Sr. Juquinha*), para uma oficina fechada em três lados e abaixo do poiso de moradia (como é a de *Bilu*). No caso de *Bilu*, temos literalmente uma sobreposição dos espaços de trabalho e moradia, indicativo de gradações de engajamento e experiências de habitação particulares.

Além da variável aberta-fechada e o que há entre elas, considero também outras e diferentes relações no estudo das espacialidades compartilhadas. No caso da oficina hidráulica do *Gegê*, por exemplo, hoje ela é fechada, segundo ele devido à possibilidade de roubo e à distância de sua moradia, já que, no passado, algumas oficinas eram nas proximidades das moradias (domésticas) e/ou abertas, conforme visto. Atualmente, e em alguns casos remetendo temporalidades e ritmos industriais, algumas oficinas em CB que são próximas às moradias dos proprietários são abertas pelo menos em três lados. As indicações dos artesãos, nesses casos, é que as oficinas sejam abertas facilitando a circulação de ar e dissipando o pó que solta da pedra durante o torneamento, prejudicial à saúde dos artesãos.

Fotografia 80 – Oficina do *Preto*, aberta em todos os lados, com tornos elétricos e em mesmo terreno que sua moradia

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Fotografia 81 – Oficina do Ditimar, aberta em todos os lados, com torno elétrico e em mesmo terreno que sua moradia

Fonte: Acervo da pesquisa, 2011.

Fotografia 82 – Oficina do *Gegê*, fechada em todos os lados, torno hidráulico e fora do terreno de sua moradia

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 83 – Oficina do *Ari* adjacente à do *Gegê*, fechada em todos os lados, torno hidráulico e fora do terreno de sua moradia

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Conforme mencionado anteriormente, algumas modificações foram percebidas na última visita feita a CB. A oficina de *Ari* havia sido demolida e seu torno desmontado e levado para outro lugar. *Gegê* também havia feito algumas reformas em sua oficina, como a elevação o telhado, aumentando a circulação de ar. Sobre o impacto do pó de pedra na saúde dos artesãos, é necessário destacar que o torno hidráulico, por ter rotação mais baixa, gera menos poeira e, portanto, agride menos a saúde dos artesãos do que os tornos elétricos.

Fotografia 84 – Oficina do *Gegê*, em amarelo à esquerda, e oficina do *Ari*, em vermelho à direita. Em verde porta de acesso à oficina do *Gegê*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 85 – Oficina do *Gegê*, à esquerda, e ausência dos muros que delimitavam a oficina do *Ari*, à direita. Em verde porta de acesso à oficina do *Gegê*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 86 – Vista frontal da área da antiga oficina do *Ari*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 87 – Vista superior da antiga oficina do *Ari*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 88 – Vestígios da peça de encaixe da roda do eixo do torno hidráulico do *Ari*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 89 – Concentração de *torres* na área da antiga oficina do *Ari*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Considerando as relações entre as oficinas que, por sua vez, estão associadas ao nascimento das comunidades de artesãos e/ou coletivos produtores, são perceptíveis outras espacialidades. Adjacente à antiga oficina do *Sr. Juquinha*, por exemplo, havia outra oficina da qual ainda restam vestígios arqueológicos no quintal de *Bilu*. A oficina de *Gegê* também contava com outra igualmente adjacente, porém, nesse caso, se tratam de oficinas geminadas, na medida em que compartilham uma das divisões do espaço, com uma parede que separa as duas oficinas. Em ambos os casos, o mesmo canal de água central abastece os dois tornos. Além disso, elas podem compartilhar espaços, recursos e fontes de diferentes maneiras com outras oficinas, ou variarem em vida tanto quanto forem variáveis seus eventos, processos e relações de constituição. Um desenho feito a partir do vídeo documentário sobre CB (TOURINHO, [197- ou 198-]), mencionado no primeiro capítulo, mostra um conjunto de oficinas de produção de painéis de pedra com torno hidráulico. Essas oficinas se encontram alinhadas em patamares escalonados nas margens do canal, que passa no centro do desenho.

Figura 13 – Desenho feito a partir de imagem de vídeo documentário feito em Cachoeira do Brumado (TOURINHO, [197- ou 198-]). Oficinas de painéis de pedra situadas nas margens do canal que as abasteciam.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017. Desenho: Victória Lopes Dias.

É importante destacar que não se trata de estabelecer tipologias fechadas e/ou estáticas. Longe disso, a intenção é descrever as maneiras como tenho percebido as relações que dão vida às oficinas, além de suas próprias vidas, o que implica em compreender suas variabilidades e transformações, desde seu nascimento até às atividades contemporâneas. A meu ver, isso é importante também por demonstrar como os objetivos, a vivência e a experimentação da pesquisa, as teorias e práticas, são constituídos mutuamente e plenamente vivos, ativos e participantes no andamento da pesquisa. O meu contato inicial com esses conjuntos de oficinas em CB – ou meu encontro com esses lugares – abriu caminho para novas abordagens que auxiliaram na compreensão dos processos de constituição e as diferenças inerentes às oficinas, na medida em que, como todos os outros seres e coletivos, ela comporta individualidade e coletividade.

Além dessas mobilidades anteriores e durante a produção das painéis dentro e fora das oficinas, após saírem da etapa de produção, as painéis de pedra seguem seus caminhos. Nas falas dos artesãos, é recorrente e marcada uma rede ou malha de circulação ligada ao comércio com diferentes clientes fixos, por encomenda, de porta em porta, e/ou em lugares de comércio e mercados locais. No início do século XX, Von Burguer aponta que:

A mesma gente que fabrica as painéis, transporta-as em geral também ao mercado próximo. Quando o fabricante tem pronto um número suficiente de painéis para formar uma ou duas cargas (numa carga de burro cabem cerca de 20 painéis do

tamanho regular), ele carrega o seu burro e vai à cidade, onde há negociante seu amigo. Ahi, vende seus produtos, ou melhor, troca-os por outras mercadorias, carrega seu burro com suas compras e volta para sua aldeia (VON BURGUER, 1927, p. 520).

Aparentemente, a circulação das panelas de pedra-sabão e outros produtos e mercadorias nos lombos de animais de carga ainda acontece hoje em alguns lugares, conforme mencionado diversas vezes por diferentes pessoas durante o desenvolvimento da pesquisa.

Na conversa na qual *Juraci* me contou detalhes sobre a “Festa da panela de pedra de Cachoeira do Brumado”, mencionada no primeiro capítulo, ao me mostrar uma foto de seu pai, Sr. Mario, montado em um burro com os jacás e panelas sendo transportadas reporei-me à imagem da representação do tropeiro, feita por Debret (ver Apêndice 13) e amplamente conhecida, divulgada e presente nos livros didáticos brasileiros. Comentei entusiasmado: “eles estão reproduzindo como eram transportadas as panelas”. Ao que ela me respondeu: “Reproduzindo não, eles estão fazendo!”.

De fato, a observação da moradora estava – como na maioria das vezes estão na relação sujeito-objeto em pesquisas colaborativas – mais condizente com a organicidade do mundo e das relações que eles viveram e vivem do que as minhas percepções iniciais sobre esses mesmos aspectos. Rompendo com o dualismo presente/passado, a “apresentação”, por mais que não tenha o objetivo de distribuir fisicamente as panelas pelo território ou região, tem um extenso alcance de ação e é também, enquanto evento, presente e envolvido com a tradicionalidade dos modos de vida e existência dos artesãos e das panelas. Esse é um dos fatores que levam a exercícios que permitem e proporcionam aceitar ontologias alternativas e considerá-las simetricamente às demais.

Considerando as materialidades enquanto capacidade de ação das coisas, ressonâncias e/ou resiliências das propriedades e qualidades dos materiais, pode-se compreender o alcance atual da “Festa da panela de pedra de Cachoeira do Brumado” integrado à circulação física desses artefatos, ontem e hoje. Participa e contribui, dentro dessa perspectiva, com a mobilidade híbrida e compartilhada entre os diferentes agentes envolvidos nas atividades relacionadas às panelas de pedra, levando a apontamentos sobre a territorialidade e a posterior definição de um território vivido e/ou habitado pelas panelas de pedra-sabão. Não obstante, pode ser também indicativo de outros seres humanos e manifestações envolvidas, como os tropeiros, o tropeirismo e os animais de carga.

Em CB, a história do tropeirismo algumas vezes se confunde com a das panelas de pedra-sabão (LOPES DIAS, 2017). Entre os colaboradores desta pesquisa – também entrevistados por Victória Lopes Dias (2017) em estudo sobre o pré-design das panelas de pedra – Mario Ramos Eleutério, já mencionado neste texto, é tropeiro, morador do distrito de CB e em 2016 tinha 71 anos. Sobre sua família, ele conta que:

Do lado paterno os “Ramos” se dedicavam ao ofício de fazer panelas; do lado materno os “Eleutério” eram os tropeiros que se encarregavam de vendê-las. “No início os tropeiros saíam com as panelas para trocá-las, barganhá-las, fazendo o escambo por outras mercadorias, como arroz, feijão, carne salgada, porque o dinheiro era uma coisa difícil” (ELEUTÉRIO, 2016, apud LOPES DIAS, 2017, p. 264).

Nesse caso específico, a relação histórica entre a produção de panelas de pedra e os tropeiros também aparece na vida do colaborador, na medida em que este teria começado a “viajar com seu pai na tropa” aos oito anos de idade, e o mesmo teria ocorrido com seu pai, que teria começado desde criança a seguir os passos do avô (LOPES DIAS, 2017, p. 264).

Sobre a circulação das panelas nos lombos dos animais, Von Burguer aponta que as formas desses artefatos são um fator determinante para seu baixo potencial de circulação e comércio. Segundo esse autor:

Há mais uma circunstância infeliz acerca das panelas que dificulta seu transporte e comércio. É a forma adotada originalmente e agora estabelecida pelo costume e a tradição de muitos anos. Devido ao estreitamento da abertura não é possível colocar para a embalagem uma série de vasos um por dentro do outro, como é prática com panelas de metal, louça, etc. (...) No mesmo espaço cabem 5 panelas de louça de 2 litros até 1/2 litro, mas só duas panelas de pedra de 1½ litro e de ½ litro de capacidade (VON BURGUER, 1927, p. 524).

Não obstante as formas percebidas e registradas na pesquisa e, principalmente, o peso das panelas serem qualidades que influenciam na circulação, elas podem também ser vistas como mais uma particularidade desses artefatos que, por mais que possa influenciar na relativa pequena quantidade de panelas de pedra que circulam no território, se comparada a outros materiais, como as louças e metais, por exemplo, qualitativamente não aparenta restringir de maneira determinante as mobilidades nas quais eles se envolvem.

O **sítio arqueológico Casa de Pedra de Amarantina (SACP)**, por exemplo, se situa no distrito de Amarantina, acessado pela Rodovia BR 356, que aparentemente foi componente das Estradas Reais. O distrito dista aproximadamente 23 km em linha reta do centro histórico de Ouro Preto e também remete a uma circulação desses artefatos no território, bem como a

uma dinâmica que amplia as entidades e entes envolvidos, chamando atenção para as pessoas que habitaram, viveram e passaram por esse lugar de pouso.

Pouco se sabe do histórico da edificação durante os oitocentos, entretanto, verificou-se que a edificação foi utilizada como uma estalagem, que abrigava os viajantes que pela estrada passavam. A localização a qual se encontrava, constituía a fronteira entre o meio rural e o urbano, levando tropas e mercadorias à Vila Rica. Um universo cultural ali se encontrava, como fazendeiros, mineradores, militares e simples viajantes (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a, p. 22).

Figura 14 – Fachada frontal da SACP

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a, p. 13).

Figura 15 – Caminhos que ligam a SACP de Amarantina (em verde) a Ouro Preto (em vermelho)

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a, p. 22).

A partir da leitura dos relatórios consultados sobre as escavações desenvolvidas no SACP (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a, 2014b), não foi possível aprofundar nas análises espaciais dentro do sítio, na medida em que as referências das coletas não constam nesses documentos. No entanto, através da

análise dos 55 fragmentos de pedra-sabão que compõem a coleção do sítio, foi identificado um número mínimo de 22 artefatos, compostos por uma tampa, um caldeirão, quatro frigideiras e, o restante, de panelas. Todos os artefatos, portanto, relacionados ao preparo e eventual acondicionamento e serviço de alimentos.

Fotografia 90 – Frigideira (Ind. 45) oriunda das escavações do SACP

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 91 – Fundo da frigideira (Ind. 45) oriunda das escavações do SACP

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Nas escavações arqueológicas desenvolvidas no pátio anexo das edificações que compõem a antiga Casa de Fundição de ouro e a residência do intendente local, correspondentes ao atual **Museu do Ouro de Sabará (MO)**, foi possível a identificação de um número mínimo de quatorze peças. Dessas, no entanto, e com base no relatório consultado (INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2004) e na numeração presente nas peças, foi possível verificar a situação *in situ* de doze, que se encontravam majoritariamente nas áreas denominadas 3 e 4 (ver Apêndice 24).

Na área 4 das escavações do MO, foi identificado um piso de pedra, formado por seixo e blocos de tamanhos diversos, em grande parte “por blocos de pedra semi-irregulares, cujo tamanho médio varia entre 15 e 30 cm” (INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2004, p. 34), mas com presença de seixos e outras disposições.

Uma trincheira de teste (trincheira 1) foi escavada a SE dessas quadras, demonstrando que esse piso regular se estendia nessa direção apenas em aproximadamente 1m, sendo que essa trincheira apresentou uma quantidade de blocos de adobe. Tais variações em estilo de construção podem representar pisos internos e externos a uma construção, feições decorativas, caminhos ou períodos de restauração e manutenção do piso. Há também lacunas no piso, ou seja, áreas sem blocos de pedra ou seixos, que podem indicar usos específicos ou desgaste do piso, como também perturbações posteriores, após o seu abandono e enterramento (INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2004, p. 35).

Na área de escavação 3 do MO (ver Apêndice 24), foi identificada uma estrutura que “consiste num semi-círculo formado de blocos de adobe e um arranjo de blocos central ao semi-círculo” (INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2004, p. 36), apontada como “remanescente de um forno, possivelmente para trabalhar ouro” (INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2004, p. 37) e situada nas quadras S30 e S31. As vasilhas de pedra-sabão oriundas das escavações arqueológicas são majoritariamente do entorno imediato do forno e das áreas 3 e 4. Além da predominância de panelas, nelas foram identificadas uma tampa (Ind. 61, procedente da quadra N33), um vaso (Ind. 64, procedente da quadra Q28) e uma tigela rasa (Ind. 62, procedente da quadra R28).

Fotografia 92 – Fragmento de tampa (Ind. 61) procedente de escavações arqueológicas desenvolvidas no MO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 93 – Fragmento de tigela rasa (Ind. 62) procedente de escavações arqueológicas desenvolvidas no MO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Já o sítio arqueológico fazenda do Padre Fraga (SAFPF), situado na zona rural de Mariana e datado dos séculos XVIII e XIX, é caracterizado como um conjunto de ruínas de uma grande unidade produtiva rural ligada a atividades distintas e complementares, como a mineração e a pecuária (COOPERATIVA CULTURA, 2008, p. 12). As análises dos fragmentos dessa coleção levaram à definição de um número mínimo de quinze peças, das quais contam com sete panelas, uma frigideira, um caldeirão, duas tigelas rasas, duas tampas, um copo ou caneca e um vaso, distribuídos espacialmente conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Relação dos tipos de artefatos por setores do sítio arqueológico Fazenda do Padre Fraga.

Fonte: Melquíades (2011, p. 143).

Levando em consideração as interpretações sobre o sítio como um todo – envolvendo análises das coleções dos diferentes materiais, análises espaciais, arquitetônicas, de documentação histórica, entre outras –, os setores sul e oeste foram interpretados como locais de carga e descarga, com calçamento de pedra, cujos fragmentos de material utilitário (pedra-sabão, louça de barro e outras) presentes “podem ser, em parte, resultante de quebras ocorridas ou percebidas e descartadas neste momento de descarga de mercadorias” (COOPERATIVA CULTURA, 2010, p. 356). Corroborando tal hipótese, mesmo apresentando maior número de fragmentos de pedra-sabão, o material oriundo de tal área encontrava-se bastante fragmentado, possibilitando a definição de apenas três indivíduos/artefatos: uma tigela rasa (Ind. 1), um caldeirão (Ind. 4) e uma panela (Ind. 11).

Já o setor norte do SAFPF, área interpretada como possível cozinha, apresenta menor número tanto de artefatos, quanto de fragmentos de pedra-sabão, em uma comparação com os demais materiais. Desses, a cerâmica representa o maior número de amostras, tanto com relação às demais categorias de artefatos do setor quanto na relação com as de mesma categoria em outros setores (COOPERATIVA CULTURA, 2010). Nesse setor, foram coletadas “peças de cocção e servir em louça, cerâmica popular e esteatita (pedra-sabão), assim como vidros culinários, de servir e talvez de remédio” (COOPERATIVA CULTURA, 2010, p. 354), além de um fragmento de cachimbo. Entre os fragmentos de artefatos de pedra-sabão oriundos desse setor, foi possível a identificação de uma panela e uma tampa.

Os setores leste e central apresentam a mesma quantidade de fragmentos de pedra-sabão. Devido ao material estar menos fragmentado que o do setor sul (carga e descarga) e

haver maior quantidade de fragmentos que o setor norte (cozinha), foi possível a identificação de um maior número de indivíduos.

No setor central, foi coletada uma panela de pedra-sabão quase inteira e um fragmento possivelmente de um copo ou caneca, junto a faianças finas (pratos, travessas, pires, xícaras, malgas, entre outros), vidros (culinários, de servir e de toucador) e uma grande quantidade de metais (COOPERATIVA CULTURA, 2010). Nesse mesmo setor, correspondente à edificação sede, uma área adjacente à cozinha (setor norte da planta) foi denominada “zona de cantaria” (extremo nordeste do setor central), “com possibilidade de que tenha comportado uma capela” (COOPERATIVA CULTURA, 2008, p. 15; ver Apêndice 14). Da coleção de fragmentos oriundas desse, setor foi possível a identificação de duas panelas (Ind. 7 e 10), uma frigideira (Ind. 8), um copo (Ind. 2) e um vaso (Ind. 5).

Já no setor leste das escavações do SAFPF, interpretado como área que comportava as senzalas e casas de colonos da fazenda, possivelmente “compostos por ranchos de pau-a-pique sobre os patamares arrimados, casebres sem alicerces e cobertos por palha” (COOPERATIVA CULTURA, 2010, p. 355), foi identificado um número mínimo de cinco indivíduos: três panelas (Ind. 9, 12 e 13), uma tampa (Ind. 14) e uma tigela rasa (Ind. 3), todos ligados ao preparo (panelas e tampa) e consumo de alimentos (tigela rasa).

Quando observamos a forte presença de tralha doméstica neste setor, especialmente em cerâmica popular, fortalece-se a sugestão de que o local tenha sido habitado principalmente por trabalhadores de baixo poder aquisitivo e padrões simples de consumo. Pesaria contra esta hipótese os maiores números de vasilhames em louças (matérias mais nobres) recuperados neste setor que em qualquer outra área do sítio (COOPERATIVA CULTURA, 2010, p. 355).

Como informado no mesmo relatório, esses dados precisam ser vistos com cautela, pois a presença *in situ* de louças nesse contexto não determina que os moradores dessa área (escravizados ou livres) as tenham adquirido por compra, podendo ter sido doadas por seus patrões (SYMANSKI E SOUZA, 2007 apud COOPERATIVA CULTURA, 2010, p. 355), conseguidas através de escambo e/ou serem resultado de outras atividades e manifestações humanas, além de outros eventos que compõem os processos de formação do registro arqueológico (SCHIFFER, 1972, 1987).

Uma análise dos diferentes artefatos de pedra-sabão presentes nos diferentes espaços do SAFPF – relacionada às técnicas de produção, às morfologias e às funcionalidades atribuídas – possibilita o levantamento de algumas questões acerca das mobilidades compartilhadas entre pessoas e coisas nesse sítio e em torno das panelas de pedra.

Na área definida como a cozinha da fazenda, constam artefatos de pedra-sabão ligados ao preparo do alimento (panela e tampa), enquanto, na área adjacente à cozinha e sede (parte do setor central), encontram-se também artefatos vinculados ao acondicionamento, serviço (vaso) e consumo (copo).

O vaso (Ind. 5) foi interpretado como de acondicionamento e serviço por não apresentar marcas de fuligem ou *cura* o que, por sua vez, ocorre em todos os indivíduos identificados como do tipo panela. O Ind. 5 também tem morfologia composta e carenada, sendo, portanto, de mais difícil confecção se comparada às panelas, pois requer o desbaste da face interna através de ângulos de torneamento menores (ver Apêndice 11). Além disso, o vaso conta com decoração em friso na face externa da carena e matéria-prima aparentemente diferente do restante da coleção do sítio arqueológico. O artefato foi coletado no setor norte da planta de escavação da fazenda, na “zona de cantaria”, que possivelmente comportou uma capela (Cooperativa Cultura, 2008: 15; ver Apêndice 14).

Assim, aparentemente esse vaso foi produzido com técnicas diferentes se comparado aos outros da coleção, com matéria-prima e gestualidades específicas, que remetem a diferentes habilidades, conhecimentos e engajamentos com a pedra. O fluxo criativo participante de sua confecção aparenta ser diferente se comparado aos demais artefatos da coleção. Nessa linha de fluxo, é possível apontar para sua circulação em uma área que corresponde à capela da fazenda e, portanto, a sua participação em um espaço de religiosidade. Entre as hipóteses levantadas, está a de que esse artefato foi confeccionado já com o intuito de que fosse utilizado em ambientes fora da cozinha, como religiosos e/ou diferenciados, além da possibilidade de que ele tenha sido feito através de encomenda. Considerando as mobilidades compartilhadas entre pessoas e coisas, no caso desse vaso de pedra-sabão, seus produtores e usuários, parece nítido o fluxo desses materiais e suas materialidades. O trânsito em espaços com atividades (*tasks*) diversificadas remetem ao contato com diferentes pessoas e de diferentes perspectivas de habitação (INGOLD, 2000). É possível apontar também o movimento feito desde a produção diferenciada ao uso em um lugar específico, denunciando relações com lugares, coisas e pessoas igualmente e potencialmente diferentes e peculiares.

As panelas – que, das vasilhas utilizadas no preparo do alimento, são as de confecção mais comum, até mesmo por serem mais recorrentes – são maioria na coleção do SAFPF, totalizando sete. Já as frigideiras, cuja materialidade e morfologia remetem a relações mais estreitas durante a manufatura, são representadas na amostra apenas por um artefato. As

tampas, que também evocam uma relação mais complexa durante a etapa de manufatura, aparecem em número de dois (Ind.14 e 15), mesmo havendo nove painéis.

Incluindo os artefatos-indivíduos presentes nos museus, mesmo em alguns casos não sendo possível indicar suas procedências exatas e os contextos de coleta, é possível pontuar aspectos das relações que contribuem com a abordagem sobre as mobilidades compartilhadas. Não obstante a certeza de que artefatos de procedência arqueológica, na maioria dos casos, contam com informações de coleta precisa, sendo, portanto, passíveis de análises mais elaboradas, os artefatos “descontextualizados” também contribuem com a abordagem e trazem novas informações, na medida em que são participantes da dinâmica coletiva. Destaca-se que, nos estudos de cultura material e na Arqueologia, em muitos casos, os artefatos descontextualizados são desconsiderados e/ou apontados como de baixa potencialidade para construção de conhecimentos.

O **MO**, por exemplo, além da coleção de fragmentos de pedra-sabão oriundos das escavações arqueológicas desenvolvidas no local, abordados anteriormente, conta com um pote inteiro de procedência não arqueológica. Esse pote (Ind.72) apresenta morfologia semelhante às das painéis, porém, não apresenta fuligem nem *cura* e tem um furo em seu corpo, na transição do bojo inferior para a base que, segundo alguns colaboradores e funcionários do museu, estaria associado a seu uso como “pote de água” ou “talha”.

Os barris presentes na coleção do **MI** (Ind. 18 e 20) têm morfologia e funcionalidade próximas aos de madeira, incluindo decoração na face externa, remetendo aos aros de metal. Os barris de madeira eram, no entanto, utilizados no acondicionamento e transporte. Em dicionário do século XVIII, atrelado aos costumes europeus, consta que seriam utilizados como contentores de “pólvora, alcatrão, azeite e vinho” (BLUTEAU [1712 – 1728], p. 57). No Brasil, há referências à sua utilização também no acondicionamento e transporte de água.

Figura 16 – Cenas urbanas (Aquarela de Debret 1834-1839)

Fonte: Educação Pública – Governo do Rio de Janeiro⁸⁰.

Figura 17 – Carregadores de água (Rugendas, 1835)

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Paraná⁸¹.

⁸⁰ Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/oficinas/arte/elementos/mod05/01__arte3D.htm>. Acesso em: 12 dez. 2017.

⁸¹ Disponível em: <<http://www.portugues.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=786&evento=10>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

Os barris de pedra, de peso elevado, não parecem ter vivido essas experiências de mobilidade. Ao contrário, teriam mobilidades mais fixas e ligadas a uma esfera do acondicionamento em um espaço e/ou lugar específico (cozinha, áreas adjacentes, áreas externas, para apontar algumas possibilidades), em propriedades urbanas ou rurais. Na Ficha de catalogação do MI, consta que um deles (Ind. 20) teria sido utilizado “para guardar água-doce, gordura, carne de porco e outros misteres”⁸². Se compararmos os barris de madeira com os de pedra-sabão, é possível perceber que as propriedades dos materiais (pedra e madeira) influem sem, no entanto, determinar sua circulação e mobilidades. As maneiras como os materiais se movimentam e fluem são diferentes, tais como suas qualidades e propriedades.

Há também de se destacar a presença de dois alambiques (Ind. 22 e 35) que apresentam técnica de confecção diferenciada dos demais artefatos. As habilidades relacionadas à confecção desses artefatos indicam a necessidade de trabalho com instrumentos e ferramenta menos comuns às atividades de paneleiro, além de conhecimentos métricos bastante precisos. O alambique presente no **MAO** (Ind. 35) tem grandes dimensões – sua panela tem mais de um metro e meio de altura, conforme informado no primeiro capítulo – e foi totalmente confeccionado por entalhe, devido à impossibilidade em se trabalhar uma panela de grandes dimensões no torno. No caso do indivíduo 22, alambique presente no MI de menores dimensões, a panela e a gola são torneadas e o capelo é torneado e parcialmente entalhado.

Em 2009, durante uma das etapas de campo em **CB**, os moradores me mostraram uma panela de mais de um metro e meio de altura, exposta na frente da *Oficina do Preto*, que tinha sido feita para a *Festa da panela de pedra*, segundo eles, com propósito de ser *a maior panela do mundo*. Ao conversarmos sobre a confecção da panela, me disseram que ela havia sido feita coletivamente por desbaste, pois não era possível fixar uma peça “daquele tamanho” no torno. Devido ao grande esforço necessário para sua confecção, e visto que a panela não seria utilizada, seu interior não foi totalmente desbastado.

⁸² Ficha de Catalogação Museu da Inconfidência – SCAM *Sistema de Controle do Acervo Museológico* – Impressa em 2008. Nº de inventário 328.

Fotografia 94 – Panela de pedra-sabão com mais de 1,5m de altura exposta na frente da oficina do *Preto*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 95 – Panela de pedra-sabão com mais de 1,5m de altura exposta na frente da oficina do *Preto*

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Assim, a circulação das painelas de pedra dentro e fora das oficinas, espaços de limites tênues e dinâmicas particulares, que se sobrepõem e se permeiam, cuja compreensão varia com a perspectiva adotada, participa e influi na mobilidade coletiva, portanto também social, de seus produtores, comerciantes e usuários. Se retirarmos o adjetivo “social” dado à mobilidade atribuída aos agentes humanos, e culminando com uma abordagem em que os artefatos têm agência-vida, percebemos uma dinâmica na qual eles ocupam diferentes espaços, estabelecem diferentes relações e vivem experiências de habitação distintas em diferentes lugares. Nesse sentido, as mobilidades podem ser entendidas como compartilhadas entre os seres humanos e não humanos.

As espacialidades híbridas humanas (WHITRIDGE, 2004), portanto, são percebidas nesta pesquisa como compartilhadas *com as* painelas de pedra sendo, portanto, também *das* painelas, conforme demonstrado. As experiências de habitação das painelas, percebidas a partir da materialidade e em movimento, saem das oficinas e passam por diferentes lugares. Além dos descritos anteriormente, na presente pesquisa também serão consideradas uma feira, que tem sua denominação atual associada à matéria-prima pedra-sabão, e as instituições museológicas, nas quais esses artefatos se fazem presentes. Ao passo em que os museus serão tratados no próximo tópico, a *Feirinha de pedra-sabão* será abordada no capítulo subsequente, modificando temporariamente o foco da abordagem para a vida e as espacialidades desse lugar e sua relação com pessoas e coisas, com destaque às painelas de pedra, e tomando a feira como representativa dos lugares de troca e comércio desses artefatos e de outros artesanatos.

Retomando a interrogação presente no título deste tópico, aparentemente há uma força impositiva de uma concepção de espaço e lugar recortado e estático, conforme percebido no discurso oficial e bastante presente em ontologias duais. A aplicação desse discurso, no

entanto, reduz o lugar das oficinas ao espaço ocupado por ela em termos de concentração de atividades e materiais relacionados à produção, que envolve, nesse caso, as cercas e muros, cobertura, torno, ou seja, um espaço determinado basicamente pela atividade de torneamento. Com o olhar arqueológico para as materialidades, e a partir das mobilidades que envolvem as experiências de habitação e os ritmos e movimentos das atividades de confecção das placas de pedra-sabão, o lugar das oficinas pode se expandir para as pedreiras, os canais, as moradias, entre outras. Assim, o conceito de oficina nesta pesquisa será alargado, visto que as experiências e relações de confecção das placas de pedra-sabão ocupam vários espaços, transformando-os em lugares.

3.2 *Museus, laboratórios e oficinas*

Além dos lugares habitados e caminhos percorridos pelas placas de pedra-sabão, conforme colocados anteriormente, a presença desses materiais em museus influi na circulação dos artefatos, fazendo com que essas instituições possam percebidas como parte de uma rede (LATOUR, 2012) ou malha (INGOLD, 2008, 2011) que caracterizam um território vivo, de fronteiras fluídas e dinâmicas. É necessário informar, no entanto, e de maneira introdutória, que a descrição ou etnografia – especialmente a das exposições – correspondem ao momento de minha visita aos museus, os quais estão em constante transformação, muitas vezes, tendo suas exposições alteradas.

Na medida em que as oficinas de produção de placas de pedra são consideradas nesta pesquisa analogamente aos laboratórios (LATOUR e WOOLGAR, 1997), e há uma dificuldade em definir o que seria dentro e fora das oficinas, os museus também serão considerados em patamar análogo às oficinas e/ou laboratórios. Assim, o ofício dos museólogos, tal qual o dos arqueólogos e demais cientistas – conforme colocado no primeiro capítulo – pode ser percebido como o trabalho artesanal (SHANKS e MCGUIRE, 1996; LATOUR e WOOLGAR, 1997; OLSEN et al., 2012; OLSEN, 2013; WEBMOOR, 2013, CABRAL, 2014). É necessário destacar, no entanto, que as oficinas e os museus têm suas especificidades e características próprias nesse contexto e nas dinâmicas sociais, porém, se relacionam estreitamente por estarem atrelados à vida das placas de pedra sendo, portanto, também lugares onde as relações acontecem. As *expertises*, habilidades e conhecimentos museológicos são específicos e englobam procedimentos de salvaguarda e comunicação que caracterizam as cadeias operatórias dos processos de musealização (BRUNO, 2000).

Dentro dos museus, as espacialidades das painéis de pedra já foram percebidas em minha pesquisa de mestrado, na qual abordei a história de vida das instituições e as cadeias operatórias dos processos de musealização (salvaguarda e comunicação), além de fazer um acompanhamento das visitas e uma análise de discurso expositivo no MI (Ouro Preto) e no MAO (Belo Horizonte). Para a pesquisa aqui apresentada, será acrescentado o MO (Sabará). É necessário destacar, portanto, que parte das informações e abordagens apresentadas neste tópico são as mesmas da minha dissertação de mestrado, incluindo alguns croquis e fotos (MELQUÍADES, 2011).

Sobre os artefatos de pedra-sabão nessas instituições, no MI existem sete artefatos, no MAO existem treze e o MO conta com quinze. É necessário destacar que este conta com coleções de fragmentos de pedra-sabão provenientes de escavações arqueológicas desenvolvidas na propriedade e edificação que abriga o museu e que se encontram em reserva técnica. Também no MI existem painéis de pedra em reserva técnica. Além desses, o SACP (Distrito de Ouro Preto) foi transformado em espaço museológico⁸³.

Conforme abordado em tópico que trata da apresentação dos museus, o MI e o MO surgem através de ação do SPHAN e do movimento modernista (MOURÃO, 1994, 1999; DINOUTTI, 2009) e de um movimento de patrimonialização que marca a modernidade (HARTOG, 2006). Já o MAO foi criado no século XXI, e sua criação se deu através de uma série de seminários que ocorreram no decorrer de 2002 (FRANCO, 2004; RAMOS, 2004).

Uma das hipóteses levantadas na pesquisa de mestrado (MELQUÍADES, 2011), que foram retomadas e aprofundadas no doutorado, é a de que as situações e espacialidades das salas nas quais se encontram as painéis de pedra-sabão tendem a priorizar outros artefatos em detrimento das painéis.

Na etnografia realizada no **MI**, estavam expostos na sala “Vida Social” (segunda sala do percurso museológico sugerido) dois barris com suas respectivas tampas (Ind. 18 a 21), uma frigideira (Ind. 16) e um alambique (Ind. 22) (ver Apêndice 20). Naquela ocasião, foi perceptível que o visitante, ao entrar na sala, se encontra de frente a uma mesa de madeira com um tacho de madeira (ver Apêndice 20 , conjunto expográfico 4), distante aproximadamente um metro e meio da parede lateral direita e três metros da parede ao fundo.

Adjacente a esse conjunto expográfico, aproximadamente um metro à esquerda, há uma bancada de metal em “L” que conta com outros dois conjuntos expográficos (ver Apêndice 20, conjuntos expográficos 1 e 2) e auxílios didáticos (ver Apêndice 20 , auxílios

⁸³ Devido à falta de tempo e volume de informações, a Casa de Pedra de Amarantina não foi inserida nesta pesquisa enquanto Museu.

didáticos b e c). As extremidades da bancada estão voltadas para a entrada e a saída da sala o que condiciona a circulação e sugere o percurso e movimento dos visitantes.

Na quina da bancada de metal em “L”, dentro de uma redoma de vidro, com luzes fracas incidindo diretamente sobre ele, encontra-se o alambique (Ind. 22) de pedra-sabão (ver Apêndice 20, conjunto expográfico 1). Na extremidade próxima à saída da sala, também dentro de uma redoma e com média luz incidente, encontram-se dois exemplares de formas de doce em pedra-sabão e seus respectivos positivos em gesso (ver Apêndice 20, conjunto expográfico 2). Em situação diagonal direita ao alambique, encostado na parede ao fundo, atrás da mesa de madeira com o tacho, encontra-se uma pequena bancada, parte integrante da edificação, na qual estão expostos dois barris com tampas (Ind.18 a 21) e uma frigideira (Ind. 16).

Fotografia 96 – Situação dos artefatos de pedra-sabão expostos na sala Vida Social do MI. À frente mesa com tacho de madeira. À esquerda o alambique e ao fundo dois barris e uma frigideira de pedra-sabão

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 97 – Detalhes dos dois barris com suas tampas (Ind. 18 e 21) e a frigideira de pedra-sabão (Ind.16) expostas no MI

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Uma análise da espacialidade dessa sala levou a interpretações que percebem a bancada em “L” como estrutura chave que sugere um possível percurso e a movimentação dentro da sala. Ao adentrar a sala, a bancada junto à mesa de madeira com o tacho (conjunto expográfico 4) gera uma sensação de barreira, incorporando talvez a função de uma vitrina de vidro, restringindo e/ou impedindo o acesso do visitante aos artefatos que estão próximos à parede do fundo (as vasilhas de pedra-sabão que compõem o conjunto expográfico 3).

Ao seguir o percurso sugerido pela disposição das coisas na sala, o visitante se depara inicialmente com o alambique (Ind. 22) e em seguida com as formas de doce. Os barris e a frigideira ficam ao fundo, como coadjuvantes em ambiente não convidativo à aproximação e observação detalhada. Essa configuração, que tem como ponto central a barreira sensorial,

divide ainda o espaço da sala em dois opostos. Na maior área, que abrange quase toda a sala partindo da barreira em sentido à porta, diagonal e saída, encontramos uma área de livre circulação. A própria disposição paralela de duas bancadas de metal, onde se encontram expostos artefatos de uso cotidiano (louça, talheres, entre outros), passa a sensação de trânsito nos dois sentidos, como uma via de mão dupla. Em oposição, encontramos uma pequena área de mais difícil acesso aos visitantes, um espaço de circulação mais restrito e menos convidativo, no qual encontramos os dois barris e a frigideira. Entre o movimento corporal, visual e físico que vai do alambique para as formas de doces, o visitante verá um grupo de artefatos situado ao fundo, que será, no entanto, muito pouco explorado devido à configuração e disposição espacial dos componentes da sala.

Os artefatos de pedra-sabão expostos na bancada de metal encontram-se em pontos de quebra ou mudança de movimento (conjunto expográfico 1 na aresta; e 2 próximo ao final da bancada, ver Apêndice 20). A aresta, onde está o alambique, indica uma mudança de orientação, enquanto a proximidade com o final da bancada leva a uma sensação de maior liberdade espacial. O visitante tem, nesses pontos, uma tendência a parar, e induzido pela proximidade física, observar esses artefatos, estando assim não só mais atento aos detalhes como mais propícios e potencialmente engajados com os sentimentos, conhecimentos e memórias a eles associadas.

Na documentação de catalogação interna do MI, referente aos primórdios da instituição, consta: “Um alambique de pedra-sabão localizado no 1º Pavimento, Sala VIII, conhecida por Sala das Cadeiras e por Sala da Pedra-Sabão”⁸⁴ (Ind. 22). Outro documento, datado de 1954-55, informa que esses artefatos estão na “Sala IIB (conhecida como Sala da Pedra-Sabão)”. Sobre esta, há uma pequena descrição:

A sala em que está o visitante primitivamente serviu de cozinha e privadas dos detentos homens, na velha cadeia. Em frente às mesas deste conjunto exposicional estão situados o fogão, a pia e as privadas. (...) No fogão estão expostos um caldeirão da Penitenciária (XIX), uma grande panela e um alambique para destilar cachaça, ambos de pedra-sabão e do século XIX, bem como outros elementos de cozinha (FERNANDES, 1965, p. 15).

É importante destacar que, mesmo havendo uma mudança na nomenclatura oficial das salas (de Sala VIII para Sala IIB), a referência à “pedra-sabão” como denominação para a sala expositiva permanece (MELQUÍADES, 2011).

⁸⁴ Ficha de Catalogação Museu da Inconfidência – SCAM *Sistema de Controle do Acervo Museológico* – Impressa em 2008. Nº de inventário 2774

Corroborando a hipótese de que a espacialidade da sala prioriza o alambique e as formas de doce em detrimento das panelas e barris, me remeti aos textos explicativos presentes na sala para averiguar o que diziam sobre tais artefatos. Na placa de metal situada entre o alambique e as formas de doces, o texto apresentado (ver Apêndice 21) faz referência ao universo diverso de formas e funções dos artefatos de pedra-sabão. No entanto, notam-se palavras que podem sugerir maior significância de determinados artefatos – tais como “raro”, ao adjetivar o alambique – e a associação constante aos trabalhos de “Aleijadinho” em Congonhas do Campo. Deixam assim, os demais utensílios de pedra-sabão em situação marginalizada, representados apenas como “equipamento de cozinha” e transportando, por conseguinte, toda a carga criativa e social do fazer ao mestre do Barroco mineiro, consolidado como ícone da arte, cultura e história de Minas Gerais e do Brasil. Merece menção, no entanto, e a partir do que foi exposto até o momento, a ausência de representatividade dos artesãos paneleiros, que permanecem até os dias atuais com a produção de vasilhas e panelas de pedra-sabão na região e são de fato os responsáveis pela confecção dos artefatos. Assim, o contexto e relações nas quais se inserem esses artefatos e seus produtores, tratados nos capítulos anteriores, tais como o estigma do trabalho manual, mecânico e artesanal e a desabilidade dos gestos, aparentemente ressoam e fluem na maneira como os artefatos são expostos nos museus.

Considerando as materialidades presentes na sala de exposição, em questão não apenas sobre seu caráter espacial, mas também gestual, técnico e tecnológico, as marcas existentes nos artefatos expostos podem ser citadas e estão relacionadas a processos de salvaguarda e comunicação, bem como podem ser inseridas nas relações sociais passadas e presentes. Por exemplo:

A frigideira (Ind. 16) exposta na sala apresenta, em sua face externa, resquílios de fuligem que denotam seu contato com o fogo. Esses vestígios, no entanto, são percebidos somente em pontos específicos da superfície e em camadas finas, havendo negativo da retirada das crostas - como aparece em outros indivíduos analisados na pesquisa-. Nesse mesmo indivíduo, há marcas da ação de um instrumento, provavelmente uma espátula, utilizada na remoção da fuligem. O gesto da retirada da fuligem com uma espátula – feito durante a curadoria do material ou então pelo antigo proprietário (Antiguidades Toledo) -, denota a retirada de características físicas da materialidade que levem o visitante a perceber sua funcionalidade, seu cotidiano, numa tentativa de apagar os vestígios materiais de determinado período da história de vida do artefato (MELQUIADES, 2011, p. 155).

Fotografia 98 – Frigideira (Ind. 16) exposta no MI
(detalhes das marcas de fuligem)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Fotografia 99 – Frigideira (Ind. 16) exposta no MI
(detalhes das marcas de fuligem)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2009.

Durante o acompanhamento das visitas no MI⁸⁵, percebi que a maioria dos visitantes não se aproximava dos artefatos próximos à parede, optando pelo espaço de maior circulação, reforçando a ideia da intervenção da barreira gerada pela bancada de metal e a mesa de madeira.

A proposta expográfica caminha assim em consonância com o conceito gerador do museu, proposto na sua criação em 1944: “preservar a memória da inconfidência mineira” (MOURÃO, 1999, p. 135). Ela é fruto também de sua historicidade e formação ligada a um jogo ideológico que tem como intuito forjar os novos heróis, como Aleijadinho e Tiradentes. A exaltação de uma expressão cultural também se dá através das referências ao Barroco que, no caso brasileiro, tem maior projeção e visibilidade nesse período.

As constatações expostas acima levam a uma questão mais ampla, que envolve um grande paradoxo das coleções musealizadas, ou seja, a de que o artefato, ao entrar em contexto museológico, perde o valor de uso e ganha valor de troca. Embora esteja fora do sistema econômico, ele é despido de sua funcionalidade e se transforma em semióforo (POMIAN, 1984). Uma questão pertinente se coloca com relação às panelas e ao artesanato em pedra-sabão, de uma maneira geral e conforme será retomado no próximo capítulo: quando esses artefatos ou seus irmãos são produzidos e vendidos contemporaneamente nas vizinhanças dos museus e nos locais de exposição?

⁸⁵ O trabalho de campo no MI englobou tanto o estudo técnico das coleções quanto o acompanhamento das visitas no Museu. Eles foram feitos em um período de 10 dias no mês de Julho de 2009.

No caso dos artefatos do MI, tal proposição é mais significativa, visto que dentro do museu encontramos exemplares despidos de sua funcionalidade cotidiana, com uma identidade senão forjada ao menos simplista e inexplorada. Em contraponto, nas proximidades, encontra-se a *Feirinha de pedra-sabão*, onde estes artefatos mundanos e artesanatos são comercializados e também percebidos enquanto símbolos de uma identidade mineira. Uma panela de pedra-sabão, por exemplo, pode ser vista no MI e comprada na *Feirinha de pedra-sabão*, que se situa a menos de 200 metros do Museu.

É possível, então, perceber que a relação dos circuitos expositivos, a presença do material em determinada situação nas salas, a própria denominação dada às salas, os recursos de apoio didático (textos, audiovisual), entre outras características, podem levar a algumas reflexões sobre as percepções que se têm das coisas, de seus materiais e de suas materialidades.

O MI é um dos maiores e mais antigos museus do país, com linguagem expográfica didática e crítica, além de produção científica, projetos de extroversão do conhecimento e ação social reconhecidos em nível nacional. Visto dessa amplitude e tomando em consideração a vizinha “Feira de pedra-sabão”, bem como a presença de comunidades de artesãos paneleiros e/ou coletivos produtores, o museu torna-se de alto potencial para novas ações que envolvam os artesãos e as comunidades produtoras atuais.

O **MO** possui dois pavimentos, o inferior com sete salas de exposição e o superior com nove salas para exposição, com a proposta de reconstituição de uma “casa típica do ciclo do ouro” (DINNOUTI, 2009, p. 91). A única vasilha de pedra-sabão exposta no MO é um pote que se encontra em uma das salas do pavimento inferior. O artefato apresenta um orifício na transição do bojo inferior que leva a sua caracterização enquanto *pote de água*, conforme já mencionado.

A primeira sala do primeiro pavimento, denominada “sala da prensa”, apresenta “peças que mostram o funcionamento de uma casa de fundição, com instrumentos de pesagem, de quintagem, de fundição e de cunhagem” (DINNOUTI, 2009, p. 94). Nela estão expostas “arcas, baús de transporte, balanças, almofariz, candinho, prensa e peças para moldes. Artefatos do século XVIII e XIX, de Sabará e de cidades próximas” (DINNOUTI, 2009, p. 94).

Da sala da prensa, é possível acessar outros três espaços. O primeiro deles, denominado “sala das bateias”, mostra um conjunto de bateias de ferro e madeira associado aos séculos XVIII e XIX e “usadas na procura de ouro nas margens de rios” (DINNOUTI,

2009, p. 95). “Estão expostas também, algumas ferramentas para cavar, separar e remover a terra em busca do metal” (DINOUTI, 2009, p. 95).

O pote de pedra-sabão se encontra em uma das salas do térreo denominada “sala das bateias” sobre uma plataforma de madeira que o isola do contato direto com o solo e sem vitrina ou redoma para isolamento. Junto a ele, na mesma plataforma, estão outros quatro objetos: um *molde de cadinho*, uma *mão de almofariz*, um *forno* e um *malho*. Nas paredes da sala, estão expostos artefatos ligados ao garimpo e ao trabalho do ouro, principalmente bateias, além de uma pintura representando uma imagem de pessoas garimpando e utilizando os artefatos expostos na sala. Esse mural foi pintado por Martha Conrad Loutsch entre 1942 e 1943 para a inauguração do MO (DINOUTI, 2009).

Fotografia 100 – Sala na qual está exposta uma panela de pedra-sabão no MO, Sabará – MG

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 101 – Panela de pedra-sabão exposta no MO, Sabará – MG

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

As coleções arqueológicas provenientes das escavações desenvolvidas no MO, dentre as quais se encontram os fragmentos de panelas de pedra-sabão considerados nesta pesquisa, estavam acondicionados na época em reserva técnica situada no piso térreo da instituição. Na mesma ocasião, estavam expostos na recepção do museu alguns cartazes informativos sobre a pesquisa arqueológica desenvolvida no local, com apresentação dos trabalhos, cotidiano e métodos de escavação e curadoria, além de informações sobre os materiais e estruturas identificadas, bem como interpretações arqueológicas (ver Apêndice 25). Ademais, existe uma proposta de inserção dos materiais, informações e construções de conhecimento arqueológico nas atividades de exposição e extroversão do conhecimento da instituição, conforme mencionado no primeiro capítulo.

Fotografia 102 – Parte do acervo arqueológico de pedra-sabão analisado na pesquisa (parte da coleção do MO)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 103 – Análise do acervo arqueológico de pedra-sabão feita no MO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 104 – Reserva técnica do MO, Sabará – MG

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

Fotografia 105 – Reserva técnica e organização do material arqueológico oriundo das escavações no MO, Sabará – MG

Fonte: Acervo da pesquisa, 2014.

O MAO foi aberto ao público em 2006 depois da reforma do edifício-sede da Estação Central do Brasil, na Praça Rui Barbosa, em Belo Horizonte. É composto por dois edifícios com dois pavimentos em cada um (térreo e 1º andar). A existência do museu partiu de uma série de debates que definiram diretrizes ligadas à Nova Museologia. Ele teve como ponto central abordar o trabalho manual no processo histórico nacional, valorizando as artes, os ofícios e os saberes e fazeres relacionados, chamando atenção para o cotidiano e vivência não só dos eventos e relações de confecção, como das demais etapas da história de vida dos artefatos expostos. A distribuição das salas entre os ofícios remete a um alto potencial para inserção de elementos, atividades e/ou programas que incluam as painéis e o artesanato em pedra-sabão distribuídos nas diferentes salas expositivas da instituição.

Fotografia 106 – Torno, “Ofícios da Cerâmica”, no MAO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 107 – Artefatos expostos nos “Ofícios da Cerâmica”, no MAO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Na sala “A proteção dos Viajantes”, por exemplo, estão expostos artefatos que remetem a etapas da vida desses artefatos posteriores à confecção. Da mesma maneira, parte da galeria de entrada que aborda os ofícios de “Transporte” e “Ambulantes” apresenta cenografia e expografia composta por materiais diversos, como uma canoa de madeira, cestaria, garrafas de vidro e carrancas de madeira e pedra-sabão.

Fotografia 108 – “Canoeiro”, “Ofício do transporte”, no MAO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 109 – “Ferreiros, fundidores e funileiros”, “Ofício do fogo”, no MAO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 110 – Carrancas de pedra-sabão expostas no Ofício de “Carranqueiro”, “Proteção do viajante”, no MAO

Fotografia 111 – Carrancas de pedra-sabão expostas no Ofício de “Carranqueiro”, “Proteção do viajante”, no MAO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Nesse sentido, não só é possível a percepção de uma nítida aproximação com a perspectiva adotada na pesquisa, como um altíssimo potencial ao se tratar as abordagens contemporâneas no que toca à construção do conhecimento através de perspectivas arqueológicas, museológicas e de estudos de cultura material.

Nos quiosques multimídia presentes nas salas do MAO, situados no térreo do prédio B, na sala dos “Ofícios da Cerâmica”, há vídeos que abordam a “Cerâmica e Olaria”. Nele há a possibilidade do visitante selecionar umas das opções: “Cerâmica Amazônica”, “Localização dos Principais Povos Ceramistas”, “Depoimento de Mestre Cardoso, de Icoaraci”, “Frei Gaspar de Carvajal, Viajante do Século XVI” e “Exploração Arqueológica na Ilha de Marajó”. Ao clicar na última opção, o visitante se depara com uma sequência de fotos ilustrativas de algumas etapas e procedimentos do trabalho do arqueólogo, como escavação, transporte e curadoria do material coletado, se aproximando da Musealização da Arqueologia em contraponto à Arqueologia Musealizada (BRUNO, 1995, 2000, 2014).

No que se refere aos artefatos de pedra-sabão considerados nesta pesquisa, todos os treze estão expostos em salas que fazem referências a etapas de vida e cotidianos posteriores à sua confecção. Conforme abordado no decorrer da tese, a produção de panelas de pedra-sabão pode ser considerada um ofício não oficial, para o qual não há sequer uma sistematização de dados referentes aos locais, eventos e processos de produção. Ademais, e podendo ser percebido a partir da estratigrafia do abandono e do conceito de objetos mundanos, a presença marcante da pedra-sabão nas artes e a potente presença de Aleijadinho determinam uma maior divulgação dos objetos e obras ditos de arte, na maioria das vezes marginalizando e/ou desconsiderando os artesanatos em geral e as panelas de pedra-sabão. Assim, encontramos uma garrafa (Ind. 23) e um par de taças (Ind. 24 e 25) localizados na sala “Ofício do Comércio”, presente no térreo de um dos prédios do museu (B6) (ver Apêndice 22).

O recurso expográfico utilizado em tal sala é uma cenografia que reconstitui uma farmácia do século XIX, na qual as taças de pedra-sabão encontram-se na prateleira superior

esquerda, com a garrafa entre as duas taças. Ao entrar na sala, o conjunto expográfico encontra-se à direita do visitante e o balcão é o que separa o visitante dos artefatos expostos (ver Apêndice 22).

Também no térreo do prédio B, mas em área aberta (Jardim – B9), atrelada ao “Ofício da Conservação e Transformação dos Alimentos”, encontra-se um alambique de grandes dimensões (Ind. 35). Na época do desenvolvimento desta pesquisa, o alambique se encontrava sozinho embaixo de uma cobertura sem nada que o separe do visitante (vitrina, parapeito ou outro recurso, por exemplo). A proximidade do visitante com tal artefato, somado às suas características (grandes dimensões, decoração e complexidade da forma), chama a atenção do visitante, levando a um contato mais próximo e potencialmente eficiente com o artefato.

O restante dos artefatos de pedra-sabão presentes no MAO e abordados nesta pesquisa são nove painéis (frigideiras, caldeirões e *painéis mesmo*), que se encontram expostos no primeiro andar do prédio B, associadas também ao “Ofício da Conservação e Transformação dos Alimentos” (ver Apêndice 23). Na cenografia correspondente a uma cozinha, há uma frigideira com sua respectiva tampa (Ind. 26 e 27), três frigideiras sem tampas (Ind. 28, 29 e 30) e dois caldeirões também com suas respectivas tampas (Ind. 31, 32, 33 e 34).

Em todos os casos, não há vitrina que envolva os artefatos e, como já dito anteriormente, o recurso expográfico de cenografia adotado na “cozinha” e na “farmácia” remete a etapas da vida posteriores à confecção das painéis, indicando também relações estabelecidas com outras categorias de artefatos dentro do coletivo. Nesse sentido, percebe-se a utilização de utensílios de cerâmica, metal, madeira e pedra-sabão, entre outros, na dinâmica relacional coletiva com humanos no processo de produção de alimentos. Da mesma forma, na farmácia, nota-se a presença dos artefatos de pedra-sabão entre uma gama de frascos de vidro, artefatos em louça e metal. Na “cozinha”, diferente da “farmácia”, destaca-se o fato de tais artefatos estarem muito próximos aos visitantes, proporcionando a visualização de detalhes dos materiais que podem levar a percepções e reflexões sobre os processos de manufatura e os gestos e cotidianos de produção.

Nas vasilhas de pedra-sabão expostas no MAO durante a pesquisa, não havia referências e/ou auxílios didáticos (textos, vídeos, etc.) que possibilitassem considerar a participação dos artesãos responsáveis pela confecção desses artefatos. No entanto, a proposta e soluções expográficas adotadas indicam uma visão crítica, não atrelada ao barroco mineiro, a Aleijadinho ou a uma identidade mineira, mas abordando as artes e os ofícios em mesmo patamar e enquanto patrimônio cultural. Nesse sentido, é possível perceber o alto potencial

para propostas de extroversão do conhecimento voltadas para a inserção de novos agentes (seres) na dinâmica coletiva, no caso os artesãos atuais.

Posto isso, a questão que se coloca é: as situações espaciais que esses artefatos ocupam nas salas (vitrinas, bancadas, localização exata, etc.), a própria distribuição dos espaços nas salas (espaços de exposição com bancadas, expositores, etc., e espaços de circulação, por exemplo) e a presença e espacialidade dos demais materiais expostos (artefatos, móveis, etc.) e dos auxílios informativos (vídeos, imagens, textos, etc) poderiam ser consideradas confluentes nas mobilidades compartilhadas entre pessoas e coisas dentro dos espaços museológicos? A presença de vasilhas de pedra-sabão em uma sala associada à cozinha no MAO, em uma sala que aborda o trabalho no garimpo dentro de uma casa setecentista tipicamente mineira (MO) e em uma sala denominada vida social no MI não seria indicativa da circulação do fluxo desses materiais nos diferentes espaços e lugares? Nesse sentido, os museus não seriam também compostos em parte pelas mesmas relações que acontecem nos laboratórios e oficinas?

Dentro das hipóteses defendidas nesta pesquisa, aparentemente sim, dado que em ambos percebemos atividades ligadas à vida desses artefatos que, como as atividades de confecção, podem deixar marcas na fisicalidade. No caso dos museus, essa constatação foi feita a partir das marcas de intervenções de gestos e procedimento de restauro e/ou de conservação que foi feito na panela do alambique exposto no MI. É necessário considerar também, no entanto (e potencialmente), as ações de conservação que não deixam marcas nítidas nos artefatos, mas que também os transformam. Assim, nesta pesquisa, os museus são percebidos como parcialmente compostos pelas mesmas relações de tradução e purificação que ocorrem nos laboratórios (LATOUR e WOOLGAR, 1997). Não apenas porque parte das análises de materiais arqueológicos foram desenvolvidas dentro dos espaços dos museus, mas também por serem eles lugares plenamente participantes, seja considerando sua ação sobre a pesquisa, seja nas relações com os públicos e nas atividades de gestão em torno das vasilhas de pedra-sabão. Na constatação inicial de que esses artefatos e, por extensão, os seres humanos a eles associados eram ontologicamente desconsiderados nas grandes narrativas históricas, culturais e patrimoniais, a visita e vivência *dos* e *nos* museus foi fundamental para perceber, através das informações presentes e das associações feitas com o material, que essa desconsideração era um ponto crucial ligado à gestão, preservação e divulgação dos patrimônios culturais nos museus.

Como resultado, e conforme já visto no tópico do Capítulo 1 que trata da população de artefatos, os indivíduos do subtipo *panela* só estão presentes nos sítios arqueológicos, onde

são predominantes frente às demais categorias. Nos museus, os componentes do acervo considerados panelas são *frigideiras* e *caldeirões*. O fato de, nos museus, não estarem presentes e/ou expostas *panelas*, artefatos de maior recorrência nos sítios arqueológicos e na produção contemporânea, pode ser indicador de que esses objetos mundanos ainda necessitam ser plenamente considerados. Da mesma maneira, percebe-se a ausência tanto de referências aos artesãos quanto às relações, processos e eventos produtivos e de confecção desses artefatos, conforme percebidos nas comunidades, algumas vezes vizinhas a essas instituições.

É necessário aqui retomar e destacar o caráter seletivo associado ao conceito de patrimônio cultural, logo também o arqueológico, e aos processos de patrimonialização. Estudos e pesquisas sobre Musealização da Arqueologia já apontam que o processo de análise e construção de conhecimento despendido por ambas – Arqueologia e Museologia – consiste também em selecionar e eleger parcelas do patrimônio, o que tem se chamado respectivamente antropofagia arqueológica e museológica (BRUNO, 2005, 2014; MORAES WICHES, 2010, 2014), na qual o mais comum é que a segunda se desenvolva sobre a primeira, multiplicando sua ação.

Considerando as materialidades, abarcando propriedades e qualidades dos materiais, bem como suas ressonâncias e fluxos, e englobando materiais e imateriais (conforme abordadas nesta pesquisa) por processos de patrimonialização, estou compreendendo inicialmente as relações através das quais as coisas mundanas, comuns e cotidianas se transformam em patrimônio cultural, o que implica num fluxo grande e intenso de propriedades e qualidades, tais como ser “referência” e “herança” cultural; ter suas capacidades e qualidades não apenas reconhecidas, como potencializadas; entrar em universo de legislação e gestão específico; entre muitas outras. Conforme será abordado no próximo capítulo, este trabalho refere-se, portanto, à transformação das coisas mundanas em patrimônio, o que implica na presença de uma disciplina moderna (HABER, 2011c), envolvendo estudos, ordenação, hierarquização, registro, etc. Na perspectiva adotada nesta pesquisa, portanto, consideram-se os processos de patrimonialização oficiais e alternativos, conforme será visto no capítulo posterior.

Camila Moraes Wichers (2010) coloca como fundamental para empreender a Musealização da Arqueologia que os vestígios e materiais arqueológicos se integrem às demais referências patrimoniais das comunidades e populações, para que de fato sejam potencializadores de debates e construções identitárias e de pertencimento. Assim, para consolidar a Musealização da Arqueologia, o patrimônio arqueológico precisa estar integrado com outras referências patrimoniais e outras materialidades com as quais compartilha

experiências de vida, tais como os outros artefatos presentes nos museus e os próprios museus, a vida das e nas oficinas e as relações percebidas e construídas nos sítios arqueológicos, além dos demais lugares habitados e vividos por esses artefatos.

Ao abordar as premissas para o desenvolvimento da Musealização da Arqueologia, a mesma autora cita a “interface entre Sociomuseologia e Arqueologias pós-processuais”; destaca que os vestígios e narrativas arqueológicas devem integrar-se às demais referências patrimoniais das comunidades e populações relacionadas; e aponta que deve ser um processo dialógico e interdisciplinar (MORAES WICHES, 2010). Sobre a segunda premissa, e se valendo das propostas de Ulpiano Bezerra de Meneses (1987), ela afirma que:

Segunda premissa: acreditamos que os vestígios e narrativas arqueológicas desvelados devem ser integrados às demais referências patrimoniais das comunidades. Isso porque, a preservação do patrimônio arqueológico como contribuição à formulação ou reforço de uma identidade cultural não tem autonomia ou natureza própria, uma vez que conflui para questões gerais como os conceitos de identidade e memória (MORAES WICHES, 2010, p. 397).

Considerando não apenas o patrimônio arqueológico, mas o patrimônio coletivo (cultural-natural, material-imaterial) e, principalmente, os artefatos envolvidos na pesquisa, é possível perceber uma organicidade e/ou confluências e consonâncias com o que vem sendo colocado nesta tese. As tecnologias e mobilidades compartilhadas entre as painéis de pedra-sabão e outros seres e entes evocam saberes, fazeres e modos de existência também compartilhados. Seja na dinâmica dos fazeres e ofícios no período colonial – conforme colocado no Capítulo 2 –, na atuação e discurso expositivo presente nos museus ou na concepção de patrimônio arqueológico e cultural adotado nesta pesquisa, essas relações são orgânicas e complementares, também sendo individuais e coletivas enquanto atividades. No caso da presente pesquisa, destacam-se os conhecimentos, técnicas e tecnologias vividas nas relações de confecção das painéis de pedra-sabão que transitam e/ou são compartilhadas entre os diferentes grupos de oficiais mecânicos, artífices e/ou artesãos, tais como a construção do torno, os conhecimentos de medição, o processo de torneamento das painéis, a coleta de matéria-prima, entre muitos outros. Nas palavras de Wichers:

Arqueólogos, museólogos, educadores, enfim, todos os mediadores envolvidos no processo chegam, portando, o que Viveiros de Castro chama de “vantagem epistemológica” (2002 apud Cabral & Saldanha, 2008, p.6). De um lado estamos nós, do outro a comunidade, que já nos recebe como portadores de conhecimento, como especialistas. Nosso desafio é quebrar essa barreira (MORAES WICHES, 2010, p. 398).

Fazendo o caminho inverso, também se constituíriam mediadores das comunidades e populações com os demais arqueólogos, museólogos, antropólogos, historiadores, advogados, instituições e órgãos públicos, entre outros. Em outras palavras: trabalha-se na fronteira entre esses diferentes mundos, que remetem a diferentes empirias, epistemes, ontologias e modos de vida e existência.

Em uma aproximação com as perspectivas de Bruno Latour e Steve Woolgar (1997), estaríamos diante das mesmas relações que acontecem no laboratório do cientista, onde ocorrem purificações e traduções. Ao caracterizarem a etnografia das ciências, os autores apontam que “a grande diferença entre a etnografia clássica e das ciências reside no fato de que o campo da primeira confunde-se com um território, enquanto o da segunda toma a forma de uma rede” (LATOUR e WOOLGAR, 1997, p. 31). Ainda segundo eles:

As malhas dessa rede muitas vezes são laboratórios, mas podem ser também escritórios, fábricas, hospitais, gabinetes de advogados de negócios, residências privadas – todos os lugares em que se faz e desfaz a existência dos hormônios do cérebro. Porque então parar em um local determinado e não sair dele? Este é um erro, só que perdoável. O laboratório escolhido – bem fechado entre muros, fortemente enraizado em seu paradigma, reunindo todas as disciplinas necessárias e conduzido por um diretor de pulso firme – se parece tanto com um campo clássico que chega a enganar. Nele, o local geográfico e as funções a serem estudadas são bastante coincidentes para se possa ignorar a rede (LATOUR e WOOLGAR, 1997, p. 32).

Essa “ausência de circulação”, segundo os autores, “torna mais difícil ignorar” o dualismo ontológico entre “contexto de descoberta” (“cheio de som e fúria, de desordem e de paixões”) e “contexto de justificação” (“calmo e ordenado”) (LATOUR e WOOLGAR, 1997, p. 32). Ao invés dessa distinção, pode-se perceber “que temos uma gama contínua de transformações, de traduções, de deslocamentos que reatam a ‘ciência descoberta’ do laboratório de origem da ‘ciência justificada’ dos outros” (LATOUR e WOOLGAR, 1997, p. 32). Assim, compreendem-se os museus como parte desses laboratórios, bem como essas propostas associadas à Teoria Ator-Rede são o ponto de partida para compreender-se inicialmente e criticamente a concepção de territórios e territorialidades.

Não obstante, a museologia, os museólogos e os museus também estão exercitando uma espécie de deslocamento para fora dos laboratórios, que pode ser percebido em parte da legislação e estudos existentes, em programas e propostas museológicas colaborativas e participativas, no alargamento conceitual que desobrigou a instituição museu de associação a um espaço físico determinado e fixo e à formação de coleções (museus virtuais e museus de território, por exemplo). Isso vem sendo colocado pela Sociomuseologia e/ou Museologia

Social, que ampliam a perspectiva de museu como instituição e passam a considerá-lo também e essencialmente enquanto processo (VARINE, 2000). No caso desta pesquisa, pretende-se manter em perspectiva a interface entre a Sociomuseologia e as Arqueologias pós-processuais, conforme vêm sendo desenvolvidas pela Musealização da Arqueologia (MORAES WICHES, 2014). Além disso, busca-se defender a possibilidade de aproximação de diferentes museus em função da gestão de um patrimônio em comum (BRUNO, 2000), o que possibilita a formação de uma rede de museus, que pode e deve atuar na gestão do patrimônio, e auxilia na definição de um território patrimonial relacionado às vasilhas de pedra-sabão.

A Sociomuseologia, segundo Mário Moutinho, surge associada ao “processo de adequação das estruturas museológicas” (2007, p. 1) às novas necessidades e condições das sociedades contemporâneas. Ao pontuar cinco “preocupações fundamentais da Sociomuseologia” e baseado em “numerosos documentos elaborados dentro e fora da Museologia”⁸⁶, o autor afirma que “a visão restritiva da museologia como técnica de trabalho orientada para as coleções, tem dado lugar a um novo entender e práticas museológicas orientadas para o desenvolvimento da humanidade” (MOUTINHO, 2007, p. 3).

Entre as preocupações elencadas pelo autor, estão “o carácter global (planetário) dos problemas relacionados com a valorização e proteção do Património Cultural e Natural” (MOUTINHO, 2007, p. 1); questões de desenvolvimento; a permanente mudança pelas quais passam as sociedades, logo também os museus e as coisas musealizadas; e o entendimento dos museus como “entidades prestadoras de serviços” (MOUTINHO, 2007, p. 2). Assim, finaliza o autor apontando que “entre o paradigma do Museu ao serviço das coleções e o paradigma do Museu ao serviço da sociedade está o lugar da Sociomuseologia” (MOUTINHO, 2007, p. 3). Nesses termos, e prezando pelo equilíbrio e relação entre os paradigmas coexistentes nos museus, eles podem ser entendidos como lugares de múltiplas epistemes e ontologias, temporalidades e territorialidades. Sobre estas, o museólogo coloca que:

⁸⁶ “A título de exemplo, pode-se referir à: Declaração de Santiago do Chile de 1972; Declaração de Quebec (MINOM) de 1984; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais (UNESCO) de 2005; Convenção para a salvaguarda do património imaterial (UNESCO) de 2003; Convenção do Património Mundial; Convenção para Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, UNESCO – Paris, 1972. Em todos esses documentos aparece um traço de continuidade que indica claramente o alargamento das funções tradicionais da museologia e o papel que deverão assumir na sociedade contemporânea” (MOUTINHO, 2007, p. 1).

A Sociomuseologia assenta a sua intervenção social no património cultural e natural, tangível e intangível da humanidade, reconhecendo a hibridação, sobreposição, coexistência de múltiplas culturas/identidades num mesmo território e de vários territórios sociais articulando-se ou não num mesmo território espacial (MOUTINHO, 2007, p. 1).

Considerando as questões territoriais relacionadas aos museus, a Museologia Social vem derrubando os “muros do laboratório” (LATOUR e WOOLGAR, 1997), bem como aceitando e incorporando novos paradigmas, possibilitando assim a aceitação de ontologias alternativas às duais. Conforme colocado por Cristina Bruno, a noção de território nas perspectivas da Musealização da Arqueologia diz respeito não apenas ao “conjunto de espaços e lugares das construções, apropriações e transformações das paisagens culturais pretéritas e contemporâneas”, mas também “ao território construído de acordo com os horizontes e percepções dos diferentes campos de conhecimento que importam aos estudos e ações voltados aos problemas patrimoniais” (BRUNO, 2014, p. 5).

Além da interdisciplinaridade inerente aos processos de musealização – vinculados às especificidades dos conhecimentos e à variabilidade de métodos e técnicas das diferentes ciências, às expertises dos pesquisadores, contexto de produção do conhecimento e muitos outros fatores – essas perspectivas apontam para a necessidade de se atentar para a (e trabalhar em prol da) “patrimonialização daquilo que diversos grupos, comunidades e movimentos sociais consideram herança, mas que não foram contemplados pelas políticas patrimoniais” (MORAES WICHES, 2014, p. 22). Há uma tendência crescente e necessária nos estudos museológicos e que abordam o patrimônio cultural em considerar as relações que os diferentes seres humanos e coletividades têm com esses espaços, lugares e territórios em pé de igualdade aos cientistas, legisladores, políticos e tantos outros.

Assim, o território patrimonial assume “um caráter articulador para a proposição, realização, análise e avaliação das experiências museológicas” (BRUNO, 2014, p. 5) e, no caso da presente pesquisa, evoca também uma rede de museus, na medida em que as instituições citadas nesta pesquisa têm em comum a corresponsabilidade de gestão de um patrimônio, as panelas de pedra-sabão.

Percebidos dessa maneira, enquanto instituição e fenômeno, a mesma colocação feita para a *Festa da panela de pedra de Cachoeira do Brumado* (Mariana, MG) vale para os museus, ou seja, mesmo que estes não tenham como objetivo a circulação física dos artefatos no território, eles colaboram com novas amplitudes, ritmos e movimentos aos materiais, através das materialidades das panelas. Ademais, os museus têm a intenção de proposições e circulação “simbólica” dos entes a partir dos quais eles criam discursos e os disponibilizam

para pessoas e grupos sociais externos ao “campo” de circulação dos artefatos antes deles chegarem aos museus.

3.3 *Territorialidades e temporalidades compartilhadas*

Um ponto a ser relativizado na abordagem aqui proposta consiste nos regimes de temporalidades, que se referem aos “modos de articulação do presente, do passado e do futuro” (HARTOG, 2006, p. 263) e agregam, portanto, memórias, histórias e patrimônios (HARTOG, 2006). Sobre temporalidades, Tim Ingold afirma que “não é cronologia nem história”, ou melhor, que abarca essas categorias de maneira relacional e simétrica e que pode ser percebida através dos ritmos das atividades desenvolvidas. Na medida em que Bruno Latour (2004) propõe uma ruptura com as duas linhas do tempo, pode-se novamente propor uma abordagem conjunta dos autores e perceber a existência de uma temporalidade moderna ocidental predominante no mundo contemporâneo que acredita em apenas uma flecha do tempo (LATOUR, 2004; INGOLD, 2000).

Adotando essa perspectiva de temporalidade e aceitando o mutualismo constituinte entre passado, presente e futuro, bem como a plena participação dos artefatos no presente, torna-se inegável que os arqueólogos atribuam significado às coisas e lugares, criem e adjetivem sítios, artefatos e paisagens arqueológicas (KNAPP e ASHMORE, 1999; INGOLD, 2000; TILLEY, 1994; OLSEN et al., 2012; OLSEN, 2013).

Não há como não considerar, portanto, a capacidade de ação da Arqueologia que fazemos necessariamente no presente e sua função social e política no mundo contemporâneo (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, 2009; FERREIRA e FUNARI, 2009; FERREIRA, 2008, 2013; MCGUIRE, 1999). Também não há como desconsiderar a ação dos Estados nacionais modernos, a legislação vigente e a *práxis* arqueológica contemporânea vinculada aos ritmos da supermodernidade, sendo, em muitos casos, conivente com a destruição causada pelo desenvolvimentismo neoliberal contemporâneo (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; FERREIRA, 2008).

Colocando na balança, ao passo que o contexto contemporâneo dá vida a uma infinidade de novos seres com os acelerados processos de industrialização e desenvolvimento tecnológico, institui perspectivas extremamente assimétricas, não reconhecendo a real existência e participação desses novos seres no mundo. Com isso, cria, mantém e naturaliza modos de vida e existência extremamente assimétricos que, no extremo, alimentam relações colonialistas e de dominação.

Conforme defendido e demonstrado no decorrer da tese, as pedreiras, as oficinas, os sítios arqueológicos, os museus e a feira são lugares participantes da(s) história(s) de vida da população de painéis de pedra-sabão que também têm suas temporalidades. Portanto, e através de uma aproximação com as propostas de Bruno Latour (2012, 2004), ao comporem uma rede de lugares, é possível que eles permutem em capacidades, características e qualidades, tal como ocorre com os seres e entes que habitam o mundo comum ou coletivo. Entre essas características, neste Capítulo defini temporalidade e tenho destacado inicialmente as espacialidades e as mobilidades compartilhadas, para agora passar a territorialidades, igualmente híbrida e/ou compartilhada entre os seres e, no caso desta pesquisa, elegendo as painéis de pedra-sabão como protagonistas.

O exercício de percepção de um território vivo e composto por territorialidades diversas como base interpretativa para a construção da história de vida desse território habitado pelas vasilhas de pedra-sabão se iniciou na pesquisa de mestrado, na qual alguns dos conceitos aqui tratados foram utilizados (MELQUÍADES, 2011). Um deles é o conceito de assentamento (*settlement*) de Marcel Mauss que, na ocasião, me pareceu preciso e produtivo para abordar as diferentes escalas e unidades de análises na dinâmica territorial. Segundo o autor:

A verdadeira unidade territorial (...) é o assentamento (*settlement*). Designamos assim um grupo de famílias aglomeradas unidas por laços especiais e que ocupam um habitat no qual estão desigualmente distribuídas (...), mas que constitui seu domínio territorial. O assentamento é o conjunto de habitações, dos lugares de acampamento e de caça, (...) que pertencem a um número determinado de indivíduos, ao mesmo tempo que o sistema de caminhos e trilhas, canais e portos que esses indivíduos usam e onde se encontram constantemente. Tudo isso forma um todo que tem sua unidade, com todos os caracteres distintivos pelos quais se reconhece um grupo social limitado (MAUSS [1872-1950], 2003, p. 437).

Na época, essas unidades de análise me possibilitaram envolver as oficinas, as comunidades de artesãos, os museus e os sítios arqueológicos na dinâmica territorial. Hoje, para mim, ele traz também a possibilidade de perceber coletividades humanas que compartilham e/ou compartilharam relações próximas e cotidianas e que se reconhecem e/ou são reconhecidos como coletivos articulados. Essas relações envolvem, no caso específico desta pesquisa, compartilhar espaços e lugares associados a laços familiares, de parentesco, de afetividade, de identidades, entre muitos outros imbricados nas relações espaciais.

Aqui talvez seja necessária uma aproximação com o conceito de comunidades ou populações tradicionais, de Manuela Carneiro da Cunha (CUNHA, 2013) e perceber tradicionalidade nessas relações vivas que, em escala local e de interação direta, remetem a

conhecimentos tradicionais e habilidades adquiridas e/ou construídas a partir também de perspectivas de habitação (INGOLD, 2000) e das atividades e engajamentos menos predatórios e assimétricos com o ambiente (Cunha, 2013). Partindo dessas perspectivas, e aprofundando na relação entre as painéis de pedra e os espaços, nessas relações participam técnicas, tecnologias, espacialidades e mobilidades híbridas e/ou compartilhadas, que podem ser percebidas pela Arqueologia e acionadas na percepção de um território habitado por esses artefatos. Ademais, essas qualidades podem ser mobilizadas pela Museologia e pelos estudos sobre patrimônio cultural no desenvolvimento dos debates e propostas de ação que os perpassam.

Naquela ocasião, portanto, eu havia tanto considerado a vida desse território em suas diferentes escalas (local, regional, global) enquanto rede, teia ou malha de lugares associados (museus, sítios arqueológicos, comunidades de artesãos, etc.), quanto tinha como linha central de construção do conhecimento sobre as painéis de pedra-sabão suas histórias de vida e o fluxo dos materiais e materialidades associadas. Nesse caso, e aceitando plenamente a virada ontológica, esse movimento inicial de contração e expansão (ou pulsação do território) é indicativo de uma territorialidade que, por sua vez, está associada às mobilidades híbridas e/ou compartilhadas dos seres: pessoas humanas, animais, coisas, plantas, montanhas, rios, edificações, entre outros. Assim, é importante destacar que na presente abordagem será feito um duplo movimento: de dentro pra fora, com a percepção de mobilidades e territorialidades das painéis de pedra; e de fora pra dentro, percebendo um território, mais ou menos definido, como lugar habitado por elas.

No segundo caso, e conforme abordado em minha pesquisa de mestrado, foi citada a perspectiva de Pierre Bourdieu (apud MELQUÍADES, 2011) sobre a definição de território e sua relação com as ciências e as identidades regionais (BOURDIEU [1930-2002], 2010). A abordagem do autor foi útil ao possibilitar o reconhecimento e aceitação de que o conceito de território, tal qual empregado pelas ciências, sempre será fruto de um recorte (ao fim e ao cabo) arbitrário. Mantendo essa questão em mente, foi feita a definição de um território como uma rede ou malha de lugares e paisagens compostos e componentes de eventos e processos ligados às experiências de vida e/ou vividas em movimento, dando destaque à mobilidade das coisas.

Retomando o conceito de espacialidade híbrida humana (cf. WHITRIDGE, 2004) percebe-se que ele também pode ser aplicado às coisas, na medida em que podem ser consideradas unidades objetais vivas (INGOLD, 2011) e/ou participantes do mundo comum (LATOURETTE, 2004). A partir também desses conceitos, portanto, é possível a proposta de

virada ontológica na medida em que consideramos as mobilidades compartilhadas das coisas (seres) relacionáveis com uma perspectiva de espacialidade híbrida que, por sua vez, são partes constituintes da territorialidade (espacialidades e mobilidades). Pode-se refletir, de início e invertendo algumas perspectivas, sobre a possibilidade de perceber a territorialidade das panelas de pedra-sabão através das maneiras como elas se movimentam no território (ZEDENO, 1997), composto principalmente, no caso desta pesquisa, por paisagens, espaços e lugares, mas, sem desconsiderar os diferentes seres que os habitam e se movem com as paisagens.

Potyguara Alencar dos Santos, em artigo intitulado “A espacialidade e as ecologias da vida em Tim Ingold”, aponta para a percepção do “fenômeno do movimento e das interações para falar do espaço” que “só é compreendida se observada a experiência laboral, técnica e política que encerram as suas inúmeras vivências no espaço de uma territorialidade” (2013, p. 63). Através da leitura e análise detalhada do grande volume de publicações de Tim Ingold, o autor coloca que o tema do espaço também pode ser lido por uma noção de territorialidade:

Em nenhum desses trabalhos, espaço ou território são entendidos como elementos pré-dados de um sistema socioecológico: como construções ocorrentes na vida, um espaço “percorrido” e um território “habitado” são realizações apenas possíveis enquanto movimentos que estão ocorrendo e interagindo [...]. O espaço, por esse entendimento, não é a matéria que resume as relações, muito menos a substância que condiciona a existência de um movimento, mas um resultado interativo, um chaveamento inscrito numa temporalidade marcante de um contato entre unidades da vida que estão em movimento.

É por esse mesmo cálculo analítico que entende o espaço como um produto das relações, muito menos do que uma condição para a existência dessas, que Ingold (1993) tende a fazer comunicar o conhecimento da “Arqueologia” – ciência que para ele seria orientada à compreensão da “paisagem” (landscape) – e da “antropologia” – conhecimento investido em pensar a “temporalidade” (temporality) nas suas relatividades vivenciais. O espaço seria, então, um composto onde se faz interagir uma temporalidade das coisas, que resultaria, a partir daí, na geração da paisagem, que é lida como uma resultante dessa interatividade. Por esse entendimento, o espaço seria um compósito entre uma temporalidade das vivências e as suas marcas traduzidas na construção da paisagem (SANTOS, 2013, p. 63).

Como forma de registro e ponto de partida para a análise territorial que abarca, portanto, territórios e territorialidades, foram feitos três mapas: comunidades de artesãos atuais, instituições com material (museus, institutos de pesquisa, etc.) e procedência dos artefatos (arqueológico, etnográfico, etc.). A sobreposição desses levou a um novo mapa que serviu de base para a definição da região metropolitana de Belo Horizonte – Quadrilátero Ferrífero Mineiro – como a de maior ocorrência ou fluxo de vida das vasilhas de pedra-sabão.

Dentro desse território definido conforme os critérios acima, a tentativa é inserir novos agentes, espacialidades e ritmos e perceber sua vida partindo da materialidade das panelas de

pedra, conforme proposto na pesquisa e de responsabilidade da Arqueologia. Nesse sentido, ao passo em que é necessário destacar o caráter regional da construção, o que certamente dificulta o conhecimento das muitas manifestações locais, também é necessário destacar que há uma produção historiográfica contemporânea vasta sobre a região do Quadrilátero Ferrífero Mineiro e sobre Minas Gerais que será, na medida do possível, agregada à construção aqui apresentada, adentrando, nesse passo, os debates contemporâneos em torno da Arqueologia histórica e suas muitas variáveis, tais como Arqueologia documental (*documentary archaeology*) (BREAUDRY, 1988; WILKIE, 2006), Arqueologia do mundo moderno (ORSER, 1996), Arqueologia do capitalismo (JOHNSON, 1996), Arqueologia do presente (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009) e do passado recente (BUCHLI e LUCAS [ed], 2001), entre muitas outras das quais ainda seria necessário considerar as questões epistemológicas e as especificidades da Arqueologia histórica brasileira (LIMA, 1993; COSTA, 2013; SYMANSKI, 2009, 2014; SYMANSKI e ZARANKIN, 2014).

Assim, é necessário destacar novamente que não só estou adotando inicialmente a Arqueologia, sem adjetivação, como eixo central – o que leva à possibilidade, mas não à necessidade, de destrinchar tais debates – como estou considerando de antemão as construções colonialistas e imperialistas às quais os seres e coletivos, a própria Arqueologia e as ciências de uma maneira geral estão historicamente associados. Isso perpassa, por exemplo, a situação atual de Ouro Preto no âmbito regional e nacional, que canaliza as atenções e relega a segundo plano outras antigas vilas e cidades coloniais igualmente importantes na região, como Mariana, Congonhas, Sabará, entre outras.

No caso específico de Ouro Preto, a cidade está inserida em um contexto que canaliza para si um grande fluxo de vida, marcadamente associado a suas características enquanto cidade histórica e patrimônio cultural da humanidade. Não obstante as implicações contemporâneas e legais dessa participação de Ouro Preto no cenário mundial através da atuação de instituições patrimoniais, como o IPHAN e a UNESCO, as características cosmopolitas (MESKELL, 2009) parecem recuar no tempo e estarem associadas ao abafamento dos demais lugares e ao grande fluxo de pessoas e mercadorias que circularam e circulam na região.

Hoje é bastante comum e notória a presença de cidadãos e cidadãs de outras nacionalidades em Ouro Preto. O grande e acelerado fluxo de estrangeiros está associado ao turismo global e de massa que preenchem constantemente e lotam eventualmente a cidade. Há também uma boa quantidade de estudantes, artistas e cientistas estrangeiros que optaram por morar temporariamente na cidade, além dos estrangeiros que escolheram morar no Brasil e

em Ouro Preto por diferentes motivos, como trabalho com turismo, artesanato, artes, comércio, família, entre muitos outros.

É necessário destacar, conforme apresentado no segundo capítulo, que para a construção da abordagem territorial não farei distinção clara entre o rural e o urbano e nem estabelecerei recortes temporais estáticos. Assim como no trato com o(s) território(s), as referências aos diferentes períodos – tais como séculos XVIII, XIX, e assim por diante, ou período colonial e imperial – são feitas mais no intuito de localizar temporalmente e espacialmente os eventos citados do que de circunscrever seus alcances e ressonâncias a esses períodos e lugares. Da mesma maneira, são feitas referências aos processos de regionalização, às categorias regionais e aos diferentes espaços de Minas Gerais nos diferentes períodos.

Outra ressalva consiste no destaque dado a eventos e processos que se relacionam e mesmo que ocorram simultaneamente e parcialmente sobrepostos, que remetem a dinâmicas de temporalidades, tais como (1) a descoberta de ouro e a formação dos núcleos de povoamento e centros de mineração vinculados a elas; (2) a abertura de vias de acesso (caminhos e estradas) e circulação dentro do território mineiro; (3) e a diversidade de propriedades rurais (grandes e pequenas) que surgem nesses contextos e território. A partir do século XIX, (4) abordarei de maneira crítica as perspectivas de que a região das minas entra em situação de abandono, devido à decadência da atividade mineradora, movimento que teria culminado com a transferência da capital estadual para Belo Horizonte. Posteriormente, passarei à (5) atuação do movimento modernista e a criação dos órgãos responsáveis pela patrimonialização e gestão de bens culturais (SPHAN) chegando, assim, à (6) atualidade, que será tratada mais especificamente em capítulo posterior, no qual a Feira também será incorporada à pesquisa e posta em cena. Por fim, é necessário destacar que a abordagem dialoga com a produção historiográfica sobre os temas; no entanto, quando possível, foram priorizados estudos arqueológicos, nos quais serão também incluídas as abordagens construídas nos capítulos anteriores, as panelas de pedra-sabão, seus produtores e usuários, além dos lugares por elas habitados.

O início da colonização do território que hoje compreende o estado brasileiro de Minas Gerais remete às entradas e bandeiras para aprisionamento de indígenas e busca de metais preciosos. A importante contribuição dos bandeirantes nesses eventos e processos é abordada, e algumas vezes exaltada, desde a historiografia tradicional à contemporânea. Essas historiografias também destacam a não menos importante participação dos indígenas, aprisionados ou não, que ensinaram aos colonizadores os caminhos e trilhas, além de habilidades, como modos de andar, vestir e comer, essenciais para o deslocamento no

território e o sucesso dessas empreitadas (HOLANDA, 1994; SOUZA, 1997, RESENDE, 2007; VENÂNCIO, 2007). Algumas dessas trilhas e caminhos se transformam em importantes vias de acesso que, com diferentes gradações, guiaram e canalizaram a circulação e a movimentação na província de Minas Gerais e no território colonial a partir do século XVIII, conforme já abordado pela Arqueologia histórica em Minas Gerais (ALMEIDA, 2012). Alguns desses caminhos e estradas atualmente são considerados patrimônios culturais e rotas turísticas bastante conhecidas e exploradas em Minas Gerais, como é o caso do circuito turístico da “Estrada Real”.

À descoberta e exploração do ouro nas Minas Gerais, que teve seu apogeu em meados do século XVIII, também é creditado o surgimento dos primeiros núcleos de povoamento colonial associados, principalmente e tradicionalmente, a essas atividades. Esses núcleos eram considerados lugares vitais que tinham total atenção da metrópole portuguesa na tentativa de controle e exploração do território mineiro, em que se observam mecanismos de poder que vão desde o controle político e ideológico à extração das riquezas e dominação e escravização das populações indígenas que, até então, habitavam a região (RESENDE, 2007; VENÂNCIO, 2007). Nesse período, “os arraiais mineiros crescem tão vertiginosamente, que em poucos anos, muitos deles atingiram a dignidade de vila” (ZEMELA, 1991, p. 53), como é o caso de Vila Rica (atual Ouro Preto) e a vila de Nossa Sra. do Ribeirão do Carmo (atual Mariana), primeiras a receberem esse título já no início do século XVIII.

A “corrida pelo ouro” em Minas Gerais, ao mesmo tempo em que associada a um processo e relação histórica entre a humanidade e as explorações auríferas (no continente africano, por exemplo), aumentou o fluxo de vida e acionou novos ritmos e movimentos de interiorização da colonização e circulação no território, com a intensificação das relações entre as “áreas litorâneas e as ilhas de povoamento internas” (CHAVES, 2002, p. 2). Além disso, “nesse contexto, definir o domínio sobre um território e, portanto, demarcar fronteiras internas e externas, impõe o desenvolvimento de cartas terrestres” (RESENDE, 2007, p. 21). Isso porque no Brasil colonial o sistema viário de comunicação até então caracterizava-se “pela ausência de conexões intermediárias expressivas” e era composto “por vetores autônomos na forma de vias terrestres ou fluviais com duas extremidades básicas – o sertão e o litoral – e tendo a via marítima as que lhes conferia alguma unidade” (MORAES, 2007, p. 56). Não por acaso, no século XVIII, há uma cartografia histórica na qual os mapas passam a ser “documento de Estado”, se propondo cada vez mais “científicos” (RESENDE, 2007) e servindo a dominação sobre seres e coletivos (coletivos humanos – sociais, étnicos, culturais – território, recursos minerais, ambiente, etc.).

Ao abordar a historiografia tradicional sobre Minas Gerais, Ângelo Alves Carrara indica que ela era condicionada e importava-se em realçar um sentimento de “brasilidade” e “mineiridade”, além de apontar para a presença de uma oposição entre os espaços: “o sertão, com seu ritmo peculiar, em quase oposição à costa, onde ressoavam mais intensamente as flutuações metropolitanas” (CARRARA, 2007, p. 14). Relativizando essa percepção, o mesmo autor aponta que “no espaço econômico da mineração muitos eram seus caminhos, e talvez, o que é mais comum, mais numerosos ainda seus ‘descaminhos’, o que contraria mais firmemente seu isolamento” (CARRARA, 2007, p. 47). No extremo, essas novas perspectivas podem indicar que litoral-interior passam a manter novas relações, não mais consideradas duais e excludentes, mas associativas, havendo uma espécie de envolvimento entre os espaços. A partir delas, podemos perceber um território mineiro colonial composto por muitos caminhos e fronteiras fluidas, com movimentos que se expandem e comprimem considerando-se a materialidade dessas estradas e o alcance das pessoas e coisas que por ali circulavam. Mafalda Zemela (1991), por exemplo, aponta que, no século XVIII, a província de Minas Gerais, criada em 1720, mantinha vias de circulação de mercadorias com São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e também com a Europa.

Em livro intitulado “Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674-1807”, Ângelo Alves Carrara constrói uma abordagem de história econômica numa perspectiva regional, destacando o mercado interno, a agricultura e a pecuária, na qual apresenta como “conclusão inevitável”: “desde a primeira metade do século XVIII já não se pode falar em Capitania de Minas como um conjunto de regiões economicamente homogêneas” (CARRARA, 2007, p. 59). Assim, os dados por ele levantados e apresentados, somados a outras pesquisas recentes, parecem apontar:

[...] na direção da perspectiva de que o funcionamento da economia de Minas no período considerado [1674-1807] não estava tão estritamente vinculado à atividade mineradora, como a historiografia até bem recentemente no-lo apresentava (CARRARA, 2007, p. 39).

Essa historiografia clássica, por sua vez, daria lugar a “uma Capitânia cuja população dependia em menor grau do ouro” (CARRARA, 2007, p. 67). A partir dessa passagem do autor, e destacando a segunda metade do século XVIII, é possível uma aproximação desses habitantes ou populações rurais com “os homens que não mineravam” (MENESES, 2007a) e com a dinâmica dos ofícios mecânicos, dos artífices e artesãos – conforme desenvolvida no

capítulo anterior –, que compunham parte importante da coletividade e que não estavam diretamente ligados às atividades de mineração.

A sociedade mineira do século XVIII foi marcada pela grande presença de grupos sociais que ocupavam espaços entre “Sr.es” e “escravos”. Esse universo dos “desclassificados do ouro” (SOUZA, 1990) – até pouco tempo considerado uma espécie de universo paralelo, inacessível e inexistente – é composto por vadios, colonos livres e libertos, entre muitos outros que se ocupavam das mais diversas atividades, tais como lavoura, artesanato, entradas, trabalho em presídios, obras públicas, atividades artísticas, comércio, polícia privada, nas fronteiras e expansão territorial, milícia, corpos militares, etc. Cada uma dessas categorias de “desclassificados” trazem ainda consigo novos universos, pois formam coletividades que compunham parte significativa da sociedade e situavam-se entre e/ou fora da dicotomia “Sr.es” e “escravos”, dinamizando as relações e chamando atenção para agentes históricos até então desconsiderados. De uma maneira simples e direta: se até pouco tempo atrás não se considerava o poder de ação e as agentividades dessas pessoas humanas, marginalizadas e desconsideradas, quem dirá a de objetos mundanos.

Seja no meio urbano ou rural, de fronteiras tênues, fluidas ou mesmo inexistentes, aparentemente habitavam o território de Minas Gerais no século XVIII diferentes modos de vida e existência que compartilharam experiências cotidianas, conhecimentos, habilidades e mobilidades. Conforme colocado por José Newton Coelho de Meneses:

Minas Gerais no século XVIII, como outras regiões da América, é uma fronteira. São espaços polissêmicos de negociação de rumos, onde a diferenciação e a busca identitária impõem conflitos de interesses e choques de temporalidades (MENESES, 2013, p. 23).

As múltiplas temporalidades podem ser percebidas através da diferença nos ritmos das atividades desenvolvidas (INGOLD, 2000), havendo também co-existências e relações entre elas.

Nesse contexto, chamo atenção para as mobilidades das panelas de pedra a partir da presença de uma comunidade de artesãos em **Cachoeira do Brumado (CB)**, que aparentemente surgiu na primeira metade do século XVIII. Tal como colocado nos tópicos e capítulo anteriores, a mobilidade das oficinas e o surgimento das comunidades nos arredores dos centros urbanos remetem a uma territorialidade que, nesse caso, perpassa seres e lugares. Num movimento do particular para o geral, são indicativos dessas mobilidades híbridas e/ou compartilhadas entre pessoas e coisas: as relações com as pedreiras, o manejo da água para o

funcionamento do torno, a própria construção do torno e da oficina, a produção sazonal e – de certa maneira – itinerante das panelas de pedra, a circulação e os (re)usos desses artefatos após saírem das oficinas e suas presenças e situações nos museus. É possível apontar, assim, que o ritmo das atividades de mineração, das atividades rurais (grandes e pequenas), das atividades dos oficiais mecânicos e, mais especificamente, das atividades dos artesãos paneleiros são diferentes entre si e componentes de parte das múltiplas temporalidades mineiras.

O **sítio arqueológico Casa de Pedra (SACP – Amarantina)** se insere nesse contexto, pois se trata de uma edificação bandeirista feita em pedra no início do século XVIII. É necessário dizer que as datas relativas à edificação são baseadas em documentação histórica, dado que não foram feitas datações dos materiais arqueológicos encontrados, como louças, vidros e metais, para associá-los aos fragmentos de pedra-sabão (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a, 2014b). No entanto, destaca-se que ela teria servido como:

[...] estalagem, que abrigava os viajantes que pela estrada passavam. A localização na qual se encontrava, constituía a fronteira entre o meio rural e o urbano, levando tropas e mercadorias à Vila Rica. Um universo cultural ali se encontrava, como fazendeiros, mineradores, militares e simples viajantes (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014a, p. 22).

Amarantina, distrito de Ouro Preto no qual se encontra o sítio arqueológico em questão, atualmente se situa na beira de uma rodovia federal (BR-356), distante em linha reta aproximadamente 25 km do centro histórico de Ouro Preto, entre este e o município de Itabirito. Uma aproximação no mapa oficial que atualmente representa a “Estrada Real”, o distrito de Amarantina aparece situado na interseção do caminho velho com o caminho de Sabarabuçu, na região de Ouro Preto.

sentido de temporalidade específica (pausa) e de território específico (pouso). Por isso podemos definir o pouso como uma forma espacial nascida da espera dos homens em deslocamento e dedicada ao acolhimento dos homens em pausa (VIDAL, 2016, p. 401).

Relacionando-os aos “territórios da espera” (VIDAL, 2014, p. 285 apud VIDAL, 2016) e citando a abordagem sobre “existência móvel” (SOUZA, 1997), Souza coloca que “apesar de sua fragilidade e instabilidade, os pousos participaram do processo histórico de territorialização da sociedade brasileira, servindo de nós de articulação ao movimento de interiorização” (SOUZA, 1997, p. 412). Não obstante, “as práticas sociais experimentadas nos pousos (que vão da língua falada à culinária, sem esquecer as cerimônias religiosas praticadas) permitem sua socialização” (VIDAL, 2016, p. 409).

Mesmo sem conseguir acessar a espacialidade dos artefatos no sítio em questão, a presença exclusivamente de panelas pode ser indicativa de sua participação nas refeições, compartilhando e contribuindo a vida desse lugar específico. Há de se cogitar, por exemplo, que os hóspedes e/ou viajantes, em seus momentos de pausa e descanso em meio ao movimento constante, eventualmente se deparassem com as panelas de pedra nas quais poderiam ser preparadas e servidas refeições. É possível apontar, assim, novas e possíveis mobilidades, territorialidades e temporalidades das panelas de pedra, nesse caso específico, vinculadas principalmente a suas circulações e (re)usos fora das oficinas e sua presença em lugares de pouso nas estradas e caminhos da região.

Outro exemplo que pode ser retomado é o do **sítio arqueológico Fazenda do Padre Fraga⁸⁸ (SAFPF)** que, conforme visto anteriormente, trata-se de uma fazenda construída entre as décadas de 50 e 60 do século XVIII, onde se desenvolveram atividades diversificadas e simultâneas, como a mineração, a pecuária e a agricultura, cuja datação do material arqueológico indicou um intervalo de 1780-1860 (COOPERATIVA CULTURA, 2008, 2010). A presença panelas e outros artefatos de pedra-sabão nos diferentes espaços da fazenda, conforme visto no primeiro tópico deste capítulo, remete a mobilidades específicas e compartilhadas entre os artefatos, as pessoas humanas e o lugar. Considerando que a fazenda poderia eventualmente ter também recebido hóspedes e a presença de um vaso de pedra-sabão

⁸⁸ As datações para o sítio histórico foram feitas através de documentação histórica oficial e aplicação de fórmula *South* às louças, conforme de praxe na Arqueologia histórica. A datação do material de pedra-sabão é complexa e relativa na medida em que consegui perceber apenas uma diferença nas estrias resultantes dos tornos hidráulicos e elétricos, referentes já à segunda metade do século XX. Não obstante, há possibilidade de datação através dos períodos de ocupação do sítio e do material associado, conforme feito. Essas informações, junto a outras relacionadas aos sítios arqueológicos estudados, encontram-se no tópico anterior, e as referentes às marcas no material arqueológico, bem como o processo produtivo e a confecção da planilha de análise encontram-se colocados em Anexo da tese, nesse caso seguindo a mesma estrutura apresentada no mestrado (MELQUIADES, 2011).

com características distintas do restante da coleção do sítio situado na área de uma possível “pequena capela” (Cooperativa Cultura, 2008; 2010) sugerem a participação das vasilhas de pedra-sabão em diferentes eventos e processos, tendo seu trânsito em diferentes lugares. Além da possibilidade de compartilhar o espaço das refeições com as vasilhas de pedra-sabão, é possível que viajantes tenham encontrado esses artefatos em espaços e lugares de religiosidade.

É necessário destacar que, nesta pesquisa, considero a paisagem construída e edificada como a abertura de caminhos e construção de estradas; a conformação dos núcleos urbanos mineradores, praças, ruas, edifícios públicos, particulares e religiosos; as grandes e pequenas propriedades rurais, ranchos e pousos e muitas outras enquanto participantes nas territorialidades e temporalidades mineiras, evidenciando os envolvidos na vida das panelas de pedra-sabão.

No caso do Brasil e, mais especificamente, de Minas Gerais é com plena participação desses lugares que se davam as relações coletivas e o andamento do mundo comum no período colonial, bem como se manifestavam e constituíam modos de vida e existências cujas mobilidades e territorialidades emaranhadas dão pulsação, movimento e vida ao território em suas diferentes escalas. Assim, estradas, malhas urbanas, igrejas, fazendas, casas de camponeses, edifícios militares, religiosos, públicos e privados, as ruas, praças e demais espaços públicos urbanos, entre muitos outros, são lugares participantes nas experiências de habitação desse período que podem também ser percebidos como mecanismos de controle que, no limite, servem para disciplinar (ZARANKIN, 2002, 2005). Como extensão orgânica ou por mutualismo, essas relações perpassam os seres do coletivo, atingindo assim simultaneamente corpos, mentes, pessoas humanas, coisas, organismos e ambientes.

No território de Minas Gerais, a historiografia tradicional aponta que, com o declínio da produção de ouro no último quartel do século XVIII, os antigos arraiais e vilas de mineração – especificamente, a região de Ouro Preto e Mariana – deixam de ser centro da vida urbana para serem “esquecidos” durante o século XIX. Ângela Brandão parte da descrição de viajantes que estiveram na região de Minas Gerais durante o período para afirmar que: “a partir do século XIX (...) começou a existir uma espécie de convenção historiográfica, segundo a qual estas cidades haviam começado a viver em ruínas e em decadência” (2006, p. 6).

Ao introduzir (para posteriormente relativizar) as perspectivas sobre a “opulência e decadência das Minas Gerais”, Carrara afirma que a “infância da Capitânia coincide com o tempo de sua grandeza” (2007, p. 21). Além disso, diz que referências sobre sua decadência

ou, mais especificamente, sobre a decadência da mineração aurífera e da cobrança de impostos aparecem em documentos das Câmaras das vilas de Minas a partir 1740. Segundo esse historiador:

Persistindo a redução anual dos rendimentos do quinto, índice seguro da queda da produção de ouro, e avultando a dívida relativa à compleição da quota de cem arrobas, o fantasma da derrama, programada para 1789 influiu fortemente nas representações das Câmaras sobre a decadência da Capitânia. O resumo da matéria foi feito em junho de 1789 pelos camaristas de Mariana, que repetiam as expressões tornadas correntes a partir de então: a Capitânia de Minas Gerais chegara a um *estado de miséria extrema*, e o seu futuro estava ameaçado por uma *total ruína*. O diagnóstico, aliás, era o mesmo apresentado pelas Câmaras de São João del Rei e de Mariana em 1744: o esgotamento do ouro aluvional (CARRARA, 2007, p. 22).

Na mesma época, no entanto, Carrara mostra que aparecem referências à diversidade econômica da Capitânia em um dos documentos por ele citados. O autor, por sua vez, considerava a decadência das atividades de mineração do ouro, “mas ao mesmo tempo considerava Minas Gerais *abundantíssima em carnes de porco e de vaca baratas*, e bem provida de *grãos, hortaliças, e frutos ordinários do país*” (CARRARA, 2007, p. 27, grifo do autor).

Ana Paula Ribeiro Freitas faz uma revisão da “historiografia mineira” voltada para “a crítica à tese de decadência e Minas no século XIX e a diversidade econômica” (2009, p. 14). No bojo dos debates, a autora cita, entre outros aspectos, a cafeicultura na Zona da Mata mineira e a presença de indústrias de siderurgia e têxtil. Ao se referir ao trabalho de Douglas Libby, a autora coloca que:

Numa perspectiva próxima a de Robert Slenes, o autor analisou a complementaridade dessas atividades no processo de diversificação da produção e concluiu que havia uma relação simbiótica entre as indústrias de transformação e a agricultura mercantil de subsistência. Assim, mesmo nas atividades industriais, aparentemente mais desligadas da agricultura de subsistência, os produtos daquelas atividades supriam demandas oriundas da agricultura de subsistência numa relação de trocas recíprocas. Ou seja, determinados setores da economia considerados dinâmicos, como as atividades manufatureiras, siderúrgicas e da mineração subterrânea, teriam ajudado na autossuficiência da província, como o custeio dos gastos produtos e a demanda por escravos, colaborando assim, para a manutenção de uma economia escravista não ligada à exportação (FREITAS, 2009, p. 22).

Dessa maneira, “o debate revisionista sobre o século XIX mineiro se centrou na vinculação ou não entre o setor exportador e o setor de subsistência e abastecimento, bem como na importância de cada um destes setores para a economia regional” (FREITAS, 2009, p. 23).

Clotilde Andrade Paiva e Marcelo Magalhães Godoy (2002), em artigo intitulado “Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do século XIX”, apresentam mapas populacionais e de desenvolvimento regional de Minas no período e mapas com as unidades de produção distribuídas nas diferentes regiões mineiras e com a circulação de produtos e mercadorias dentro e fora da província. Em tópico conclusivo, o estudo aponta que:

A economia da Província de Minas Gerais caracterizava-se por pronunciados contrastes internos. Embora o processo de diferenciação do desenvolvimento econômico remonte a centúria anterior, somente no século XIX consolidou-se divisão regional do trabalho. O principal indicador da posição relativa das regiões na economia provincial era a intensidade e natureza das vinculações com mercados externos. Todavia, a desconcentração espacial da produção, a diversificação econômica das unidades produtivas e a demanda constante de vasto mercado intraprovincial asseguravam grande flexibilidade para os agentes econômicos, facultando-lhes ampla liberdade na determinação da distribuição dos fatores produtivos e do sentido da produção (PAIVA e GODOY, 2002, p. 54).

Ainda segundo esses autores, “a especialização era a antítese da típica *fazenda mineira*” (PAIVA e GODOY, 2002, p. 54, grifo dos autores). Para eles, o autoconsumo, os fluxos locais ou para mercados vicinais, os fluxos internos de longa distância (intra e interregionais) e os fluxos externos (interprovinciais) não eram excludentes, apontando para uma “complementaridade e interdependência na complexa estrutura econômica provincial” (PAIVA e GODOY, 2002, p. 54). “A convivência de sólidas conexões internas com ampla inserção em mercados externos”, propulsionou em Minas Gerais “o surgimento de organização econômica original”, “introvertido e extrovertido ao mesmo tempo. Plural, independente e elástico” (PAIVA e GODOY, 2002, p. 55). Assim, concluem os autores que “a grande desigualdade na distribuição espacial da população resultava da diversidade dos processos de ocupação e da posição relativa na reestruturação produtiva que se seguiu a retração da mineração” (PAIVA e GODOY, 2002, p. 55).

Conforme já mencionado, o território abarcado nesta pesquisa consiste na região do Quadrilátero Ferrífero Mineiro em determinada escala. Trata-se de um território de longa história de vida, que envolve dinâmicas de regionalização próprias. Uma delas, necessária à abordagem proposta, é a diferenciação entre Minas do ouro e do ferro (REBELATTO, 2014; BRITTO, 2011). Esta é utilizada para se referir à região dos atuais municípios de Santa Bárbara e Itabira, ambos os municípios vizinhos à Ouro Preto e Mariana, todos situados na Mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, onde “a atividade ferrífera se desenvolveu em

conjunto com a extração mineral do ouro no oitocentos e que deixou em seus núcleos urbanos e aspectos naturais os efeitos da atividade metalífera” (BRITTO, 2011, p. 9).

O século XIX presencia o desenvolvimento de diversas forjas nessa região, fato evidenciado pelos relatórios encomendados pelos estudiosos da Escola de Minas de Ouro Preto. Em um desses relatórios, Bovet e Ferrand salientam os benefícios da utilização da forja catalã, que consumia uma quantidade menor de carvão para uma produção maior de ferro e necessitava de um menor número de mão de obra (BRITTO, 2011, p. 126).

Em Minas Gerais e, especificamente, na região estudada, além da grande e marcante presença de tendas e oficinas de ferreiro durante o século XVIII, encontram-se fábricas de ferro de grande porte durante o século XIX. Em relação às Minas do ferro, estudos apontam que “de acordo com os parâmetros da época, tal área contou com significativas instalações: a Fábrica do Morro do Pilar, a Fábrica do Girau e a Fábrica do Onça, sendo a primeira de maior destaque” (BRITTO, 2011, p. 16). Assim:

Pode-se referir que a região em foco teve a criação de suas primeiras povoações no período da mineração aurífera, como muitas outras localidades mineiras. No final do século XVIII e durante o século XIX, todavia, a economia diversifica-se, mas a extração do ouro não foi abandonada; pelo contrário, ela continuou presente durante todo o século XIX, seja em proporções maiores, representadas especialmente pelas mineradoras britânicas que tiveram presença constante na região, como em pequenas fazendas de mineração e faiscção ligadas também a outras atividades. Entretanto, não é o ouro que mais chama nossa atenção para a região, e sim a diversificação, inclusive com presença de atividades manufatureiras ligadas à extração de outro mineral abundante nestas localidades: o ferro (REBELATTO, 2014, p. 14).

No século XIX, além do SAFPF (1780-1860), há a possibilidade de que existam outros sítios arqueológicos cujas datações e análises até o momento não foram finalizadas e/ou divulgadas (SCIENTIA, 2012, 2014). Chamo atenção também para o possível surgimento das atividades de produção desses artefatos na comunidade de Santa Rita de Ouro Preto, situada em Ouro Preto. Nessa comunidade, não foi desenvolvido o estudo etnográfico e colaborativo, mas constam referências que datam o início da produção de placas de pedra-sabão como sendo do século XIX, possivelmente associada a uma grande fazenda da região. Não parece, portanto, que as oficinas de placas de pedra-sabão do período colonial e imperial mineiro se situassem nas áreas mais urbanizadas e populosas, mas sim, e como permanecem em alguns casos até hoje, nos arredores e em diferentes contextos, tais como comunidades, grandes e pequenas propriedades rurais, entre outras.

Não obstante, é também nesse período de precariedade da vida e “decadência” econômica mineira ou, mais especificamente, de decadência da mineração aurífera que se têm

as primeiras referências sobre um mercado de tropeiros no largo de Coimbra, local da atual Feira de Artesanato do Largo de Coimbra no centro histórico de Ouro Preto. Além da vocação para comércio que o Largo de Coimbra tem (CASTRIOTA, 2009; MARINHO, 2015) e sua importante – mesmo que por vezes desconsiderada e marginalizada – história de vida e participação no processo histórico e cultural em suas diferentes escalas (MELQUIÁDES, 2014), a presença de painéis de pedra-sabão nesse lugar de comércio remete ao século XIX. Sobre os alcances das mercadorias e circulação das coisas que eram vendidas no passado, não há como saber⁸⁹; mas, no presente, a *Feirinha de pedra-sabão* atinge outros estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás, por exemplo), países (Chile, Peru, Argentina, Estados Unidos, Itália, França, por exemplo) e continentes (Europa e Ásia, por exemplo). No entanto, mesmo em escala regional e considerando os sítios arqueológicos envolvidos, esses movimentos podem ser indicativos de mobilidades híbridas das coisas, a partir das quais as painéis de pedra eram colocadas nos lombos dos burros e vendidas e/ou trocadas em diferentes lugares para diferentes pessoas humanas, dentre os quais a feira, que será mais detalhadamente tratada no Capítulo posterior.

A edificação da cadeia de Ouro Preto (1785 -1855), que hoje abriga o **Museu da Inconfidência (MI)**, também foi levada a cabo em um momento em que a região e/ou território se encontrava em situação “precária”. Com a queda das atividades de mineração e para a manutenção da obra e existência do edifício, foram impostos inúmeros sacrifícios à sociedade (coletivo) pelo então Governador e Capitão-Geral Cunha de Menezes, chegando a ser caracterizado como regime de terror (MOURÃO, 1994, 1999). O clamor público acerca da dolorosa empreitada teve tamanho eco que alcançou os dias de hoje. As “Cartas Chilenas” são um conjunto de textos atribuídos a Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) escritos como crítica ao governo colonial. Nas cartas, encontram-se várias referências à construção da edificação e o contexto das atividades.

Ora, pois louco chefe, vai seguindo/ A tua pretensão, trabalha, e força/ Por fazer imortal a tua fama./ Levanta um edifício em tudo grande,/ Um soberbo edifício, que desperte/A dura emulação na própria Roma/Em cima das janelas e das portas/Põe sábias inscrições, põe grandes bustos,/Que lhes porei, por baixo, os tristes nomes/Dos pobres inocentes, que geraram/Ao peso dos grilhões, porei os ossos/Daquele que os seus dias acabaram,/Sem Cristo e sem remédios, no trabalho./E nós, indigno chefe, e nós veremos/A quais destes padrões não gasta o tempo (GONZAGA, 2012, p. 54).

⁸⁹ Dentro do Programa de Gestão Coletivo proposto, o registro da feira como lugar e atividade tradicional pretende incluir entrevistas com famílias e/ou antigos feirantes, familiares e demais pessoas que tenham memórias sobre o passado no largo do Coimbra (feiras, mercado, praça).

Figura 20 – Desenho do naturalista Hermann Burmeister, representando a “casa de Câmara e cadeia”, em Ouro Preto – MG, entre 1850 e 1852

Fonte: Wikimedia Commons⁹⁰.

Nesse contexto, a transferência da capital do Estado de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte⁹¹, em 1897, é apontada como um possível golpe de misericórdia em uma cidade que antes teve uma história de vida de destaque nacional e internacional. “Com a perda da centralidade política e administrativa, Ouro Preto submerge em um período de esquecimento, estigmatizada como cidade decadente, velha e atrasada” (NATAL, 2001, p. 1). Além da perda da qualidade de sede político-administrativa, houve um esvaziamento populacional descrito como um abandono da cidade que “encontrava-se em franco processo de depauperação à época da transferência da capital; sua população variava em torno de 10.000 almas; isto significava um decréscimo de cerca de 45%” (NATAL, 2001, p. 2).

A passagem do século XIX para o XX marca, no entanto, também um momento de surgimento dos primeiros discursos que mostram Ouro Preto enquanto cidade Histórica (MOURÃO, 1990; NATAL, 2001). É importante notar como esse movimento envolve a ideia de tempo enquanto progresso relacionado a percepções e modos de existência ocidentais modernos, que consideram um único sentido da flecha do tempo na busca da purificação, da dissociação entre fato e valor, objetivo e subjetivo, natureza e cultura (LATOUR, 2004).

⁹⁰ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hermann_burmeister_camara_municipal_ouro_preto.jpg?uselang=pt-br>. Acesso em: 13 dez. 2017.

⁹¹ A mudança da capital mineira já estava prevista na primeira constituição republicana do Estado, promulgada em 1891. Belo Horizonte, a nova capital, começa a ser construída em fevereiro de 1894 (Natal, 2001).

Assim, por mais que pareça antagônico, o mesmo sentido único e progressista de tempo que levou à construção de uma nova capital representante da ordem e do progresso (segundo os novos modos de existência modernos, instituída alegoricamente de uma nova concepção de urbano com seus espaços planejados) e que levou ao abandono de Ouro Preto, também se manifesta na instituição desses lugares abandonados enquanto significativos de um passado glorioso. Esses locais mostram-se como lugares da memória que, por isso, devem ser preservados e protegidos, sendo um dos cerne dos processos de patrimonialização pelos quais passaram as cidades históricas na região em questão e no Brasil. Segundo Natal, “embora o progresso fosse ansiado, era a sacralização de Ouro Preto como cidade histórica, a luta contra a ação do tempo e a favor da conservação, que começavam a vir à tona nos discursos que focavam a cidade no período em questão” (2003, p. 4).

Nesse processo de transformação da materialidade que envolve a significação histórica da cidade de Ouro Preto, as comemorações ocorridas em 1911 para celebrar os 200 anos da criação da Vila Rica, atual área urbana de Ouro Preto, tiveram importância fundamental. Associado a esse evento, no mesmo ano houve a publicação de um livro intitulado “Bicentenário de Ouro Preto: memória histórica”, cujos ensaios foram escritos por personalidades de destaque político e intelectual da época, como Diogo de Vasconcelos, Lúcio dos Santos, Augusto Velloso e pelo editor Nelson Senna.

Os esforços e apoio vieram de instituições políticas como o Congresso mineiro, o Governo Estadual, a Câmara e a Prefeitura local. Segundo Senna:

A ideia de celebrar a data bicentenária de Ouro Preto, com festas dignas de tão notável efeméride, não foi aventada somente pelos moradores da cidade, mas reclamada por todos os mineiros dentro e fora do Estado (...). A posição especial da cidade na história nacional, o seu título de capital durante dois séculos, impuseram à sua data natalícia o relevo de uma questão patriótica para solenidades, que não tivessem, como não tiveram, cunho algum nativista, senão generalizado e reconhecido, como próprio de todo povo mineiro (SENNA, 1911, p. 315).

O evento marcou uma apresentação oficial da cidade histórica de Ouro Preto a toda a “nação brasileira”, sendo cada vez mais significada como “vitrine da história e da tradição, da cultura, da identidade e dos bons costumes do povo mineiro” (NATAL, 2001, p. 15) e contribuindo para “a educação cívica dos brasileiros” (SENNA, 1911). No livro editado por Senna, não faltam referências a “personalidades históricas de vulto, como Tiradentes, Aleijadinho e Felipe dos Santos” que são lembrados em meio à cidade e aos lugares testemunhos e “referências do seu passado glorioso, heroico” (NATAL, 2001, p. 18).

Nesse mesmo contexto, ainda defendia-se a necessidade de integração das cidades de Ouro Preto e Belo Horizonte, como se houvesse uma extensão entre elas, uma ligação intrínseca, coexistência harmônica e interdependente, destacando-se a perspectiva de que “uma cidade é prolongamento da outra” (SENNA, 1911, p. 316). Segundo Natal:

Dessa forma, os fantasmas da transferência da capital, que envolviam Ouro Preto, seriam exorcizados: esta não seria mais uma cidade renegada, inferiorizada, esquecida, mas sim o suporte moral da cidade moderna, a raiz da mineiridade. Desse modo, aliava-se um discurso progressista, em prol de Belo Horizonte, portanto da cidade moderna, a um discurso de conservação da tradição, tendo em vista a cidade de Ouro Preto. Passado e futuro eram, então, vistos como face de uma mesma moeda: enquanto Belo Horizonte representava o espírito empreendedor do mineiro, o desenvolvimento econômico, o progresso, Ouro Preto representava a raiz desse progresso, o nascedouro da identidade mineira (NATAL, 2001, p. 19).

O efeito da eleição e significação de Ouro Preto como patrimônio histórico e cultural foi tão eficaz e potente que, desde então, passou a influenciar profundamente a vida da cidade. Nos anos seguintes ao bicentenário, décadas de 1910, 1920 e 1930, várias figuras de importância política e intelectual voltaram seu olhar para a cidade. Prova disso é a famosa excursão dos modernistas, dirigida por Oswald de Andrade, para fazer um estudo histórico, artístico e cultural de Ouro Preto. Nesse ritmo, em 1933, ela é decretada oficialmente monumento nacional, passando a ser tutelada pelo Governo Federal. Em 1937, com a criação do SPHAN, Ouro Preto passa a ser de responsabilidade das instituições governamentais especializadas em patrimônio.

Não obstante o caráter seletivo e/ou antropofágico e colonialista desses processos de patrimonialização que ocorrem no início do século XX, esse parece ser um momento importante para as panelas de pedra-sabão, na medida em que há uma aproximação com o Estado, percebida através da etnografia publicada no boletim do ministério da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio de Janeiro, feito pelo químico alemão Oskar von Burguer em 1927, recorrentemente citado nesta tese. Até este momento da pesquisa, esse é o principal documento histórico escrito e encontrado sobre a produção de panelas de pedra-sabão em Minas Gerais. O documento, que é recente considerando-se a antiguidade da produção, pode estar relacionado novamente aos estigmas que fluem para constituição e manutenção de impercepções, desconsiderações, invisibilidades e abandonos que atingem as panelas de pedra-sabão enquanto objetos mundanos.

Adentrando o segundo quartel do século passado no contexto descrito, Ouro Preto, juntamente com sua dinâmica e tudo que é inerente a ela (significância e qualidade enquanto lugar da memória e patrimônio histórico e cultural), torna-se cada vez mais representativa de

uma identidade mineira e nacional. Considerando o passado como elemento constitutivo das relações de poder do presente (FERREIRA, 2008, 2010), percebe-se novamente um projeto que não reconhece o outro como parte de seu passado e visa legitimar a dominação sobre grupos e territórios (SALAZAR-SIERRA, 2009), reproduzindo posturas colonialistas (DIETLER, 2005).

Não obstante todo o contexto no qual se desenvolveu a edificação do M, a criação e abertura do museu ao público também ocorreram nesse período, mais especificamente em 11 de agosto de 1944, ano em que se comemorava o bicentenário do poeta e inconfidente Tomás Antônio Gonzaga. O pavimento térreo mostrava o ‘mausoléu’, onde se encontravam documentos da inconfidência, como o relógio de Tiradentes e o último volume da devassa. Outra sala, também no piso térreo, foi “dedicada inteiramente a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho” (MOURÃO, 1994).

Refletindo sobre a possibilidade de existência de temporalidades e territorialidades específicas desses movimentos, ou seja, atividades de patrimonialização desencadeadas pelas ações do movimento modernista em Minas Gerais, pode-se perceber que, além da abertura do MI, o tombamento das edificações do MO e da SACPA, bem como de outros monumentos históricos na região, também estão associados ao movimento modernista.

Sobre os outros monumentos históricos patrimonializados na região e período em questão, um caso de destaque são os doze profetas de Aleijadinho, cujas réplicas em miniatura estavam expostas na feira durante o período de minha etnografia, conforme será visto no capítulo posterior. Já o conjunto arquitetônico, paisagístico e escultórico do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, situado em Congonhas e construído nos séculos XVIII e XIX, foi tombado pelo SPHAN em 1939 (FRANÇA, 2015).

A consagração internacional de Congonhas, como uma das mais altas expressões do barroco brasileiro, deu-se quando esse conjunto foi considerado como ‘Patrimônio da Humanidade’ pela UNESCO, que concedeu à cidade Diploma de Monumento Mundial no dia 6 de dezembro de 1985. Até essa data, apenas Ouro Preto (MG-1980), o Centro Histórico de Olinda (PE-1982), as Missões Jesuíticas e as Ruínas de São Miguel das Missões (RS-1983) tinham recebido tal título (FRANÇA, 2015, p. 26).

Conforme mencionado no Capítulo 1, o MO foi oficialmente instalado em 1946, mediante solicitação feita pelo SPHAN para que o imóvel da antiga Casa de Intendência e Fundação de ouro da Coroa Portuguesa e da residência do intendente local abrigasse a instituição museal (DINNOUTI, 2009). Já o SACPA foi reivindicado por Sylvio de Vasconcellos – arquiteto e historiador tido como um dos precursores da arquitetura

modernista em Minas Gerais e no Brasil – em 1959 para abrigar um “Museu dos Tropeiros”, sendo a edificação cedida ao SPHAN e tombada em 1963 (REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014).

Assim, é possível apontar para temporalidades específicas ligadas aos ritmos das atividades de patrimonialização que ocorrem nesse contexto, envolvendo seleção, preservação e gestão dos patrimônios culturais eleitos como de importância regional e nacional. Por sua vez, remetem a territorialidades e a movimentos que envolvem estes diferentes lugares na constituição de identidades regionais e nacionais.

A abordagem aqui proposta parte da percepção dos patrimônios como fenômenos modernos (HARTOG, 2006; CRIADO-BOADO E BARREIRO, 2013; FERREIRA, 2017). François Hartog aponta que:

O século XX é o que mais invocou o futuro, o que mais construiu e massacrou em seu nome, o que levou mais longe a produção de uma história escrita do ponto de vista do futuro, conforme aos postulados do regime moderno de historicidade. Mas, ele é também o século que, sobretudo no seu último terço, deu extensão maior à categoria do presente: um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade. Um presente já passado antes de ter completamente chegado. Mas, desde o fim dos anos 1960, este presente se descobriu inquieto, em busca de raízes, obcecado com a memória. A confiança no progresso se substituiu a preocupação de guardar e preservar: preservar o quê e quem? Este mundo, o nosso, as gerações futuras, nós mesmos. (HARTOG, 2006, p. 271).

Este “presentismo”, conforme colocado pelo autor, está associado a regimes de historicidade modernos, que transpassam os patrimônios e os processos de patrimonialização, vistos como fenômeno moderno, e se referem aos “modos de articulação do presente, do passado e do futuro” (Hartog, 2006). Nesse mesmo sentido, Criado-Boado e Barreiro apontam que “o patrimônio é o lugar de cruzamento de diferentes racionalidades culturais” e destacam que “toda sobreposição de acontecimentos é uma sobreposição de racionalidades” (2013, p. 10).

Em tese que trata do Museu de Arqueologia de Itaipu, Maria Ferreira (2017) aborda questões relacionadas à memória e ao patrimônio nos diálogos com a comunidade e coletividades que reivindicavam direito sobre os patrimônios. Passando pelos regimes de historicidade, aponta que “o atributo singular dessa mudança atual da estrutura de repetição duradoura é disfarçar-se de uma produção de memórias constante, utilizando o patrimônio como um poderoso instrumento para suprir esses elos entre experiência e expectativa” (FERREIRA, 2017, p. 33). Nessa perspectiva, Hartog coloca que “o patrimônio é um recurso

para o tempo de crise. Se há assim momentos do patrimônio, seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo” (2006, p. 272).

Meneses (2009) pontua o cuidado necessário na consideração de “que a tradição está se perdendo e corre o risco de ser extinta” (MENESES, 2009, p. 25). Ainda segundo o autor, embora possa parecer comum e “natural pensar que a tradição é um facilitador da continuidade de ações e do processo interpretativo dos modos de fazer tradicionais, uma vez que permanece materializada na sobrevivência de várias comunidades”, os processos tradicionais “têm dificuldades em sua reprodução no nosso tempo e isso reforça o medo da ‘perda’ e a busca de patrimonialização” (MENESES, 2009, p. 25).

Felipe Criado-Boado e David Barreiro abordam o patrimônio também como fenômeno moderno e colocam que o “patrimônio existe agora, mas nem sempre existiu; antes haviam outras coisas que ainda não eram patrimônio”⁹² 2013, p. 6). Os autores continuam:

Como tal, o patrimônio existe apenas agora e no agora. E é que o patrimônio, bem como as ciências humanas e sociais que o significam (embora não só o façam), é um fenômeno moderno (Hernández 2008). Para que se realize um processo de patrimonialização (de apreciação social para uma determinada entidade primária que se torne assim um objeto patrimonial), deve ocorrer uma série de fenômenos culturais (memória coletiva, vínculos de identidade, criação de um senso de lugar) que não são especificamente modernos. Mas é moderno o modo como esses fenômenos são formalizados ao nível do discurso e da prática⁹³ (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 6).

Nesse sentido, “o conceito de patrimônio tal e como entendemos, para o bem e para o mal, é um conceito iluminado pela racionalidade moderna”⁹⁴ (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 6). “Esta realidade ambivalente (antiga e atual, pretérita e presente, nossa e dos outros) do patrimônio multiplica os estratos e complexidades de usos e valoração sobre eles”⁹⁵ (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 7).

Com o devido cuidado para não haver confusão entre os termos moderno e modernista, este utilizado aqui para se referir ao movimento modernista brasileiro que foi

⁹² “[...] el patrimonio existe ahora, pero no ha existido siempre; antes había otras cosas que no eran todavía patrimonio” (Criado-Boado e Barreiro 2013, p. 6).

⁹³ “Como tal, el patrimonio solo existe ahora y en el ahora. Y es que el patrimonio, igual que las ciencias humanas y sociales que lo significan (aunque no únicamente lo hagan ellas), es un fenómeno moderno (Hernández 2008). Para que se dé un proceso de patrimonialización (de aprecio social hacia una entidad primaria dada que, así, deviene em objeto patrimonial) tiene que darse una serie de fenómenos culturales (memoria colectiva, vínculos identitarios, creación de un sentido del lugar) que no son específicamente modernos. Pero sí que es moderno el modo en que dichos fenómenos se formalizan a nivel del discurso y de la práctica” (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 6).

⁹⁴ “En este sentido, el concepto de patrimônio tal y como lo entendemos, para bien y para mal, es um concepto alumbrado por la racionalidad moderna” (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 6).

⁹⁵ “Esta realidad ambivalente (antigua y actual, pretérita y presente, nuestra y de otros) del patrimonio multiplica los estratos y complejidades de uso y valoración sobre él” (Criado-Boado, 2013, p. 7).

precursor e responsável pela consolidação e institucionalização da gestão dos patrimônios nacionais na primeira metade do século XX, destaca-se a possibilidade de aproximá-lo das perspectivas acima, indicando uma temporalidade própria ao movimento modernista brasileiro que perpassa os patrimônios, tais como o tombamento de edificações e a formação e abertura de museus.

Nesse sentido, mesmo sendo comum tomar como início das políticas de preservação dos patrimônios no Brasil o movimento modernista do início do século XX e a criação do SPHAN na década de 1930, os processos de patrimonialização podem ser percebidos anteriormente a essa data, conforme apontado nesta pesquisa e evidente na bibliografia sobre o tema. No entanto, as iniciativas preservacionistas começam a gerar resultados mais consistentes na década seguinte, o primeiro deles sendo a declaração da cidade de Ouro Preto como monumento nacional no ano de 1933, “em reconhecimento a seu rico passado histórico palco da Inconfidência Mineira - e a seu opulento patrimônio edificado, a maior parte do qual era àquela altura atribuído ao gênio máximo da arte colonial, o mítico Aleijadinho” (PINHEIRO, 2006, p. 7). No ano seguinte, 1934, “foi promulgada a nova Constituição Federal, que, em seu Capítulo II, artigo 148, incluiu entre os deveres do Estado a proteção dos ‘objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país’” (PINHEIRO, 2006, p. 8).

No contexto internacional e ocidental, embora a preservação do patrimônio vinculada à ação estatal tenha se consolidado em vários países europeus durante o século XIX, é na década de 1930 que surgem os primeiros textos regulamentando as práticas no plano internacional, através dos documentos conhecidos como cartas patrimoniais, como a Carta de Atenas redigida em 1931 (SANT’ANNA, 2015, p. 4). Nesses documentos e contextos dos anos 1930, no entanto, “‘preservação’ equivalia à conservação de uma arquitetura monumental para o futuro” (SANT’ANNA, 2015, p. 5).

Regulamentada a atuação do SPHAN através do Decreto-lei 25/37 – documento redigido pelo seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade com provável influência de Mário de Andrade –, as reflexões e ações acerca dos patrimônios culturais tornam-se mais intensas e agora de responsabilidade também desse órgão. Mesmo havendo uma “preocupação em conceituar o que é patrimônio, inclusive estendendo esta conceituação a expressões da cultura popular” (PINHEIRO, 2006, p. 8), é apontada, em termos práticos, uma “centralização exacerbada das atividades preservacionistas - seleção de bens para tombamento, critérios de restauração, etc. – nas mãos de um grupo muito restrito de técnicos” (PINHEIRO, 2006, p. 9). Nas décadas posteriores, segundo a autora:

Outro inconveniente é a associação imediata entre “patrimônio” e os conteúdos ideológicos que interessavam ao Estado Novo à época, tais como o estímulo ao sentimento de nacionalidade e a pretensão de amalgamar a nação em torno de uma identidade cultural “consentida” (PINHEIRO, 2006, p. 9).

Além disso, mais um inconveniente é o fato de que, na prática, os “critérios privilegiavam a excepcionalidade e a representatividade dos bens culturais de alguns momentos específicos da história brasileira” (PINHEIRO, 2006, p. 9).

No plano internacional, o período de reconstrução pelo qual passou a Europa após a Segunda Guerra (principalmente os anos 1960) levou a “avanços conceituais relacionados à ampliação na noção de patrimônio e à nova perspectiva econômica que fundamenta o conjunto de intervenções, ações e instrumentos que promovem sua preservação” (SANT’ANNA, 2015, p. 7), que são percebidos nas cartas patrimoniais do período. Assim, documentos como a Carta de Veneza (1964) e outros “afirmam também a importância do papel do Estado como ator fundamental da preservação e responsável por sua infraestrutura legal e institucional” não conferindo “papel relevante aos demais atores sociais” (SANT’ANNA, 2015, p. 7). “Os objetos da preservação, por excelência, são ainda a obra de arte, o testemunho arqueológico e a arquitetura” (SANT’ANNA, 2015, p. 7).

No histórico dos processos de patrimonialização e da legislação e gestão dos patrimônios, “a atuação do SPHAN passou a inserir-se no processo de internalização da preservação” na década de 1970-80, havendo uma ampliação do conceito de monumento “e a questão da preservação da ambiência dos bens tombados e dos centros históricos passa a colocar-se de forma indiscutível, seguindo, aliás, o debate internacional a respeito” (PINHEIRO, 2006, p. 12).

Assim, as décadas de 1970-80 foram marcadas pela “consolidação de uma noção ampliada de patrimônio cultural”, com destaque para o turismo, “a participação social e o respeito aos usos e funções urbanas tradicionais” (SANT’ANNA, 2015, p. 9). “Os objetos patrimoniais se tornaram mais variados, mas o patrimônio constituído foi ainda consequência dos valores por eles atribuídos” (SANT’ANNA, 2015, p. 9).

Mais recentemente, chegando à contemporaneidade, o patrimônio passa a ser também “um ramo principal da indústria do turismo” que “é objeto de investimentos econômicos importantes” (HARTOG, 2006, p. 270). Sua gestão, preservação e valorização se inserem, portanto, “diretamente nos ritmos e temporalidades rápidas da economia de mercado de hoje, chocando-se e aproximando-se dela” (HARTOG, 2006, p. 270).

Neste ínterim, Ouro Preto é atualmente Patrimônio Cultural da Humanidade (título dado pela UNESCO em 1980), com movimentada vida cultural, científica, artística e urbana. Na esteira, Minas Gerais entra em cena como potência do turismo cultural, destino dos pacotes turísticos que exploram e extrapolam as estradas reais, as diversas vilas e arraias e os demais lugares e coisas ainda remanescentes do período colonial, além de parques que atuam como atrativos associados ao grande número de eventos que acontecem atualmente na região.

É necessário reforçar que a atribuição do título de “patrimônio”, ou a transformação das coisas mundanas em patrimônios, perpassa disciplinar, ordenar, hierarquizar e gerir tais locais. Além disso, tal titulação é uma atribuição oficial – para a qual foi criado um órgão público (IPHAN) – em que, a despeito dos intelectuais que estavam à frente, houve uma “opção” pelos vestígios e indicadores da memória, conforme demonstrado. As referências culturais que não se enquadravam, não foram valorizadas. Nessa situação encontram-se, por exemplo, os vestígios indígenas como indisciplinados, ou seja, fora das categorias definidas e atribuídas pelos olhares modernistas. Apesar de questões como a pluralidade e territorialidades já estarem presentes nos escritos de Mário de Andrade, só nos anos 1980 é que outros vetores das heranças e expressões culturais presentes passam a ser consideradas.

Com o advento da modernidade, houve a (re)construção de espaços e lugares (a Capital Belo Horizonte, como exemplo extremo) e a instituição de histórias e patrimônios que elegeram e exaltaram os grandes personagens e fatos de uma história oficial, invisibilizando a maior parte dos agentes históricos, pessoas humanas e coisas mundanas. Isso ressoa no atual abandono das comunidades de artesãos paneleiros e da *Feirinha de pedra-sabão* que sofrem com restrições, coerções e violências políticas manifestadas também nas relações espaciais e cotidianas de produção e comércio. Nesse caso, lembram-se novamente dos desencontros entre os artesãos paneleiros e as pedreiras em CB (Mariana, MG) e do atual projeto de transferência da Feira do Largo do Coimbra para a antiga Santa Casa de Ouro Preto. Acrescenta-se a esse quadro a ausência de referência a qualquer um deles nos museus da região, representados pelos que foram diretamente estudados nesta pesquisa.

No sentido oposto, na pesquisa de mestrado, a perspectiva de identificar um território patrimonial visa possibilitar também a inserção de outros vestígios e manifestações que ficaram de fora do quadro oficial. Assim, depois de definido como “viva” para referir-se a uma malha de lugares participantes na longa história de vida da população de vasilhas de pedras-sabão (MELQUIÁDES, 2011), o território foi adjetivado de patrimonial. Isso porque, deslocando o foco temporariamente para os museus e possibilidades de planos e programas de gestão, percebe-se a aproximação de diferentes instituições em função das responsabilidades

por um patrimônio comum, as vasilhas de pedras-sabão, com potencial para dar visibilidade a elas e aos seres humanos produtores, comerciantes e usuários.

Com esse intuito, no território definido na pesquisa, será feito um relato de experiências e reflexões sobre o potencial de programas de gestão participativos e/ou colaborativos que podem se ocupar da gestão e desenvolver ações que visem à preservação, valorização e divulgação dos patrimônios. Não obstante, e na medida em que devidamente articulados, os debates sobre programas de incentivo e legislação que tratam do patrimônio cultural em Minas Gerais e no Brasil também serão tratados no próximo capítulo.

A partir das espacialidades e mobilidades das panelas de pedra, é possível abordar suas territorialidades, caracterizadas através das maneiras como essa população de artefatos se movimenta e habita, individual e coletivamente, um conjunto de espaços e lugares, definindo territórios a partir de suas interações. Essas temporalidades, por sua vez, estão associadas às temporalidades percebidas a partir dos ritmos das atividades desenvolvidas nesses locais e considerando a variabilidade de atividades que podem ser desenvolvidas no mesmo local, ontem e hoje.

Dentro das possibilidades levantadas nesta pesquisa (e num esforço criativo para apontamentos sobre as territorialidades e temporalidades das panelas de pedra), pode-se apontar a possibilidade de uma panela ter sido confeccionada nas oficinas (independente do lugar específico) para, posteriormente, ter circulado no território (caminhos e ruas), podendo passar por atravessadores, feiras e mercados. Assim, a panela chega aos locais de usos e, depois, é descartada e/ou guardada, se transformando em material arqueológico e/ou indo para os museus, transformando-se em semióforos ou viabilizando uma instituição cultural e educativa que se utiliza de verbas públicas para gerir memórias, patrimônios, territorialidades e temporalidades. Trata-se de uma visualização simplista, direta e didática, para qual se necessitaria considerar, conforme o que foi colocado nesta pesquisa, um grande número de variáveis e possíveis caminhos percorridos por elas. Esse fluxo dos materiais que envolve materialidades, mobilidades, territorialidades e temporalidades pode ser considerado componente de modos de vida e existência específicos das panelas de pedra.

Não obstante as relações técnicas e tecnológicas colocadas em capítulo anterior e destacando o processo de industrialização e modernização pelo qual passa a região e o Brasil no século XIX e XX, o relato do Sr. Antônio Guilherme de Lima, já mencionado neste capítulo, mais uma vez pode colaborar para uma melhor visualização.

Na fazenda de seu pai, em Conceição do Mato Dentro, citada por Sr. Antônio, havia uma oficina de panela de pedra. É importante destacar que ele passou parte da sua infância no

lugar e acompanhou parte do cotidiano na oficina: *“Menino, curioso, acompanhava aquilo”*. Ao descrever as estruturas e materiais das oficinas presentes na sua memória, ele apontou características específicas dos tornos de painéis de pedra, diferenciando-os de outros (como os de moinhos de fubá e cana) por ser horizontal e pelos diferentes tipos de roda d’água. Além disso, ele descreveu técnicas e procedimentos específicos de produção: *“Primeiro torneava a pedra no formato da panela. Depois cortava por dentro. Depois tinha outra peça que cortava, tirava aquele miolo dentro. Era bonita a panela! (...) Os caras que trabalhavam lá eram artistas!”*.

Quando perguntado sobre a situação dos trabalhadores, se eles moravam na fazenda ou em outro lugar, Sr. Antônio contou que: *“Tinha rancho lá para os trabalhadores... Eles moravam lá! Talvez umas quatro pessoas, mais ou menos. Fazia muita panela. Levava para Conceição. Conceição, na região era o ponto comercial principal, né?! Em Conceição eles forneciam para o mercado da cidade. E eles vendiam para Belo Horizonte, para outras cidades, para o lado de Serro, Diamantina. O ponto principal é o mercado de Conceição”*.

Ao abordar a circulação de materiais entre as fazendas da região de Conceição do Mato Dentro, Sr. Antônio contou de uma fazenda de um de seus tios que tinha uma fundição de ferro: *“agora, a fazenda de Santa Cruz era pertinho de Conceição, onde tinha a indústria de Ferro. Fazia enxada, machado, foice, bigorna, marreta... Fornecia para o mercado de Conceição”*. Após essa fala, foi perguntado sobre as ferramentas de ferro utilizadas nas oficinas de painéis de pedras. Ele respondeu: *“era industrializado aqui mesmo”*.

Se considerarmos a descrição de Sr. Antônio junto às falas do artesão *Bilu* sobre a *ventaneira* utilizada por seu pai para amolar o *ferro de tornear*, conforme abordado no capítulo anterior, elas se situam no mesmo período, primeira metade do século XX. As especificidades das relações, no entanto, são consideráveis: em termos espaciais, remetem a um artesão que mantém um sistema de fôlio adjacente ao torno (feito com uma pré-forma de painel) e outros que acessam o ferro através de uma indústria de ferro. A comparação, nesse caso, está sendo utilizada apenas para dimensionar as variáveis, distâncias e dinâmicas dessas relações, pois, se destacarmos apenas essas questões relativas à participação dos metais na produção, as diferenças são notórias, seja em termos espaciais e de mobilidades, de técnicas e/ou tecnológicas, de territorialidades e temporalidades.

CAPÍTULO 4 – UMA FEIRA NO MEIO DO CAMINHO

*“Dia da gente desexistir é um decreto – por isso que hoje o senhor aqui me vê”
(GUIMARÃES ROSA, 2001, p. 68).*

Além dos caminhos e lugares percorridos e habitados pelas panelas de pedra-sabão, colocados anteriormente, a presença de uma feira cuja denominação popular atual está associada à pedra-sabão, e que provavelmente participa da circulação destes artefatos ao menos desde o século XIX, pode ser percebida como um dos nós da rede (LATOUR, 2012) ou parte do organismo vivo da malha (INGOLD, 2008, 2011).

“No meio do caminho”, pois eu de fato encontrei a Feira de artesanato do largo de Coimbra no meio do processo de pesquisa. Em termos de registro do andamento e movimento das construções que compõem esta tese, de etnografia arqueológica e das ciências, eu pouco conhecia a Feira e ela não era inicialmente sujeito das pesquisas de mestrado e de doutorado. Visto que a pesquisa compreendia os lugares de comércio e circulação das panelas-sabão enquanto participantes das histórias de vida, territorialidades e temporalidades das panelas, a Feira já poderia ser considerada de início como um dos potenciais pontos de análise, assim como as comunidades de artesãos, os museus e os sítios arqueológicos. Em função da crescente importância que o estudo *da* e *com a* Feira assumiu, passou a integrar e compor o texto aqui apresentado.

Essa ramificação da pesquisa surgiu associada a um contexto de tensão política em torno do uso do espaço público que a *Feirinha de pedra-sabão* ocupa desde seu surgimento, com o questionamento inicial sobre suas possíveis qualidades enquanto patrimônio cultural. O questionamento levou a questões gerais, como: o que é patrimônio? Além de questões específicas acerca das possibilidades de registro da Feira como patrimônio cultural nas diferentes instâncias (municipal, estadual e nacional). Com essas questões, os debates fluíram para as implicações dos registros patrimoniais e a legislação vigente, desenvolvimento sustentável, colaboração e participação popular, entre muitas outras. Assim, mesmo que inicialmente informal e certamente alternativo, começou a ser desenvolvido um programa de patrimonialização da Feira Artesanato do Largo de Coimbra, situada no centro histórico de Ouro Preto, Minas Gerais.

A inserção das abordagens sobre a Feira na pesquisa pode ser percebida através das definições e debates colocados para os outros lugares, conforme abordado no Capítulo 3, que coletivamente ajudam a caracterizar o território em questão. É necessário recapitular que esses lugares participam no estabelecimento de linhas que contribuem com fluxo dos materiais e

formam uma malha (INGOLD, 2008, 2011). Podem também ser percebidos como constituintes de novas articulações e relações, dando novas amplitudes e ritmos para as espacialidades e as mobilidades das painéis de pedra-sabão dentro de um território, expandindo seus movimentos e apresentando novos lugares por elas habitados. Lugares existentes, persistentes e resilientes. No caso da Feira, até o início das pesquisas em 2013, ela era um lugar inexistente para mim.

Na tentativa de compartilhar minhas relações com Feira e as reflexões e discussões suscitadas, optei por estruturar este capítulo em três tópicos. Nos dois primeiros, referentes aos meus encontros com a Feira, descreverei a minha primeira aproximação através de um estudo que fiz sobre a Feira em 2013 (MELQUIÁDES, 2014). Além disso, foi elaborado um primeiro dossiê que foi entregue à Associação de Expositores do Largo de Coimbra (ADELC) e aos órgãos e instituições públicas de gestão dos patrimônios, tais como secretarias e IPHAN. Naquela ocasião, e finalizadas as pesquisas, restava claro para mim que a *Feirinha* não apenas tinha qualidades patrimoniais, como essas qualidades indicavam a possibilidade de registrá-la como patrimônio cultural em mais de uma categoria. Importante, nesse contexto, foi perceber que o abandono e/ou a desconsideração atingiam simultaneamente painéis, comunidades de artesãos atuais, feira e artesãos expositores e, potencialmente, fluía pela mesma rede e/ou malha identificada e abordada nesta pesquisa enquanto território.

Três anos após essa primeira pesquisa, os representantes da ADELC entraram em contato comigo pedindo uma consultoria e colaboração. Essa segunda etapa da minha relação com a Feira ainda está em andamento. Nela estão sendo feitos novos estudos colaborativos e foram estabelecidas novas reflexões e debates sobre gestão dos patrimônios, além de atividades alternativas de salvaguarda e comunicação dos acervos gerados que têm sido desenvolvidas, de maneira alternativa, pela ADELC e colaboradores.

Após abordar essas duas etapas de minha vida na Feira, o terceiro tópico tem como objetivo problematizar, com base nos patrimônios culturais abordados, nomeadamente as painéis e outros artesanatos, as comunidades de artesãos atuais, a *Festa da Painel de Pedra de Cachoeira do Brumado*, a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra e os museus sobre algumas possibilidades de gestão desses patrimônios dentro do território, visto enquanto território patrimonial. É necessário ponderar que, ao abordar as questões relativas à *Feirinha*, entramos no universo dos artesanatos de pedra-sabão, uma mudança considerável se comparada às das painéis, que têm como principal diferencial a utilização do torno. No entanto, a riqueza de materialidades e tudo a elas inerentes, conforme demonstrado para as painéis, também se aplica aos artesanatos. Por fim, tais procedimentos e debates não seguem

as tendências da patrimonialização generalizada, conforme constatada para a atualidade. Ao contrário, busca-se manter como princípio básico a ideia de que estudos e pesquisas densas e constantes sobre os patrimônios são extremamente necessárias, pois podem não apenas auxiliar na construção do conhecimento e gestão, como levar ao estabelecimento de diálogos e debates que envolvam empoderamento, aceitação da diversidade, autoestima, cidadania, entre muitos outros. As pesquisas e os programas e planos de gestão devem, para isso, ser preferencialmente colaborativos e/ou participativos e abertos ao debate público.

Conforme colocado por Fabíola Silva em texto apresentado no dossiê sobre povos indígenas, mas que também se aplica a outros povos e comunidades tradicionais:

No cenário mundial atual, o arqueólogo está entre os principais agentes responsáveis pela valoração do patrimônio cultural, sendo que sua *expertise* é fundamental nos debates sobre o gerenciamento dos bens culturais e preservação do meio ambiente e no entendimento das trajetórias históricas dos povos indígenas. Sua atuação profissional se expande para o campo das políticas públicas e, muitas vezes, ele adquire o papel de facilitador ou de mediador nas relações entre os diferentes sujeitos envolvidos nestas questões relativas à herança cultural (SILVA, 2017⁹⁶).

4.1 *Encontro: materialidades do lugar*

Conforme abordado no Capítulo 1, no qual foi feita uma apresentação da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra, sua denominação popular atual, *Feirinha de pedra-sabão*, está associada à forte presença dessa matéria-prima nos espaços da Feira. Há uma maioria esmagadora de artesanato de pedra-sabão, sendo as painéis minoria. Na época da pesquisa, em 2013, era um total de setenta *barracas*, divididas em quarenta *tendas* e trinta *boxes*. Desse total, em sete barracas estavam presentes painéis de pedra-sabão. Qualitativamente, dois feirantes expositores eram também artesãos paineleiros (Barracas B2 e B3 do Apêndice 17) e têm vínculos diretos com as comunidades de Santa Rita de Ouro Preto (Ouro Preto) e de CB (Mariana). O número de barracas com painéis de pedra-sabão, os tipos e localização dos produtos expostos e vendidos no espaço da feira e as pessoas envolvidas na sua produção e venda, sejam feirantes, expositores e/ou artesãos, variam em ritmo acelerado. Considerando os espaços internos da Feira, essas mobilidades são vividas relacionalmente e compartilhadas entre as coisas, os espaços e as pessoas nesse lugar e momentos específicos.

Na tentativa de perceber a história de vida daquele lugar e as relações que se estabelecem com outros seres humanos e não humanos, foi proposta uma ramificação na

⁹⁶ Disponível em: <<http://www.comciencia.br/sobre-as-praticas-colaborativas-entre-arqueologos-e-povos-indigenas/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

pesquisa inicial de doutorado para a inclusão de novos objetivos específicos que incluíssem a Feira, conforme já mencionado. Relembrando resumidamente e de maneira prática, essa mudança consistiu no deslocamento temporário das histórias de vida das painéis de pedra-sabão para a história de vida da Feira de artesanato e do Largo de Coimbra. A própria associação do nome da Feira ao lugar que ela ocupa já indicava um envolvimento e a necessidade de compreensão dessas histórias relacionais.

O que poderia ser visto inicialmente como um desvio de caminho, está ligado ao fato de que, em meu primeiro contato com a *Feirinha* e os artesãos expositores, em 2013, foram descritos para mim alguns casos de abusos e violências políticas sofridas por eles em função do uso do espaço público – Largo de Coimbra – e questionado sobre as possibilidades de ação, o argumento era de que a feira era um patrimônio popular, devendo ser oficializado enquanto tal. A situação narrada era de que a Feira seria retirada do Largo de Coimbra – em frente à Igreja São Francisco de Assis, no centro histórico – e transferida para o Paço da Misericórdia, na antiga Santa Casa de Ouro Preto, próximo à rodoviária da cidade. Segundo os artesãos expositores, as alegações e justificativas para a transferência ora eram as melhorias com as quais eles estavam sendo presenteados, ora uma decisão do Ministério do Público para remoção de todas as barracas, ora um crime contra o patrimônio, ora uma decisão da Prefeitura, ora um decreto de lei que proíbe o fazer artesanal e manifestação artístico-cultural em lugares públicos na cidade de Ouro Preto e assim por diante.

Atento às possíveis parciais e impercepções e atendendo à demanda dos artesãos expositores da ADELCO, foi proposto um estudo sobre a Feira de artesanato do Largo de Coimbra que levou a questões que auxiliaram na defesa da hipótese de que, nas relações entre as pessoas humanas, as coisas e os lugares, há uma permuta de propriedades e qualidades que podem ser percebidas através das materialidades. Assim, devido à importância que este estudo foi adquirindo no escopo da pesquisa, ele foi incorporado integralmente à tese.

A localização da Feira é uma das matérias-primas de sua existência, tendo grande influência tanto em sua prosperidade como em seus problemas e dilemas. O espaço público ocupado por ela desde seu surgimento é o Largo de Coimbra, situado no centro histórico de Ouro Preto, a menos de duzentos metros da Praça Tiradentes, em frente à igreja São Francisco de Assis, considerada uma das obras primas de Aleijadinho.

Atualmente, nas falas dos artesãos e expositores, também percebemos a localização da Feira enquanto fator existencial, destacando sua relação de integração com o restante da malha urbana. Ao falar sobre a falta de propaganda da *Feirinha de artesanato*, Cor Maria, feirante e artesã, em 2013, afirma que “não há propaganda devida e necessária. Ouro Preto

vende por si só. Não há divulgação sobre a feirinha”. Na fala da artesã, fica marcado que a propaganda da feira é uma extensão da propaganda da cidade, por estar em um espaço aberto e integrado. A Feira do Largo de Coimbra e a cidade de Ouro Preto, nesse sentido, se envolvem, passam a compor o mesmo coletivo, possibilitando permuta de propriedades. Nas palavras de Fernando César, um dos artesãos-feirantes, também em 2013: “A propaganda é natural. Ouro Preto é conhecido internacionalmente e, quando os turistas visitam a cidade acabam vendo a feirinha aqui e visitando e comprando algo”.

No que concerne às informações existentes sobre a história de vida da Feira e do lugar, existem referências de que, desde a criação do Largo de Coimbra no início do século XVIII, esse foi um espaço público de sociabilidade, tendo abrigado o Senado da Câmara e o pelourinho de Vila Rica (CASTRIOTA, 2009). A primeira reestruturação mais profunda no Largo de Coimbra aparentemente ocorreu entre o final do século XVIII e início do XIX, quando o pelourinho é substituído por um mercado de tropeiros. Ao abordar o Largo de Coimbra, Castriota (2009) aponta que:

Desde o início, porém, o local mostra uma grande vocação para uso comercial, que é reforçado pela introdução, já no século XIX, de um rústico mercado de tropeiros, que logo se torna ponto de grande movimento comercial e social na cidade. [...] Naquela região, estavam localizados os negócios mais importantes de secos e molhados e gêneros, além de fazendas e armazéns. Com isso, o Mercado de Antônio Dias, como era conhecido, vai ser o mais frequentado de Ouro Preto, centro de comércio e sociabilidade da cidade (CASTRIOTA, 2009, p. 143).

Há informações que citam o ano de instituição do mercado como sendo 1824, quando a Câmara municipal teria supostamente instituído “uma ‘feira’, com esse nome mesmo, no Largo de Coimbra, região central de Ouro Preto” (TÁRCIA, 2011, ver Apêndice 15). É necessário destacar, de antemão, que não é objetivo desta pesquisa buscar certezas nem a purificação (LATOURE e WOOLGAR, 1997), genuinidades e mitos fundadores. Ao contrário, acredita-se que não há dissociação fatos-interpretação (LATOURE, 2002b), mas sim concordância, portanto, a diferentes modos de pensar e se relacionar com o tempo e com o mundo. Independente se tenha sido ou não utilizado o termo “feira” naquela ocasião, as atividades de comércio e as sociabilidades inerentes são constantes no lugar (CASTRIOTA, 2009).

Marilêne Marinho aponta que com “a supressão do Pelourinho do Largo, entre os fins do século XVIII e início do XIX”, há uma “deslocalização e realocação de sentidos”, “o sentido de lugar símbolo do poder colonial se desloca para o sentido de lugar do comércio e de sociabilidades entre tropeiros e quitandeiros que abasteciam a cidade e circulavam notícias

em torno do rústico mercado” (2015, p. 117). Pensando em termos de materialidades e temporalidades, no entanto, pode-se retomar a ideia de que “toda sobreposição de eventos é sobreposição de racionalidade” (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 10) e que, portanto, também podem evidenciar diferentes temporalidades que participam da reestruturação dos espaços e lugares em diferentes escalas, no Largo de Coimbra e na cidade de Ouro Preto. As características materiais do mercado de tropeiros que havia neste período pode ser visualizado a partir de uma fotografia tirada por Marc Ferrez (1843-1923) em 1880, que mostra um avarandado com telhado.

Fotografia 112 – Foto: Marc Ferrez (1880). Largo do Coimbra, centro histórico de Ouro Preto, pouco antes dos inícios da obra para a construção do edifício do Mercado Municipal. A inserção das cores foi feita pelo projeto História em Cores e a versão preta e branca se encontra no Apêndice 16.

Fonte: <https://italostephanarquitecto.blogspot.com/2014/11/ouro-preto-em-1880.html>. Acessado em 2017.

É possível, no entanto, que a utilização desse espaço enquanto local de troca e venda de serviços, produtos e mercadorias (em outras palavras, lugar de comércio) tenha se iniciado antes mesmo do século XIX. Pensando nos “inúmeros mundinhos dos mercados a retalho e das trocas miúdas locais” (CARRARA, 2007, p. 63) que existem em Minas Gerais desde o século XVIII – de extrema importância para a circulação de mercadorias e para a manutenção da vida, somado à dinâmica dos oficiais mecânicos e das oficinas, barracas e tendas situadas

nos centros urbanos (conforme colocado nos Capítulos 2 e 3) –, é perceptível uma dinâmica vivida em lugares públicos de comércio e/ou troca que, no entanto, apresentam particularidades. Por exemplo, há de se refletir sobre a presença de tendas e/ou oficinas de artífices que prestavam seus serviços e/ou vendiam seus produtos coabitando ruas e espaços públicos nas vilas com os pequenos mercados. Nesses mercados, eram expostos e vendidos produtos de roça, secos e molhados, utensílios domésticos, ferramentas de trabalhos diversos, entre muitos outros, dentre os quais muito provavelmente as panelas de pedra-sabão.

Outro ponto a ser considerado é que Ouro Preto e a região passam por uma fase de depressão, esvaziamento populacional e abandono durante o século XIX. Assim, a institucionalização ou oficialização desse espaço como de possível produção, troca e venda de produtos e serviços pode ser visto também como resultado de demandas ou iniciativas dos poderes locais, regionais e/ou Imperiais para estimularem a manutenção da vida.

O termo “Mercado” parece ter sido utilizado em 1856, quando declaram ser “a praça do Mercado a casa (...) edificada no Largo do São Francisco de Assis” (TÁRCIA, 2011). No entanto, o governo de Minas decidiu construir um edifício para o “Mercado Municipal” em 1892, conforme pode ser visualizado na imagem e foto datadas de 1940. Para isso, substituíram as antigas estruturas por um prédio neoclássico ou eclético (Apêndice 16). Em 1894, apenas dois anos após o início da construção do edifício que abrigaria o Mercado Municipal de Ouro Preto, “paralisaram a obra do ‘palácio’ e em 1897 se foram (para a nova capital), doando 8 a 10 ‘colunas de ferro’ do palácio, para Barbacena” (TÁRCIA, 2011).

Figura 21 – “Largo do Coimbra, Ouro Preto, início da década de 1940”, pouco antes de sua demolição

Fonte: Vieira (2005, p. 8).

Segundo as informações e bibliografia pesquisadas, a edificação ficou praticamente abandonada durante algumas décadas, onde apenas funcionou um açougue em edificação anexa (VIEIRA, 2005). A partir da análise de pareceres, relatórios e cartas trocadas entre os técnicos do SPHAN, entre 1944 e 19445, Liliane de Castro Vieira observou a intenção de demolir o Mercado Municipal e inferiu a utilização do espaço enquanto área de lazer público, uma praça para qual havia um projeto, porém, sem referências ou data (VIEIRA, 2005, p. 11).

Figura 22 – Largo do Coimbra, Ouro Preto, Anteprojeto para aproveitamento da área resultante da demolição do mercado, Ouro Preto – SPHAN

Fonte: Vieira (2005, p. 11).

Essa mesma autora associa tais eventos e o processo de reestruturação desse espaço à instituição de uma política patrimonial nacionalista moderna que, através dos órgãos de gestão do patrimônio (como o SPHAN, na época) e do movimento modernista, elegem o que é “genuinamente” colonial, mineiro e nacional, com destaque, nesse caso, para a possibilidade de dar visibilidade à igreja de São Francisco de Assis (VIEIRA, 2005). Sobre esse mesmo evento e defendendo o mesmo ponto de vista, Castriota (2009) coloca que:

A nosso ver, no caso do Largo do Coimbra, uma ação visava garantir uma melhor visibilidade do monumento tombado [a Igreja São Francisco de Assis] ignora justamente a sua “memória do lugar”, a memória social ali depositada. O seu longo uso como ponto de comércio e sociabilidade é apagado, sem mais, por uma ação de inspiração puramente estética. A história local, a intrincada teia de relações sociais, econômicas e culturais, que compõem a fisionomia de um lugar e a vida de uma cidade, desaparece, assim, para dar lugar a um símbolo nacional idealizado (CASTRIOTA, 2009, p. 145).

Construída a área aberta para lazer e turismo, há um processo de (re)ocupação e (re)utilização desse espaço enquanto lugar de comércio, voltando às suas características iniciais tradicionais, novamente em espaço aberto e integrado ao seu entorno e com a cidade, no qual se desenvolvem atividades, produção e circulação de coisas. Esse processo pelo qual passou a *feirinha* durante esse período ainda é bastante confuso e leva a interpretações simplistas, que datam a formação da Feira do Largo de Coimbra apenas na década de 1980 (COSTA, 2009), deixando de fora mais de 150 anos de história da vida do lugar e das tarefas e atividades ali desenvolvidas. A questão com esses mal entendidos é que eles podem subsidiar tomadas de decisões políticas, como no caso da feira, e acabarem por permitir a (re)produção de relações de desconsideração e abandono que, por sua vez, incentivam e justificam o domínio e exploração sobre seres e coletividades. Exemplificando, mais de uma vez tal texto foi utilizado para desqualificar e/ou reduzir a significância da Feira e marginalizar ela e o trabalho de artesãos e expositores. Sobre esses mesmo processos e eventos, pesquisadores apontam que a “atitude drástica” (MARINHO, 2015, p. 115), em meados da década de 1940, de supressão do edifício do mercado insere-se nos processos de patrimonialização e gestão que, nesse caso, acabam obliterando a memória social do lugar (CASTRIOTA, 2009; MARINHO, 2015).

O lugar ocupado pela atual Feira de artesanato do Largo de Coimbra pode ser inicialmente compreendido através do conceito de “lugares persistentes”, originalmente definido por Schlanger como “um lugar que é usado repetidamente durante a ocupação de longo prazo de uma região” (1992, p. 92 apud MOORE e THOMPSON, 2012, p. 267). Segundo Christopher Moore e Victor Thompson:

Além disso, lugares persistentes podem consistir em um ambiente construído, intencionalmente ou não, de estruturas de reocupações. Resumido por Thompson (2010: 218), lugares persistentes: 1) consistem em locais físicos caracterizados pela concentração de recursos que os tornam particularmente adequados para uso; 2) têm características naturais ou culturais que estruturam a reutilização; e 3) são criados através da prática durante um longo período de tempo⁹⁷ (MOORE e THOMPSON, 2012, p. 267).

Ao aproximar a abordagem sobre lugares persistentes dos conceitos *taskscape* e *dwelling* (INGOD, 2010 apud MOORE e THOMPSON, 2012) e passando pelas habilidades, os mesmos autores apontam que esses lugares persistentes podem ser percebidos como locais

⁹⁷ “Additionally, persistent places may consist of a built environment that, intentionally or unintentionally, structures reoccupations. Summarized by Thompson (2010: 218), persistent places: 1) consist of physical locations characterized by concentrations of resources that make them particularly suitable for use; 2) have natural or cultural features that structure reuse; and 3) are created through practice over an extended period of time” (MOORE e THOMPSON, 2012, p. 267).

que estruturam e são estruturados pelo desempenho de tarefas e, portanto, participam na formação de unidades vivas, humanas e/ou objetais (INGOLD, 2010). “O conceito de *taskscape* invoca as inter-relações entre ou ‘interligação’ de tarefas e, portanto, o entrelaçamento de lugares persistentes” (MOORE e THOMPSON, 2012, p. 269). Assim, concluem os autores que:

Assim, os lugares persistentes são mais do que apenas lugares utilizados de forma redundante; são lugares onde os relacionamentos são criados e, como resultado, as identidades são formadas. O habitar cria memória e carinho para lugares persistentes, tornando-os "aprofundados pelo tempo e qualificados pela memória" (Clope e Jones, 2001: 651). Essa ênfase no tempo e na temporalidade, invocada pela natureza performativa das "*taskscapes*", é um dos pontos fortes da perspectiva da habitação. Também destaca a importância de uma abordagem multiscalar para o registro arqueológico, na medida em que as paisagens são temporariamente sem limites e não podem ser facilmente divididas em unidades analíticas simples, como períodos de tempo (Moore e Dekle, 2010)⁹⁸ (MOORE e THOMPSON, 2012, p. 269).

Atualmente é extremamente comum, além de parte do cotidiano da feira, as artesãs e os artesãos trabalharem o artesanato nas suas barracas, decorando-as através da confecção de desenhos por entalhe, *bordados* e pinturas. Importante destacar que a confecção de bordados em pedra é um dos motes de percepção da presença feminina na feira. Em se tratando de painéis de pedra-sabão, conforme mencionado, a participação feminina se restringe ao acabamento. No artesanato de pedra-sabão, de uma maneira geral, as artesãs estão presentes também na confecção e acabamento de peças geralmente não torneadas e de tamanhos menores.

⁹⁸ “Thus, persistent places are more than just redundantly utilized locations; they are places where relationships are created and, as a result, identities are formed. Dwelling creates memory and affection to persistent places, rendering them ‘deepened by time and qualified by memory’ (Clope and Jones, 2001: 651). This emphasis on time and temporality, invoked by the performative nature of taskscapes, is one of the strengths of a dwelling perspective. It also highlights the importance of a multiscalar approach to the archaeological record in that taskscapes are temporally unbounded and cannot be easily partitioned into simple analytical units like time periods (Moore and Dekle, 2010)” (MOORE e THOMPSON, 2012, p. 269).

Fotografia 113 – Artesã expositora decorando uma peça na Feira

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 114 – Detalhe da artesã expositora decorando uma peça na Feira

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 115 – Artesã expositora decorando uma peça na Feira

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 116 – Artesão expositor decorando uma peça na Feira

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 117 – Artesão expositor decorando uma peça na Feira

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 118 – Artesã expositora decorando uma peça na Feira

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Além das atividades de acabamento e decoração que ocorrem no espaço da feira, outras adaptações e mesmo a confecção de peças também são observadas. Nesse caso específico, as atividades contribuem com a problemática colocada no capítulo anterior: o que é fora das oficinas? O torneamento das panelas é feito em lugares específicos, com a participação de vários elementos e materiais que fluem coletivamente e criativamente para a

existência de tais atividades e das panelas de pedra. Esses lugares são sujeitos e objetos nas relações de constituição mútua que caracterizam as técnicas e tecnologias de confecção desses artefatos. No entanto, além das pedreiras e do lugar onde se situa o torno, as atividades de acabamento podem ser feitas em outros espaços, como nas moradias dos artesãos, conforme percebido em CB, e em lugares de comércio, como aponta o caso da Feira. Nesse sentido, pode-se perceber uma extensão entre esses lugares e apontar que a Feira é vivida pelos artesãos expositores como uma extensão de suas casas e oficinais.

Ao passo em que parte das mesmas atividades específicas se desenvolvem em diferentes lugares, oficinas e feira, é possível considerar que há uma permuta não apenas de características e propriedades, como também das atividades e tarefas realizadas nestes espaços e lugares. Se as oficinas forem consideradas em patamar análogo ao laboratório, conforme vem sendo colocado nesta tese, os lugares públicos de comércio e troca (mercados, feiras) não seriam também colocados em mesmo patamar das oficinas e laboratórios? É possível pensar essas questões relacionando-as também com os lugares de gestão e patrimonialização (museus)? Se os museus e a Feira são considerados laboratórios, seria possível considerar a Feira um museu? Conforme defendido nesta tese e respeitando as especificidades, acredito que sim, e que as justificativas aparecem em diferentes partes do texto. Para os princípios da Sociomuseologia, no entanto, é possível compreender a feira como campo expandido de musealização, onde alguns vetores dos processos museológicos se manifestam (VARINE, 2000; MOUTINHO, 2007).

Conforme colocado no capítulo anterior, as ações museais – nos casos estudados – esbarram no abismo existente entre os museus e as comunidades de artesãos atuais e entre os museus e a Feira, não aparecendo em nenhuma dessas instituições. De fato, os únicos lugares que suficientemente colocam em pauta questões da Feira e das comunidades de artesãos, são elas mesmas, sendo, portanto, possível considerá-las museus. Pensar a feira como museu permite relacionar as perspectivas teóricas contemporâneas da Museologia e alargar o conceito de museu para fora dos muros, se movendo, então, para outros espaços que não os edifícios que abrigam instituições museológicas tradicionais (VARINE, 2000).

As falas e memórias dos feirantes, artesãos e expositores, assim como os ritmos das atividades desenvolvidas no local, junto às relações espaciais, indicam uma dinâmica de ocupação histórica, popular e multicultural do largo. Essa dinâmica envolve temporalidades múltiplas e ganha novos ritmos com a chegada de novos grupos, os quais passam também a se relacionar e compor o lugar, a Feira e a cidade.

Segundo informações de Geraldo Raimundo Fidelis em 2013, feirante e artesão de 49 anos que começou a trabalhar na feira em 1984, antes os artefatos de seus pais e avós – painéis de pedra-sabão feitos em Santa Rita de Ouro Preto – eram expostos no chão, tanto sobre os alicerces do antigo mercado (área atualmente definida como perímetro oficial da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra) como no adro da igreja, na esquina com a rua Cláudio Manoel, e também em demais pontos e adjacências do largo de Coimbra. Até hoje, existem atividades artesanais sendo executadas e produtos expostos nessas áreas (Adro da igreja e Área de exposição 1). Só não foi percebido, atualmente, a utilização da área rente ao muro de arrimo que delimita a rua (Área de exposição 2) que, segundo informações, também teria sido utilizada para expor e vender serviços e produtos no passado.

Informações sobre os espaços e as mobilidades da feira estão presentes na maioria dos depoimentos registrados. Também em 2013, Fernando César Ferreira Guimarães, artesão e feirante de 50 anos, contou que começou a trabalhar na feira com 18 anos vendendo joias e anéis de prata que eram expostos dentro do carro. “O pessoal [os mais velhos] trabalhava e expunha no adro da igreja. Aqui [onde atualmente é a Feirinha] era estacionamento de ônibus”. A percepção dessas mobilidades relacionais vividas na feira foi possível apenas na medida em que desloquei temporariamente o foco das painéis de pedra-sabão e passei a compreendê-las como protagonista da pesquisa. Na visualização dessa relação entre seres humanos e não-humanos e no que toca às materialidades envolvidas, destaco a fonte e/ou tanque de água e a igreja São Francisco de Assis, bem como as vivências e definições que os diferentes seres humanos (arqueólogos, artesãos, expositores, turistas, moradores locais, entre outros) têm dos espaços da feira (MELQUÍADES, 2014).

Uma das atividades desenvolvidas durante a etnografia na feira e que remete a essas relações consiste no pedido feito por mim aos artesãos expositores para que fizessem individualmente desenhos do espaço da Feira. O mesmo pedido foi feito a uma arqueóloga colaboradora, Camila Jácome, que ficou encarregada de fazer um croqui geral com o objetivo principal de representar em planta baixa o espaço da feira, para eu posteriormente plotar as informações relevantes para a pesquisa, tais como barracas entrevistadas, tipos de artefatos, procedências, usos dos espaços, mobilidades, entre outras que serão feitas no decorrer da análise (ver Apêndice 17).

Fotografia 119 – Feirante carregando baldes de água retirados da fonte para limpeza de parte da feira durante a manhã

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

Fotografia 120 – Grupo de turistas se refrescando na fonte durante uma tarde de sol

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

Fotografia 121 – Turistas e locais descansando no gramado adjacente à fonte

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

Fotografia 122 – Feirante comprando frutas após o almoço em sua barraca

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

Dos quinze desenhos recolhidos, treze tratam a feirinha enquanto conjunto de barracas sobre a calçada e os alicerces do antigo mercado, ocupando parte do largo de Coimbra (ver Apêndice 20 e 21). Se, por um lado, essas representações podem indicar a presença (consciente ou não) de uma concepção de espaço recortado, estático, objetivo, passível de domínio, outras relações mostram percepções diferentes. No contraponto, dois feirantes e a arqueóloga representaram o espaço da *feirinha* enquanto transcendente dos limites contemporâneos oficiais. Lembrando que esse limite oficial do espaço da feira corresponde ao atual, aparentemente instituído pelo poder público através da Prefeitura municipal no final do século passado.

No entanto, se consideradas a história de vida da feira e as materialidades e mobilidades dos materiais que a compõem, percebe-se uma dinâmica espacial mais ampla, um

movimento que se expande pelos espaços adjacentes e se integra à cidade de Ouro Preto. A fonte de água (ver Croqui Apêndice 17: Estrutura-Artefato 8), por exemplo, atualmente situa-se do outro lado do largo, a menos de vinte metros ao oeste da feira, na calçada, em cota topográfica pouco superior a ela. Adjacente à fonte, encontra-se atualmente um gramado com um declive de aproximadamente 45° aumentando no sentido noroeste. Posteriormente ao gramado, segue uma calçada e uma pousada de luxo. Atualmente a fonte é utilizada pelos feirantes tanto em atividades individuais (lavar as mãos, o rosto, se molhar) quanto para a limpeza da feirinha. Em termos mais amplos, a fonte por si só se relaciona intrinsecamente com o grande número de pessoas humanas que por ali trafegam, incluindo turistas e população local, que se utilizam das suas águas e do gramado para descanso.

Ainda com o foco de escala micro, mas agora voltado para a relação histórica e espacial entre a feira e para essa fonte de água, pode-se perceber, simultaneamente, verticalidade e horizontalidade nas relações que envolvem as materialidades. Ao que aparenta a fotografia tirada no final do século XIX, antes da construção do mercado municipal, a fonte ou um tanque e as atividades entorno dela encontrava-se dentro do espaço da feira. Posteriormente, muito provavelmente com a construção do edifício do mercado, a fonte foi transferida para o atual local (ver Apêndices 16 e 17).

Na imagem ampliada não fica claro, mas é provável que estruturas ou artefatos móveis, tais como cochos, bicames, vigas para amarrar os animais, assentos (bancos) e locais de descanso, além de estruturas partes componentes da fonte, por exemplo, existissem no espaço da feira⁹⁹. Parte desses artefatos-estruturas está hoje no gramado adjacente à fonte de água.

⁹⁹ Isso sem considerar as ferraduras e fragmentos de artefatos das tropas (madeira, metal, cerâmica, vidro, louça, entre outras) que poderiam ser resgatados com uma escavação arqueológica, remetendo potencialmente ao cotidiano e às atividades desenvolvidas no local.

Fotografia 123 – Possível cocho de pedra utilizado na antiga feira (Estrutura-Artefato 1 do Croqui)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

Fotografia 124 – Possível bica de pedra utilizada na antiga feira (Estrutura-Artefato 5 do Croqui)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

Fotografia 125 – Possível cocho de pedra utilizado na antiga feira (Estrutura-Artefato 3 do Croqui)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

Fotografia 126 – Estrutura-Artefato 4 do Croqui (sem uso identificado)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

Extrapolando, essa materialidade remete a fluxos de materiais e relações espaciais das quais participavam agentes que nem sempre, ou quase nunca, são considerados nas dinâmicas coletivas, como parece ser o caso das percepções contemporâneas que não consideram a associação feira-fonte d'água. Não obstante, essas materialidades participam atualmente com nítida ação sobre o cotidiano e o andamento do mundo comum e, por isso, não as considerar, a meu ver, é incoerente e improdutivo. No limite, isso seria destituí-las de sua existência e instituir perspectivas demasiado assimétricas sobre as relações e modos de existência ligados à gestão e o andamento do cotidiano no mundo comum (LATOUR, 2004), dando brecha a determinismos e dominações. No mesmo sentido, o movimento e fluxo de materiais nos diferentes espaços indicam mobilidades compartilhadas a partir de perspectivas de habitação e das diferentes tarefas e atividades desenvolvidas no lugar (INGOLD, 2000).

Atividades ligadas à alimentação e às refeições dos artesãos expositores também remetem a relações espaciais, porém, movendo para lugares fora do espaço da feira. No período de acompanhamento e vivência da feira em 2013, quatro feirantes – Fabíola (barraca G3), Milton e Eli (barraca F4) e Patrícia (barraca E5) – tinham fogareiros que eventualmente eram utilizados para esquentar a comida trazida pela manhã. Os fogareiros, dois de pedra-sabão e um de metal, ficavam no chão, embaixo das respectivas barracas e eram utilizados ali mesmo. Em outros casos, familiares ou amigos traziam a marmita de casa no horário do almoço ou outra opção adotada era um serviço de entrega, ao qual constantemente faziam pedidos coletivamente. Outras possibilidades incluem uma pessoa buscar comida para várias, realizar a refeição em restaurantes na praça Tiradentes, entre tantas outras.

Fotografia 127 – Feirante-expositora (barraca G3) acendendo o fogareiro de pedra-sabão

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

Fotografia 128 – Fogareiro aquecendo o almoço (Barraca G3)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

É também na rua, centro do local propriamente chamado de largo de Coimbra, que tecnicamente a feira ocupa metade do espaço, tanto na área de exposição 2 quanto rente à calçada da feira, onde são vendidos salgados, doces, frutas e eventualmente refeições. É bastante comum a presença de vendedores de diferentes lugares, muitas vezes dos arredores do centro urbano, que vêm à *feirinha* vender seus produtos e serviços para feirantes, turistas e moradores.

Pensando em uma malha de lugares, insisto que a vida da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra pode ser percebida através dos materiais que a mantém em constante (re)composição, e que os movimentos e os fluxos desses materiais envolvem outros espaços, como a rua, a igreja, os casarões e as esquinas. Uma mobilidade da feira, assim, pode ser percebida através das espacialidades compartilhadas com artesãos expositores, turistas, moradores locais, vendedores de frutas, restaurantes, comércio e locais de produção dos

artefatos expostos e vendidos. Ao serem consideradas, por exemplo, as procedências e alcances dos produtos expostos na feira hoje ou o fluxo desses materiais, percebe-se que há ressonâncias da existência da feira em outros lugares, expandindo seu movimento para fora do município e até mesmo do estado de Minas Gerais e do Brasil.

No extremo, com o grande movimento de turistas, hoje há uma exportação do artesanato exposto e vendido na feira para outros países e continentes. Sobre a circulação dentro do território brasileiro, especificamente duas barracas expunham e vendiam artesanato de outros estados brasileiros. Nas barracas C2 e C3, em meio às painéis de pedra-sabão feitas na região, havia painéis de barro vindas de Goiás expostas à venda (ver Apêndice 17). Nesse caso (e conforme informado pelos artesãos expositores), as painéis e os artesanatos de pedra-sabão são trocados com artesãos de outras regiões e estados. As trocas interestaduais de artesanato e produtos são também indicadoras da complexidade e alcance das relações estabelecidas na e pela Feira, demonstrando sua participação na composição de territorialidades que podem e devem ser acionadas junto à história de vida do território, conforme abordado em capítulo anterior.

É importante destacar que não quero, com isso, definir que toda essa malha de lugares, individual (lugares) e coletivamente (território), seja necessariamente inserida nos planos/programas de construção e gestão dos conhecimentos e patrimônios ou nas atividades e políticas públicas. Antes disso, a pretensão é mostrar que essa relação é vital e de grande importância da formação histórica e cultural da feira e do lugar que ela ocupa, bem como essencial para a visualização de um território. As mobilidades, movimentos e alcances da *feirinha* demonstram que ela só existe na sua relação com seu entorno e com a cidade de Ouro Preto. O lugar da feira tem movimento próprio, extrapolando seus limites oficiais contemporâneos. Pode parecer óbvio, mas é importante destacar que, sem ao menos ter as informações sobre essa história de vida do lugar – não haviam ainda informações minimamente sistematizadas em 2013 – e sendo pedido apenas um croqui técnico, a arqueóloga¹⁰⁰ representou a Feira com fronteiras que extrapolam seus limites oficiais, percebendo-a como lugar de movimento.

Não obstante a representação da arqueóloga colaboradora, as representações que os feirantes fizeram sobre o espaço da Feira também remetem a uma percepção mais ampla e dinâmica de lugar. Das quinze representações, em seis aparecem a igreja São Francisco de Assis. Mesmo os desenhos que não representaram o largo de Coimbra como um todo, há a

¹⁰⁰ Vários arqueólogos e cientistas de outras áreas têm contribuído com a pesquisa. Nesse caso específico, a contribuição foi da arqueóloga Camila Jácome.

inserção da igreja. Nesses casos, ela foi representada como parte constituinte da feira, com a qual divide o espaço (ver Apêndices 18 e 19).

A qualidade da igreja enquanto lugar significativo (ZEDENHO e BOWSER, 2009) também perpassa o discurso dos feirantes. Quando perguntados sobre os pontos de destaque na paisagem, todos os 27 feirantes colaboradores das entrevistas ocorridas em 2013 fizeram referência a ela. Outros elementos presentes nas falas, como o pico do Itacolomi e alguns casarões históricos, são pouco citados. Associada a uma religiosidade extrema da sociedade mineira desde seus primórdios, a importância das igrejas na composição da malha urbana das cidades coloniais mineiras, bem como sua intensa participação no cotidiano e suas qualidades enquanto lugares significativos, já são percebidas – sem a utilização do termo lugar significativo – em pesquisas de arqueologia histórica em Minas Gerais (LIMA, 2012).

A partir de uma perspectiva da arquitetura e urbanização de Ouro Preto, abordadas junto a questões históricas e patrimoniais, Castriota chama atenção para o fato de que:

[...] ao construir a Igreja de São Francisco de Assis, na segunda metade do século XVIII, esta se ergue solitária num platô sem calçamento ou outro tipo de tratamento em seu entorno. [...] Com o passar do tempo a ligação entre o edifício religioso e o vazio fronteiriço vai se aprimorando, com a inserção de casas particulares e atividades comerciais”. Assim, conclui parcialmente este mesmo autor que: “na medida em que esses ‘vazios’ urbanos não são produtos de um projeto rígido, seu uso e significado não são dados de uma vez por todas, formando-se, ao contrário, com os anos (CASTRIOTA, 2009, p. 143).

Ainda sobre a relação específica entre Igreja e Feira, mas agora inserindo o artesanato exposto e comercializado no local, a inserção da igreja no repertório imagético dos artesãos e do artesanato presente na Feira pode ser percebida como uma ressemantização do patrimônio por coletividades específicas, no caso pelos artesãos expositores.

Fotografia 129 – Barraca C4, entalhe de peça de pedra-sabão com a representação da igreja São Francisco de Assis

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 130 – Barraca C4, miniatura em pedra-sabão da igreja São Francisco de Assis

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Conforme colocado por Márcia Bezerra (2014) em estudo que aborda patrimônio arqueológico, artesanato e comunidades locais na Vila de Joanes (Ilha do Marajó – Amazônia) e que se aplica ao caso aqui apresentado:

o ‘aprisionamento’ das ruínas do sítio arqueológico Joanes no artesanato da AERAJ [Associação Educativa Rural e Artesanal da Vila de Joane], e sua composição com outros elementos cotidianos —búfalos, aves, barcos, rios—, sugere a posse simbólica do ‘lugar das ruínas’ (BEZERRA, 2014, p. 342).

No caso da relação da *Feirinha de artesanato* com a igreja São Francisco de Assis, há também de se considerar o processo de subjetivação da paisagem através da participação de Aleijadinho, responsável pela obra da igreja e ícone do barroco mineiro e da arte em pedra-sabão (MENEZES, 2014). Segundo Tiri, em entrevista realizada em 2013, “um dos pontos positivos da feirinha é a proximidade com a igreja. Somos discípulos de Aleijadinho e a igreja está aqui do nosso lado”. Na fala do artesão expositor, aparentemente há, ao mesmo tempo, uma paisagem corporificada e uma subjetivação do lugar vinculada ao artista e suas obras, nesse caso e mais especificamente, à igreja São Francisco de Assis.

A presença de Aleijadinho também pode ser percebida no fato de que as esculturas mais caras expostas e vendidas na Feira durante a pesquisa de 2013 eram réplicas em miniatura dos doze profetas, cujos originais são esculturas em pedra-sabão de aproximadamente dois metros de altura, em média, feitas por Aleijadinho entre a segunda metade do século XVIII e início do XIX (FRANÇA, 2015; MENEZES, 2014). As esculturas

originais estão localizadas no adro do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, município distante aproximadamente 40 km ao sudoeste de Ouro Preto. O impacto dessas obras e da presença de Aleijadinho na vida do lugar tem enorme potência de ação sobre o mundo contemporâneo, visto que até hoje a cidade de Congonhas é centro de peregrinação e de manifestações culturais e religiosas tradicionais, além do grande movimento de turistas, religiosos e pesquisadores que visitam a cidade e o “Conjunto de Congonhas”, como é conhecido esse conjunto de estruturas (FRANÇA, 2015).

Retornando à feira, durante o período em que fiz o registro da espacialidade dos materiais que a compõem, as réplicas estavam expostas em uma barraca no centro (Barraca F3), sendo uma réplica de um dos profetas, com mais de 60 cm de altura, e um conjunto com miniaturas de aproximadamente 30 cm de altura dos doze profetas.

Fotografia 131 – Barraca A1, miniaturas dos profetas de Aleijadinho

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 132 – Barraca F3, miniaturas dos 12 profetas de Aleijadinho

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

Fotografia 133 – Barraca C3, painéis de pedra-sabão expostos junto a painéis de barro vindas de Goiás

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013.

Fotografia 134 – Barraca A1, bonecas vindas da Bahia

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017

Ao passo em que há uma relação simbiótica e/ou um forte e duradouro envolvimento entre a Feira do Largo de Coimbra, a igreja, Aleijadinho e a pedra-sabão, também se encontram, no discurso e cotidiano dos feirantes e da feira, referências aos locais de produção dos artesanatos expostos e vendidos na Feira.

Se, por um lado, há apenas uma barraca com réplicas das obras de Aleijadinho e uma grande maioria com vasos, esculturas, enfeites, material lúdico e artefatos diversos de pedra-sabão, por outro é possível perceber vínculos da feira com os coletivos que persistem e ainda atualmente produzem as painéis de pedra mineiras. Durante minha vivência na feira, em 2017 haviam quatro das barracas levantadas tinham painéis de pedra-sabão tradicionalmente produzidas nas localidades de Santa Rita do Ouro Preto (Ouro Preto) e CB (Mariana). Na relação com a produção, nesse caso específico, dois feirantes são também artesãos-painelheiros (Barracas B2 e B3) que buscam a pedra (matéria-prima) em CB (Mariana) para tornarem em oficinas próprias, em Ouro Preto. Outros feirantes-expositores buscam os artefatos já acabados direto nas localidades ou há um esquema de entrega por fornecedores.

A relação entre esses diferentes modos de existência pode ser percebida na história de vida da Feira, nos ritmos das atividades e nas mobilidades, materialidades e temporalidades envolvidas. As posturas colonialistas e de domesticação do espaço (ZARANKIN, 2002; 2005) se materializam em diferentes períodos, processos e eventos, por exemplo, na tentativa de transformar a área de comércio aberta (mercado de tropeiros e/ou feira-livre) em mercado edificado no final do século XIX, na sua demolição em meados do século seguinte para ressaltar o genuinamente colonial e o barroco mineiro, na delimitação imposta pelo Estado para o espaço da Feira de Artesanato do Largo do Coimbra na década de 1970 ou na proposta contemporânea de transferência da feira para o antigo prédio da Santa Casa.

Figura 23 – Linha do tempo do largo de Coimbra, centro histórico de Ouro Preto. Lugar onde atualmente existe a Feira de Artesanato do Largo de Coimbra, também conhecida como *Feirinha de pedra-sabão*. As partes claras representam períodos de transição e as datas foram selecionadas e definidas com base na bibliografia consultada nesta pesquisa.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Figura 24 – Momentos do largo de Coimbra – centro histórico de Ouro Preto – ao longo dos séculos XIX a XXI. Da esquerda para a direita: Mercado de Tropeiros, Mercado Municipal (Edifício) e Feira de Artesanato

Fonte: Acervo da pesquisa, 2013. Desenho: Erêndira Oliveira.

Em consonância com as abordagens da arqueologia da paisagem e arquitetura no período moderno e no caso específico da presente pesquisa, esses ambientes construídos parecem desempenhar “um papel fundamental como elementos domesticadores-disciplinadores, cujos efeitos ideológicos, uma vez internalizados, estarão sempre presente ao longo da vida” (ZARANKIN, 2005, p. 36). Assim, seguida de uma “arquiteturalização” (ZARANKIN, 2005, p. 36) do espaço aberto (transformado em edifício), houve um relativo abandono da edificação do mercado municipal. Aparentemente, após a demolição do edifício, as atividades de comércio voltaram a aumentar seus ritmos e a fluir no local, sendo possível perceber que há uma persistência não apenas do uso do espaço como das atividades (*tasks*) desenvolvidas no local (MOORE e THOMPSON, 2012) que, nesse caso, pode ser vista também através das perspectivas de habitação (INGOLD, 2000), da vida do lugar nas diferentes temporalidades. A vocação para atividade de comércio e troca de serviços e produtos que o local tradicionalmente tem é tão viva e arraigada que, mesmo após tentativas de dar novos e diferentes usos, essas atividades renascem no lugar do largo de Coimbra.

Atualmente essas resistências por parte dos artesãos expositores e de parte da sociedade podem ser percebidas nas relações espaciais e nas mobilidades compartilhadas, conforme vem sendo demonstrado. Além disso, elas se manifestam no questionamento feito sobre a possibilidade de salvaguardar o direito de uso do espaço e de manutenção da Feira no Largo de Coimbra, bem como no manifesto publicado no jornal “Imperial Cidade de Ouro Preto”, no ano de 2011. Neste documento, encontra-se uma resistência direta, política e consciente, além da acusação de imposição de um projeto sem diálogo prévio com as partes envolvidas e com os principais afetados, os artesãos expositores. Sobre o projeto de transferência da Feira para o prédio da antiga Santa Casa de Ouro Preto, a autora do artigo afirma que:

Mais uma vez, ameaçam demolir a histórica Feira do Largo de São Francisco de Assis. A prefeitura quer transferi-la para a Santa Casa Velha. (...) Resistiremos? Sem dúvida, pois é coisa nossa. E porque 187 anos não são 187 dias (TÁRCIA, 2011 – Ver Apêndice 15).

Tal qual percebido nas relações e modos de existência que fluem junto à história de vida da Feira do Largo de Coimbra, sua existência enquanto coletivo (feira) está condicionada à participação de seres humanos (artesãos-produtores-expositores-visitantes-clientes-turistas) e não humanos (artefatos-coisas-estruturas edificadas, entre outros) na constante manutenção da paisagem e do lugar. Assim, ao retirar algum desses seres, o coletivo se descaracteriza em sua composição básica, passando a ser algo diferente. Ao invés de construir interpretações sobre o mundo comum, tomando como ponto de partida uma relação dicotômica entre natureza e sociedade, chamo atenção para a “condição de saber se as proposições que a compõem são mais, ou melhor, articuladas” (LATOUR, 2004, p. 407) que, nesse caso, acena para uma forte e duradoura articulação entre os seres que compõem o coletivo da Feira.

Nas palavras de um dos artesãos expositores, Daniel Gomes, em 2013, também percebe-se esse mutualismo constituinte: “esse espaço sem a feirinha não existe”. Dentro das perspectivas adotadas nesta pesquisa, a presença da feira qualifica o espaço, transformando-o em lugar. No mesmo sentido, é mais comum moradores locais e turistas fazerem referências à *Feirinha de pedra-sabão* e à igreja do que ao Largo de Coimbra para localização e deslocamento nessa área da cidade. Conforme percebido na vivência da cidade e inúmeras vezes dito pelos artesãos expositores e moradores de Ouro Preto: “quando se pergunta onde é a Feirinha, muito provavelmente te responderão que é em frente à igreja. E quando se pergunta onde é a igreja, muito provavelmente responderão que é em frente à Feirinha”

(Joelma – secretária da ADELC em reunião na Câmara municipal de Ouro Preto ocorrida no dia 31/10/2017).

Dessa maneira, há de se considerar minimamente a história de vida do lugar e as diferentes relações das quais ele participou e participa ao se propor uma mudança no local da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra. Principalmente, há de se considerar as demandas e as opiniões dos artesãos expositores que a compõem, principais interessados e afetados pelas decisões. Eles deveriam ser convidados a participar dos debates acerca do projeto de transferência da Feira para o antigo prédio da Santa Casa (Paço da misericórdia) e de qualquer outro que os envolvam. Desde 2013, quando passei no total trinta dias acompanhando o cotidiano da feira e dos feirantes, a reivindicação deles me pareceu legítima e pertinente: “nós queremos ser ouvidos!”. É importante destacar que não estou afirmando que eu dei voz a eles ou deixei *os pobres falarem*. Meu papel enquanto arqueólogo, cientista, cidadão foi fazer a mediação, auxiliando em questões técnicas de *expertise* da minha área de pesquisa. Em termos de contribuição científica, a feira daria em troca a possibilidade de fazer uma etnografia das situações e debates estabelecidos acerca do tema ou de parte de seu processo de patrimonialização. O desenvolvimento de tal proposta trouxe à tona questões caras às ciências contemporâneas e aos debates acerca das políticas públicas e programas de gestão dos patrimônios, tais como suas capacidades e alcances sociais, multivocalidade e participação popular, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, ética e exercício de cidadania.

Marcando a finalização da pesquisa de 2013, foi feita uma reunião aberta, ocorrida em fevereiro de 2014, da qual participaram todos os representantes da ADELC, a maior parte de seus associados e associadas, alguns representantes de diferentes organismos públicos (como o Secretário de Cultura e Patrimônio, a Secretária de Turismo, Indústria e Comércio e o representante do IPHAN-Ouro Preto na época), pesquisadores e a comunidade em geral, totalizando quarenta e nove pessoas (MELQUIÁDES, 2014).

Na ocasião, expus os resultados da pesquisa (os mesmos contidos neste tópico da tese) e destaquei a necessidade de que os artesãos expositores e a ADELC participassem das tomadas de decisão e fossem considerados nos processos que envolvem a Feira. Também foram abordadas as possibilidades de registro da feira como patrimônio cultural nas diferentes instâncias (municipal, estadual e nacional) e dito que os estudos a apontavam como forte candidata a patrimônio. Considerando a feira como patrimônio cultural, na minha avaliação após a pesquisa, havia a possibilidade de reivindicar o direito de uso do espaço público pelos artesãos expositores para exercício de direitos culturais (MIRANDA, 2006). Ademais, o Largo de Coimbra é um lugar que tem sua história de vida marcada por atividades de

comércio e troca, sendo essas as vocações do lugar (CASTRIOTA, 2009; MELQUIADES, 2014; MARINHO, 2015). Além das trocas e comércio, atualmente na Feira se desenvolvem atividades artesanais, etapas dos processos e eventos de confecção dos artefatos, que indicam o convívio e a confluência de diferentes atividades, gestos e técnicas de confecção naquele espaço. Assim, a remoção da feira seria o fim de um lugar de confluência e referência artesanal, artística e cultural de Ouro Preto, que abarca diferentes modos de saber e fazer.

Posto isso, a proposta de intervenção contemporânea é mais firme e profunda do que a dos séculos passados, pois os artesãos expositores podem ser retirados de seu espaço de atividade tradicional (aberto), com o qual mantêm vínculos também afetivos e de pertencimento, para serem inseridos em um espaço fechado, cartesiano, para eles lugar bem menos ou nada significativo, com o qual não há relação afetiva ou de pertencimento. As temporalidades e os movimentos contidos no lugar do Largo de Coimbra, onde tradicionalmente se viveu e vive atividades de comércio, certamente não são os mesmos de uma edificação que abrigava a antiga Santa Casa da cidade de Ouro Preto. As histórias, memórias e experiências de vida do prédio são distantes das da feira. Os movimentos e ritmos que fluem na Feira de Artesanato do Largo de Coimbra estão intrinsecamente ligados ao lugar e não são passíveis de adequação. Assim, pode-se aproximar tal iniciativa das atividades das grandes mineradoras nas comunidades e a ação de grandes empreendimentos em Minas Gerais e em outros locais do Brasil, que têm causado impactos e danos irreversíveis aos patrimônios coletivos (natural-cultural-humano).

Em artigo que trata da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra, Marinho aponta que há uma “tendência, nas cidades, em realçar a dimensão dos bens patrimoniais enquanto capital imobiliário, no qual o estético é valorizado em detrimento do simbólico” (2015, p. 109). Essa “lógica de muitas políticas de preservação, proteção, requalificação ou revitalização das cidades” são “responsáveis muitas vezes por expulsar as populações dos espaços públicos” (MARINHO, 2015, p. 109).

Ao que indicam as informações, na década de 1970, o local passa a ser reivindicado enquanto Feira de Artesanato do Largo do Coimbra, que é então reconhecida pela prefeitura municipal enquanto tal, garantindo provisoriamente o direito de uso do espaço público pelos artesãos expositores. Desde então, e culminando com a criação da ADELIC em 1999, os artesãos expositores vêm tentando uma maior articulação e coesão enquanto coletivo para ganhar força política e poder de decisão junto aos órgãos e instituições públicas na defesa dos seus direitos e na busca de melhorias em suas qualidades de vida. Assim, está sendo desenvolvido um programa de patrimonialização da Feira que visa não somente a construção

de conhecimento, tendo a feira como uma das protagonistas, como também objetiva reforçar a articulação dos artesãos expositores e propor e desenvolver aproximações com as políticas públicas e legislação sobre gestão dos patrimônios, visando autoestima e o empoderamento dos artesãos expositores e da ADELC.

Retornando à relação da feira com as panelas de pedra-sabão – e com base no estudo feito na e com a comunidade de CB, apresentado nos capítulos anteriores – aparentemente desde o início do século XIX as panelas de pedra das comunidades próximas, tais como CB (Mariana) e Santa Rita de Ouro Preto, já circulavam em seus espaços e compunham, portanto, o lugar e a coletividade do largo de Coimbra. Uma possibilidade de visualização de eventos que representaria essas relações pode ser a de panelas de pedra, nessas comunidades, sendo colocadas nos lombos de animais de carga para o transporte até a Feira. Enquanto as imagens do transporte remetem à mobilidade das coisas, nesse caso também com participação dos animais, a fotografia do século XIX mostra esses animais com mercadorias e pessoas no antigo mercado de tropeiros que existia no largo de Coimbra.

É necessário lembrar que, no século XIX, os tornos utilizados na confecção de panelas de pedra eram hidráulicos e geralmente próximos das pedreiras (fontes de matéria-prima) devido à necessidade de água e à facilidade no acesso e transporte. Assim, as oficinas e as comunidades de artesãos paneleiros situavam-se, e as segundas permanecem até hoje, nos arredores das áreas urbanas, por exemplo, nos atuais distritos de Santa Rita (Ouro Preto) e CB (Mariana). É necessário chamar atenção para a relação histórica e contemporânea dos lugares habitados pelas panelas de pedra, conforme colocado em capítulo anterior, e para a possibilidade de perceber espacialidades e mobilidades específicas que coletivamente podem indicar territorialidades compartilhadas com a população de panelas de pedra-sabão.

No caso da Feira de artesanato do Largo de Coimbra, por exemplo, as dinâmicas espaciais e em escala local são bastante claras e remetem à resistência e resiliência dos artesãos expositores naquele lugar. Isso porque há uma força de imposição oficial e institucionalizada de uma concepção de espaço ocidental moderno que pode ser associado a um projeto de controle que delimita e define fronteiras físicas e estáticas para a feira como sendo o da calçada, sobre os alicerces do antigo mercado. No final do século XIX, no lugar do comércio aberto, feira e/ou mercado de tropeiros (CASTRIOTA, 2009) é construído um mercado fechado que fica praticamente em desuso durante anos.

Esse projeto de domesticação dos espaços e atividades – ou dos *taskscape*s vistos através da “arquiteturalização” da paisagem (ZARANKIN, 2005) – do Mercado, em substituição à área de comércio aberto, foi parcialmente bem-sucedido. Isso porque essa percepção ainda

está presente e incorporada pelos feirantes hoje, como visto nas representações do espaço da feira feitos por eles (ver Apêndices 23 e 24) e ouvido no discurso quase unânime de que “espaço da feira é esse aí, o da calçada mesmo”.

Com base na história de vida da Feira e no acompanhamento das relações também cotidianas e contemporâneas, há de se considerar um espaço mais amplo, em constante movimento e com ritmos. Visto enquanto coletivo, portanto dinâmico e associativo, a Feira do Largo de Coimbra envolve os diferentes lugares de atividade – exposição e venda – nos diferentes períodos, como o adro e a própria igreja de São Francisco de Assis, a fonte de água, entre outros que se integram com participação da feira. Nesses termos, os espaços da feira teriam lugar no Largo de Coimbra como um todo, e não apenas na área reservada hoje e oficialmente à *Feirinha*, se relacionando com os lugares adjacentes e integrando o centro histórico, a cidade de Ouro Preto e as comunidades do entorno. Mesmo que talvez inconscientemente, a maneira como alguns feirantes representaram o espaço da Feira pode indicar uma pulsação de lugares, com um fluxo contemporâneo que parte da calçada sobre os alicerces do antigo mercado e agrega outros espaços, passando da escala situacional à local, regional e assim por diante, sendo, por isso, inserida na abordagem territorial.

4.2 *Reencontro: patrimônio em pauta*

A primeira etapa de pesquisa sobre a Feira do Largo de Coimbra foi finalizada após a reunião supracitada, na qual os representantes dos órgãos públicos pareceram cientes e comprometidos com a situação. Como resultado dessa etapa e ciente do compromisso social das ciências e do estudo desenvolvido, foi feito um dossiê e entregue a ADELIC e aos órgãos públicos do município, além da publicação de um artigo (MELQUIADES, 2014).

Três anos depois, durante a finalização da escrita da tese, especificamente no dia 20 de setembro de 2017, recebi um e-mail da ex-presidente da ADELIC me informando que alguns representantes públicos haviam novamente informado a eles que a transferência da feira ocorreria até o final desse ano, visto que as obras de restauração do Paço da Misericórdia seriam finalizadas. Diante de tal impasse, que ingenuamente eu achava que havia sido resolvido, as reuniões e os debates acerca do processo de patrimonialização da Feira de artesanato do Largo de Coimbra foram retomados.

É necessário resgatar aqui que “na proposta que orienta elaboração do Dicionário IPHAN, o termo ‘preservação’ foi associado à ‘gestão prática’ do patrimônio por meio da

implementação de instrumentos de identificação, proteção e gestão” (SANT’ANNA, 2015, p. 2). Assim, esses conjuntos de ações que constituem a preservação:

Constituem o que, atualmente, se denomina ‘processo de patrimonialização’, o qual tem início com atribuição de valor a determinados objetos, construtos, obras da natureza, paisagem, saberes e práticas e se completa com ações concretas que visam mantê-los ou lhes dar continuidade (SANT’ANNA, 2015, p. 2).

Cabe aqui também dizer que essas referências abordam os processos de “patrimonialização” oficiais ou institucionalizados, “mas não os processos análogos que ocorrem fora do aparelho estatal por iniciativa individual, grupal ou, mais amplamente, social” (SANT’ANNA, 2015, p. 2). Mesmo que a “constituição oficial de patrimônios possa ser definida como uma prática própria dos Estados Nacionais modernos”, a ação da materialidade é ampla e difusa, de modo que “atribuir valores especiais (mnemônicos, cognoscitivos, éticos, estéticos ou afetivos) a algo originalmente produzido ou praticado com outros propósitos é, antes de tudo, uma prática humana, social e ancestral” (SANT’ANNA, 2015, p. 2). Assim, a questão que se coloca é:

Mas como se desenvolvem os processos individuais, comunitários ou sociais de patrimonialização? Analogamente aos estatais, inicia-se com a escolha do que deve sobreviver à passagem do tempo e constituir, assim, o fio que liga o passado ao presente e este ao futuro, pois é sempre o presente – suas demandas, disputas e questões – o que orienta a identificação e a escolha do que deve ser preservado. Essa escolha é sempre um momento sensível, em que é preciso enumerar as razões que a justificam e, muitas vezes, especialmente nos processos grupais, constitui um foco de tensões, conflitos e de explicitação de relações de poder (SANT’ANNA, 2015, p. 3).

Meu reencontro com a Feira aconteceu há muito pouco tempo, mais especificamente três meses atrás. Minha impressão inicial ao revisitá-los foi de que as artesãs e os artesãos expositores estavam mais engajados, articulados, bem informados e instrumentalizados sobre as questões da Feira e as implicações de um possível registro como patrimônio cultural. O que mudou em mim foi que, diferente do meu primeiro encontro no qual eu não tinha quase nenhuma informação sobre a Feira e o lugar, agora eu estava mais familiarizado com a história de vida do lugar e da Feira do Largo de Coimbra, além de plenamente ciente da situação de tensão política e jurídica em função do uso tradicional do espaço público. A questão, ao meu ver, estava claramente relacionada às (des)qualificações que eram feitas não diretamente do espaço (bastante cobiçado e valioso em termos de especulação imobiliária),

mas do lugar, das pessoas e das atividades cotidianas ali vividas, ou seja, a produção e comércio de artesanato.

Marcando o início desta segunda etapa de estudos *com a e na* Feira, foi feita uma primeira reunião fechada em Ouro Preto, na qual participaram os representantes da ADELIC nas pessoas de seu presidente, vice-presidente e secretária, além de uma arquiteta-urbanista, filha e neta de artesãos-expositores, que já estava colaborando com a ADELIC em função de sua experiência na área de patrimônio e relação afetiva com a Feira. Nessa reunião, foi exposta e debatida a situação atual e foram cogitadas saídas alternativas. Além das propostas de registro da Feira como bem cultural, conforme já havia sido colocado na reunião de 2014, e o início dos diálogos e das atividades nesse sentido, também foi definido que seria formada uma equipe de colaboradores voluntários para assessorar a Associação. A equipe de colaboradores formou-se mediante convite para profissionais e pesquisadores de diferentes formações e áreas, potencialmente interessados e sensíveis à causa. Priorizou-se, no entanto, pesquisadores que tinham *expertises* em áreas do conhecimento diretamente relacionadas à situação e experiência mínima no trato com os patrimônios culturais.

Segundo informações passadas nessa primeira reunião, novamente os artesãos expositores haviam recebido um comunicado de que a Feira sairia do largo de Coimbra e iria para a Santa Casa, tão logo as obras fossem finalizadas. Muitos debates e discussões rondam esse tipo de notícia em uma cidade como Ouro Preto, que é patrimônio mundial da humanidade e apresenta características cosmopolitas, mesmo contando com pouco mais de setenta mil habitantes. O alto valor imobiliário do largo de Coimbra apenas aumentava a situação de tensão e os interesses especulativos. É como se o rural e o urbano – tal como abordados em capítulos anteriores e percebidos em diferentes situações temporais – se manifestassem concomitantemente e contemporaneamente no lugar. No entanto, era de se esperar que, havendo passado bastante tempo que circulam essas notícias (eu havia feito a pesquisa há três anos e naquela ocasião ouvi a mesma história) e tendo em vista a proximidade do fim do prazo para as obras de restauro do Paço da Misericórdia, a supressão, remoção e/ou transferência da *Feirinha* seria efetivada.

Não se sabia ao certo quais as alegações da vez. As barracas seriam removidas por uma ordem judicial ou em função da proposta de transferência? Mesmo assim, permanecia recorrente e marcado nas falas dos artesãos expositores o fato de que eles nunca haviam sido ouvidos em nenhum dos debates e/ou nas tomadas de decisões por parte do poder público sobre a Feira.

No que concerne à Feira enquanto patrimônio cultural, foi me questionado novamente – como há três anos – sobre a possibilidade de registrá-la como patrimônio cultural. Como resposta, reafirmei que a *Feirinha*, na minha avaliação técnica, tem qualidades para ser oficializada como patrimônio cultural, mas que isso é uma grande responsabilidade, que implicaria em mudanças e deveria ser uma decisão bem fundamentada, exaustivamente debatida e plenamente consciente deles. Em contrapartida, eles deveriam estar engajados com o bem em questão e com os patrimônios culturais, além de cientes e preparados para suas corresponsabilidades e desafios na gestão desse patrimônio coletivo.

No meu discurso e prática colocados nessas ocasiões, que continuo seguindo, destacava que “a realidade do patrimônio é sua gestão” (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 7), sendo a base da gestão o desenvolvimento de pesquisas e estudos, além do amplo debate e colaboração. Assim:

[...] nossa obrigação é propiciar um sistema de gestão integral desses bens no presente que tome em conta todas suas dimensões para geri-los devidamente, de forma ordenada e, sobre tudo, atendendo para a multiplicidade de valores e práticas sociais e discursivas nas quais estão inseridos (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 8)¹⁰¹.

Era necessário também destacar que o patrimônio, seja enquanto tal ou como seres e eventos primários, ou seja, antes de passarem pelos processos de patrimonialização e se tornarem patrimônio, não são estáticos e lineares. O patrimônio é vivo, portanto marcado por constantes transformações, mudanças, rupturas e continuísmos (HARTOG, 2006; MENESES, 2007; FERREIRA, 2008; CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013).

Conforme eu havia mencionado na reunião de três anos atrás, as posturas e decisões do poder público nesse caso me parecem pouco acertadas e não suficientemente embasadas. Após o estudo desenvolvido e exposto no tópico anterior, me pareceu claro que a Feira é portadora “de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (MIRANDA, 2006, p. 59) e, portanto, cumpria requisitos básicos para ser oficializada como patrimônio cultural. Não obstante as relações de pertencimento que os atuais feirantes tinham com o lugar, o “artesanato de pedra-sabão” consta nos bens inventariados pelo município de Ouro Preto¹⁰² como “Patrimônio imaterial” que, segundo o

¹⁰¹ “[...] nuestra obligación es propiciar un sistema de gestión integral de esos bienes en el presente que tome en cuenta todas sus dimensiones para gestionarlos debidamente, de forma ordenada y, sobre todo, atendiendo a la multiplicidad de valores y prácticas sociales y discursivas en las que se insertan” (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 8).

¹⁰² Disponível em: <http://ouropreto.mg.gov.br/static/arquivos/menus_areas/rela-o-de-bens-inventariados.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

levantamento de 2012, era desenvolvido em “lugares diversos”, nos quais incluo a atual *Feira de artesanato do Largo de Coimbra*, conforme visto anteriormente. Fica novamente a pergunta: se o artesanato em pedra-sabão é patrimônio, um lugar que – além da importância histórica e cultural enquanto lugar de comércio – é marcadamente de confluência desses artesanatos, no qual as atividades de confecção, exposição e comércio são vividas cotidianamente, não seria também um patrimônio?

Compreendendo a Feira enquanto patrimônio não oficial e marginalizado, que teria suas memórias exiladas, existentes e conscientes, porém, que não são valorizadas (BRUNO, 2000), me propus a refletir sobre uma situação possível projetada na qual a legislação sobre patrimônio se aplicaria a esse bem para perceber o contexto jurídico e legislativo, além das possíveis implicações do registro.

Em livro intitulado “Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro”, Marcos Paulo de Souza Miranda (2006) aborda, os onze “Princípios Informadores da Proteção do Patrimônio Cultural” (MIRANDA, 2006, p. 21), dos quais destacarei alguns que considerados pertinentes ao caso em questão e colocados na reunião de 2014, na qual participaram alguns representantes públicos.

O primeiro aqui citado é o “Princípio da função sociocultural da propriedade” no qual consta que: “O direito de propriedade, segundo o regime constitucional vigente, deve atender à sua função social, havendo consenso doutrinário quanto ao fato de que a propriedade não pode ser usada em detrimento da sociedade” (MIRANDA, 2006, p. 26). Nesse caso, há de se considerar que a Feira de artesanato do largo de Coimbra se encontra em espaço público, concedido mediante alvará da Prefeitura de Ouro Preto que posteriormente foi retirado. É necessário lembrar também que existe uma lei municipal de 1973 que cria a “Feira Permanente de arte e artesanato de Ouro Preto”, além da plena existência e atividade da ADELC a partir de 1999.

O “Princípio da fruição coletiva” é o segundo aqui citado e “decorre diretamente do art. 215, *caput*, da Constituição Federal”, que dispõe que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (MIRANDA, 2006, p. 30). O terceiro trata do “Princípio do equilíbrio”, a partir do qual “deve-se buscar a criação dos meios adequados para assegurar a integração das políticas de crescimento econômico e social e de conservação do patrimônio cultural” e, assim, “tendo como finalidade o desenvolvimento integrado, harmônico e sustentável” (MIRANDA, 2006, p. 37). Destaca ainda o autor que “há necessidade de que se encontre um ponto de equilíbrio de forma que o desenvolvimento

atenda às necessidades do presente sem comprometer os direitos das gerações vindouras” (MIRANDA, 2006, p. 37). O “Princípio da participação popular” (MIRANDA, 2006, p. 39):

Expressa a ideia de que para a resolução dos problemas atinentes a tal área deve ser dada especial ênfase à cooperação entre o Estado e a sociedade, por meio da participação dos diferentes grupos sociais na formulação e na execução da política de preservação dos bens culturais (MIRANDA, 2006, p. 39).

Existem “várias possibilidades do cidadão (de forma isolada ou por meio e associações), contribuir para a preservação do nosso patrimônio cultural”, tais como “participação popular no processo legislativo, desde a fase de discussões até a aprovação final do projeto (audiências públicas)”; “referendo e plebiscito”; “ação popular”; “ação civil pública”; “participação nos Conselhos deliberativos do Patrimônio Cultural e demais órgãos colegiados dotados de poder normativo” (MIRANDA, 2006, p. 39); entre muitas outras, todas respaldadas na legislação vigente e vinculadas a exercícios de cidadania.

O “Princípio da educação patrimonial” que decorre do princípio da participação comunitária na preservação do patrimônio cultural, citada anteriormente. Nas palavras do autor:

Há necessidade de que todos tenham consciência da importância da preservação da memória para que possam exercer seus direitos e cumprir seus deveres em relação ao patrimônio cultural. A educação patrimonial deve envolver a comunidade na gestão do patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e a usufruir os bens e valores que constituem (MIRANDA, 2006, p. 43).

O último aqui citado é o “Princípio da solidariedade intergeracional” – décimo na lista do autor – que versa sobre a responsabilidade que as gerações atuais têm com os bens que integram o patrimônio cultural, no sentido de “cuidar para que as necessidades e os interesses das gerações futuras no que tange ao acesso e a fruição aos bens culturais, de forma sadia e adequada, sejam plenamente salvaguardados” (MIRANDA, 2006, p. 46).

Após a leitura, restava claro para mim que dos onze princípios citados por Miranda (2006), seis eram pertinentes para o caso da Feira, principalmente o que diz respeito ao diálogo entre as instituições públicas de gestão e às comunidades e coletividades que se relacionam com os patrimônios. Em se tratando de gestão e “educação patrimonial”, para usar o termo oficial, as atividades desenvolvidas pela ADELIC e pelos artesãos expositores, que serão detalhadas, cumprem bem o seu papel, mesmo sem nenhum tipo de apoio por parte dos órgãos e instituições públicas.

Sobre os patrimônios e bens culturais, Marcos Miranda aponta que “com a nova ordem constitucional, não se pretende somente a proteção de monumentos e de coisas de aparência grandiosa” (2006, p. 51). Dentro do alargamento do campo de debate e atuação dos patrimônios, “busca-se a proteção da diversidade cultural brasileira em todos os seus mais variados aspectos, inclusive dos valores populares, indígenas e afro-brasileiros” (MIRANDA, 2006, p. 51).

O autor também elenca onze conjuntos de bens agrupados segundo qualidades semelhantes, dos quais ressalto apenas o quarto conjunto, que trata sobre os espaços destinados às manifestações artístico-culturais, de interesse direto para o presente contexto. Sobre esses espaços, afirma que “para a identificação e individualização desses locais o Decreto 3.551/00 que trata do patrimônio imaterial, previu em seu art. 1º, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se com entram e reproduzem práticas culturais coletivas” (MIRANDA, 2006, p. 65) e frisa que “o registro de determinado bem imóvel no Livro de Lugares não se confunde com o tombamento”, pois são “institutos jurídicos autônomos e distintos, pelo que não necessariamente o bem cultural inscrito em Livro preencheria requisitos para ser tombado. É possível inclusive a dualidade de tutelas” (MIRANDA, 2006, p. 65).

As leituras sobre a legislação, normas e decretos, regulamentos e políticas públicas acerca do patrimônio cultural no Brasil e no mundo, bem como os documentos e pesquisas que versam sobre o tema, principalmente as chamadas “cartas patrimoniais”, indicavam que o lugar e as atividades ali desenvolvidas tinham qualidades patrimoniais e que as atitudes acerca da situação atual da Feira eram, no mínimo, pouco fundamentadas e partiam de decisões unilaterais.

Conforme apresentado na reunião de 2014, na minha visão, os artesãos expositores estão exercendo seu direito ao pedir registro da Feira como patrimônio cultural. Ademais, o pedido é legítimo na medida em que a Feira cumpre os requisitos necessários para entrada no Livro de Lugares do IPHAN, dentro do escopo dos patrimônios imateriais, conforme definição abaixo.

Livro de Registro dos Lugares - para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas. *Lugares* são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em

representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais (IPHAN, 2006¹⁰³).

Segundo o “Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial”, publicado pelo IPHAN com o título “O Registro do Patrimônio Imaterial” (IPHAN, 2006), a inscrição do bem em um dos Livros como instrumento legal será o ato culminante do processo de registro, e os resultados e/ou efeitos desse registro são variados:

Em primeiro lugar, fica instituída a obrigação pública de documentar e acompanhar a dinâmica das manifestações culturais registradas. Em segundo, promove-se, com o ato de inscrição, o reconhecimento da importância desses bens e sua valorização, mediante a concessão do título de Patrimônio Cultural do Brasil e a implementação, em parceria com entidades públicas e privadas, de ações de promoção e divulgação. Em terceiro, se estabelece a manutenção, pelo Iphan, de banco de dados sobre os bens registrados aberto ao público; e, por fim, se favorece a transmissão e a continuidade das manifestações registradas mediante a identificação de ações de apoio. Além desses efeitos, o registro ensejará a realização de inventário de referência cultural que permitirá o mapeamento dessas manifestações no território nacional, fornecendo dados para o desenvolvimento de uma política nacional de registro e valorização apoiada em sólida base de conhecimento (IPHAN, 2006, p. 20).

Com essas questões patrimoniais em pauta, definiu-se que seria feita uma reunião geral com os artesãos expositores da Feira e/ou Assembleia da ADELIC a fim de expor as questões e propostas para que fossem votadas e deliberadas. Em termos de problematização, nos debates e assembleias da ADELIC, as ações centravam-se na definição como patrimônio imaterial na categoria de lugar, para manter os objetivos práticos jurídicos; porém, em termos de uma etnografia das ciências, as questões dicotômicas com relação à categorização dos patrimônios mais restringia do que auxiliava, tanto nas construções de abordagens como nos debates estabelecidos.

Nesse caso, é possível apontar que a produção científica e principalmente os programas e planos de gestão e as políticas públicas ainda dialogam pouco com os de “fora” dos muros dos laboratórios (LATOUR e WOOLGAR, 1997). Isso certamente complexifica as definições de patrimônio e as aplicabilidades e percepções de processos de patrimonialização. A gestão, fundamental para a existência dos patrimônios, se percebida como legislação e políticas pública, assume esse caráter menos dinâmico; entretanto, perspectivas mais amplas de gestão, principalmente participativa e colaborativa, podem apontar possibilidades mais abertas e alternativas. O Dossiê sobre Patrimônio Imaterial citado anteriormente (IPHAN,

¹⁰³ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

2006), que aborda os quatro Livros de Registro dos Patrimônios Imateriais – Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares – aponta para essa possibilidade ao colocar que:

Ao se delimitar o universo dos bens culturais imateriais por meio da indicação do conteúdo dos Livros de Registro, buscou-se evitar conceituações rígidas e aprisionadoras, com a expectativa de que essa definição abrangente venha a estimular o processo de construção do conceito de patrimônio imaterial, mantidos os parâmetros estabelecidos pela Constituição (IPHAN, 2006, p. 20).

Além dessas questões referentes aos patrimônios imateriais, a problemática se move para outra categorização. Conforme pretendi demonstrar nesta tese, as características imateriais e materiais são necessariamente coexistentes em uma mesma unidade objetiva ou humana, portanto, segregá-las pode gerar ruídos e/ou fraturas que podem afetar negativamente, no caso dos estudos, os resultados, e, no caso dos patrimônios culturais, as políticas públicas. Como colocado nos capítulos anteriores, os gestos e materiais participam dos eventos e processos de andamento do mundo comum por meio de suas materialidades e são intrinsecamente associados às características imateriais, simbólicas e/ou sociais, pois ambas (material e imaterial) são constituídas a partir de matéria-prima comum ao coletivo (LATOURET, 2007, 2004).

A Feira apresenta um caso específico, pois, além de se encaixar na categoria de Lugar, nela acontecem atividades de confecção e acabamento de artesanato que remetem também a uma gama de saberes e fazeres vividos no lugar, o que possibilitaria sua inserção também no Livro dos Saberes do IPHAN, cuja definição está transcrita abaixo.

Livro de Registro dos Saberes - Criado para receber os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.

Os *Saberes* são conhecimentos tradicionais associados a atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Geralmente estão associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que podem ter sentidos práticos ou rituais. Trata-se da apreensão dos saberes e dos modos de fazer relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais (IPHAN, 2006¹⁰⁴).

Visto que há uma relação de constituição entre lugares, fazeres e saberes, e que o artesanato de pedra-sabão é bem inventariado pelo município de Ouro Preto, não seria produtivo fazer um estudo sobre os lugares nos quais esses artesanatos são tradicionalmente produzidos e comercializados para auxiliar na gestão? Em se tratando de um lugar de

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

confluência de atividades artesanais, portanto de saberes e fazeres, bem como de comercialização dos produtos desses artesanatos, a *Feirinha* não teria provado, mais uma vez, seu enorme valor enquanto patrimônio cultural com capacidades para ser registrada? E, ao considerar de fato (e também) o patrimônio material que compõe a feira, como ficaria o registro?

Os problemas acerca das categorizações dos patrimônios (material/imaterial e suas subdivisões) são bastante conhecidos, assim como as dificuldades e limitações de aplicação são compartilhadas e constantemente debatidas, seja no meio acadêmico e científico ou em instituições de pesquisa e órgãos públicos (MENESES, 2007; FERREIRA, 2008, 2013; SILVA, 2009, 2012). No caso da *Feirinha*, além dessa dicotomia (material/imaterial) se apresentar inoperante no desenvolvimento da pesquisa, a problemática das categorizações chega às subcategorias do patrimônio cultural imaterial: Lugar e Saber.

Já no caso específico das painéis de pedra-sabão, que pode ser aplicado ao artesanato em geral, surgem perguntas simples e relativamente fáceis de responder que, no entanto, impactam e condicionam a prática de maneira direta. Como definir que os saberes (imaterial) e modos de fazer painéis de pedra sejam um patrimônio e as painéis (material) em si não? Essas questões se apresentaram de maneira muito clara e latente durante o período de desenvolvimento da pesquisa, sendo retomadas no próximo tópico junto a algumas considerações sobre possíveis planos e programas participativos e/ou colaborativos de gestão dos patrimônios.

A reunião aberta e/ou assembleia da ADELC aconteceu no dia 04 de outubro de 2017 e nela participaram todos os membros da Associação, a grande maioria dos artesãos expositores e os colaboradores. Na medida em que a situação e os problemas concernentes à possibilidade de remoção da Feira já eram antigos e os artesãos expositores já haviam tido alguma experiência e se engajado com questões acerca dos patrimônios culturais, foram priorizadas as possíveis ações para (e implicações do) registro da Feira como bem cultural. Em meio aos debates, os próprios artesãos expositores começaram a verbalizar uma lista de exemplos, tais como diminuição do número de barracas, redução da altura das barracas e da quantidade de peças expostas, modificação das estruturas físicas das barracas, construção de um banheiro, rampa de acesso, entre muitas outras alterações supostas e cogitadas. Importa dizer que as colocações e falas foram mais no sentido de projetar possíveis eventos para demonstrar as dificuldades e transtornos que os aguardam, buscando destacar a responsabilidade e a necessidade de mudanças, do que de elencar necessidades de adequações

no espaço atual da Feira, sendo essa necessidade de mudança, no entanto, também uma das reivindicações dos artesãos expositores.

Foi destacado que, por ser uma área tombada no centro histórico de uma cidade patrimônio, era necessário seguir a extensa e muitas vezes dicotômica e antagônica legislação vigente sobre proteção do patrimônio e estabelecer contato e diálogo direto com os órgãos públicos corresponsáveis, bem como com conselhos consultivos e deliberativos sobre patrimônio. Além disso, se tratando do largo de Coimbra, era aconselhável priorizar pela mínima intervenção e impacto, prezando ainda pela utilização de materiais e estruturas sustentáveis e removíveis; no entanto, sem negligenciar a necessidade de adequações físicas no espaço da *Feirinha*.

O ponto delicado dessa pauta – e que vem sendo ampla e abertamente debatida por eles – é a necessidade de diminuição do número de barracas, o que geraria a saída de um determinado número de artesãos expositores. Cientes dessa situação, bem como dispostos ao diálogo para saídas alternativas, tais como o deslocamento das barracas excedentes para outros espaços de Ouro Preto, uma rotatividade dos artesãos na Feira, entre outras, a votação foi quase unânime a favor do registro da Feira de artesanato do largo de Coimbra como bem cultural imaterial de Ouro Preto, através de sua entrada no Livro de Registro de Lugares. Para isso, em consonância com as diretrizes apresentadas no “Roteiro para solicitação e tramitação do processo de registro de bem cultural como Patrimônio Imaterial do Município de Ouro Preto”, seria feita uma carta para o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural/COMPATRI – Ouro Preto pedindo abertura de processo para inserção do bem no Livro em questão.

A partir dessa reunião e cientes da corresponsabilidade e desafios, o engajamento dos artesãos expositores com a Feira enquanto coletividade e com questões ligadas aos patrimônios foi gradualmente aumentando. Iniciou-se uma mobilização através de abaixo-assinado disponibilizado na rede e da coleta de assinaturas físicas em papel. Criou-se uma página da Associação de artesãos expositores e da *Feirinha* na Internet, através da qual vem sendo divulgados materiais informativos sobre a feira (vídeos documentários, fotos antigas, reportagens, etc.) e esclarecimentos quanto à situação e questões envolvidas.

A divulgação do caso e a complexidade da questão suscitavam o desenvolvimento de debates amplos e abertos acerca dos patrimônios culturais em Ouro Preto. Também tiveram início divulgações em mídias diversas (imprensa, rádio e televisão), além do levantamento de materiais informativos sobre a Feira e o largo de Coimbra, a criação de um banco de dados, desenvolvimento de entrevistas e preenchimento de fichas com os artesãos expositores, entre

muitas outras atividades que podem ser consideradas atividades de gestão e/ou como alternativas às de salvaguarda e comunicação – que caracterizam os processos de musealização – dos bens culturais sendo, portanto, possível considerar uma aproximação entre a Feira de artesanato do largo de Coimbra e os museus enquanto fenômeno (VARINE, 2000). É necessário retomar, conforme já colocado, que o conceito ampliado de museu, libertado dos edifícios, não ficando fechado entre as quatro paredes do laboratório, permite a ele se expressar e manifestar em vários e diferentes fenômenos.

Antes de relatar essas atividades e métodos – o que será feito no próximo tópico – desenvolvidos pelos artesãos no início das atividades de gestão, salvaguarda e comunicação deste bem cultural (Feira de artesanato do largo de Coimbra), tentarei esclarecer os processos judiciais que o envolvem. Esses também são pontos críticos e problemáticos da situação e remetem às relações de poder que envolvem os patrimônios culturais e a legislação vigente, dentro de um espaço público no centro histórico de Ouro Preto.

Como início das atividades jurídicas referentes à Feira, a equipe de advogados colaboradores da ADELIC fez uma leitura dos dois processos que tratam dela para posteriormente elaborar considerações e propor alguns recursos e medidas alternativas.

O primeiro processo jurídico aqui citado trata-se de um Inquérito civil no Ministério Público de Minas Gerais¹⁰⁵ para “apurar irregularidades na restauração e reutilização da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto - Paço da Misericórdia”, local destinado a abrigar um “Centro de Artes e Fazeres de Ouro Preto”, projeto em desenvolvimento pela ADOP (Agência de Desenvolvimento Econômico de Ouro Preto) e para onde poderão ser transferidos os artesãos expositores do largo de Coimbra. Entende-se que esse processo não tem ligação direta e iminente com a Feirinha, pois o que está em pauta são as obras que estão ocorrendo na antiga Santa Casa de Ouro Preto. No entanto, as alegações dos artesãos expositores e da ADELIC com relação à proposta de transferência são basicamente duas. Primeiro, eles não foram consultados e/ou considerados em nenhum momento sobre tal proposta, portanto, não há diálogo, anuência e/ou acordo prévio. Segundo, a área destinada para as barracas dos artesãos no Centro de Artes e Ofícios seria o pátio posterior da propriedade, em área aberta com espaço para dezoito (18) boxes – para abrigar os mais de 50 feirantes – e em local com risco e histórico de deslizamento de grande volume de terra.

¹⁰⁵ Inquérito Civil número MPMG-0461.08.000049-4. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/main.jsp?lumPageId=8A91CFAA4D1CDE88014D20BF3A587260&lumI=portalmpmg.service.consultaprocessualprimeirainstancia.interessadoList&itemId=15627>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

Em estudo de caso que trata do largo de Coimbra e da atual *Feirinha*, Marinho, após traçar um histórico de ocupação do lugar e através de abordagem reflexiva que envolve patrimônios e espaços públicos, aponta que “contrapondo ao discurso sobre o atual declínio do espaço público, defendemos o Largo de Coimbra [...] como sendo um espaço público de grande vitalidade que se materializa em função da presença do comércio no local” (2015, p. 108). Afirma ainda a autora que “a Feira de Artesanato em Pedra-Sabão e as ações sociais que dela desencadeiam é que qualificam atualmente o espaço público Largo de Coimbra” (MARINHO, 2015, p. 108).

Especificamente sobre o processo de transferência da Feira para a Santa Casa de Ouro Preto, a mesma pesquisa aponta que:

No caso do Paço da Misericórdia, nossa atenção está voltada não pela delimitação *per se*, mas para uma provável refuncionalização do patrimônio cultural valorizado pelo olhar externo, em que o consumo estético do bem patrimonial se sobrepõe ao seu uso social e democrático, favorecendo-se, talvez, a criação de mais um espaço urbano, desprovido de sociabilidades públicas duradouras [...]. Isso, em detrimento de um espaço público repleto de sociabilidades públicas e duradouras, socialmente construído; que estrutura “o lugar” da Feira de Artesanato no Largo de Coimbra (MARINHO, 2015, p. 116).

Assim, além das alegações dos artesãos expositores sobre esse primeiro processo, é necessário destacar que há real e grande possibilidade de perda de capacidades do espaço (mnemônicas, afetivas, sociabilidades, mobilidades, etc.) em função da retirada da Feira.

O segundo processo que envolve a Feira trata-se de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público desde 2004 contra a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, que pede a remoção de todas as barracas e o fim da *Feirinha*. Em um dos textos gerados e divulgados pela equipe de advogados colaboradores da ADELIC, em resposta a um debate ocorrido na Internet, eles afirmam que:

O processo de remoção se iniciou de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público de Minas Gerais contra a Prefeitura Municipal de Ouro Preto e um (1) artesão que supostamente havia assentado bases de alvenaria na Feira. Nele, além de restar provado nunca ter havido qualquer construção permanente em alvenaria, as gestões anteriores da Prefeitura de Ouro Preto omitem a existência da ADELIC – Associação representativa dos feirantes – até estado avançado do processo. [...] O mais grave da situação: o processo judicial e o acordo de cooperação técnica entre PMOP [Prefeitura Municipal de Ouro Preto] e ADOP [Agência de Desenvolvimento Econômico de Ouro Preto] nunca tiveram a participação da ADELIC [...]. O processo de formação da atual *Feirinha* é uma ocupação regulamentada. Nomeadamente, pela Lei Municipal 15/73 que cria a ‘Feira Permanente de Arte e Artesanato de Ouro Preto’. Entretanto, o esvaziamento da fiscalização das gestões públicas anteriores e o movimento para deslegitimar o uso daquele espaço (com a supressão da taxa que a prefeitura cobrava), deram azo a diversos problemas naquela ocupação. [...] Nenhum promotor que se

responsabilizou pelo processo foi fazer uma vistoria *in loco*. Nunca foram até o local para verificar qualquer irregularidade. Foi necessário um requerimento de perícia, que se prolongou por mais de uma década, para que um engenheiro deslocasse até o local para constatar que não havia qualquer obra em alvenaria. [...] O processo judicial de remoção da Feirinha se dá sob o fundamento de que ela não se harmoniza com o conjunto histórico arquitetônico do Largo de Coimbra. Como destacado pelo perito, a *Feirinha* não causa mais que um dano estético ao entorno. Então, por que não adotamos a solução proposta pelo engenheiro perito: adequar as barracas ‘*com materiais que não agredam visualmente o conjunto tombado*’ (trecho extraído do quesito 9º da perícia – Quais as medidas a serem adotadas para recomposição dos danos?) (ACERVO ADELCO, 2017).

Importa destacar que consta nesse processo que a Feira (barracas, pessoas, coisas e lugar) causa dano de fruição e impacto negativo visual e estético ao patrimônio histórico e cultural, nomeadamente à Igreja São Francisco de Assis e ao entorno. Conforme mencionado no texto da equipe de advogados, o dano ao patrimônio só pode ser considerado, nesse caso, um impacto indireto e reversível. Não houve dano direto e permanente, bem como qualquer tipo de modificação significativa e/ou substancial em matérias patrimoniais, seja na igreja, no entorno ou na própria Feira, aqui considerada patrimônio. Da mesma maneira, eleger um patrimônio cultural oficial (igreja São Francisco de Assis) em detrimento de um patrimônio não oficializado (*Feirinha*) e extinguir o segundo em função de uma acusação de que este estaria impactando negativamente o primeiro, são ações que podem ser interpretadas como colonialistas, associadas a ontologias duais e a hierarquizações dos patrimônios que aparentemente vão contra as perspectivas patrimoniais contemporâneas.

A Lei Orgânica do município de Ouro Preto¹⁰⁶ – redigida em 1990 cuja última revisão apresentada no documento é de 2013 – no “Capítulo I: Da ordem social” do “Título IV: Da Sociedade”, na “Seção VII: Da Cultura”, define, através do Art.157 que “o Poder Público Municipal facilitará a todos, de forma democrática, o acesso aos bens de cultura e as condições objetivas para produzi-los”. Já o Art.158 define que:

Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória do povo ouro-pretano, entre os quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
 - II. os modos de criar, fazer e viver;
 - III. as criações tecnológicas, científicas e artísticas;
 - IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artísticas e culturais;
 - V. os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, ecológico e científico.
- §1º As artes plásticas, a música, o teatro, o folclore e a dança, dentre outras, são consideradas manifestações culturais.

¹⁰⁶ Disponível em: <<http://www.cmop.mg.gov.br/arquivos/documentos/leis/leiorganica.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

§2º Todas as áreas públicas, especialmente os parques, jardins e praças, são abertas às manifestações culturais (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2013, p. 51).

No art. 161 desse mesmo documento, consta que o “Poder Público Municipal buscará articular as diversas manifestações artístico culturais do Município, visando ao seu enriquecimento, compatibilização e divulgação”. O art. 162 indica que o “Poder Público Municipal garantirá para que os artesãos e artistas locais tenham prioridade na ocupação de espaços públicos destinados ao comércio turístico e às exposições artísticas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2013, p. 52).

Na Seção VIII – que define as diretrizes e competências sobre a “Preservação do Patrimônio Cultural” – o mesmo documento apresenta, em seu Art. 163, uma conduta colaborativa e participativa, na medida em que o:

Município, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá, por meio de plano permanente, o Patrimônio Histórico e Cultural Municipal, através de inventários, pesquisa, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2013, p. 52).

É necessário também remeter à Seção V do Título III, “Capítulo I: Da organização do Município”, que trata da “Administração Pública” e em seu art. 25 define que “a atividade de administração pública dos Poderes do Município e a de entidade descentralizada obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade” (idem: 08). No cenário internacional, a Carta de Nairóbi (1976) “é o primeiro documento internacional que afirma que a participação da população local é fundamental para a preservação, assim como a manutenção da sua composição social” (SANT’ANNA, 2015, p. 9).

A presença da Feira, na minha percepção e com base em estudos já existentes e com os que vêm sendo desenvolvidos pela ADELIC e colaboradores, não causa qualquer tipo de dano à fruição – seja cultural, turística, ou qualquer outra – da igreja. Pelo contrário – e conforme demonstrado no tópico anterior – estes patrimônios (Igreja e Feira) mantêm uma relação simbiótica e histórica, na qual os espaços abertos em frente às edificações públicas e religiosas eram, desde seus primórdios, lugares de comércio e sociabilidade (CASTRIOTA, 2009). A Feira de artesanato do largo de Coimbra é, além de um lugar historicamente marcado por atividades de comércio e troca, um lugar de fruição e convergência de saberes e modos de fazer artesanais que atualmente integram a coletividade da Feira.

Na página oficial da UNESCO¹⁰⁷ na Internet consta a “Cidade histórica de Ouro Preto, Minas Gerais” com entrada em 1980. Ao acessar uma entrada para “mais imagens”, aparece um leque de fotografias, entre as quais uma é da Praça Tiradentes e do Museu da Inconfidência e outra é da Feira de artesanato do largo de Coimbra – popularmente conhecida como *Feirinha de pedra-sabão* – junto à igreja São Francisco de Assis. Vale destacar que, desses lugares, somente a Feira não é citada na legenda das imagens na página.

Fotografia 135 – “Descrição: Praça Tiradentes e Museu da Inconfidência”

Fonte: M & G Therin Weise.

Fotografia 136 – “Descrição: Igreja de São Francisco de Assis”

Fonte: M & G Therin Weise.

Uma questão para reflexão que surge dessa colocação é: como a Feira pode ser acusada de impacto negativo à fruição da igreja sendo que na página oficial da UNESCO há uma foto da *Feirinha* junto com a Igreja? Essa foto não seria um indicativo da relação simbiótica existente entre a igreja e a feira e de suas qualidades patrimoniais? Por outro lado, porque não constava referência sobre a Feira na legenda? Enquanto patrimônio, a Feira poderia ser considerada indesejada (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013)?

Não obstante essas questões patrimoniais, no processo judicial não foram apresentadas informações de pesquisas que sustentassem essas inferências, tais como resultados de pesquisas qualitativas e quantidades sobre o fluxo de turistas na feira e na igreja; mapas de ocupação, de deslocamento, etc. e desenhos técnicos (croquis), gráficos e/ou entrevistas.

Além do artesanato que supostamente teria causado dano ao patrimônio ao construir barraca de alvenaria, a ADELIC e os artesãos expositores enquanto coletividade não foram oficialmente notificados, ouvidos e/ou chamados a prestar esclarecimentos em um processo que tem como objetivo decidir sobre o presente e o futuro de suas atividades no largo de Coimbra. Em trecho extraído da “Ordem de *Habeas Corpus* Preventivo”, redigido pela equipe de advogados colaboradores da ADELIC, consta:

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

Ocorre que, não obstante a mencionada **Ação Civil Pública pugne pela remoção de todos os feirantes do referido local**, sob pena de multa diária no valor de 10 salários mínimos em face do município, e prazo de 90 dias para a expulsão, **nem a ADELIC, Associação representativa dos expositores, nem qualquer outro feirante, individualmente considerado, foi convocado a compor a lide**, apesar de previsão expressa do CPC no sentido de que:

Art. 114. **O litisconsórcio será necessário** por disposição de lei ou quando, **pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.**

Isso porque o município de Ouro Preto e o MPMG, apesar de ter conhecimento da existência da referida associação, criada por portaria da Secretaria Municipal de Turismo por ordem da **Lei Municipal 15/73 (Cria a Feira Permanente de Arte e Artesanato de Ouro Preto)**, **OMITIRAM PROPOSITAMENTE** a existência da pessoa jurídica representativa dos expositores, negando-lhe seus direitos constitucionais de pessoa.

Esta assertiva resta evidente quando se analisa o Acordo de Cooperação Técnica assinado entre a municipalidade e a ADOP (Agência de Desenvolvimento Econômico de Ouro Preto), que visa angariar recursos junto ao BNDES condicionando-os à transferência dos feirantes ao espaço do Paço da Misericórdia, **novamente sem a participação da ADELIC ou de qualquer feirante**, e ao fato de que **o município só alegou a existência de litisconsórcio passivo necessário após a conclusão da referida obra de reforma.**

Ademais, conforme laudo pericial extraído dos autos (anexo), as alegações iniciais do *Parquet* não se verificaram, visto ser a barraca do sr. Fernando (primeiro requerido na ACP) desmontável, além de não ter utilizado o sistema construtivo em alvenaria, apresentando, ao revés, estrutura de madeira.

Superada a celeuma em relação ao primeiro requerido, quanto à municipalidade (segundo requerido), não se provou na perícia haver qualquer dano causado pelas barraquinhas, que não o visual (estético), não como queria o *parquet* (em relação à Igreja de São Francisco de Assis), mas em relação às fachadas laterais das residências confrontantes, referentes à Rua Cláudio Manoel e Rua São Francisco de Assis (Quesito 6º da perícia).

Ademais, o perito, ao ser questionado sobre “Quais seriam as medidas a serem adotadas para a recomposição dos danos?”, afirma que **“a substituição das telhas de fibro-cimento e da própria barraca (substituição das lonas plásticas nas laterais), adequando a mesma e as demais com materiais que não agredam visualmente o conjunto tombado” (Quesito 9º) seria medida suficiente à recomposição, não sendo necessária qualquer remoção dos feirantes-expositores do local em que realizam suas atividades.**

Assim, não há razão que justifique a medida de remoção.

(ADELIC E COLABORADORES, 2017, grifos do original).

Mesmo sendo um processo que envolve o Ministério Público e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, a não consideração da ADELIC e dos artesãos expositores nos debates e decisões é exemplo negativo do ponto de vista de ciências mais democráticas. No caso desses processos e das posturas dos órgãos e instituições públicas com relação aos patrimônios, representados pela Feira e pelos artesãos expositores, aparentemente há uma objetificação dos

seres humanos envolvidos. Transformados em objetos, que são percebidos na ontologia dual apenas enquanto receptores de ações – portanto desprovidos de agentividade e vida –, os seres humanos poderiam ter sua existência facilmente diminuída, desconsiderada e/ou invisibilizada, o que justificaria sua completa desconsideração nos eventos e processos que dão vida e movimento ao mundo comum. No extremo da visão dual e marcadamente assimétrica, seria (des)considerar os artesãos expositores pejorativamente como as barracas que compõem a Feira, que poderiam ser transportados (pessoas humanas e coisas) de um lado para outro, removidas do local e/ou manuseadas a livre gosto dos sujeitos. Essas perspectivas e atitudes podem indicar também permanências e resiliências do estigma e desabilidades dos trabalhos manuais e dos ofícios mecânicos banais nos séculos passados que, nesse caso, se estendem e ressoam em pessoas humanas, lugares e coisas. Atualmente, tais perspectivas e atitudes têm implicação na maneira como tratam-se os patrimônios culturais e/ou naturais (coletivos), nas políticas públicas e na legislação vigente, ou seja, nas maneiras como vivemos e no andamento do mundo comum.

No cotidiano mundano do patrimônio indesejado, no caso específico da Feira, as mesmas questões relacionadas a sua marginalidade podem ser percebidas em um dos debates estabelecidos na Internet. O debate é representativo de uma situação recorrente na vida dos artesãos expositores, algumas vezes descrita e outras vezes presenciada por mim, como a que relatarei a seguir.

Para a publicização da situação da Feira e na defesa de que ela seja oficializada enquanto patrimônio cultural de Ouro Preto, circularam alguns textos escritos pela ADELIC e colaboradores, bem como dois abaixo-assinados, um em suporte digital e outro em papel, conforme já mencionado. Em resposta a esse movimento, uma pessoa, Doutora em História e cidadã de Ouro Preto, publicou em sua página um texto no qual utilizava palavras como “sem higiene pessoal”, “sujos”, “anti-estéticos”, “camelôs”, “ilegais”, “máfia”, entre outras de mais baixo calão, para se referir à Feira e aos artesãos expositores do largo de Coimbra, alimentando a manutenção da mesma marginalidade historicamente ocupada pelos trabalhos de artesãos e feirantes. No texto, também se defendia que a *Feirinha* não tinha nenhum valor cultural e que deveria ser removida para que o largo de Coimbra pudesse ser lugar de um centro turístico comercial e/ou acontecessem eventos de gastronomia, música e lazer para os turistas que frequentam Ouro Preto.

Não obstante as considerações poderem ser rebatidas e relativizadas a partir dos estudos citados no tópico anterior, além de ser uma posição muito próxima à do movimento modernista atuante na primeira metade século passado, novamente as (im)percepções

caminham na contramão dos debates acadêmicos e científicos contemporâneos, seja sobre descolonização das ciências, desenvolvimento de pesquisas horizontais e colaborativas, violências epistêmicas, gestão dos patrimônios culturais, exercício de cidadania e aceitação da diversidade, multivocalidade e desenvolvimento sustentável, entre tantas outras, nas quais incluem-se as perspectivas aplicadas e defendidas nesta pesquisa.

Ao abordar os novos tempos de patrimônio, porém, após uma recapitulação da atuação do SPHAN desde sua criação, Maria Lucia Bressan Pinheiro (2006) coloca que:

É no confronto direto entre a realidade física do patrimônio e as expectativas de seu público-alvo que muitos preconceitos - de cunho ideológico ou fruto do desconhecimento do passado artístico brasileiro - identificáveis na fase heróica de atuação do SPHAN reaparecem, com vigor e escala renovados (PINHEIRO, 2006, p. 13).

Ao pontuar algumas possibilidades de reações, a autora aponta para “a preferência quase exclusiva por obras grandiosas, isoladas da trama urbana para maior destaque de suas características excepcionais”; a preferência “pelos estilos ‘catalogados’, conforme critérios eruditos”; “a primazia da antiguidade do monumento, privilegiando-se decididamente aqueles supostamente dos séculos XVI e XVII” e “a inviabilidade do novo em confronto com o passado” (PINHEIRO, 2006, p. 13).

Aplicando a problemática que perpassa as materialidades associadas aos processos de patrimonialização no presente e retomando o questionamento colocado anteriormente: a Feira poderia ser considerada um patrimônio indesejado? Se sim, outra questão se coloca para o estabelecimento de debate e reflexão: indesejada por quem e por quê? Ao abordar os “patrimônios indesejados”, Criado-Boado e Barreiro apontam que:

O patrimônio não é só o monumento das memórias vitoriosas na história. Os perdedores, os protagonistas anônimos, as resistências, também produzem bens patrimoniais. A vontade de verdade e a vontade de visibilidade hegemônica podem esconder isso e condenar outros patrimônios ao esquecimento e à opacidade. Mas os materiais são tão persistentes quanto as resistências, e através daqueles que estas são finalmente representadas. Assim terminam emergindo patrimônios não desejados pelo poder dominante, mas que se fazem presentes e reafirmam a presença e reivindicações de outras vontades¹⁰⁸ (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 9).

¹⁰⁸ “El patrimonio no es solo el monumento de las memorias victoriosas en la historia. Los perdedores, los protagonistas anónimos, las resistencias, también producen bienes patrimoniales. La voluntad de verdad y la voluntad de visibilidad hegemónicas pueden ocultar esto y condenar otros patrimonios al olvido y la opacidad. Pero los materiales son tan persistentes como las resistencias, y a través de aquellos finalmente se representan éstas. Así terminan emergiendo patrimonios no deseados por el poder dominante, pero que se hacen presentes y reafirman la presencia y reclamaciones de otras voluntades” (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013, p. 9).

Em defesa do meu ponto de vista, na medida em que esta pesquisa preza consideração dos objetos (mudando-se a terminologia específica para coisas, artefatos, entidades e/ou seres não-humanos) a patamar análogo ao de sujeitos (seres humanos), a postura de certos cidadãos e cidadãs e de alguns órgãos públicos parece diminuir os sujeitos (artesãos expositores) ao patamar inferior tradicionalmente ocupado pelos objetos (coisas) dentro das ontologias binárias que, por sua vez, compreendem os objetos apenas como passivos às ações humanas.

Com todo o respeito à seriedade, conhecimentos e *expertises* dos representantes e órgãos públicos envolvidos em tais processos e à criticidade de todos os cidadãos e cidadãs que colaboraram com os debates, destacando minha plena atuação a favor da luta pela defesa dos patrimônios culturais, me parece no mínimo incoerente e exagerado, para não dizer autoritário e arbitrário, o pedido de reclusão como pena para o artesão que teria supostamente cometido crime de dano ao patrimônio ao usar materiais inapropriados na cobertura de sua barraca, bem como a proposta de remoção de todos os artesãos expositores do largo de Coimbra em função disso e sem abertura de diálogo. Importa lembrar que o próprio nome da Feira está associado ao lugar que ela ocupa atualmente, e mudá-la implica em impacto direto sobre o seu lugar, logo também a extinção da Feira de artesanato do largo de Coimbra.

Ao abordar “A urbanização perversa: considerações iniciais sobre gentrificação e patrimônio”, Castriota (2017) aponta, baseado em Milton Santos (2000 apud CASTRIOTA, 2017), através da globalização, que “o mercado exacerbaria o individualismo e a competitividade, tornando cada vez mais difícil a construção de laços de solidariedade coletiva”, e que isso “afetaria de forma particularmente perversa aquelas camadas mais frágeis social e economicamente” (CASTRIOTA, 2017, p. 67).

Os processos de patrimonialização *das* e *nas* grandes cidades e a revitalização urbana seriam, assim, manifestações dessas “fábricas de perversidades” que envolvem as transformações dos “centros” dessas cidades em “centros históricos”, através de estratégias que envolvem grandes instalações, tais como museus, centros de cultura, lazer e turismo, entre outras (CASTRIOTA, 2017, p. 68). O fenômeno da gentrificação, de uma maneira simples e direta, estaria ligado, portanto, à expulsão ou exclusão das pessoas de camadas populares que até então habitavam e viviam nestes lugares.

É necessário destacar, no entanto, conforme colocado pelo mesmo autor, que debates sobre gentrificação são amplos e extensos, e os estudos e usos do termo variam em mesmo ritmo, passando pelas diversas acepções do termo, bem como seu surgimento na Europa e a necessidade constante de revisão e adequação do termo aos contextos estudados, dentre os quais a América Latina. Nesse sentido, o autor coloca que:

Fenômeno muito discutido pela literatura que se ocupa do patrimônio, a gentrificação pode ser descrita, de um modo geral, como o processo por meio do qual classes mais abastadas passam a ocupar bairros originalmente habitados por classes mais pobres, transformando a ambiência daqueles locais – com alterações na paisagem, substituição do comércio local por franquias de grandes marcas, elevação no preço dos aluguéis e no custo de vida, dentre outras – e levando à gradativa exclusão da população original (CASTRIONA, 2017, p. 69).

Conforme se pode perceber pelos debates ocorridos na Internet, descritos anteriormente, e pela aplicação da análise à realidade do largo de Coimbra:

Como se vê, a gentrificação se mostra um tema muito mais controverso do que parece à primeira vista: enquanto políticos, empresas do setor imobiliário e a classe média percebem o processo como um método para combater a degradação urbana e atrair contribuintes, os pobres urbanos experimentam maiores custos de vida, a quebra de suas redes sociais e o risco alto de serem despejados e expulsos. Assim, debate-se intensamente se a gentrificação deve ser apoiada, ou, contrariamente, se deve ser controlada, restrita e mesmo impedida (CASTRIONA, 2017, p. 87).

Além das discussões sobre a situação e os processos envolvendo a Feira, conforme descrito anteriormente, foi feito um novo levantamento bibliográfico que mostrou que o número de estudos acadêmicos e científicos que têm a Feira de artesanato largo de Coimbra como protagonista havia aumentado. Além disso, novas pesquisas apontavam e destacavam suas qualidades enquanto patrimônio cultural (MELQUIADES, 2014; MACHADO e FONSECA FILHO, 2014; MARINHO, 2014, 2015). O aumento no número de estudos e publicações acadêmicas e científicas que abordam a feira e seu lugar de maneira direta é indicativo (por si só) da alta relevância científica, cultural e histórica do bem em questão.

Com esse panorama delineado e as informações devidamente levantadas e processadas, optou-se por fazer reuniões com a equipe da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, uma fala na Câmara de Vereadores e uma apresentação e discussão do caso com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural – COMPATRI. A assessoria jurídica indicou que havia possibilidade de fazer um *Habeas Corpus* Preventivo e que, além das assinaturas do abaixo-assinado, documentos que comprovassem o apoio dos órgãos representativos do poder público e da gestão do patrimônio seriam anexados.

Na Câmara de Vereadores, em sessão ocorrida no dia 31 de outubro de 2017, a equipe da ADELC e colaboradores apresentaram o caso, que teve apoio unânime. O abaixo-assinado foi apoiado e assinado por todos os representantes do poder público presentes, independente de divergências político-partidárias. Para ilustrar a força que o movimento vem ganhando com o desenvolvimento dessas atividades de divulgação e amplo debate público, foram citados

pelos vereadores nomes de antigos mestres artesãos que passaram pela Feira e pelo Largo de Coimbra. Também foi ressaltada a relação integrada e simbiótica entre a Feira, o Largo de Coimbra, a igreja São Francisco de Assis e a cidade de Ouro Preto, e destacada a importância histórica, cultural, identitária e afetiva da Feira para a população ouro-pretana.

Resumidamente, o movimento que passou a ser conhecido popularmente como *#FeirinhaFica* na época dessas reuniões já havia ultrapassado o número de quinze mil assinaturas coletadas em abaixo-assinado em papel feito pelos artesãos expositores em apoio ao registro da Feira como patrimônio cultural.

Fotografia 137 – Sessão na Câmara dos Vereadores de Ouro Preto que teve como pauta a feira enquanto patrimônio cultural

Fonte: Acervo da ADELIC, 2017.

Fotografia 138 – Joelma, Secretária da ADELIC, em fala na sessão da Câmara dos Vereadores de Ouro Preto

Fonte – Acervo da ADELIC, 2017.

Fotografia 139 – Camisetas do movimento *#FeirinhaFica* expostas e vendidas na Feira

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 140 – Concentração dos artesãos expositores antes da reunião na CMOP

Fonte – Acervo da ADELIC, 2017.

É importante destacar o esforço e engajamento dos artesãos expositores da Feira de artesanato do largo de Coimbra com as questões de sua gestão, que lhes são caras. Para acompanharem e participarem dos debates, reuniões públicas e assembleias da ADELIC, por exemplo, eles têm muitas vezes que fechar suas barracas, gerando até mesmo um ônus

financeiro. Alguns artesãos e artesãs expositores da Feira, por exemplo, moram nos distritos e, para comparecerem a esses eventos e atividades, necessitam acordar de madrugada, além de abrir mão de um dia ou período de trabalho remunerado. Também demandam tempo e esforço a elaboração e desenvolvimento de atividades de gestão, preservação e divulgação da Feira. Não apenas por isso e em minha opinião, o movimento criado por eles é um exemplo de exercício de cidadania e defesa dos direitos culturais.

A reunião com o COMPATRI representou uma primeira aproximação e abertura de diálogo entre esse e a ADELC e colaboradores, o que se mostrou bastante produtivo e promissor em se tratando de gestão compartilhada dos patrimônios. Essa reunião aconteceu em função da carta, já mencionada, enviada a tal órgão contendo o pedido de inserção na pauta da reunião mensal para a abertura de processo de registro da Feira de artesanato do largo de Coimbra como patrimônio cultural do municipal.

A reunião quase foi adiada por falta de quórum, visto que, para que se iniciasse, deveriam estar presentes a metade dos membros mais um. Após quase uma hora de atraso, esse número foi alcançado e a reunião foi iniciada com apresentação, pelos membros da ADELC e colaboradores, das questões relativas à Feira, tais como esclarecimentos com relação aos processos judiciais, a não consideração da ADELC e dos artesãos expositores nos processos, as características e qualidades que possibilitam à Feira ser registrada como patrimônio cultural e as atividades desenvolvidas até o momento que podem ser compreendidas como atividades de gestão e vinculadas ao processo de patrimonialização da Feira.

Posteriormente, foi exposto pelo presidente do Conselho que o pedido de registro contido na carta era legítimo, e que a Feira preenchia os requisitos para ser oficialmente considerada patrimônio, mas que o pedido não poderia ser aprovado naquela sessão em função da necessidade de quórum específico. Além disso, o presidente ponderou sobre a importância de se atribuir um título de patrimônio cultural e ressaltou que tal decisão necessita de amadurecimento e tempo.

Um dos presentes na reunião expôs detalhadamente as implicações do processo de registro como bem cultural no município de Ouro Preto e o entendimento de que, a partir do momento em que se abra o processo de registro, através da elaboração de Inventário, Dossiê, Plano de Gestão e/ou qualquer outro material e estudos necessários, seria possível afastar o risco iminente de sair o veredito do processo, na medida em que o bem passa a ser acautelado e sujeito de pesquisa. Era isso que se havia entendido dos debates em grupo e o objetivo da

carta encaminhada ao COMPATRI e dessa reunião. Conforme consta no *Habeas Corpus* anteriormente citado:

Há que se fazer breve menção à lei municipal 17 de 2002 que, em seu art. 22 assevera que “Com a abertura do processo de registro o bem em exame terá o mesmo regime de preservação do bem já registrado até sua inscrição no Livro de Registro”.

Em meio aos debates, bastante produtivos e promissores, dos quais também participaram diretamente e falaram artesãos expositores, o presidente do COMPATRI ponderou sobre um artigo científico que descreve a Feira como algo ilegal, meramente financeiro e de nenhuma relação com os artesanatos locais, o que corroboraria com perspectivas de que a Feira não teria as qualidades patrimoniais necessárias. Foi lido por ele um trecho do artigo intitulado “Espaços Públicos para o artesanato local: um estudo comparativo entre equipamento Culturais das cidades de Itabuna (BA) e Ouro Preto (MG)” (COSTA, 2009).

Sobre essa publicação e trecho, rebateu-se que as percepções e construção das ciências não precisam e nem devem ser unânimes e unívocas para serem aceitas. Os debates e a existência de diferentes pontos de vista sempre estarão presentes no campo do patrimônio. Não obstante, o referido texto trata de um estudo comparativo que pode não apresentar a profundidade necessária para embasar tomadas de decisões. Além disso, trata-se de um texto de 2009, e existem outros artigos científicos mais recentes sobre a *Feirinha* que necessitam ser considerados (MELQUÍADES, 2014; MACHADO e FONSECA FILHO, 2014; MARINHO, 2015).

Sobre os métodos utilizados na pesquisa publicizada no artigo científico, cujo trecho foi lido na reunião, a autora dedica apenas um parágrafo nas considerações iniciais que diz: “O trabalho foi construído a partir de revisão de literatura, observação participante (DENCKER, 2001 apud) e entrevistas conversacionais (ANDRADE, 1999 apud) com representantes das secretarias de cultura de cada cidade, vinculados ao patrimônio imaterial”. (COSTA, 2009, p. 2). Entende-se pela leitura que ela priorizou conversas com representantes das secretarias de cultura de cada cidade em detrimento dos artesãos expositores da Feira. De acordo com as informações apresentadas no texto em questão, os artesãos não foram envolvidos nas entrevistas conversacionais. Na perspectiva desta pesquisa, sendo também a vislumbrada para um plano de gestão, há de se considerar os discursos, falas e percepções dos representantes de órgãos públicos; porém, em pé de igualdade com demais – e muitas vezes principais – envolvidos e afetados pela gestão dos patrimônios, prezando pela multivocalidade

e colaboração no desenvolvimento de ações, planos e programas de gestão dos patrimônios (FERREIRA, 2008, 2013). Entre as deliberações da primeira reunião entre ADELIC e COMPATRI, no dia 01 de novembro de 2017, foi proposta a criação de uma Comissão desse Conselho para o acompanhamento do caso e foi definido que essa Comissão ouviria as demais partes envolvidas no processo jurídico – Prefeitura e Ministério Público – antes de qualquer decisão.

Em carta posteriormente redigida pela ADELIC e colaboradores e enviada ao COMPATRI como um retorno da reunião, esses pontos foram colocados, além de ser sublinhada a pertinência da formação dessa Comissão do COMPATRI. Havendo dúvidas nos dados e construções apresentadas nos artigos científicos citados, a Comissão formada poderia dar início a estudos e reflexões sobre a Feira que levem a conclusões próprias do Conselho. Foi destacado também que a ADELIC estaria à disposição para ajudar, participar e/ou esclarecer quaisquer questões que viessem a surgir, bem como sugerido que fosse eleito um representante da ADELIC que possa compor tal Comissão e/ou acompanhar e se encarregar do diálogo direto e constante com o COMPATRI. Em um dos trechos a carta diz:

Estamos cientes e de acordo com a nossa corresponsabilidade pela gestão deste espaço público e patrimônio cultural. Também estamos nos preparando para as mudanças que serão necessárias, seja no que concerne à reestruturação do espaço, aos programas de salvaguarda e comunicação, às políticas públicas ou às discussões que têm sido suscitadas e desenvolvidas acerca dos patrimônios culturais. Adiantamos que foi iniciado um estudo que está sendo elaborado pelos artesãos expositores da ADELIC e colaboradores no qual já foram iniciados o preenchimento de novas fichas de cadastro das artesãs e artesãos expositores com informações básicas, tais como: se é artesão e/ou expositor, procedência, local de moradia, qual a relação e como conseguiu a barraca/ponto, tipo de artesanato produzido, exposto e comercializado, local de procedência dos materiais envolvidos (matérias-primas, peças acabadas, ferramentas, etc.), entre outras, que poderão nos auxiliar nas discussões e propostas que venham a surgir.

Concomitantemente, estão sendo feitos estudos sobre as possibilidades de reestruturação do espaço para melhor fruição da Feira, bem como sendo debatidos os possíveis pontos de um plano de gestão e as possibilidades de políticas públicas, dos quais destacamos a reivindicação de que seja impreterivelmente um Programa de patrimonialização participativo e/ou colaborativo, no qual se tenha participação garantida e se considere plenamente as demandas e opiniões da ADELIC e dos artesãos expositores.

Os artesãos deixaram a reunião relativamente decepcionados com o resultado por estarem preocupados com o risco iminente de ordem judicial que remova a Feira, além de receosos com a provável morosidade desses processos, programas e atividades quando desenvolvidas em órgãos e instituições públicas, principalmente quando envolvem vasta e específica legislação, além de muitos órgãos e instituições públicas e da diversidade de

interesses e forças políticas atuantes. Assim, decidiu-se refinar e aprofundar as atividades de gestão que já haviam sido iniciadas pelos artesãos expositores e pela ADELIC.

É importante destacar que na Ata¹⁰⁹ de tal reunião consta que “fica então decidido a criação de uma comissão para ouvir todas as partes envolvidas, e em seguida aí sim deliberar sobre a abertura do processo de registro”. No entanto, não foi incluída a participação de membros de ADELIC ou de artesãos expositores em tal comissão. Nesse contexto, ainda é bastante pertinente, contemporânea e provocativa a colocação de Carlos Drummond de Andrade que, quando Ouro Preto ganhou o título de Monumento Mundial, “saiu-se com essa no Jornal do Brasil: ‘Qualquer dia Ouro Preto vira monumento interplanetário e continuará com os mesmos problemas’” (MENESES, 2012, p. 30).

4.3 *Matérias-primas para a confecção de programas e planos de gestão coletivos e/ou colaborativos*

Conforme abordado na introdução e no decorrer da tese, as questões referentes aos patrimônios culturais foram inseridas a partir das perspectivas e discussões da Arqueologia, nesse caso, representada pela Musealização da Arqueologia, pela Arqueologia pública, reflexiva e de prática colaborativa, pelos estudos de coleções arqueológicas, pela descolonização da arqueologia e outras vertentes de pesquisa arqueológica que se preocupam e abordam diretamente a gestão do patrimônio arqueológico e cultural. Considerando essas abordagens, foi dada uma atenção especial aos artefatos, lugares e pessoas humanas participantes da pesquisa, além de plenamente consideradas as multidisciplinaridades inerentes aos conceitos de patrimônio e à aplicação de processos de patrimonialização. Sobre estes, destaca-se que grande parte dos textos que tratam de gestão dos patrimônios culturais constrói uma abordagem através do viés da legislação vigente, das políticas públicas e dos órgãos e instituições gestores nos níveis municipais, estaduais, nacionais e internacionais.

Em termos de técnicas e métodos para desenvolvimento de atividades ligadas à gestão, no entanto, as publicações e textos são aparentemente insuficientes e pouco existentes no que toca diretamente aos patrimônios, devido a vários fatores que não serão aqui elencados e dos quais se destaca a presença da Museologia, disciplina siamesa da Arqueologia e dos Estudos de Cultura Material. A Museologia, desde seus primórdios, mantém em debate os

¹⁰⁹ “Ata da centésima sexagésima quarta (164ª) Reunião, Ordinária, do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto” ocorrida “no dia primeiro de novembro de dois mil e dezessete, às nove horas e cinquenta minutos, no auditório ‘Creize Viviane Neves’ da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio-SMCP, localizado à rua Teixeira Amaral 50, Centro - Ouro Preto”

processos de patrimonialização pelos quais passam as coisas (objetos-artefatos) para se transformarem em objetos musealizados e patrimônio cultural.

Ao entrarem em processo de patrimonialização e/ou musealização, os objetos passam a compor uma esfera específica de seres que têm legislação própria, alta significância histórica, cultural e científica, eleitos símbolos de identidades, entre muitas outras especificidades e regulamentações que regem o trato com os patrimônios culturais e naturais (coletivos). Os processos de estudo, categorização, hierarquização e seleção pelos quais passam os bens culturais, nas perspectivas gerais da Museologia, podem ser vistos como a transformação dos artefatos em semióforos (POMIAN, 1984), enquanto na Musealização da Arqueologia eles são percebidos como processos antropofágicos museológicos e arqueológicos (MORAES WICHERS, 2014), conforme já abordado.

Compreende-se patrimônio, dentro de tais perspectivas e de maneira ampla, como um “conjunto seletivo e preservado de bens materiais e imateriais (indicadores culturais), fruto das relações que os Homens estabelecem, ao longo do tempo, com o meio ambiente e em sociedade, e suas respectivas interpretações” (BRUNO, 2014, p. 9). Importa destacar o potencial em “trabalhar também na patrimonialização daquilo que diversos grupos, comunidades e movimentos sociais consideram herança, mas que não foram contemplados pelas políticas patrimoniais” (MORAES WICHERS, 2014, p. 22). Visto que o conceito de patrimônio tem se destacado nos debates contemporâneos sobre políticas culturais e na luta por direitos humanos, é importante que as práticas acadêmicas e científicas (arqueológica, museológica, antropológica, histórica, etc.) “atuem na patrimonialização da herança de grupos historicamente excluídos das políticas culturais e patrimoniais” (MORAES WICHERS, 2014, p. 22).

Huges de Varine aponta que “através dos séculos, o patrimônio foi produzido, conservado ou substituído por seu valor de uso”, considerando seus usos “profissional, social, afetivo, religioso, decorativo” (2017, p. 20). Nesse aspecto, o patrimônio “sempre foi dinâmico”, ao menos até “o movimento de esterilização do patrimônio que se desenvolveu a partir do século 19 e, sobretudo, a partir dos anos 50 do século passado” (VARINE, 2017, p. 20). Ainda segundo o autor, “os verdadeiros heróis do patrimônio” são as pessoas que os utilizam, cujos patrimônios, antes ou depois de se tornarem patrimônio, “os fazem viver enquanto os utilizam” (VARINE, 2007, p. 21). “O que conta é a utilidade” (VARINE, 2007, p. 21). Nas palavras do autor:

Os proprietários-habitantes de uma casa antiga são os melhores gestores de seu patrimônio familiar; eles têm interesse em sua manutenção, em sua modernização, porque eles a utilizam e passarão a seus descendentes ou porque eles a venderão. Se eu compro um quadro do qual eu gosto para pendurá-lo acima da minha lareira, esse quadro viverá comigo e minha família (VARINE, 2017, p. 21).

No caso específico da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra, é possível perceber nítida e profundamente o universo habitado e os dilemas vividos por um patrimônio marginalizado e indesejado no centro da cidade histórica de Ouro Preto. As múltiplas qualidades do lugar e sua história de vida indicam sua vocação para o comércio, troca e venda de serviços e produtos, além de confluências de conhecimentos e técnicas ligadas aos diferentes artesanatos produzidos, expostos e vendidos na atual *Feirinha de pedra-sabão*. Tais características, a meu ver, demonstram, tanto sua significância enquanto patrimônio como aproxima a Feira dos museus, se vistos enquanto lugar de memória, lugar de ação, lugar de exposição e gestão do patrimônio cultural, lugar onde as relações são, foram e serão vividas. É necessário relembrar o conceito de fato museal e/ou museológico (RÚSSIO, 1981), conforme colocado no início desta tese, e as aproximações feitas entre as oficinas e os laboratórios, entre os laboratórios e os museus e entre os museus e a Feira, sendo todos percebidos como lugares onde as relações acontecem e, portanto, participantes nas vidas das painéis de pedra-sabão e na pesquisa aqui apresentada.

Com isso posto, a feira pode ser compreendida e vivenciada como um espaço de fruição cultural, mas para interpretá-la precisamente como um museu seria também preciso identificar procedimentos de salvaguarda e comunicação que caracterizam os processos de musealização (BRUNO, 2000). Os procedimentos alternativos de salvaguarda e comunicação apresentados pela Feira são os levantamentos e registros que a ADELIC e colaboradores estão desenvolvendo, bem como os programas de extroversão alternativos que vêm sendo planejados e desenvolvidos.

Em consonância com as premissas de formulação de políticas públicas que apontam que “a pesquisa é o ponto de partida na gestão do patrimônio” (MENESES, 2007, p. 40), as atividades supracitadas compõem um estudo em desenvolvimento que posteriormente será divulgado em congressos, artigos científicos e na possível confecção de um novo dossiê sobre a Feira. Nessa primeira etapa, estão sendo feitos o registro de informações e cadastramento dos artesãos expositores, através do preenchimento de fichas com informações básicas, tais como nome, idade, estado civil, número de filhos, renda familiar, local e situação de moradia, etc. Ademais, o registro requisita informações mais específicas e potencialmente importantes para os debates e propostas de gestão da Feira, tais como se o artesão produz e/ou expõe

artesanato, que tipo de artesanato, quais os fornecedores (dos materiais e/ou artesanatos), há quanto tempo está na feira, como adquiriu o ponto-barraca, etc. Além do preenchimento das fichas, encontra-se em andamento um levantamento de informações e materiais (vídeos, documentários, programas de televisão, fotos antigas, etc.) para comporem um banco de dados e/ou acervo utilizado nas atividades de divulgação da Feira. Destaca-se que esse banco de dados é importante para a futura composição de um dossiê e/ou de eventuais novos estudos sobre a *Feirinha*.

Nesse levantamento, os artesãos expositores tiveram acesso a um exercício que havia sido feito com crianças da Escola Marília de Dirceu. A atividade proposta pela professora foi que as crianças fizessem um trabalho sobre as sete maravilhas de Ouro Preto e a *Feirinha* foi citada por um dos alunos. Também foram enviados para uma das colaboradoras da ADELIC desenhos feitos por discentes do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Janeiro que estiveram em excursão a Ouro Preto no segundo semestre de 2017 (ver Apêndices 16 a 18). Essas atividades de salvaguarda, levantamento e registro de informações (orais, audiovisuais, escritas, etc.) envolvem um trabalho essencial para a alimentação de um programa de patrimonialização, importante para manter a atividade constante de pesquisa e para as discussões, proposições e debates inerentes a esses programas. No caso da Feira, todo o levantamento e registro estão sendo desenvolvidos através de colaboração voluntária e sem participação ou apoio de qualquer órgão ou instituição pública ou de pesquisa.

No que concerne às atividades de comunicação, elas pode ser representada por processos de extroversão dos conhecimentos construídos nas pesquisas, que podem ser voltados para a valorização dos patrimônios e implicações sociais de sua existência e gestão. Assim, parecem cumprir requisitos de atividades alternativas, como entrevistas e esclarecimentos prestados em mídias diversas (rádio e televisão), produção e divulgação de textos escritos, criação e manutenção de páginas na Internet, confecção de camisas, conversas informais com clientes e população, confecção de banner e filipeta de divulgação, entre muitas outras.

Até o presente momento, declaradamente onze de dezembro de 2017, o processo de patrimonialização da *Feirinha* encontra-se em estado de muito trabalho e engajamento por parte de quase todas as partes, faltando apenas ao poder público assumir a parcela de responsabilidade que lhe cabe. O pedido de inserção da Feira de Artesanato do Largo de Coimbra no Livro de Lugares, inventariado e registrado como bem imaterial do município de Ouro Preto, encontra-se em avaliação pelo COMPATRI.

Em termos de atividades, as últimas possíveis de serem registradas nesta etnografia foram as propostas de confecção de filipetas explicativas sobre a Feira. Também estão sendo elaborados cartazes informativos com textos e imagens sobre a Feira, os artesãos e os artesanatos. Estes últimos estão sendo planejado para que seja exposto no espaço da Feira, para que seja levado para possíveis apresentações em eventos culturais (Feiras artesanais que ocorrem nacionalmente, por exemplo), bem como para que sejam utilizados em eventuais apresentações em congressos e eventos científicos. Por fim, já estão planejadas participações em congressos e eventos ligados às áreas do patrimônio e, como produto final da pesquisa, a divulgação dos resultados.

Além do caso da *Feirinha*, existem outros processos de patrimonialização alternativos vinculados diretamente às panelas de pedra-sabão. Um deles trata da construção de um pequeno museu particular feito por Sr. Mario Eleutério Ramos ao lado da pequena indústria de pedra-sabão da família, já mencionado neste texto. O museu leva o nome de seu pai, “Rancho do Tropeiro: Antônio Pedro Eleutério”, e foi dividido a partir das duas influências existentes na família, os tropeiros e os artesãos paneleiros.

Na última visita feita a CB, em dezembro de 2017, constatou-se que o lado direito do museu foi reservado para os tropeiros e o lado esquerdo para os artesãos paneleiros. Em ambos haviam, pendurados na parede em cima dos materiais expostos, um memorial com fotos e nomes dos tropeiros, no lado direito, e dos artesãos paneleiros, do lado esquerdo. A coleção que anteriormente ficava em cima do muro da loja de artesanato, também adjacente à casa e à pequena indústria de pedra-sabão da família, foi parcialmente exposta no museu.

Fotografia 141 – Museu particular criado por Sr. Maria e que leva o nome de seu pai: “Rancho do Tropeiro: Antônio Pedro Eleutério”

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 142 – Interior do museu. Área direita, onde se encontram referências aos tropeiros de CB.

Fonte – Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 143 – Interior do museu. Área esquerda, onde se encontram referências aos artesãos paneleiros de CB.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 144 – Panela de pedra-sabão exposta na área esquerda do “Rancho do Tropeiro: Antônio Pedro Eleutério”.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

A filha de Sr. Mário, Juraci, informou que ele montou o museu há poucos anos e, após a abertura, começou a receber peças doadas pelos moradores de CB que foram inseridas no museu, citando a presença de alguns artefatos que não têm relação com nenhum dos dois ofícios abordados (tropeiros e artesãos paneleiros), como uma máquina de escrever, por exemplo. Um segundo exemplo de gestão que pode ser citado, mas que não foi acompanhado, é a compra do torno de *Ari* e sua exposição em propriedade particular na entrada de CB, e a reconstrução de um dos moinhos de CB, conforme já mencionado.

No que concerne às panelas de pedra-sabão, as possibilidades de gestão participativa e/ou colaborativas são desafiadoras. Uma questão primordial com relação à proposta de planos de gestão que envolva exclusivamente as panelas de pedra-sabão está relacionada ao território, conforme definido *nesta e para esta* pesquisa, a região do Quadrilátero Ferrífero Mineiro. Porém, existem informações de que, nesse mesmo território, existem outras comunidades de artesãos além das citadas nesta pesquisa, além de oficinas situadas em espaço urbano – lembrando que a eletricidade desobrigou o uso da energia hidráulica e a proximidade com cursos d’água – ou rural em outros municípios espalhados pela região. Seria necessário, para o fortalecimento e consolidação de propostas como esta, que esses artesãos paneleiros fossem gradualmente mapeados e inseridos nos planos de gestão. Chamando atenção para o fato de já existirem no mínimo duas comunidades bem estudadas e conhecidas, Santa Rita (Ouro Preto) e CB (Mariana), essas poderiam ser os pontos de partida na medida em que a pesquisa alimenta a gestão (MENESES, 2007; CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013).

Em artigo sobre “o caso do queijo artesanal de Minas Gerais”, Meneses coloca sua “experiência instrumental da pesquisa que subsidiou o registro”, pelo IPHAN em 15 de maio de 2008, “do modo de fazer queijo artesanal em Minas Gerais, como patrimônio da cultura imaterial do Brasil” (2009, p. 20). Através desse processo de patrimonialização, passou-se a

reconhecer oficialmente “como prática tradicional e identitária o artesanato do queijo Minas em três regiões distintas do estado de Minas: Serro, Serra da Canastra e Alto Paranaíba (serra do Salitre)” (MENESES, 2009, p. 20). Além das questões regionais e territoriais presentes no estudo, com as quais se compartilham perspectivas, esta tese também se identifica com a crítica apresentada pelo autor ao pontuar as inconsistências e as insuficiências do termo “imaterial”. Segundo Meneses:

Tal inconsistência me parecia à época da pesquisa (e continua me parecendo) ser fruto da opção didática pela contraposição dicotômica, herdeira de uma tradição que opõe o natural e o cultural, nas discussões sobre a cultura. Para o processo interpretativo das culturas e para a fruição dos resultados dessas interpretações é, ao meu entendimento, extremamente perigoso tal dicotomia. Não há como separar o material e o imaterial na busca de entendimento dos modos de fazer tradicionais. O lugar e o valor dos instrumentos e dos saberes, das matérias-primas e das técnicas, do produto e dos seus significados, formam uma unidade complexa. O sentido do processo é dado pelo conjunto da prática, o que chamamos modo-de-fazer (MENESES, 2009, p. 20).

Com isso posto, chame-se novamente atenção para a necessidade de considerar não apenas as categorizações propostas, como também – e talvez mais veementemente – as relações que as pessoas, coisas e lugares estabelecem entre si, a maneira como elas existem nas fronteiras e alheias a essas categorizações, até que sejam categorizadas. A partir dessa categorização, estarão inseridas no universo dos patrimônios e passam a ser geridas por legislação e políticas públicas específicas.

Em se tratando do estudo aqui apresentado, um dos maiores desafios seria pensar ações e programas de gestão que mobilizem e envolvam simultaneamente uma gama variada de patrimônios que, no entanto, podem se unir entorno da matéria-prima. Alguns exemplos são a Feira, os saberes e fazer artesanais, a produção dos artesanatos (de uma maneira geral) e das panelas de pedra-sabão (de uma maneira específica), as comunidades de artesãos atuais, a *Festa da panela de pedra de Cachoeira do Brumado* (Marina-MG) e as coleções presentes nos (e os próprios) museus, além de outros patrimônios que poderiam compor propostas de alcance regional e que demonstrem a variabilidade existencial do patrimônio em se considerando essa matéria-prima em comum.

Importa destacar que o eixo central da tese são as panelas de pedra-sabão de uma maneira específica, e a matéria-prima de uma maneira mais ampla, envolvendo, portanto, uma gama de coletividades e manifestações (comunidades de artesãos, feira, festa, etc.) que precisa ter suas individualidades e particularidades consideradas, bem como suas opiniões. Assim, as possibilidades de gestão aqui debatidas podem articular mais de um plano e programa de

gestão. Por ser um trabalho reflexivo, esta tese também pode contribuir e auxiliar em ações que as próprias comunidades podem empreender.

Nos bens tombados pelo município de Ouro Preto¹¹⁰, não consta a Feira do Largo de Coimbra; no entanto, o lugar que ela historicamente ocupa e as atividades tradicionalmente ali vividas podem ser consideradas em termos de materiais e materialidades, parte constituinte do “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico” do “núcleo histórico de Ouro Preto”, que é registrado nas esferas municipal e nacional desde a década de 1930 e para o qual há critérios e parâmetros específicos de gestão, conforme já mencionado. Considerando questões legais de preservação dos espaços referentes aos bens acautelados, protegidos e geridos por organismos do Estado, o próprio perímetro de segurança das edificações no entorno imediato, como a igreja São Francisco de Assis, já envolveriam o lugar da feira. Já nos bens inventariados pelo mesmo município, constam os “Patrimônios imateriais” da “cantaria” e do “artesanato de pedra-sabão” que, segundo o levantamento de 2012, era desenvolvido em “lugares diversos”. Além de chamar atenção para a possibilidade de explicitar e aprofundar o registro dos tipos de produção artesanal, é possível apontar também o potencial em se iniciar um levantamento e registro de quais seriam estes “lugares diversos”, dentre os quais já se indicariam a Feira e a comunidade de Santa Rita de Ouro Preto¹¹¹.

Na lista de bens tombados do município de Mariana¹¹², constam manifestações e entradas diretamente associadas aos lugares e painéis de pedra. No livro de registro do mesmo município, há “patrimônios imateriais inventariados” em CB, como o “Congado Nossa Senhora do Rosário” na comunidade de Barroca, a “Festa de Nossa Senhora da Conceição”, as “Painéis de pedra-sabão”, os “Tapetes de pita”, além de um “Sítio natural”, todos com entrada posterior a 2005.

Assim, ao passo em que é possível a inserção da *Festa da panela de pedra de Cachoeira do Brumado* (Mariana) e da *Feira de artesanato do Largo de Coimbra* (Ouro Preto) nessa lista de bens, também é necessário refletir sobre os mecanismos de eleição e registro do patrimônio e seus alcances, limites e potencialidades das ações e políticas públicas. Não obstante um esforço em alguns casos isolados, o que a situação aparenta é que esses bens inventariados compõem apenas mais um quadro estático. Para esses bens, não há

¹¹⁰ Disponível em: <http://ouropreto.mg.gov.br/static/arquivos/menus_areas/rela-o-de-bens-inventariados.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

¹¹¹ A comunidade de CB não é aqui citada por fazer parte do município de Mariana, mas, caso haja alguma proposta de programa compartilhado entre os municípios ou em âmbito regional ou nacional, há possibilidade de inseri-las, conforme colocado no texto.

¹¹² Refiro-me aqui ao documento “Patrimônio protegido do município de Mariana”, com relação dos bens tombados e inventariados pelo Município. Disponível em: <<http://www.conselho-patrimonio-cultural-mariana.org/#!bens-inventariados/c6v0>>. Acesso em 13 dez. 2017.

programas efetivos de gestão e articulação das partes envolvidas e interessadas, esvaziando o potencial das políticas e programas públicos colaborativos, participativos e/ou mais horizontais.

Ao abordarem a gestão do patrimônio e defenderem que ela é sua realidade e que deve ser integral, Criado-Boado e Barreiro apontam que “as entidades primárias se transformam em bens patrimoniais por atos de identificação, documentação, significação, valoração, difusão, circulação e recepção” e estabelecem que “as boas práticas em investigação e gestão desses bens devem incluir essas dimensões” (2013, p. 8), sendo desenvolvidas de forma sistemática, completa, reflexiva, transdisciplinar e participativa.

Destaca-se, no entanto, que a elaboração de tal plano e/ou programa gestão não é objetivo deste trabalho que, conforme mencionado, objetiva apresentar informações e percepções sobre os bens em questão, bem como debater e apontar possibilidades para planos de gestão participativos. Além disso, atenta-se para a necessidade de se pensar em soluções alternativas, de baixo impacto e custo, tais como a exposição de um *banner* com informações renovadas sobre a Feira e o Largo de Coimbra.

Uma possibilidade proposta para a Feira (e que poderia ser aplicada às comunidades de artesãos) foi a de fazer uma mostra de vídeos documentários e reportagens sobre a Feira do Largo de Coimbra para ser exibida no local. Refletindo sobre essa possibilidade, havendo excelentes acervos para serem utilizados (documentários sobre a Feira, as comunidades de artesãos atuais e o artesanato em pedra-sabão), eles poderiam ser matéria-prima para sessões de filmes (documentário e matérias de programas de televisão) e auxílios didáticos nos museus que poderiam expor vídeos desse tipo junto com os artefatos de pedra-sabão.

Nos museus, destaca-se a possibilidade de inserir estes novos agentes (comunidades de artesãos e Feira) nos discursos expográficos (através da inserção de fotos, imagens e textos, por exemplo) e demais atividades e programas de extroversão e educativos desenvolvidos nas e pelas instituições. No caso do MAO (Belo Horizonte), por exemplo, além de apresentar cenografia representando as atividades e os gestos dos ofícios, também existem auxílios audiovisuais (telas) nas quais são exibidos vídeos informativos sobre os fazeres expostos.

Na última visita ao MAO, em dezembro de 2017, havia exposto na sala “Energia hidráulica” um “torno de pedal” utilizado na marcenaria e, acima do torno, havia três telas nas quais passavam vídeos com o desenvolvimento de diferentes atividades (ver imagem). Visto que outros tornos parecidos já se encontram expostos na sala dos Ofícios da madeira e marcenaria, bem como não ser esse um torno hidráulico, indica-se a possibilidade de que seja feita uma réplica em tamanho real do torno hidráulico de produção de painéis de pedra-sabão

para que seja exposto nessa sala. Acima dele, no vídeo, podem ser inseridas cenas da produção de painéis, conforme presentes em documentários, ou mesmo que sejam feitos vídeos com o artesão *Gegê*, de CB, que aparentemente é o único que permanece com a produção hidráulica. O áudio do documentário ou vídeo seria composto também pelo barulho das atividades de confecção das painéis de pedra.

Fotografia 145 – “Carpinteiro de Roda”– MAO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 146 – Cenografia do ofício “Carpinteiro de Roda”– MAO

Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 147 – Detalhe gestos. Cenografia do ofício “Carpinteiro de Roda”– MAO

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Fotografia 148 – “Torno de pedal” exposto na sala da “Energia hidráulica” no MAO. Acima do torno, na parede, telas nas quais passam vídeos de ofícios diversos.

Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Ainda sobre esse museu, em função de sua importante e próxima relação com as artes e os ofícios, somado à presença de painéis de pedra-sabão em sua coleção, uma proposta um pouco mais audaciosa seria a de elaborar e desenvolver uma sala para o ofício do artesão da pedra-sabão, podendo tratar separadamente ou coletivamente paineleiros, escultores, canteiros, entre outros, unidos em torno da pedra-sabão enquanto matéria-prima.

Além da questão territorial, um segundo desafio associado especificamente às painéis de pedra-sabão consiste na desarticulação e desmobilização das associações representativas desses artesãos paineleiros nas diferentes comunidades e municípios. Por serem

potencialmente muitos lugares, é provável que a maioria esteja desativada e, em alguns casos, nunca tenha existido.

Outra proposta cogitada e debatida em diferentes momentos e com diferentes colaboradores da pesquisa foi a possibilidade de atribuição de marcas e/ou selos aos produtos de pedra-sabão (artesanatos e panelas). Em estudo sobre as cuias de Santarém e as “marcas coletivas como instrumentos de proteção e agregação de valor”, Peralta e Silva apontam que os “sinais distintivos, como as marcas, vêm sendo cada vez mais utilizados como instrumentos de diferenciação e agregação de valor para produtos e serviços” (2011, p. 74). No entanto, “as marcas tornaram-se sinais tão importantes para as empresas que acabaram por exercer outras funções mercadológicas, como a informativa e a de qualidade” (2011, p. 76). Para que as marcas tenham eficácia, no entanto, devem ser apropriadas com exclusividade, através do requerimento da proteção legal das marcas que, no caso brasileiro, trata-se do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Para fins de proteção junto ao INPI, além de distintivas, as marcas devem ser visualmente perceptíveis, e não estar incluídas nas proibições legais estipuladas por lei, o que vale tanto para as marcas em geral, como para as marcas coletivas, uma espécie particular de marca (PERALTA e SILVA, 2011, p. 78).

As marcas coletivas, segundo as mesmas autoras, são uma subcategoria das marcas que “vêm sendo utilizadas, pelo menos, desde a Idade Média” e cuja proteção “deu-se tardiamente, entre os séculos XIX e XX. No Brasil, foi internalizada somente com a atual Lei de Propriedade Industrial, a Lei 9.279, de 1996” (PERALTA e SILVA, 2011, p. 74).

Ao compararem as marcas coletivas e as indicações geográficas e explicarem que as marcas coletivas são de titularidade individual, as autoras colocam que:

As marcas coletivas são sinais distintivos que podem ser entendidos como coletivos por identificarem produtos ou serviços provenientes de dada coletividade, assim como as indicações geográficas o fazem em relação à coletividade situada em dado território. Para José de Oliveira Ascensão (2005), uma das diferenças versa sobre a titularidade: a indicação geográfica é um direito coletivo de propriedade intelectual cujo titular é coletivo; a marca coletiva pertence a um titular singular (associação, cooperativa ou outra entidade), sendo apenas o seu uso considerado coletivo (PERALTA e SILVA, 2011, p. 79).

Não obstante as dificuldades de tais proposições para o caso analisado nesta tese, conforme mencionado anteriormente, é necessário apontar as possibilidades de aplicação das marcas coletivas aos patrimônios em questão, panelas e artesanatos de pedra-sabão, comunidades de artesãos e Feira. Já um selo de indicação geográfica pode ser uma alternativa

mais complicada devido a uma série de critérios e parâmetros necessários para que as atividades e produtos artesanais tenham um selo de indicação geográfica (PERALTA, 2013). Nesse ponto, talvez a “indisciplina” da produção de painéis de pedra-sabão junto às características da produção e aos estigmas associados não permite essa produção se enquadrar nos requisitos para indicação geográfica.

Independente da (im)possibilidade de selo geográfico, uma pergunta básica e imediata surge: mas não seria a matéria-prima pedra-sabão a mais genuína indicação geográfica? Sim, no entanto, são muitos os lugares, pessoas e coletividades (comunidades de artesãos) que produzem artesanato, utensílios domésticos, peças de arte e esculturas em tamanhos maiores, e/ou coisas de pedra-sabão. Seria necessário cogitar, assim e caso fossem feitas tais propostas para a pedra-sabão, que as indicações de procedência específica, por exemplo, comunidade de Santa Rita (Ouro Preto) e comunidade de CB (Mariana), estejam marcadas nas peças. Outro desafio seria refletir sobre a melhor maneira de materializar essas marcas nos artefatos, tendo em vista as características específicas da pedra-sabão e as morfologias de seus artefatos.

Diferentes das marcas geográficas, o potencial de aplicação de marcas coletivas pode ser percebido a partir de apontamentos que indicam que, no mundo contemporâneo, as marcas coletivas têm ganhado força “exatamente por serem um sinal distintivo – de uso coletivo – dos grupos de indivíduos articulados em contextos tradicionais de produção de base familiar, comunitária e associativa, agregando valor a produções locais e regionais” (PERALTA e SILVA, 2011, p. 74). Ademais, elas:

Passaram a ser instrumentos auxiliares no desenvolvimento das comunidades, ajudando na construção e comunicação de uma identidade coletiva de produtos locais, que passaram, com isso, a conseguir quebrar as barreiras de inserção no mercado, não só conquistando novos pontos de venda, mas facilitando também a construção de um elo específico entre produtores e consumidores, dada a possibilidade do reconhecimento de autoria no terreno do artesanato tradicional. Inseridas no contexto do fortalecimento regional, as marcas coletivas podem ser entendidas, portanto, como uma resposta ao processo de globalização e massificação da produção (PERALTA e SILVA, 2011, p. 75).

Acerca da possível aplicabilidade de marcas coletivas aos patrimônios tratados nesta pesquisa, destaca-se que elas poderiam ser desenvolvidas na Feira de Artesanato do Largo de Coimbra. Há possibilidade de que uma marca seja criada pela ADELIC e mesmo que seja solicitada a chancela do IPHAN. No que toca às comunidades produtoras dos artesanatos e das painéis de pedra-sabão, no entanto, há de se considerar a ausência e/ou inatividade das associações de artesãos que podem e devem ser revividas e estimuladas para que sejam mais bem articuladas e tenham participação nos planos e programas de gestão dos patrimônios.

Talvez o exemplo da feira, independente se bem ou mal sucedido – mesmo porque as coisas não são duais e o caminho é mais importante –, possa impulsionar outras ações que envolvam os coletivos que trabalham com pedra-sabão.

Dentro do território patrimonial proposto nesta pesquisa, definido a partir dos lugares participantes na história de vida das vasilhas de pedra-sabão, há de se considerar o imenso potencial em se propor programas de gestão dos patrimônios e políticas públicas que envolvam os diferentes seres (pessoas humanas e coisas) em variados contextos de interação (Feira, Festa da Panela de Pedra, comunidades de artesãos, etc.). No caso dos museus, destaca-se uma relativa facilidade técnica e agilidade em inserir tais agentes em seus discursos expográficos e/ou em programas de extroversão. A aparente facilidade técnica em inserir trechos de um vídeo da década de 1980, que mostra os artesãos paneleiros torneando e as oficinas, se transforma em um questionamento: mas será que esses museus têm facilidade “teórica” para incorporar novos agentes e propostas? Aparentemente sim. A partir dos pressupostos da Sociomuseologia, esses processos museológicos têm potencialidade em inserir outros olhares, narrativas, percepções e agentes. Há de se considerar, nesse caso, as capacidades de atuação dos museus em um território, bem como a possibilidade de articulação de redes de museus que teriam em comum a corresponsabilidade de gestão de determinado patrimônio. Então, o problema não é aparentemente teórico e nem de método, visto que já existem muitas experiências em redes temáticas de museus. O maior problema é de políticas públicas.

Por fim, conforme colocado por Varine (2017), é necessário que:

[...] desconfiemos do imperialismo cultural que faz com que nos apropriemos dos patrimônios e das culturas dos outros em nome de nossa suposta superioridade. Não demos conselhos a esses “outros” se eles não os pedem e não desejemos seus bens culturais ou naturais sob o pretexto de que eles pertencem à humanidade e que nós estamos melhor equipados e melhor qualificados para protegê-los (VARINE, 2017, p. 24).

Nesse sentido, é essencial que os planos e programas de gestão dos patrimônios sejam colaborativos e que os principais usuários com experiências de habitação mais envolvidas com os patrimônios em questão sejam plenamente considerados. No que concerne à matéria-prima pedra-sabão, conforme indicam as informações e construções apresentadas nesta tese, a versatilidade do material, vinculada às suas propriedades e qualidades e através das materialidades, afirma sua ampla existência e forte presença em diferentes contextos e situações, das esculturas de Aleijadinho aos alicerces de fundação de uma casa qualquer. É a

versatilidade da pedra-sabão que (re)afirma constantemente sua existência e persistência nas inquietações e no andamento do mundo contemporâneo. É importante destacar, por fim, que em muitos casos, ao se destruir um patrimônio “destrói-se mais que um indivíduo ou um objeto, destrói-se uma identidade, uma tradição, uma continuidade, para impor sua lei” (VARINE, 2017, p. 22).

CONCLUSÕES

A confecção e a utilização de vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais remetem a períodos anteriores à colonização portuguesa; porém, as coleções arqueológicas pré-coloniais ainda carecem de levantamento e estudos sistemáticos. No período colonial, frente à ampla utilização da pedra-sabão como matéria-prima, principalmente na arquitetura mineira, as painéis de pedra ocuparam e ocupam lugar marginal, vistos como objetos mundanos e comuns, oriundos dos trabalhos manuais e ofícios banais que existiam e, no caso dos artesãos paineleiros, permanecem até hoje. Atualmente, além dessa produção e comércio, esses artefatos podem ser encontrados expostos e em reservas técnicas de Museus, colecionados e igualmente expostos por particulares, além de aparecerem em sítios arqueológicos históricos urbanos e rurais na região. De uma maneira geral, no entanto, esses artefatos, os artesãos e a produção estiveram associados a uma identidade mineira e nacional estática e compartimentada, vinculada às artes, ao barroco mineiro e a Aleijadinho. Essas associações diretas acabam por desconsiderar e/ou reduzir a participação de outros agentes ou seres, como é o caso dos artesãos paineleiros e das painéis de pedra.

O exercício central desta pesquisa partiu da pergunta: “o que acontece se tratarmos pessoas e coisas simetricamente?” (WEBMOOR, 2007. p. 300), para construção crítica e apontamentos sobre a história de vida dessa população de artefatos. Partindo da confluência de etnografias, tais como dos artefatos e dos materiais; tecnológica; arqueológica e das ciências; museológicas e patrimoniais, foi possível trazer à tona agentes, capacidades e relações até então desconsideradas. Vinculada a esse exercício, esta tese teve como parte de seus objetivos apresentar atividades e processos de registro e construção de conhecimentos coletivos relacionados às painéis de pedra sabão em Minas Gerais em diferentes contextos espaço-temporais e inseridos em uma teia de relações, nas quais as materialidades (in)fluem na constituição do mundo comum, ao qual estão subintendidas as sociabilidades.

Os fluxos das painéis de pedra-sabão, seus materiais e suas materialidades remetem a uma permuta de propriedades vinculadas às capacidades desses artefatos enquanto participantes na composição do mundo comum e na sua movimentação espaço-temporal. A partir das materialidades, por exemplo, percebem-se conhecimentos, técnicas, tecnologias, espacialidades e mobilidades compartilhadas entre os diferentes seres que se manifestam coletivamente na confecção das painéis nas oficinas ainda com produção hidráulica. Esses conhecimentos apresentam-se de maneira coletiva e estão em constante circulação, associados

também às propriedades, habilidades e capacidades dos materiais que compõem a matéria-prima comum do coletivo.

Nesse mesmo sentido, é possível considerar a construção de conhecimento arqueológico e as reflexões e debates, que também se encontram em constante movimento, como coletivamente produzidas e compartilhadas, na maioria das vezes (mas não apenas) e mais intensamente nas salas de aula, laboratórios, instituições de pesquisa, congressos e eventos científicos, entre muitos outros. No caso desta pesquisa, consideram-se os museus, as oficinas, as comunidades e a *feirinha* como lugares onde tais manifestações e relações acontecem. Compreende-se que há necessidade de tratamento equânime desses lugares, associados à história de vida dessa população de artefato, percebendo-se, portanto, que há circulação e manifestação de conhecimentos e modos de vida e existência nesses diferentes contextos espaço-temporais.

Sobre as tecnologias e mobilidades compartilhadas nesses locais, bem como os ritmos das atividades, vinculados às temporalidades e paisagens de atividade (*taskscape*) (INGOLD, 2010), o artesão *Gegê* – em ocasião vivenciada por mim em 2017 e relatada em outras pesquisas (LOPES DIAS, 2017) – afirma que sua produção de painéis de pedra segue o *ritmo antigo*, do torno hidráulico e do manejo hídrico. No oposto, se encontram as grandes indústrias que produzem painéis de pedra-sabão com tecnologia de ponta, nas quais a subjetividade do sujeito é colocada na periferia das relações (INGOLD, 2010), conforme esquema apresentado no Capítulo 2. No meio do caminho, as gradações e nuances dessas relações indicam uma gama extensa de artesãos paineleiros que adotam os tornos elétricos, porém, não se organizando de maneira industrial e não utilizando nenhum outro maquinário industrial além do torno elétrico. Outra gradação dessas relações consiste em uma organização industrial na qual há maquinários industriais além do torno elétrico, tais como serra polícorde e serra corta copo; entretanto, trata-se de pequenas indústrias, algumas vezes familiares. É necessário destacar que a arqueologia de bases epistemológicas comuns e que aborda ontologia da mistura aponta que “contradições, bifurcações assimétricas não levam às misturas. Misturas, multiplicidade tornam contradições e bifurcações possíveis” (WEBMOOR e WITMORE, 2008: 60).

A dinâmica e versatilidade dessa produção apontam no sentido da necessidade de novos estudos e do aprofundamento nos casos específicos para melhor compreensão de um quadro geral, com o qual este estudo humildemente pretende contribuir. Porém, os eventos no processo de produção aqui narrados evocam a participação, no *ritmo antigo*, do manejo hídrico através dos canais, da confecção e estruturação do torno e das oficinas (preparação do

terreno, vigas, coberturas, etc.), bem como o encontro direto do artesão com a pedreira, à utilização da *ventaneira* e da relação com o fogo, além da coleta direta de matéria-prima.

Os ritmos das atividades são perceptíveis também nos sons gerados pelos gestos e pelas interatividades dos materiais durante estes eventos. Os sons do desbaste ou da lapidação são bastante diferentes do de tornear. O som constante da água girando a roda de torno e o barulho específico do momento em que se coloca ou retira a correia de couro que liga a roda d'água ao torno por um eixo, fazendo-o funcionar. Um evento que não foi vivenciado, mas para o qual é possível narrar uma projeção, seria o da água descendo pela canaleta e entrando na *ventaneira*, além do som do vento saindo e do braseiro. Ao lado dela, o som das marretadas que eram dadas nas pontas do ferro de tornear para manutenção da ferramenta.

Nos outros lugares, sítios arqueológicos, museus e Feira, os ritmos *das* e *as* atividades entorno das panelas de pedra-sabão são diferentes e evocam relações e modos de vida e existência presentes em grandes e pequenas fazendas, pequenas habitações urbanas e rurais, lugares de pouso, casas de colonos, entre outros. No extremo, os museus lidam com essas diferentes atividades, temporalidades e territorialidades de maneira particular e específica, variando de acordo com uma série de questões, tais como o processo de formação da instituição, seu acervo, sua proposta expográfica e seu conceito gerador. Além dos museus, os processos de patrimonialização alternativos também lidam com esses aspectos e agem sobre a preservação e gestão do patrimônio, bem como expõem, para a população, uma valorização popular desses patrimônios marginais e algumas vezes indesejados (CRIADO-BOADO e BARREIRO, 2013).

Nas reflexões sobre as perspectivas adotadas na construção de uma história de vida dessa população de artefatos – um dos objetivos desta tese –, destaca-se que o surgimento da produção é incerto e os caminhos percorridos por esses artefatos podem se encontrar e cruzar. Considerando aspectos específicos das coleções estudadas, existem panelas que saíram das pedreiras como pré-formas ou blocos, chegaram às oficinas e foram confeccionadas em torno hidráulico através da confluência de uma vasta gama de conhecimentos, técnicas e gestualidades associadas a diferentes ofícios mecânicos e modos de fazer tradicionais. Desse evento de confecção dos artefatos participaram elementos, materiais e materialidades que estão imbricados nas relações coletivas, portanto também sociais, e que dinamizam e caracterizam o andamento do mundo comum através da permuta de propriedades. Por exemplo, a materialidade e os estigmas da desabilidade do gesto, dos ofícios banais e dos trabalhos manuais mundanos, no caso da produção de panelas de pedra-sabão, são confluentes e têm ressonâncias e resiliências amplas e profundas que afetam simultaneamente pessoas

humanas e coisas e chegam à contemporaneidade potencializando e justificando sua marginalidade e desconsideração, conforme abordado no decorrer da tese.

No caso das vasilhas de pedra-sabão, parece claro que elas participam da dinâmica vivida em Minas Gerais e na região do Quadrilátero Ferrífero Mineiro desde antes da colonização portuguesa. Com a descoberta do ouro e o início das atividades de mineração, junto à intensificação do fluxo de vida na região no início do século XVIII, é possível observar o aumento na quantidade de panelas de pedra que circulam, além do surgimento de uma comunidade de artesãos paneleiros em CB na primeira metade do século XVIII. É necessário destacar que houve e ainda há, em alguns casos, uma busca pelos verdadeiros e genuínos heróis responsáveis pelo início do trabalho com a pedra-sabão em Minas Gerais no período colonial. Diferente disso, na presente pesquisa, buscou-se uma abordagem que demonstrasse questões que são, a meu ver, anteriores a essas, tais como as técnicas e mobilidades compartilhadas e a permuta de propriedades na composição comum do mundo, prezando pelo respeito às ontologias, aos modos de vida e existência, além da percepção de uma confluência de criatividade e conhecimentos compartilhados que se manifestam através das panelas de pedra-sabão.

Uma das principais implicações dessas perspectivas – e que está relacionada a uma das hipóteses defendidas nesta tese – é de que humanos estendem suas relações sociais/coletivas a não humanos, com quem trocam propriedades e formam coletivos (OLSEN, 2013). As qualidades e propriedades da pedra-sabão, tais como dureza, maleabilidade, capacidades térmicas, absorção e liberação de materiais, resistência ao choque, entre muitas outras, demonstram uma versatilidade que colabora com sua circulação e múltiplos (re) usos, além de sua marcante presença e persistência no tempo. É a versatilidade da pedra-sabão, comprovada pela permuta de características e propriedades, que (re) afirma sua(s) existência(s).

As materialidades e os fluxos dos materiais nos diferentes contextos espaço-temporais remetem à constante permuta de características e propriedades entre as entidades que habitam o coletivo, indicando a participação desses artefatos em diferentes eventos e processos que, por sua vez, remetem a diferentes modos de vida e existência. Esses artefatos partem da confecção nas oficinas, passando por lugares de comércio e troca, habitando também lugares de pouso, grandes fazendas e pequenas propriedades rurais, bem como habitações urbanas, participando de eventos e realidades que ora evocam sua presença em ambientes “sagrados”, ora no fogão da cozinha ou em cima da mesa com comida. Em outros casos, as vasilhas de pedra-sabão habitam esses mesmos ambientes relacionados à alimentação e refeição, porém,

atuando como pote de água e pequenos barris utilizados no acondicionamento de grãos, portanto não diretamente associados ao preparo e serviço de alimentos. Existem ainda os artefatos que entraram em processo de musealização a partir do século XX e que atualmente são instituídos de qualidades enquanto patrimônio cultural representativos de uma identidade mineira e nacional sem, no entanto, nenhuma referência aos artesãos paneleiros.

A partir do que foi exposto, aparentemente há um abandono ontológico dos objetos mundanos que pode ser percebido a partir das materialidades das painéis de pedra-sabão. Presos às perspectivas estáticas de que sujeitos e objetos encontram-se em câmaras ontológicas distintas, que não se misturam, segregam ontologicamente sujeitos e objetos e desconsideram as capacidades de ação e a vida que flui pelos artefatos. Esses modos de vida e existência acabam abandonados ou exilados. Consequentemente, as memórias e histórias dos seres e coletivos associados, tais como os artesãos paneleiros atuais, a Feira e os artesãos expositores que a compõem e as próprias painéis. No extremo, é possível apontar para uma redução dos direitos básicos dos artesãos enquanto cidadãos, retornando à desabilidade enquanto “Inhabilidade jurídica” (Silva, 1789, p. 141), aqui entendida também como falta de capacidade e, por extensão, representatividade jurídica. No caso desta pesquisa, isso é representado principalmente pelo desencontro dos artesãos com as pedreiras, pela situação dos artesãos expositores da Feira de artesanato do largo de Coimbra e pela falta de atenção dada a *Gegê*, artesão paineleiro que persiste com a produção tradicional em torno hidráulico na comunidade de CB.

Além dessa nítida potência de ação sobre o presente, essas impercepções também aparecem na construção de conhecimento sobre o passado, seja arqueológico, histórico ou qualquer outro. Nesse sentido, as empirias e/ou fontes utilizadas têm um peso grande e, algumas vezes, determinam as abordagens. Assim, além de atenção para a existência de ontologias alternativas no desenvolvimento de pesquisas, é necessário também compreender a interdisciplinaridade e lidar com múltiplas empirias e *expertises* versáteis e dinâmicas, bem como é preciso dar destaque para a descrição detalhada e densa de materiais, eventos e processos envolvidos e selecionados para a construção da abordagem.

Refletindo sobre o ofício de arqueólogo, aproximando-o do laboratório e da oficina de artesãos paneleiros, a mesma circulação e confluências de elementos, materiais e materialidades nas oficinas durante a confecção desses artefatos – que têm conhecimentos e habilidades desenvolvidas coletivamente, em constante circulação naquele ambiente e que se manifestam através das painéis – podem ser percebidas na construção do conhecimento arqueológico e científico. No extremo, a tese aqui apresentada e os materiais que a compõem,

ou seja, papel, tinta, palavras, imagens, etc., são materialidades resultantes e confluentes de interações que, de certa maneira, se manifestam através desta tese que, por sua vez, transforma as panelas de pedra em tinta e papel.

Partindo da materialidade das panelas de pedra de sabão, pretendeu-se demonstrar que elas lidaram e lidam com estigmas que envolvem os ofícios mecânicos, banais e outros vinculados aos trabalhos manuais e à produção artesanal e tradicional de artefatos, bem como as desabilidades dos gestos e dos corpos. Não obstante (e percebendo as ambiguidades das coisas como inclusas em suas qualidades difusas de vida), um dos maiores representantes das artes no Brasil, considerado expoente do Barroco mineiro e da arte em pedra-sabão, é Aleijadinho. Ele é um personagem que apresenta características nítidas na corporalidade e na denominação popular de associação direta ao defeito mecânico e à desabilidade do gesto e do corpo, mesmo compreendendo a desabilidade do corpo pelas definições tradicionais das ciências médicas (THOMAS, 2007), conforme visto no Capítulo 2.

Ivo Porto de Menezes, em seu livro sobre Antônio Francisco Lisboa (2014), no tópico que trata do “pequeno Aleijado”, coloca que:

O mistério das pedras que brilham ou do ouro fino ou podre, branco ou preto, que se escondem no fundo dos córregos ou na entranha da serra, repete-se na estória desse mulato [...]. Onde nasceu, quem foram seus pais? O pai é o mestre de obras Manoel Francisco Lisboa, mas sua mãe seria mesmo a escrava Isabel, ou, quem sabe, Maria? Teria nascido em 1730, como emenda seu primeiro biógrafo, ou em 1738, como se deduz do assento de óbito? O que atacou seu corpo? Que doença seria esta, que levaram especialistas, em mesa redonda na Associação Médica de Minas Gerais, na Semana do Aleijadinho, em novembro de 1964, após horas de discussão, a chegarem a apenas uma única conclusão: ‘Não importa a doença que teve, foi um grande artista’ (MENEZES, 2014, p. 27).

Ainda segundo Menezes, acredita-se que ele era “desde pequeno, um aleijado, o Aleijadinho” (2014, p. 27), como consta em documentos históricos. Porém, suas limitações motoras seriam apenas nas pernas e “talvez este aleijão lhe tenha sido de grande valia, na paciência dos trabalhos realizados com toda a perfeição, cuidadosamente, enquanto também lhe exasperaria o gênio [...]” (MENEZES, 2014, p. 28). Com base nos documentos existentes há a hipótese de que, “sendo o introdutor do uso da pedra-sabão em trabalhos escultóricos, fora ferido pelos finos cristais de quartzo, contidos na pedra e, assim, protegesse suas mãos [com panos enrolados], daí surgindo a ideia dos aleijões nas mãos ou a ausência de dedos” (MENEZES, 2014, p. 115). O mesmo autor cita um depoimento de um contemporâneo de Aleijadinho que diz: “tanta preciosidade se acha depositada em um corpo que precisa ser

conduzido a qualquer parte e atarem-se-lhe os ferros para poder obrar” (MENEZES, 2014, p. 115).

Os estigmas da desabilidade dos gestos e do corpo, nesse caso, parecem se diluir e se transformar a partir da convivência com outras qualidades, como as habilidades e conhecimentos de Aleijadinho e as materialidades de suas obras, que chegam ao presente como patrimônios culturais oficializados e exaltados enquanto representativos de uma identidade mineira e nacional, ao menos desde o início do século XX. É necessário destacar e reconhecer, no entanto e de antemão, que, seja resultado de doença ou mutilação, esse fato da vida de Aleijadinho influencia (mas não determina) a representatividade de suas obras. Segundo Menezes, o valor artístico “reside na qualidade das obras executadas todo o mérito do artista Antônio Francisco Lisboa e não no fato de ter tido esta ou aquela doença, na possibilidade de aleijões existentes nas mãos” (MENEZES, 2014, p. 114).

A inicial ambiguidade, no entanto, vista a partir de perspectivas alternativas às duais, parece mais aproximar do que afastar esse agente e personagem histórico dos artesãos, artistas e artífices comuns e mundanos de ontem e de hoje. Entre os artesãos atuais, as referências a Aleijadinho aparecem nos diferentes contextos de ocorrência de artefatos em pedra-sabão, como na Feira, nas oficinas e nas comunidades. *Gegê*, por exemplo, que aparentemente é o único artesão atualmente que persiste na produção tradicional com torno hidráulico em CB, começou a fazer panela de pedra aos sete anos e citou em determinados momentos o nome de Aleijadinho como inspiração. Também inspirado em Aleijadinho, o artesão expositor da Feira de artesanato, *Tiri*, referiu-se ao trabalho artesanal, em entrevista em 2017, da seguinte maneira: *a peça já está aqui na pedra [bruta], nos só temos que esculpi-la e deixá-la aparecer. Colocar pra fora e transformá-la no que ela já é!*

Em meio a essas relações que envolvem gestualidade, corporalidade e materialidade, uma questão se coloca para reflexão: e se fossem todos Aleijadinhos (CABRAL, 2013)? E se esses artesãos mundanos e seus ofícios banais fossem considerados em mesmo patamar ao grande mestre do Barroco mineiro? Estaria sendo proposta uma revolução das coisas e pessoas mundanas e comuns a partir da qual não haveria mais a ditadura das obras e monumentos considerados arte? Estaria se propondo que as capacidades e criatividade dos seres devem ser consideradas anteriormente aos estigmas e identificações? Independente da resposta, aparentemente as realidades e entidades exteriorizadas dos debates e instituições há séculos começam a povoar a fronteira do coletivo insistindo para que sejam consideradas e demonstrando sua plena participação no mundo contemporâneo (LATOUR, 2004), representando e defendendo seus pontos de vista. Ou entrariamos nas ontologias das misturas,

a partir da qual mistura é um estado ontológico anterior ao processo de purificação? (WEBMOOR e WITMORE, 2008; Latour, 2007).

Obviamente não se trata de defender que os entalhes e acabamentos de uma igreja colonial sejam a mesma coisa que uma panela. “Misturas não são contra a diferenciação – longe disso” (WEBMOOR e WITMORE, 2008: 59). Também não quer se afirmar que necessariamente são os mesmos seres e as mesmas pessoas humanas envolvidas nesses diferentes fazeres. No entanto, reconhecendo as particularidades e prezando pela não hierarquização dessas artes, estes seres humanos (artesãos paneleiros e escultores) e não humanos (panelas e outros artesanatos e artefatos de pedra-sabão) podem ser considerados em equidade no que diz respeito a sua participação e gestão do mundo comum.

Em termos práticos, e num exercício de reflexões sobre as possibilidades de trazer esses questionamentos para a sociedade, é possível pensar, por exemplo, na proposição de um memorial dos mestres das artes e ofícios no qual constem os nomes de artífices e mestres de ofícios tradicionais, além das respectivas informações e imagens sobre os ofícios em questão. Um material desse tipo poderia tanto ser exposto em lugares apropriados – como nos museus e centros de pesquisa e extensão – como circular em forma de exposição por diferentes instituições, das quais destaco as citadas nesta pesquisa e presentes nesse território patrimonial.

A partir do exposto até o momento, é inegável que as materialidades participaram da constituição dos Estados nacionais e que elas foram “matéria-prima palpável para a elaboração de símbolos nacionais e vinculações ancestrais, naturalizando o sentimento de pertencimento a uma Nação e a um território nacional” (FERREIRA, 2010, p. 22). Assim, por um lado, não há como dissociar a Arqueologia de um movimento mais amplo, que envolve tanto projetos nacionalistas e imperialistas quanto a formação de museus e instituições de pesquisa, bem como a atuação das Ciências modernas e as questões de criação e manipulação dos patrimônios culturais; porém, por outro lado, há uma constante reivindicação para que estes contextos e relações sejam estudados, criticamente abordados e desconstruídos. É necessário destacar, no entanto, que as coisas, seus materiais e suas materialidades são muito dinâmicas e fluidas a ponto de não ser eficiente a tentativa de disciplina-las e normatiza-las dentro da categorização de patrimônio conforme vem se colocando tradicionalmente. pelas qualidades das relações sempre haverá controversas e conflitos, além da necessidade do processo de purificação.

Conforme se pretendeu demonstrar, os conhecimentos, gestos e técnicas presentes nos eventos e processos de produção desses artefatos sugerem dinâmicas das quais participam

seres, materiais e materialidades diversas. A presença e participação dos seres humanos é diversa, e eles se constituem artesãos enquanto constituem os artefatos em uma coexistência. Uma identidade mineira associada a essas pessoas e coisas seria, portanto, mais ampla e dinâmica do que a forjada no século passado a partir do movimento modernista. Percebida dessa maneira, as abordagens aqui propostas e desenvolvidas seguem na contramão das informações oficializadas e difundidas sobre esses artefatos, as quais historicamente vêm contribuindo com a institucionalização e naturalização de perspectivas simplistas e excludentes que têm impacto direto na vida dos seres e coletivos envolvidos. Como parte das conclusões, chama-se atenção para uma reflexão sobre o potencial de posições teóricas opostas à ditadura das ontologias binárias, além de uma aproximação da dinâmica das relações artesãos-artefatos para o contexto de produção do conhecimento científico, colocando as oficinas em patamar análogo ao laboratório, assim como os artesãos e os cientistas, entre os quais os arqueólogos. Mais uma vez, não se trata de desconsiderar diferenças como expertises, capacidades, conhecimentos e habilidades específicas de cada uma delas, mas perceber uma base comum de relação com o mundo.

A partir do que foi exposto ao longo da tese, fica claro que o título tem tom provocativo e reflexivo, não determinista como aparenta, que se desarticula e se isola do restante do texto. Pedras artesãs, pois, considerando a pedra-sabão como parte da matéria-prima que compõem o coletivo e elegendo a população de painéis de pedra como protagonistas de uma história alternativa, é possível perceber que elas transformam pessoas humanas, lugares e outras coisas, ou seja, transformam e constroem realidades. No que se refere a esta pesquisa, parece inegável que elas foram cruciais e mesmo determinantes para a construção da abordagem. Seriam as pedras artesãs e os artesãos paineleiros Aleijadinhos, ambos plenamente capazes, engajados e envolvidos com a confecção e transformação de seus mundos, através de tecnologias e mobilidades compartilhadas que, por sua vez, compõem o mundo comum ou coletivo?

Assim, não podemos separar as vasilhas dos artesãos, nem das oficinas e das técnicas de confecção, tão pouco dos lugares e das paisagens, tais como os mercados e feiras onde são trocadas e vendidas, as moradias onde são utilizadas, os sítios arqueológicos onde as peças mais antigas são encontradas e os museus onde são expostas a um grande público. No caso desta pesquisa, ao se indisciplinar de sua própria ontologia e buscar ontologias alternativas e comuns, a arqueologia nos leva a outras que, a partir das materialidades, indicam modos de vida e existência intrinsecamente engajados e envolvidos com as painéis de pedra.

Essa tese é um exercício de construção da história de vida das panelas de pedra-sabão, além de buscar incentivar e contribuir minimamente com reflexões e possibilidades atinentes à gestão, preservação e musealização dos patrimônios que envolvam pesquisa, conservação, documentação, comunicação, extroversão e educação, e que tenham atenção especial aos artefatos e aos artesãos paneleiros. Por fim, buscou-se considerar os artefatos e suas materialidades como eixo central da abordagem, enfatizando suas relações com modos de vida e existência e destacando as dinâmicas de constituição que perpassam pessoas e coisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Camilla. Dinâmica de fronteiras entre comunidades escravas e de Lavradores Livres. **Revista Habitus**. Goiânia, v. 8, n. 1/2, p. 7-57, jan./dez, 2010.

_____. Resistência Cultural e Reconstrução de Identidades: Um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, 1988.

ALMEIDA, Anaeli Q. **Continuidades na Mudança: Um olhar arqueológico sobre os caminhos das Minas Gerais, séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belo Horizonte. 2012.

ALMEIDA, Frederico Faria Neves. **Manual de Conservação de Cantarias**. Brasília: IPHAN, 2005.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

BASTOS, R. L.; SOUZA, M. C. **Normas e gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: 9a SR/IPHAN, 2008.

BEZERRA, Olívia Maria de A. **Condições de vida, produção e saúde em uma comunidade de mineiros e artesãos em pedra-sabão em Ouro Preto, Minas Gerais: uma abordagem a partir da ocorrência de pneumoconioses**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Veterinária, Belo Horizonte. 2002.

BEAUDRY, M. C. Words for things: linguistic analysis of probate inventories. In: M. C. Beaudry (ed.). **Documentary archaeology in the New World**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 43-50, 1988.

BINFORD, L. R. Archaeology as Anthropology. In: M. L. (Ed.) **Contemporary Archaeology**. Illinois: Southern Illinois Press, p. 93-101, 1973a.

_____. Archaeological Systematics and the Study of Culture Process. In: M. L. (Ed.), **Contemporary Archaeology**. Illinois: Southern Illinois Press, p. 125-132, 1973b.

_____. **Working at Archaeology**. New York: Academic Press, 1983.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português & Latino, áulico, anatômico, architectonico**. Coimbra: disponível em <www.ieb.usbr>. Acesso em: 01 dez. 2017. 1712-1728.

BORGES, Juraci A. M. **História de Cachoeira do Brumado: Evolução do artesanato local**. Escola Estadual Dona Reparata Dias de Oliveira. Cachoeira do Brumado, Mariana. 199-.

BOSCHI, Caio. **O Barroco Mineiro: artes e trabalho**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1988.

BOTELHO, A. V.; REIS, L. M. **Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império**. 6ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13^aed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Angela. A Viagem de Dom Pedro II a Minas Gerais: um olhar oitocentista para a arte barroca e o rococó. In: **Atas do IV Congresso internacional do Barroco Íbero-Americano**, Belo Horizonte, 2006. Disponível em:
<<https://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/4cb/pdf/Angela%20Brandao.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BRITTO, Maura S. G. de. **“Com luz de ferroiro”**: práticas do ofício nas Minas do ferro escravistas, século XIX. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em História, Ouro Preto, 2011.

BRUNO, M. C. O. Arqueologia e antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, no. 31, p. 235-247, 2005.

_____. Musealização da Arqueologia: Caminhos Percorridos. **Revista de Arqueologia**. Juiz de Fora, v. 27, no. 1, p. 4-15, 2014.

_____. **Museologia: A luta pela perseguição ao abandono**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2000.

BUCHLI, Victor; GAVIN, Lucas. **Archaeologies of the contemporary past**. London and New York: Routledge, 2001.

CABRAL, Mariana P. **No tempo das pedras moles**: arqueologia e simetria na floresta. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belém, 2014.

_____. “E se todos fossem arqueólogos?”: experiências na Terra Indígena Wajãpi. **Anuário Antropológico**. Brasília, v. 39, no. 2, p. 115-132, 2014.

CARRARA, Ângelo A. **Minas e Currais**: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

CASTILHOS, Zuleica et al. Trabalho familiar no artesanato de Pedra-sabão – Ouro Preto, Brasil. In: CASTILHOS, Zuleica C.; LIMA, Maria Helena Rocha; CASTRO, Núria F (Orgs.). **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração**: Brasil, Peru, Argentina e Bolívia. Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo B. A urbanização perversa: considerações iniciais sobre gentrificação e patrimônio. In: Kulemeyer, J. A; CAMPOS, Y. D. S. de. **El lado perverso del patrimonio cultural**. San Salvador de Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy – EDIUNJU, 2017.

_____. **Patrimônio Cultural**: Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. **Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CATEL, Pierre-Yves. **Museu de Artes e Ofício: projeto museográfico**. Anais do Seminário de capacitação museológica. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004.

CHAVES, C. **Os mapas estatísticos de Minas Gerais: importações, exportações, consumo, produção e reformas econômicas no início do século XIX**. 10º Seminário sobre economia mineira. Diamantina: cd Rom, 2002.

CHILTON, Elisabeth (Ed.). **Material Meanings: critical approaches to the interpretation of material culture**. Salt Lake City: The University of Utah, 1999.

CHYMZ, Igor. **Terminologia Brasileira para Cerâmica**. Curitiba: CEPA, 1975.

CLARK, D. Archaeology: the loss of innocence. **American Antiquity**, v. 47, no. 183, 1973.

COLWELL-CHANTHAPHON, C. Myth of the Anasazi: archaeological language, collaborative communities and the contest past. **Public Archaeology**, v. 8, no. 2-3, p. 191-207, 2009.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL. **Guia de museus brasileiros**. São Paulo: Edusp, 2008.

COOPERATIVA CULTURA. **Programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico das áreas atingidas pela instalação da segunda linha do mineroduto Samarco. Relatório preliminar de sítios de Bento Rodrigues, Mariana/MG. Portaria IPHAN no 23/02/2006**. 2008.

_____. **Os sítios arqueológicos históricos das áreas de influência da segunda linha de mineroduto: Espírito Santo e Minas Gerais, séculos XVII ao XIX. Relatório final de Prospecção e Resgate do Patrimônio Arqueológico das Áreas de Influência da segunda linha do Mineroduto da Samarco. Portaria IPHAN no 51 de 23/02/2006 e no 21 de 03/07/2008**. 2010.

COSTA, A. Espaços públicos para o artesanato local: um estudo comparativo entre equipamentos culturais das cidades de Itabuna (BA) e Ouro Preto (MG). **V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador: Faculdade de Comunicação UFBA. 2009.

COSTA, Diogo M. Algumas abordagens teóricas na arqueologia histórica brasileira. *Cienc. Cult.* [online]. v. 65, n.2, p. 30-32, 2013.

CRIADO-BOADO, Felipe; BARREIRO, David. El patrimonio era otra cosa. **Estudios Atacameños**, Antofagasta, n. 45, p. 5-18, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31528519002>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

CROSS, Morag. Accessing the inaccessible: disability and archaeology. In: INSOLL, Timothy (Ed.). **The Archaeology of identities: a reader**. Routledge, p. 179-194, 2007.

CUNHA, A. M.; GODOY, M. M. O espaço das Minas Gerais: processo de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII-XIX. **V Congresso Brasileiro de História Econômica**. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2003.

CUNHA, Manuela C. **Cultura com aspas**. 2ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

DAVID, B.; THOMAS, J. Landscape Archaeology: Introduction. In: DAVID, B.; THOMAS, J. **Handbook of Landscape Archaeology**. Walnut Creek: LEFT COAEST PRESS, 2008.

DEETZ, J. **In small things forgotten**. 2^a ed. New York: Anchor Books, 1996.

DIAS, E. C.; BEZERRA, O. M. A.; GALVÃO, M. A. M. Artesanato em pedra-sabão em Ouro Preto, Minas Gerais: implicações para a saúde e o meio ambiente. **Revista de Pesquisa da Pós-Graduação da UFOP**, v.1, n.2, Ouro Preto, 2001.

DIETLER, M. The archaeology of colonization and the colonization of archaeology: theoretical challenges from an ancient Mediterranean colonial encounter. In: STEIN, G. J. **The Archaeology of Colonial Encounters: Comparative Perspectives**. Santa Fé: School of American Research Press, 2005.

DINNOUTI, Tatiana H. **Museu do Ouro: a formação de um patrimônio como mediador da identidade nacional**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2009.

DOBRES, M. **Technology and Social Agency**. Oxford: Blackwell, 2000.

ENDERE, M. L.; CURTONI, R. P. Patrimonio, arqueologia y participación: Acerca de la noción de paisaje arqueológico. In: ENDERE, M. L.; CURTONI, R. P. **Análisis, interpretación y gestión em La arqueologia de sudamérica**. Buenos Aires. Série Teórica. v. 2.: UNICEN, 2009.

ERICKSON, C. Agency, causeways, canals and the landscapes of everyday life in the Bolivian Amazon. In: SNEAD, J.; ERICKSON, C.; DARLING, J. **Landscapes of movement. Trails, paths and roads in anthropological perspectives**. Philadelphia: University of Pennsylvania, Museum of Archaeology and Antropology. 2009.

FAGAN, B. M. **Southern Africa during the iron age**. London: Thames and Hudson press, 1965.

_____. As bacias do Zambeze e do Limpopo, entre 1100 e 1500. In: NIANE, D. T (Coord.). **História Geral da África: Vol. IV: A África do século XII ao século XVI**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

FERNANDES, Orlindo S. **Museu da Inconfidência – Guia do visitante**. Ouro Preto: DPHAN/MEC, 1965.

FERREIRA, Lúcio M. Essas coisas não lhes pertencem: Relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, n.7, p. 87-106, 2013.

_____. **Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2010.

_____. Sob Fogo Cruzado: Arqueologia Comunitária e Patrimônio Cultural. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, v. 3, p. 81-92, 2008.

FERREIRA, L. M.; FUNARI, P. P. Arqueologia como prática política. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas 4.1, p. 9-12, 2009.

FERGUSON, T.; COLWELL-CHANTHAPHON, C. **History is in the land**: Multivocal tradition in Arizona's San Pedro Valley. Arizona: The University of Arizona Press, 2006.

FRANCO, Maria Ignez M. Programa Museológico para o Museu de Artes e Ofícios: modelo e gestão. **Anais do Seminário de capacitação museológica** – Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004.

FUNARI, P. P. A.; JONES, S.; HALL, M. (ed.). **Historical Archaeology**: Back from the edge. London, New York: Routledge, 1999.

GALLOWAY, P. Material culture and text: exploring the spaces within and between. In: HALL, M.; SILLIMAN, S. W. (Eds.). **Historical Archaeology**. Malden: Blackwell, 2006.

GAMBLE, C. **Archaeology: The Basics**. London: Routledge, 1992.

GELL, A. **Art and Agency**: An Anthropological Theory. Oxford: Clarendon Press, 1998.

GONZALEZ-RUIBAL, A. De la Etnoarqueología a la Arqueología del presente. In: SALAZAR J.; DOMINGO, I.; ASKARRÁGA, J.; BONET, H. (Coords.). **Mundos tribales**: Una vision etnoarqueológica, 2009.

_____. Time to Destroy: An Archaeology of Supermodernity. **Current Anthropology**, v. 49, no. 2, pp. 247-249, 2008.

_____. Ethnoarchaeology or simply archaeology? **World Archaeology**, v. 48, 2016.

GOSDEN, C. **Archaeology and colonialism**: Cultural contact from 5000 BC to the present. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HABER, Alejandro F. Nometodología Payanesa: Notas de Metodología Indisciplinada. **Revista de Antropologia**, Santiago, no. 32, 2011a.

_____. Arqueologia, fronteira e indisciplina. **Habitus**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 5-16, 2011b.

_____. El lado oscuro del patrimonio. **Jangwa Pana**, Santa Marta, v. 10, n. 1, p. 13-25, 2011c.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz T. (Org.) **Identidade e diferença** – A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2005.

HAMILAKIS, Y. Archaeological Ethnography: A Multitemporal Meeting Ground for Archaeology and Anthropology. **Annual Review of Anthropology**, p. 399-414, 2011.

HAMILAKIS, Y.; ANAGNOSTOPOULOS, A. What is Archaeological Ethnography? **Public archaeology**, v. 8, no. 2-3, p. 65-87, 2009.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 22, no. 36, p. 261-273, Jul/Dez, 2006.

SCHIFFER, M.; HOLLENBACK, K.; SKIBO, J.; E WALKER, W. **Behavioral Archaeology. Principles and Practice**. London/Oakville: Equinox Handbooks in Anthropological Archaeology, 2010.

HOLLENBACK, Kacy L.; SCHIFFER, Michael B. Technology and Material Life. In: BEAUDRY, Mary C.; HICKS, Dan (Eds.). **The Oxford Handbook of Material Culture Studies**. Oxford Handbooks, 2010.

HOLTORF, C. What future for the life-history approach to Prehistoric Monuments in the landscape? In: KOLEN, J.; RENES, H.; HERMANS, R. (Eds.). **Landscape Biographies**. Amsterdam University Press, p. 167-181, 2015.

_____. Notes on the Life History of a Pot Sherd. **Journal of Material Culture**, p. 49-71, 2002.

HOLTORF, C.; HÖGBERG, A. Communicating with future generations: what are the benefits of preserving for future generations? Nuclear power and beyond. **The European Journal of Post-Classical Archaeologies**, v. 4, p. 315-330, 2014.

INGOLD, T. **Being Alive: Essays on movement, Knowledge and Description**. Routledge, 2011.

_____. Bringing Things to Life: Creative Entanglements in a World of Materials. **Realities Working Paper**, n. 15, 2010.

_____. When ANT meets SPIDER: Social theory for arthropods. In: KNAPPETT, C.; MALAFOURIS, L. **Material agency: towards a non-anthropocentric approach**. Manchester: University of Manchester, 2008.

_____. Materials against materiality. **Archaeological Dialogues**, v. 14, p. 16-20. Cambridge University Press, 2007a.

_____. (2007b). Writing text, reading materials: A response to my critics. **Archaeological Dialogues**, 14, pp 16-20. Cambridge University Press. doi:10.1017/S1380203807002176

_____. **Lines: a brief history**. London: Routledge, 2007a.

_____. **The perception of environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill**. London/New York: Routledge, 2000.

_____. Eight themes in the anthropology of technology. **Social Analysis**, v. 41, no. 1, p. 106-138, 1997.

INSOLL, Timothy. **The Archaeology of identities: a reader**. Routledge, 2007.

INSTITUTO LIBERTAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Relatório das escavações arqueológicas realizadas em 2004**, no pátio anexo ao Museu do Ouro, Sabará, MG, 2004.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial**. Brasília, 2006.

INSTITUTO TERRA BRASILIS de Desenvolvimento Sócio-Ambiental. **Diagnóstico preliminar da atividade artesanal em pedra-sabão na região de Ouro Preto e Mariana, MG**. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis, 1999.

JOHNSON, Matthew. **Archaeological theory: an introduction**. 2^a ed. Wiley-Blackwell, 2010.

_____. Rethinking historical archaeology. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; HALL, Martin; JONES, Siân (Ed.). **Historical Archaeology: Back from the edge**. London/New York: Routledge, p. 23-36, 1999.

_____. **An archaeology of capitalism**. Oxford: Blackwell, 1996.

JONES, Siân. Categorias Históricas e Práxis da Identidade: a interpretação da etnicidade na Arqueologia Histórica. In: FUNARI, Pedro P.A.; ORSER JR., Charles E.; SCHIAVETTO, Solange N. O. **Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia Contemporânea**. São Paulo: Annablume, p. 27-43, 2005.

JOYCE, Rosemary. Archaeology of the Body. **Annual Review of Anthropology**, v. 34, p. 139-58, 2005.

JUNQUEIRA, Paulo A. O grande abrigo Santana do Riacho com sepultamentos em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1984.

KNAPPETT, Carl. Materials with materiality? **Archaeological Dialogues**, v. 14, no. 1, 2007.

KNAPP, A. B. E; ASHMORE, W. Archaeological landscapes: constructed, conceptualized, ideational. In: ASHMORE, W.; KNAPP, A. B. (Eds.). **Archaeologies of landscapes: contemporary perspectives**. Oxford: Blackwell Publishing, p.1-30, 1999.

LANE, P. Present to Past: Ethnoarchaeology. In: TILLEY, C.; KEANE, W.; KUCHLER, S. K.; ROWLANDS, M.; SPYER, P. (Eds.). **Handbook of Material Culture**. London: SAGE Publications Inc, p. 402-424, 2006.

LAMOTTA, Vicenti M.; SCHIFFER, Michael B. Behavioral Archaeology: Toward a New Synthesis. In: HOODER, Ian (Org.). **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Blackweel publishers, 2002.

LATOUR, Bruno. Technical does not mean material. **Journal of Ethnographic Theory**, v. 4, no. 1, p. 507-510, 2014.

_____. **Biografia de uma investigação – a propósito de um livro sobre modos de existência**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2012a.

_____. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012b.

_____. **Nunca fuimos modernos: ensayo de antropología simétrica.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

_____. **Políticas da natureza: Como fazer ciência na democracia.** Bauru: EDUSC, 2004.

_____. Ethnography of a "high-tech" case: about Aramis. In: LEMONNIER, P. (Org.) **Technological choices: Transformation in material cultures since the Neolithic.** London: Routledge, 2002a.

_____. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches.** Baruru: EDUSC, 2002b.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steven. **A Vida de Laboratório.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LEMONNIER, Pierre. **Mundane Objectts: Materiality and Non-verbal Communication.** California: Left Coast Press, Inc. Walnut Creek, 2012.

_____. (Org.). **Technological choices: Transformation in material cultures since the Neolithic.** London: Routledge, 2002.

LENIZ, Viktor; CAMPOS, João Ernesto de S. **Guia para determinação de minerais.** 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra: técnica e linguagem.** Vol. 1. Tradução de Vítor Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1985.

LIMA, T. A. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista**, Nova Série, História da Cultura Material 1, p. 225-62, 1993.

LIMA, Tânia A. et al. **Aplicação da formula South a sítios históricos do século XIX.** São Paulo: Dédalo, 1989.

LIMA JÚNIOR, A. **A Capitania das Minas Gerais.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

LOPES DIAS, Victoria Carolina P. O pré-design nas panelas de pedra sabão de Minas Gerais. IN: COSTA, Marcos da; ALMEIDA, Marcelina das Graças de; DIAS, Maria Regina Álvares Correia (Orgs.). **História do Design em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Editora UEMG, 2017.

MAIA, Tom; MAIA, Thereza R. de C. **O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no vale do Paraíba.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Folclore; São Paulo: Secretaria de Esta da Cultura: Universidade de Taubaté, 1981.

MARINHO, M. A. Resistências e contra-usos do espaço público frente às estratégias das políticas de embelezamento urbano – o caso do Largo de Coimbra em Ouro Preto/MG. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 5, Número Especial, p. 105-123, abr., 2015.

MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais.** 2 volumes. Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais, Ministério da Educação e Cultura, 1974.

MATTHEWS, Steven. **The materiality of gesture:** Intimacy, emotion and technique in the archaeological study of bodily communication. Position paper presented to the roundtable session 'The Archaeology of Gesture: Reconstructing Prehistoric Technical and Symbolic Behaviour' at the 11th Annual Meeting of the European Association of Archaeologists, Cork (Ireland), 2005.

MAUSS, Marcel [1872-1950]. **Antropologia e Sociologia**. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

MCGUIRE, R. Arqueologia como ação política: o projeto guerra do carvão do Colorado. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, suplemento 3. São Paulo, 1999.

MELQUÍADES, Vinícius. (2014). Arqueologia vai à feira: para uma arqueologia da paisagem com perspectivas simétricas. **Vestígios: Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica**, v. 8, no. 1, p.161-200, 2014.

_____. **Os artesãos da pedra: arqueologia e museologia das vasilhas de pedra-sabão em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2011.

_____. **Potencialidade da Arqueologia histórica de fazenda na zona da mata mineira: proposta geral e estudo de caso**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de História, Juiz de Fora, 2007.

MENESES, José N. C. **Artes fabris e ofícios banais:** o controle dos ofícios mecânicos nas Câmaras de Liboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808). Belo Horizonte: Fino traço, 2013.

_____. Modos de fazer e a materialidade da cultura "imaterial": o caso do queijo artesanal de minas gerais. **Patrimônio e Memória**, UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 19-33, 2009.

_____. Homens que não mineram: Oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas. In: RESENDE; VILLALTA (Orgs.). **História de Minas Gerais: as minas setecentistas**. Vol.1. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007a.

_____. A aprendizagem na oficina, entre a lei e a tradição: As câmaras e a preocupação com a aprendizagem dos ofícios mecânicos nas vilas mineiras. In: **Anais do IV Congresso de Pesquisa e Ensino e História da Educação em Minas Gerais**. Juiz de Fora, 2007b.

MENESES, Ulpiano B. de. A identidade da arqueologia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 29, no. 83, p. 19-23, 2015.

_____. (2012). O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: **Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009.

_____. Premissas para a formulação de políticas públicas em Arqueologia. In: LIMA, T. A. (Org.). Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, no. 33, p. 37-57, 2007.

_____. A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 34. p. 9-24, 1992.

_____. Identidade Cultural e Arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** – IPHAN, no. 20, p. 33-36, 1983.

MENEZES, Ivo P. de. **Antônio Francisco Lisboa**. Belo Horizonte: Editora C/Arte. 2014.

MESKELL, Lynn. The intersections of identity and politics. In: **Archaeology Annual Review of Anthropology**, v.31, p. 279-301, 2002.

_____. Archaeology of identities. In: INSOLL, Timothy (Ed.). **The Archaeology of identities: a reader**. Routledge, p.23-43, 2007.

MESKELL, Lynn (Ed.). **Cosmopolitan archaeologies**. Durham: Duke University Press, 2009.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: Estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 244 p., 2013.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro**: doutrina, jurisprudência, legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MORAES, F. B. De arraiais, vilas e caminhos: rede urbana das minas Coloniais. In: RESENDE, M; VILALTA, L. **As Minas Setecentista**. Belo Horizonte: Autêntica e Companhia do Tempo, 2007.

MOUTINHO, Mário. **Definição evolutiva de sociomuseologia**. Lisboa: Atelier Internacional do MINOM, 2007.

MOORE, Christopher R.; THOMPSON, Victor D. Animism and Green River persistent places: A dwelling perspective of the Shell Mound Archaic. **Journal of Social Archaeology**, 2012.

MORAES WICHES, C. A. Dois enquadramentos um mesmo problema: Os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, v. 26-27, p. 16-39, 2014.

_____. Patrimônio arqueológico paulista: proposições e provocações museológicas. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnografia, São Paulo, 2011.

_____. Museu e antropofagia do patrimônio arqueológico: (Des)Caminhos da prática brasileira. Tese (Doutorado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Departamento de Museologia, Lisboa, 2010.

MOURÃO, Rui. **Museu da Inconfidência**. MinC/IPHAN/FUNART. 2ed. Gráfica e editora Perform, 1994.

_____. Projeto de reformulação da exposição permanente do Museu da Inconfidência. In: **Oficina do Inconfidência**: Revista de trabalho. Ouro Preto, 1999.

NATAL, C. M. (2006). Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica. **Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**, v. 1, p. 1-25, 2006.

NEUMANN, M. A. Por uma arqueologia simétrica. **Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**, Pelotas, v. 5, no. 9/10, p. 82-95, 2008.

OLSEN, Bjørnar. **In Defense of Things: Archaeology and Ontology of Objects**. Altamira Press, 2013.

_____. Symmetrical archaeology. In: HODDER (ed) **Archaeological Theory Today**. Polity. Second edition, 2012.

_____. Genealogías de la asimetría: por qué nos hemos olvidado de las cosas. In: GONZÁLEZ-RUIBAL, A. **Arqueología Simétrica. Un giro teórico sin revolución paradigmática** Complutum, 2007.

_____. Material Culture after Text: Re-Membering Things. **Norwegian Archaeological Review**, v. 36, no. 2, p. 87-104, 2003.

OLSEN, Bjørnar; SHANKS, Michael; WEBMOOR, Timothy; WITMORE, Christopher. **Archaeology: the discipline of things**. California University Press, 2012.

OROSCO, E. As Avarias nas Esculturas do Período Colonial de Minas Gerais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, no. 5, p. 170-206, 1941.

ORSER, Charles E.; FAGAN, Brian M. **Historical Archaeology**. New York: HarperCollins College Publishers, 1995.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes: Economia e sociedade de Minas Gerais do século XIX. In: **X Seminário sobre Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR-UFMG, 2002.

PEARSON, M. P.; RICHARDS, C. **Architectur and order - approaches to social space**. Routledge: London & New York, 2005.

PERALTA, Patrícia P. O objeto artesanal e suas novas mediações com a sociedade: o caso das panelas de barro pretas da região de Goiabeiras. In: DOHMANN, M. (Org.). **A experiência Material: a cultura do objeto**. 1ed. Rio de Janeiro: Rio Books, v. 1, p. 115-144, 2013.

PERALTA, Patrícia P.; SILVA, Elizabeth Ferreira da. Marcas coletivas como instrumentos de proteção e agregação de valor: cuias de Santarém. In: CARVALHO, L. C. (Org.). **O artesanato de cuias em perspectiva Santarém**. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2011, p. 73-91, 2011.

PEREIRA, Carlos Alberto; LICCARDO, Antonio; SILVA, Fabiano Gomes da. **A Arte da Cantaria**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

PHILLIPS, Tom (Ed.). **Africa: The Art of a Continent**. Munich, London, New York: Prestel, 1999.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, Programa de Pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, 2006.

POMIAN, K. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi** – Memória e história. Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

PROUS, André; MALTA, I. M. (Coord.). **Santana do Riacho – Tomo I**. Arquivo do Museu de História Natural UFMG. Belo Horizonte. Vol. XII, 1991.

PROUS, André; RODET, Jacqueline. Os vivos e os mortos no Brasil tropical e sub-tropical pré-histórico (11.000/500BP). In: Morales, W. & Moi, F. (Orgs.). **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. São Paulo: Anablume, 2009.

QUINTAES, Késia Diego. **Implicações nutricionais decorrentes do uso de placas brasileiras de aço inoxidável, ferro e pedra-sabão (esteatito)**. Tese (Doutorado em Nutrição). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

RAMOS, Maria R. R. Salvaguarda do Museu de Artes e Ofícios. In: **Anais do Seminário de capacitação museológica**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004.

REBELATTO, Martha. **Fábricas e tendas de ferro em dinâmicas escravistas: termo de Santa Bárbara, Minas Gerais, 1822-1888**. 1 Edição, Belo Horizonte. Editora Fino Traço, 2014.

REDE CIDADE ARQUITETURA URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL. **Projeto de Pesquisa Arqueológica da Casa Setecentista (Casa de Pedra) Amarantina** – Ouro Preto/MG. Relatório Final: Volume I – Pesquisa Arqueológica. Processo nº 01514.008663/2012-97. 2014a.

_____. **Projeto de Pesquisa Arqueológica da Casa Setecentista (Casa de Pedra) Amarantina** – Ouro Preto/MG. Relatório Final: Volume II – Curadoria. Processo nº 01514.008663/2012-97, 2014b.

RENFREW, C. **Figuring It Out – What are we? Where do we come from? The parallel visions of artists and archaeologist**. London: Thames & Hudson, 2003.

RESENDE, Maria L. C. de. “Brasis coloniales”: índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentista. In: RESENDE, M.; VILALTA, L. **As Minas Setecentistas**. Vol.1. Belo Horizonte: Autentica; Companhia do Tempo, 2007.

RIBEIRO, Diego L. **A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus do Xingó e do Sambaqui de Joinville**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2012.

RIOS, Wilson de O. **A lei e o estilo: a inserção dos ofícios mecânicos na sociedade colonial brasileira. Salvador e Vila Rica (1690-1790)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2000.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. **Museologia e Identidade**. Cadernos Museológicos, n.1 & 2, 1990.

SALAZAR-SIERRA, M. E. La identidad cultural em la confirmación de colecciones arqueológicas em Colombia. In: ENDERE, R.; CURTONI, M. **Análisis, interpretación y gestión em La arqueología de sudamérica**. Buenos Aires. Série Teórica. v. 2: UNICEN, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

SANTOS, Potyguara Alencar dos. A espacialidade e as ecologias da vida em Tim Ingold. **Antropólogos del Atlántico Sur**, p. 59-71, 2013.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Projeto de Salvamento Arqueológico na área de Conceição do Mato Dentro, MG, e municípios do entorno – 4**. IPHAN-MG. 2012.

_____. **Relatório final de resgate arqueológico – projeto de salvamento da Lapa do Fogão – Conceição do Mato Dentro e municípios vizinhos**. Complexo mineratório do projeto Minas-Rio. Processo IPHAN: 01514.004246/2009-70, 2014.

SCHIFFER, Michael B. Archaeological Context and Systemic Context. In: **American Antiquity**, v. 37, no. 2, 1972.

_____. **Formation Processes of the Archaeological Record**. University of New Mexico Press, 1987.

SCHIFFER, M.; HOLLENBACK, K.; SKIBO, J.; WALKER, W. **Behavioral Archaeology. Principles and Practice**. London/Oakville: Equinox Handbooks in Anthropological Archaeology, 2010.

SENNA, N. **Bi-centenário de Ouro Preto: memória histórica**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

SHANKS, M. Arqueologia Simétrica. In: GONZALEZ-RUIBAL, A. **Arqueología Simétrica. Un giro teórico sin revolución paradigmática**. Complutum, 2007.

SHANKS, M.; TILLEY, C. Style and ideology – Material Culture and Social Practices. In: **Re-Constructing Archaeology: theory and practice**. Routledge: London, p 137-171, 1992.

SHANKS, M.; MCGUIRE, R. The craft of archaeology. **American Antiquity**, v. 61, no. 1, p. 75-88, 1996.

SHEPHERD, N.; HABER, A. ¿Qué pasa com el WAC? Arqueología y "compromisso" em um mundo globalizado. **Jangwa Pana**, no. 10, 2011.

SILVA, Fabiano Gomes da. **Pedra e Cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Feral de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2007.

_____. O caminho das pedras: canteiros de Vila Rica no século XVIII, a partir de inventários post-mortem e testamentos. **XI Seminário de Iniciação Científica da UFOP**. Ouro Preto: UFOP. CD-ROM, 2003.

SILVA, Fabíola A. Sobre práticas colaborativas entre arqueólogos e indígenas. Dossiê Povos Tradicionais. **Com Ciência** – Revista eletrônica de jornalismo científico. 2017. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/sobre-as-praticas-colaborativas-entre-arqueologos-e-povos-indigenas/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

_____. O plural e o singular das arqueologias indígenas. **Revista de Arqueologia**, v. 25, n.2, p. 24-42, 2012.

_____. Arqueologia e Etnoarqueologia na aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 19, p. 205-219. 2009a.

_____. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. **MÉTIS: história & cultura**, v. 8, n. 16, p. 121-139, jul./dez., 2009b.

SILVA FILHO, Geraldo. O oficialato mecânico em Vila Rica no século dezoito e a participação do escravo e do negro. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras, Ciência Social, 1996.

SOUZA, Laura de Melo e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, p. 41-82, 1997.

SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia - antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico. **Tessituras**, Pelotas, v.2, n.1, p. 10-39, 2014.

_____. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, W.F.; MOI, F. P. (ed). **Cenários regionais de uma arqueologia plural**, Annablume. Acervo, 2009.

SYMANSKI, L. C. P.; ZARANKIN, A. Brazil: Historical Archaeology. In: SMITH, C. (ed.), **Encyclopedia of Global Archaeology**. New York: Springer, pp. 998-2005, 2014.

THOMAS, Julian. Archaeology's humanism and the materiality of the body. In: INSOLL, Timothy (Ed.). **The Archaeology of identities: a reader**. Routledge. p. 211-224, 2007.

_____. Archaeologies of Places and Landscape. In: HODDER, I. **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Blackweel publishers, 2002.

TILLEY, Christopher. Materiality in materials. **Archaeological Dialogues**, v. 14, p. 16-20. Cambridge University Press, 2007.

_____. **The materiality of stone: explorations in landscape phenomenology.** Berg, Oxford, New York, 2004.

_____. **A Phenomenology of Landscape.** Oxford/Providence, USA: Berg Publishers, 1994.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico.** São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VANDERLEEuw, S. Giving the potter a choice: Conceptual aspects of pottery techniques. In: LEMONNIER, P (Org.). **Technological choices.** Transformation in material cultures since the Neolithic. London: Routledge, 2002.

VARINE, Hugues de. **Por um olhar histórico sobre nosso patrimônio.** San Salvador de Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy. EDIUNJU, 2017.

_____. **A Nova Museologia: ficção ou realidade.** Museologia Social. Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura. Porto Alegre, 2000.

VENÂNCIO, Renato. Antes de Minas: fronteiras coloniais e população indígena. In: RESENDE, M.; VILALTA, L. **As Minas Setecentistas.** v. 1. Belo Horizonte: Autentica; Companhia do Tempo, 2007.

VIDAL, Laurent. A gênese dos pousos no Brasil moderno Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. **Tempo** (Niterói, online), v. 22, no. 40. p. 400-419, mai-ago., 2016.

VIEIRA, Liliane de Castro. Largo do Coimbra, Ouro Preto: a trajetória de um espaço frente ao pensamento moderno e à política de preservação da SPHAN. In: **Anais do 6º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

VON BURGUER, Oskar. Estudos sobre “pedras de sabão” de Minas Geraes. **Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**, v.3, p. 519-548, 1927.

WEBMOOR, Timothy. Un giro más tras el 'giro social'. El principio de la simetría en arqueología. In: GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (Ed.). **Arqueología Simétrica.** Un giro teórico sin revolución paradigmática. Complutum, p. 296-304, 2007.

_____. STS, symmetry, archaeology. **The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World.** In: GRAVES-BROWN, P.; HARRISON, R.; PICCINI, A. (Eds), Oxroford University Press, p. 105-120, 2013.

WEBMOOR, T. e WITMORE, C. Things Are Us! A Commentary on Human/Things Relations under the Banner of a ‘Social’ Archaeology. *Norwegian Archaeological Review*, Vol. 41, No. 1, p. 53-70, 2008.

WELCH, J. Reconstructing an Ndee sense of place. In: BOWSER, B.; ZEDENÑO, M. **The archaeology of meaningful places.** Salt Lake City: The University of Utah Press, 2009.

WHITRIDGE, P. Landscapes, houses, bodies, things: place and the archaeology of inuit imaginaries. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 11, no. 2, p. 213-250, 2004.

WILKIE, L. A. Documentary archaeology. In: HICKS, D.; BREAUDRY, M. C. (ed.). **The Cambridge Companion to Historical Archaeology**. Cambridge University Press, p. 13-33, 2006.

WISSENBACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas – escravos e forros no município de São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: Ed. HICITEC, 1988.

WITMORE, C. Archaeology and the new materialisms. **The Journal of Contemporary Archaeology**, v. 1, no. 2, 2014.

_____. Arqueologia simétrica: un manifesto breve. In: GONZÁLEZ-RUIBAL, A. **Arqueología Simétrica. Un giro teórico sin revolución paradigmática**, p. 305-313. Complutum .18, 2007.

_____. On Multiple Fields. Between the Material World and Media: Two cases from the Peloponnesus, Greece. **Archaeological Dialogues**, v. 11, p. 133-64, 2004.

WUST, I. **Continuidade e mudança: Para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso**. Tese (Doutorado), São Paulo, 1990.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. Programa de Resgate Arqueológico Distrito Industrial de Jeceaba: **Relatório Final**. Portaria IPHAN nº 20, de 24 de junho de 2008-11-14. 2009.

ZEDENÑO, M. N. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an exemple from puebloan southwest. **Journal of Archaeological Method and Theory**, vo. 4, no. 1, p. 63-103, 1997.

ZEDENÑO, M.; BOWSER, B. The archaeology of meaningful places. In: BOWSER, B; ZEDENÑO, M. **The archaeology of meaningful places**. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2009.

ZARANKIN, A. Arqueología de la Arquitectura, modelando al individuo disciplinado en la sociedad capitalista. **Revista de Arqueologia Americana**, Mexico, v. 22, n.1 , p. 25-41, 2005.

_____. **Paredes que domesticam; Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista, O caso de Buenos Aires**. 1ed. v.1. Campinas: Centro da Arte e Arqueologia. IFCH-UNICAMP, 2002.

ZARANKIN, Andres; SENATORE, Maria X. Contos, "Peixe Grande" e arqueologia; repensando o caso da Antártica. IN: MORALES, W.; MOI, F. (orgs.). **Tempos Ancestrais**. São Paulo: AnnaBlume, p. 281-301, 2013.

ZEMELA, M. **O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec Edusp, 1990.

Apêndice 1 – Tabela coleções mapeadas

Município Estado	Instituição	Procedência	Tipo	Cont. hist.	Acondicio.	Quant. Ind.	Participam da pesquisa
Ouro Preto/MG	Museu da Inconfidência	Doação e compra (Barra Longa e Ouro Preto)	Museológica	Col./Imp.	Exp .e RT	7	S
Ouro Preto/MG	Casa da Baronesa-IPHAN(?)	Casa da Baronesa	Arqueológica	Col./Imp.	RT		N
Mariana/MG	Casa Setecentista-IPHAN(?)	Casa Setecentista	Arqueológica	Col./Imp.	RT		N
Mariana/MG	Cooperativa Cultura	Sítio Arq. Faz.do Padre Fraga (23K664070/7764112)	Arqueológica	Col./Imp.	RT	19	S
Belo Horizonte/MG	Museu de Artes e Ofício	Coleção família Gutierrez	Museológica	Col./Imp.	Exp .e RT	10	S
Belo Horizonte/MG	Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFGM	Sítio Arq. Quilombo do Ambrósio (Ibiá)	Arqueológica	Col./Imp.	RT		N
Sabará/MG	Museu do Ouro	Escavações na Edif. que abriga o Museu do Ouro	Arqueológica	Col./Imp.	RT	15	S
Lapinha/MG	Museu Antropológico da Lapinha - MG (?)	Abrigo Santana do Riacho (Santana do Riacho)	Arqueológica	Holoceno	?	2	N
Morro do Pilar/MG	Scientia Consultoria	Sítio Arq.Fazenda Santa Cruz	Arqueológica	Col./Imp.	RT		N
Conceição do Mato Dentro/MG	Scientia Consultoria	Sítio Arq.Fazenda da Fábrica	Arqueológica	Col./Imp.	RT		N
Jeceaba/MG	Zanettini Arqueologia	Sítio Arq. Palmital (23K609029/7723335)	Arqueológica	Aratu-Sapucaí	RT	1	N
Jeceaba/MG	Zanettini Arqueologia	Sítio Arq. Meio 1 (23K608965/7722700)	Arqueológica	Aratu-Sapucaí	RT	1	N
Jeceaba/MG	Zanettini Arqueologia	Sítio Arq. Vértice (23K606946/7724086)	Arqueológica	Aratu-Sapucaí	RT	2	N
Congonhas do	Zanettini Arqueologia	Sítio Arq. Lobos	Arqueológica	Col./Imp.	RT	1	N

Campo/MG		(23K615011/7724137)					
Congonhas do Campo/MG	Museu da Imagem e memória	?	?	?	Exp		N
Ibertioga/MG	Alaska Arqueologia	Sítio Arq. Fazenda Paiol	Arqueológica	Imp./Rep.	?	2	N
Caete/MG	Museu Regional de Caete	?	?	?	?		N
Catas Altas da Noruega/MG	Museu e Arquivo Histórico – Memorial Pe. Luiz Gonzaga Pinheiro	?	?	?	?		N
Itabira/MG	Museu do Tropeiro	?	?	?	?		N
Patos de Minas/MG	Museu da cidade	?	?	?	?		N
Vespasiano/MG	Museu Folclórico Saul Martins	?	?	?	?		N
Amarantina/MG	Casa de Pedra - IPHAN(?)	Escavações na Casa de Pedra	Arqueológica	Col./Imp.	RT	22	N
Ouro Preto/MG	Casa dos Contos	Coleção da família Toledo	Museológica				N
Cachoeira do Brumado(Mariana-MG)	Preto	Cachoeira do Brumado e região	Coleção Particular			18	N
Goiânia/GO	Museu Antropológico de Goiás – GO	Doação	Museológica	?	?		N
Santana do Parnaíba/SP	Museu da Casa do Anhanguera – SP	?	?	?	Exp		N
TOTAL						100	

Abreviações: Cont. Hist. (contexto histórico); Col. (colonial); Imp. (Imperial); Rep. (Republicano); Acondicio. (acondicionamento); RT (Reserva Técnica); Exp. (Exposição); Quant. Ind. (quantidade de indivíduos, peças e/ou artefatos); S (Sim); N (não);

Banco de dados iniciado com o levantamento sistemático para a confecção de um mapa de ocorrência das vasilhas de pedra-sabão. A alimentação do banco de dados foi intensificada através de conversas e *e-mails* com arqueólogos, levantamento de publicações que possam fazer referência ao material, levantamento no Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e contato via *e-mail* para informações sobre presença e/ou ausência de vasilhas e artefatos de pedra-sabão nesses museus. Tais informações são úteis tanto na construção da abordagem proposta quanto na caracterização de um banco de dados em constante alimentação, para o qual é possível tanto propostas de ampliação da abordagem como de gestão do patrimônio. Nele, por exemplo constam coleções associadas a sítios pré-coloniais e indígenas que não serão devidamente tratadas na tese mas que já foram citadas em dissertação de mestrado (Melquíades, 2011). Mesmo as coleções de sítios históricos não serão todas as levantadas que serão alvo de estudo detalhado.

Apêndice 2 – Mapas território

Mapas das procedências e localizações das coleções de vasilhas de pedra-sabão levantadas pela pesquisa. O mapa território é resultado da sobreposição dos demais, servindo para definição de um território vivo e parte fundamental das propostas de gestão coletiva. Nele constam também artefatos “pré-coloniais” e outras coleções que não serão abordadas diretamente nessa pesquisa de doutorado (Melquíades, 2011).

Apêndice 4 – Pedreiras em CB

Foram visitadas sete pedreiras e coletadas amostras no intuito de fazer análises físico-químicas que possam auxiliar em uma análise conjunta com as características de performance do material e possível área de procedência. A numeração, ao lado de cada foto, corresponde ao número da Amostra (logo também da pedreira). A tabela mostra a relação das amostras, pedreiras com Coordenadas UTM e localização.

A Pedreira dos Teixeiras (1) é apontada como a mais antiga. Nas fotos seguem detalhes de áreas com negativos de extração em cota positiva, ao menos 4 metros acima da superfície atual. Ao lado direito, há pré-formas e tenda onde estas são colocadas junto às ferramentas.

A diferença entre a apropriação da paisagem e os impactos gerados é perceptível com relação principalmente à pedreira um (1) e à pedreira seis (6).

Amostra	Denominação local	Coordenadas	Localização
1	Pedreira dos Teixeira	23K0679953/7744518	Cachoeira do Brumado
2	Pedreira do Tavico	23K0679031/7744225	Cachoeira do Brumado
3	Pedreira dos Irmãos Freitas	23K0679327/7744016	Cachoeira do Brumado
4	Pedreira do Zezinho de Lana	23K0683535/7745249	Engenho Queimado - Subdistrito de CB
5	Pedreira da PPS	23K0684527/7745688	Alto Vila Sta Efigênia - CB
6	Pedreira do Bininha	23K0676821/7737758	Barro Branco - Subdistrito de CB (Grein empresa)
7	Laranjeira	23K0679125/7739770	Mundinho - Subdistrito de CB

Apêndice 5 – Estruturas hídricas em CB, barragem e canais

Imagem aérea com os canais que seguem pela margem direita e esquerda do ribeirão do Brumado. Em vermelho as oficinas hidráulicas de panelas de pedra (as da margem direita só restam vestígios arqueológicos). Em amarelo as engenhocas abastecidas pela água desse mesmo canal direito e o organismo hídrico a ele associado. Em azul alguns pontos de captação de água durante o trajeto do canal que, segundo os moradores abasteciam as moradias, engenhocas e oficinas de CB.

Queda d'água – Cachoeira do Brumado.

Ruínas da barragem a jusante da queda d'água.

Croqui represa - Margem direita

Apêndice 6 – Estruturas hídricas em CB, Croqui tanque

Ponto final do canal 1- Margem direita do ribeirão do Brumado, Cachoeira do Brumado, Mariana - MG.
Área da Antiga oficina do Sr. Juquinha situado no quintal da Casa do Bilu (Artesão, filho de Juquinha).

Foto do tanque final do canal que segue pela margem direita do ribeirão do Brumado, Cachoeira do Brumado (2013).

Detalhe das saídas de água do tanque, vistas de dentro do tanque para fora (2013).

Apêndice 7 – Ventaneira

Apêndice 8 – Torno hidráulico em CB

Desenho capturado de VON BURGUER, O. Estudos sobre “pedras de sabão” de Minas Geraes. *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. V.3, p.519-548, 1927.

Croqui explicativo de funcionamento do torno hidráulico feito no início do século XIX. (A) vigas horizontais onde o eixo central se movimentava para dar tensão à polia; (B) viga horizontal de madeira – eixo central; (C1 e C2) suportes verticais; (D) haste inclinada para fixação; (E) roda d’água; (F) eixo; (G) polia de madeira; (H) correia de couro.

Oficina do Gegê. Detalhe ao fundo de barranco que caracteriza o desnível da queda d’água. À direita, lona para proteger contra a água que respinga quando a roda d’água que move o torno está em atividade.

Pré-forma fixa ao torno hidráulico. Em destaque o eixo vertical móvel no qual o artesão aplica golpes com a marreta para a fixação da pré-forma.

Apêndice 9 – Desenhos gestos

1

2

3

4

5

6

7

Desenhos de Pedro Ávila

- Imagem 1: Extração de matéria-prima.
 Imagem 2: Desbaste bloco - detalhes estrias.
 Imagem 3: Desbaste face interna.
 Imagem 4: Torneamento face externa.
 Imagem 5: Torneamento face interna.
 Imagem 6: Raspagem fundo face interna.
 Imagem 7: Raspagem fundo face externa.

Apêndice 10 – Pré-forma e fixação no torno

Croqui explicativo com as sequências de atividades e formas obtidas pelo artesão até sua fixação no torno ida da pré-forma ao torno. Reflete as opções tecnológicas adotadas em diferentes períodos de uma sub-etapa do processo de produção. Em vermelho, o número 1(um) indica a sequência tal como descrita por Von Burguer em 1927 enquanto o 2 (dois) apresenta o processo percebido na atualidade.

Artesão utilizando o pua para a confecção do umbigo. Nas laterais croqui explicativo das forças atuantes e funcionamento da engenhoca.

Croqui explicativo de fixação da pré-forma ao torno hidráulico contendo esquema, sem referência de sistema, sobre as forças atuantes no objeto quando fixado ao torno hidráulico onde f_{at} é a força de atrito e p é a força peso e n é uma força normal de reação.

Apêndice 11 – Ângulos de torneamento

Esquema indicando os ângulos disponíveis para que o artesão desbaste a face interna ainda durante o processo de torneamento (denominado pela pesquisa «ângulos de torneamento»). O artesão aplica uma força (F_1) com uma das mãos apoiando o ferro de toroar na estrutura com a outra mão livre movimentando a parte distal do ferro dando forma ao artefato. Devido ao fato das vasilhas serem tridimensionais e os ângulos capturarem apenas uma perspectiva de duas dimensões; optei por usar um “transferidor de ângulos verticais em projeção esferográfica”. Mesmo sabendo dos erros que ele pode acarretar - pois não estamos lidando com formas esféricas ou necessariamente simétricas - creio ser válida a sua inserção no trabalho.

www.ctec.ufal.br/cct/rcabus/ARQ306.htm 04/07/2009.

Apêndice 12 – Cartazes da “Festa da panela de pedra de Cachoeira do Brumado”

Cartaz de divulgação da 3ª Festa da panela de pedra, 2008. Acervo da Associação de moradores.

Cartaz de divulgação da 6ª Festa da panela de pedra, 2011. Acervo da Associação de moradores.

Foto da Festa da panela de pedra de Cachoeira do Brumado, 2009. Acervo da Associação de moradores

Foto Festa da panela de pedra de Cachoeira do Brumado, 2008. Acervo da Associação de moradores.

Apêndice 13 – Tropeiros e o transporte das panelas de pedra.

Foto festa da panela da pedra de Cachoeira do Brumado, s/id. Acervo da Associação de moradores. Transporte de panelas de pedra-sabão nos lombos dos animais

“Tropas e tropeiros”, “Ofícios do transporte” – Museu de Artes de Ofícios (MAO), Belo Horizonte, MG. (2017).

Tropeiro. Aquarela de Debret 1834-1839
<http://www.asminasgerais.com.br>

Apêndice 14 – Croqui geral do sítio arqueológico Fazenda do Padre Fraga (SAFPF), Mariana

Apêndice 15 – Panfleto da Feira de artesanato do largo de Coimbra, Ouro Preto.

Ano 18 - Imperial Cidade de Ouro Preto, 17 de Março de 2011 - Número 191

OURO PRETO

O jornal dos ouro-pretanos

Redatora - Christina Tárchia

"Eles parecem grandes, quando estamos de joelhos. Levantemo-nos."

A Feira

Mais uma vez, ameaçam demolir a histórica Feira do Largo de São Francisco de Assis. A prefeitura quer transferi-la para a Santa Casa Velha. Cançado, o Povo quer saber porque é preciso destruir a feira antiga, para montar uma nova. Visto que há espaço suficiente, na Cidade, para as duas.

A decisão de montar uma feira em Ouro Preto, foi da Câmara, em 1824. Há 187 anos, portanto.

Já em 1826, o presidente e mais vereadores pediram ao capitão-mor José Bento Soares para construir a *"Casa no Largo do Pelourinho"* (...) *"para nela se reunirem todos os quitandeiros, capineiras etecetera do que resultaria grande comodidade no público"*.

Em 1829, o construtor entregou a "feira" (com esse nome mesmo) à Câmara. Para sua surpresa, os novos vereadores se recusaram a receber a obra, até que ele apresentasse *"ordem legal, que o autorizasse a fazer a despesa"*. Alegaram que o contrato não valia, porque fora

"bocal", ou seja, na base da palavra. E não pagaram. Arrogantes, sugeriram que José Bento fizesse o que bem entendesse com a casa.

O bom senso retornou 26 anos depois (1855), após duas revoluções. Foi quando a Câmara convocou três empreiteiros para construírem o "mercado", no largo. O dinheiro era do governo de Minas; o terreno e a administração, da Câmara. Você vê o interessante telheiro sobre "varandas" ou esteiros, no encarte *Folha Única*. Muito lindo.

Em 1856, declararam ser *"Praça do Mercado a casa (...) edificada no Largo de São Francisco de Assis"*. Um dos empreiteiros, Manoel Soares da Silva (possivelmente o filho de José Bento Soares, de mesmo nome), reclamou do prejuízo.

Lesando Ouro Preto (1)

Em 1892, o governo de Minas decidiu construir um "palácio" para os políticos.

O local escolhido foi *"onde se acha o velho mercado da cidade"*. Para isso, demoliu o mercado!

Em 1893, os ditos, com medo dos ouro-pretanos, fizeram uma reunião em Barbacena, para decidir sobre a mudança da capital para BH.

Em 1894, paralisaram a obra do "palácio" e em 1897 se foram, doando 8 das 10 *"colunas de ferro"*, do palácio, para Barbacena!

Lesando Ouro Preto (2)

Cerca de 20 anos depois os modernistas vieram em visita a Ouro Preto. Calcularam quanto valia a Cidade que os ouro-pretanos conservavam a duras penas. (Lembrando: 40% da população se fora para BH). Achando que estava ótima para explorar turistas, se apossaram dela em 1937. Se o Povo deixou? O Povo estava muito enfraquecido.

Em cerca de 1940, demoliram o mercado, para se apossar do largo. Os ouro-pretanos reagiriam, ocupando a área com um Festival do Vinho e, a seguir, com a Feirinha de Artesanato.

E aí estão eles, tentando fechá-la, de novo. Resistiremos? Sem dúvida. Pois é coisa nossa. E porque

187 anos não são 187 dias.

✠

Arquivos: Arquivo Público Mineiro; Arquivo Municipal de Ouro Preto; Arquivo do CTMOP.
Pesquisadora: **CTárchia**

Panfleto publicado em 2011 contra a proposta de transferência do lugar da feira-livre do largo do Coimbra para o antigo prédio da Santa Casa, fora do centro histórico de Ouro Preto.

Apêndice 16 – Fotos dos Mercados no largo de Coimbra (séculos XIX e XX)

Foto: Marc Ferrez (1880). Largo do Coimbra, centro histórico de Ouro Preto, pouco antes dos inícios da obra para a construção do edifício do Mercado Municipal.

Foto do Mercado Municipal datada de 1940, pouco antes de sua demolição. Fotografia exposta na drogaria ao lado da Feira.

Apêndice 17 – Croqui Geral da Feira de artesanato do largo de Coimbra.

Apêndice 18 – Desenhos feitos pelos artesãos expositores da Feira (1)

Representações feitas por artesãos-feirantes que mostra um espaço recortado e ordenado, restrito à área das barracas.

Representações feita por artesãos-feirantes que mostra um espaço recortado e ordenado, restrito à área das barracas.

Apêndice 19 – Desenhos feitos pelos artesãos expositores da Feira (2)

Representações da feira feitas por feirantes colaboradores que deslocam a igreja para o espaço da feira.

Representações feita por feirantes colaboradores que mostra um espaço mais amplo, que extrapola a área das barracas.

Apêndice 20 – Museu da Inconfidência, croqui da sala vida social

Apêndice 21 – Textos presentes nos auxílios didáticos da sala vida social do MI

Texto sala “Vida Social” – MI. (Auxílio didático- texto *a* do Anexo 14)

“A partir da segunda metade do século XVIII, a Capitania de Minas figurava na liderança da inteligência da Colônia, responsável por intensa produção artístico-cultural em diferentes áreas. Vila Rica, em particular, tornara-se um centro civilizado. Tamanha expressividade deve ser credenciada ao processo peculiar de consolidação de uma rede urbana, fazendo emergir um quadro de civilidade favorável à interação entre as pessoas, à circulação de informações e idéias, à produção intelectual e aos desejos de construção de símbolos e representações. A ostentação e a inclinação para os ritos sociais iam além das restas religiosas e oficiais. Apegada às demonstrações de prestígio, a elite colonial não dispensava o apuro no vestir, os requintes no mobiliário e no serviço de mês. Partilhava, ainda, uma vida cultural próxima ao dos grandes centros urbanos, cultiva do o ócio e os prazeres do espírito, em reuniões, na leitura dos clássicos ou na freqüência ao teatro e espetáculos. Homens livres, forros, escravos e vadios também deixariam suas marcas na composição e no modo de vida dessa sociedade., inscritas em práticas cotidianas de trabalho e de lazer.”

Texto pedra-sabão – sala vida social, MI.
(Auxílio didático- texto *c* do Anexo 14)

“A pedra-sabão, variedade de esteatita, espécie talcosa e macia ao talho, é abundante na região. Na Colônia, foi utilizada para finalidades diversas: canalização hidráulica, equipamento de cozinha, forma para decoração de doces e escultura ornamental. O alambique aqui apresentado é um exemplar raro. Na pedra, Aleijadinho realizaria obras de frágil beleza, como as portas da Igreja de São Francisco e da Igreja do Carmo, em Ouro Preto, e monumentais, como os Profetas de Congonhas do Campo.”

Apêndice 22 – Museu de Artes e Ofício, sala ofício do comércio – Farmácia

Sala "Ofício do Comércio" (B6) - MAO. Cenografia de antiga Botica (Farmácia). Detalhe dos artefatos de pedra-sabão: uma garrafa (Ind. 23) entre duas taças (Ind. 24 e 25).

Botica. Aquarela de Debret 1834-1839.
<http://www.asminasgerais.com.br>

Apêndice 23 – Sala ofício da transformação do alimento, cozinha, no MAO

Sala “Ofícios da Conservação e Transformação dos Alimentos” (B9), “Cozinha” - MAO. Abaixo, à esquerda detalhe do caldeirão e sua respectiva tampa (Ind. 31 e 32) e à direita outro caldeirão e sua respectiva tampa (Ind. 33 e 34)

Apêndice 24 – Museu do Ouro, edificação e escavações arqueológicas no pátio anexo

Apêndice 25 – Material de divulgação do histórico de preservação, revitalização e escavações arqueológicas no MO

Panela de pedra-sabão exposta no MO, Sabará – MG (2014).

Reserva técnica do MO, Sabará – MG (2014).

MO, Sabará – MG (2014).

Parte da coleção do MO.

Apêndice 26 – Desenho feito por um discente do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Janeiro – UFRJ (1)

Apêndice 27 – Desenho feito por um discente do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Janeiro – UFRJ (2)

Apêndice 28 – Desenho feito por uma discente do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Janeiro – UFRJ (3)